



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 22ª REUNIÃO

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**06/06/2018
QUARTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Jorge Viana**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 06/06/2018.**

22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quarta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 32/2018 - Não Terminativo -	SENADOR ANTONIO ANASTASIA	8
2	MSF 33/2018 - Não Terminativo -	SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO	74

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 38/2018 - Não Terminativo -	SENADOR PEDRO CHAVES	143
2	MSF 40/2018 - Não Terminativo -	SENADOR HÉLIO JOSÉ	217

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana

(19 titulares e 18 suplentes)

TITULARES	MDB	SUPLENTE
Edison Lobão(8)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 Ailton Sandoval(8)(14)(26)(27) SP
João Alberto Souza(8)	MA (061) 3303-6352 / 6349	2 Valdir Raupp(8) RO (61) 3303-2252/2253
Roberto Requião(8)(14)	PR (61) 3303-6623/6624	3 Hélio José(PROS)(8) DF (61) 3303-6640/6645/6646
Romero Jucá(8)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	4 Marta Suplicy(18)(22)(23) SP (61) 3303-6510
Fernando Bezerra Coelho(22)	PE (61) 3303-2182	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)		
Gleisi Hoffmann(PT)(6)	PR (61) 3303-6271	1 Fátima Bezerra(PT)(6) RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682
Kátia Abreu(PDT)(6)(17)(25)	TO (61) 3303-2708	2 José Pimentel(PT)(6) CE (61) 3303-6390 / 6391
Jorge Viana(PT)(6)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	3 Paulo Paim(PT)(6) RS (61) 3303-5227/5232
Lindbergh Farias(PT)(6)	RJ (61) 3303-6427	4 Humberto Costa(PT)(6)(17) PE (61) 3303-6285 / 6286
Bloco Social Democrata(DEM, PSDB)		
Antonio Anastasia(PSDB)(3)	MG (61) 3303-5717	1 Cássio Cunha Lima(PSDB)(3) PB (61) 3303-9808/9806/9809
Paulo Bauer(PSDB)(3)	SC (61) 3303-6529	2 Ronaldo Caiado(DEM)(9) GO (61) 3303-6439 e 6440
Ricardo Ferraço(PSDB)(3)(13)(24)	ES (61) 3303-6590	3 Flexa Ribeiro(PSDB)(12) PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)(9)	RN (61) 3303-2361 a 2366	4 Tasso Jereissati(PSDB)(13) CE (61) 3303-4502/4503
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)		
Lasier Martins(PSD)(7)	RS (61) 3303-2323	1 José Medeiros(PODE)(7) MT (61) 3303-1146/1148
Ana Amélia(PP)(7)	RS (61) 3303 6083	2 Gladson Cameli(PP)(7) AC (61) 3303-1123/1223/1324/1347/4206/4207/4687/4688/1822
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PODE, PPS, PSB, PCdoB, REDE)		
Cristovam Buarque(PPS)(5)	DF (61) 3303-2281	1 Vanessa Grazziotin(PCdoB)(5) AM (61) 3303-6726
VAGO(5)(19)		2 Randolfe Rodrigues(REDE)(2) AP (61) 3303-6568
Bloco Moderador(PTC, PR, PTB, PRB)		
Fernando Collor(PTC)(4)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Wellington Fagundes(PR)(4)(15)(16)(11)(20) MT (61) 3303-6213 a 6219
Pedro Chaves(PRB)(4)	MS	2 Armando Monteiro(PTB)(4) PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

(1) O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

(2) Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

(3) Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

(4) Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

(5) Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

(6) Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

(7) Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

(8) Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

(9) Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

(10) Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

(11) Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

(12) Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).

(13) Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).

(14) Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).

(15) Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).

(16) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

(17) Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).

- (18) Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (19) Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (20) Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
- (21) Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- (22) Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
- (23) Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
- (24) Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
- (25) Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
- (26) Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
- (27) Em 28.05.2018, o Senador Ailton Sandoval foi designado membro suplente pelo MDB (Of 67/2018-GLPMDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAUJO SOUZA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA

Em 6 de junho de 2018

(quarta-feira)

às 10h

PAUTA

22ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

1ª PARTE	Indicação de Autoridade
2ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Inclusão de documento (itens 1 e 2 - 2ªParte) (05/06/2018 13:04)

1ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 32, de 2018

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Em 24/05/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 33, de 2018

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Em 24/05/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

2ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 38, de 2018**- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malawi.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 40, de 2018****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

1



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 32, DE 2018

(nº 242/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 242

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

Os méritos do Senhor Eduardo Paes Saboia que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de maio de 2018.

EM nº 00078/2018 MRE

Brasília, 25 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **EDUARDO PAES SABOIA**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EDUARDO PAES SABOIA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 221 - C. Civil.

Em 9 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE EDUARDO PAES SABOIA**

CPF.:461.847.671-00

1967 Filho de Gilberto Vergne Saboia e Maria Helena Paes Saboia , nasce no Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1967

Dados Acadêmicos:

1989 Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (1989)

1989 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (Instituto Rio Branco)

1999 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (Instituto Rio Branco)

2009 LIV Curso de Altos Estudos - Tese: "O Banco Mundial e o meio ambiente: desafios globais e interesses brasileiros"

Cargos:

1990 Terceiro-secretário

1995 Segundo-secretário

2001 Primeiro-secretário, por merecimento

2005 Conselheiro, por merecimento

2009 Ministro de segunda classe, por merecimento

2016 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1991 Divisão Econômica da América Latina, assistente

1991-94 Divisão do Mercado Comum do Sul, assessor

1994 Direção-Geral de Integração Latino-Americana, assessor

1994-97 Missão junto à ONU, Nova York, terceiro e segundo-secretário

1997-2001 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevideú, segundo-secretário

2001-03 Divisão do Mercado Comum do Sul, Subchefe

2003-07 Gabinete do Ministro de Estado, assessor

2007-08 Banco Mundial, Assessor Senior do Diretor Executivo do Brasil

2008-10 Embaixada em Washington, conselheiro e ministro-conselheiro

2010-11 FMI, Assessor do Diretor Executivo do Brasil

2011-13	Embaixada em La Paz, ministro-conselheiro
2013-15	Assessor do Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços
2015-17	Assessor Diplomático da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal
2017	Assessor Parlamentar Sênior, Gabinete da Liderança do Governo do Senado Federal
2017	Chefe de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores

Condecorações:

1990	Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, IRBr, medalha de ouro (Concurso de Admissão ao Curso de Preparação para a Carreira de Diplomata)
1990	Prêmio Rio Branco, IRBr, medalha de prata (Curso de Preparação para a Carreira de Diplomata)
2006	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2010	Ordem do Rio Branco, Grande oficial
2013	Ordem do Mérito Militar, Comendador
2013	Medalha de Mérito Pedro Ernesto
2017	Medalha Mérito Tamandaré

CLAUDIA KIMIKO ISHITANI CHRISTÓFOLO
DIRETORA, SUBSTITUTA, DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

JAPÃO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Abril de 2018

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Japão
GENTÍLICO	Japonês
CAPITAL	Tóquio
ÁREA	377.899 km ²
POPULAÇÃO	126,4 milhões
LÍNGUA OFICIAL	japonês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Xintoísmo (79,2%), budismo (66,8%), cristianismo (1,5%), outros (7,1%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional parlamentar
PODER LEGISLATIVO	Dieta bicameral (Kokkai): Câmara Alta da Dieta (Sangi-in), composta por 242 membros, eleitos para mandatos de 6 anos, e Câmara Baixa da Dieta (Shugi-in), composta por 475 membros, eleitos para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	De acordo com a Constituição japonesa (1946), não há formalmente chefe de estado. O imperador Akihito, que ascendeu ao trono em janeiro de 1989, tem função de "símbolo do estado e da unidade do povo". Em 2017, foi aprovada lei que concede especificamente ao imperador Akihito o direito de abdicar. O príncipe herdeiro Naruhito deverá tornar-se imperador em 1/5/2019.
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Shinzo Abe (desde 26 de dezembro de 2012)
CHANCELER	Taro Kono (desde 3 de agosto de 2017)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2016)	US\$ 4,8 trilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2016)	US\$ 4.9 trilhões
PIB PER CAPITA (2016)	US\$ 38.900
PIB PPP PER CAPITA (2016)	US\$ 42.203
VARIAÇÃO DO PIB	1,5% (2017); 0,5% (2016.); 0,5% (2015)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015)	0,903 (17ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015)	85,3 anos
ALFABETIZAÇÃO	Não há dados disponíveis
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)	2,8% (FMI)

UNIDADE MONETÁRIA	iene
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Akira Yamada (desde 16 de agosto de 2017)
BRASILEIROS NO PAÍS	Há registro de 191.362 brasileiros residentes no Japão

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-JAPÃO (em milhões US\$) (fonte MDIC)

BRASIL→ JAPÃO	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	5.053	4.836	6.887	8.930	9.638	17.345	15.046	9.722	9.025
Exportações	1.989	2.315	3.482	4.321	4.270	9.473	7.964	4.845	5.263
Importações	3.063	2.520	3.405	4.609	5.367	7.872	7.082	4.877	3.762
Saldo	-486	-204	77	-287	-1.098	1.601	882	-32	1.500

Informação elaborada em 17/4/2018.

APRESENTAÇÃO

Com um território de 377.899 km² e uma população de cerca de 126 milhões de habitantes, o Japão tem a 3^a maior economia do mundo e a 2^a maior da Ásia, após a da China. Com base na prosperidade econômica, fundamentada em altos níveis tecnológicos, e na estabilidade política interna, o Japão tem buscado incrementar sua projeção nos planos regional e internacional, sobretudo por iniciativas como as Olimpíadas de Tóquio de 2020, a Parceria Transpacífica (*Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership — CPTPP*) e a candidatura japonesa a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SHINZO ABE Primeiro-Ministro



Nasceu em 1954, em Nagato, província de Yamaguchi. Em 1977, graduou-se em ciência política pela Universidade Seikei (Tóquio). Iniciou sua carreira política em 1993, quando obteve seu primeiro mandato na Câmara Baixa do Parlamento (Dieta). Entre 2000 e 2003, atuou como ministro-chefe adjunto do gabinete sob os primeiros-ministros Yoshiro Mori e Junichiro Koizumi. Em outubro de 2005, foi designado ministro-chefe do gabinete do primeiro-ministro Koizumi. Entre setembro de 2006 e setembro de 2007, foi primeiro-ministro do Japão. Em 26/12/2012, assumiu pela segunda vez a chefia do governo, após vitória esmagadora nas eleições parlamentares de seu Partido Liberal Democrata

(PDL) e do Komeito, partido de orientação conservadora e de centro-direita, que integra a coalizão governista. Foi reeleito em novembro de 2017, graças a nova ampla vitória da coalizão. Entre 31 de julho e 2 de agosto de 2014, visitou o Brasil (Brasília e São Paulo), ocasião em que as relações bilaterais foram elevadas ao nível de Parceria Estratégica e Global. Tratou-se da primeira visita de um mandatário nipônico desde 2004.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Japão é um dos principais parceiros do Brasil na Ásia. Desde 2014, os dois países mantêm Parceria Estratégica e Global, marcada pelos tradicionais laços humanos, pelo interesse do Brasil em aprofundar a cooperação em CT&I, pela importância dos fluxos bilaterais de comércio e investimentos e pela coordenação em temas globais.

O estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão em 1895, com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, permitiu a abertura recíproca de representações diplomáticas em 1897 e abriu caminho para o início da imigração japonesa, em 1908.

A despeito da distância geográfica, a dimensão humana aproxima hoje, de forma singular, os dois países. O Brasil abriga a maior comunidade de descendentes de japoneses no exterior (cerca de 1,9 milhão); e o Japão, a terceira maior comunidade brasileira fora do País (cerca de 191 mil). Após a comemoração, em 2015, dos 120 anos do estabelecimento de relações diplomáticas, outra importante celebração ocorrerá em 2018: os 110 anos do início do fluxo migratório entre o Japão e o Brasil.

O relacionamento bilateral foi, nas últimas décadas, de especial relevância em pelo menos dois aspectos econômicos: o fortalecimento do complexo minerador de ferro no Brasil, a partir dos anos 1950, e a evolução tecnológica que contribuiu para o desenvolvimento da agricultura tropical no Cerrado, em particular da soja, a partir da década de 1970 (com o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER).

No campo da cooperação técnica, a relação bilateral constitui, há mais de cinquenta anos, referência nos processos de desenvolvimento nacional. O Brasil e o Japão participam de projetos em terceiros países, a exemplo da implementação do sistema nipo-brasileiro de TV digital em quase toda a América do Sul (e em países da América Central, África e Ásia) e do projeto Pró-Savana, em Moçambique.

Na esfera multilateral, o Brasil e o Japão integram o G-4, ao lado da Índia e da Alemanha. Desde 2004, esses países trabalham juntos pelo contínuo fortalecimento do multilateralismo e pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). O Brasil e o Japão também se coordenam em outras questões de interesse global, como meio ambiente e direitos humanos. Ambos são ainda membros fundadores do G-20.

Dentre os muitos instrumentos bilaterais firmados entre o Brasil e o Japão ao longo de mais de 120 anos de relações diplomáticas, destacam-se: o Acordo de Migração e Colonização (1960); o Acordo Cultural (1961); a Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos (1967); o Acordo Básico de Cooperação Técnica (1970); o Acordo sobre Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia (1984); o Acordo de Previdência Social (2010); o Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas (2014); e o Acordo sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Assunto Aduaneiros (2017).

Visitas Bilaterais de Alto Nível Recentes

Visitas Brasil → Japão: procurador-geral da República, Rodrigo Janot (2017); ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Westphalen Etchegoyen (2017); presidente Michel Temer (2016); chanceler Mauro Vieira (2015).

Visitas Japão → Brasil: príncipe herdeiro Naruhito para o 8º Fórum Mundial da Água (2018); vice-ministro Parlamentar Mitsunari Okamoto para reunião com o secretário-geral do Itamaraty (2017); vice-PM Taro Aso para inauguração da *Japan House* (2017); primeiro-ministro Shinzo Abe para o encerramento dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (2016); príncipe e princesa Akishino (2015); primeiro-ministro Shinzo Abe (2014).

Encontros em foros multilaterais: reunião entre o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, e o ministro da Economia, Comércio e Indústria do Japão, Hiroshige Seko (11ª Conferência Ministerial da OMC, 2017); reunião entre o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o vice-ministro parlamentar sênior dos Negócios Estrangeiros, Kentaro Sonoura (OCDE, 2017); reunião entre o ministro Aloysio Nunes e seu homólogo Taro Kono (AGNU, 2017).

Outros eventos marcantes: o Japão inaugurou, em São Paulo, a primeira de suas três *Japan Houses* (a segunda foi posteriormente inaugurada em Los Angeles, e a terceira deverá ser aberta em Londres), em cerimônia que contou com a presença do presidente Michel Temer, do ministro Aloysio Nunes, do secretário-geral das Relações Exteriores e de altas autoridades do Estado e da cidade de São Paulo. Por sua vez, no final de 2017, o casal imperial japonês realizou visita à Embaixada do Brasil em Tóquio para conhecer a exposição “Construindo Vínculos Eternos”, em rara situação para o protocolo da Casa Imperial do Japão. A mostra, entre outros temas, evocava a visita ao Brasil, em 1967, do então príncipe herdeiro Akihito e da princesa Michiko.

Cooperação Parlamentar

Há dois grupos parlamentares dedicados ao Japão: a) Grupo Parlamentar Brasil-Japão, criado em 1994 e presidido pelo deputado Luiz Nishimori (PR-PR); b) Frente Parlamentar Mista Brasil-Japão, lançada em 2015 e presidida pelo deputado Hidekazu Takayama (PSC-PR).

A organização de missões de parlamentares brasileiros ao Japão é frequente. Entre os dias 23 e 27 de fevereiro de 2018, o deputado Nishimori liderou missão àquele país, com delegação que incluía os deputados federais Jair Bolsonaro (PSC/RJ), Onyx Lorenzoni (DEM/RS) e Eduardo Bolsonaro (PSC/SP), bem como o deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC/RJ) e o vereador Carlos Bolsonaro (PSC/RJ). No contexto do programa de intercâmbio "Juntos!", grupo de parlamentares brasileiros visitou o Japão, a convite, de 9 a 15 de dezembro de 2017. A missão foi composta pela senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS) e pelos deputados Vanderlei Macris (PSDB-SP), Geraldo Resende (PSDB-MS), Vítor Lippi (PSDB-SP), Rômulo Gouveia (PSD-PB), Laércio Oliveira (SD-SE) e Adilton Sachetti (sem partido-MT). Entre 14 e 22 de abril de 2018, o presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira, chefiou visita oficial ao Japão, acompanhado dos senadores Jorge Viana (PT-AC) e Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Assuntos Consulares

Segundo dados do Ministério da Justiça do Japão de março de 2018, a comunidade brasileira é de 191.362 pessoas (7,5% dos 2.561.848 estrangeiros residentes no país), constituindo a quinta maior comunidade estrangeira, atrás da chinesa, sul-coreana, vietnamita e filipina. A comunidade brasileira no Japão representa a terceira maior no exterior, atrás apenas daquela nos Estados Unidos (1.315.000) e no Paraguai (349.842).

O ano de 2018 marca o aniversário de 110 anos do início da imigração japonesa no Brasil, que atualmente abriga a maior comunidade nipo-descendente do mundo, com cerca de 1,9 milhão de pessoas. A exemplo de comemorações anteriores, estão previstos eventos a serem organizados pela sociedade civil, por empresas japonesas e pelas Embaixadas do Japão em Brasília e do Brasil em Tóquio, além da realização de audiência pública no Congresso Nacional.

O Brasil mantém Consulados-Gerais em Tóquio, Nagóia e Hamamatsu. O Japão, por sua vez, mantém consulados em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Belém e Manaus, além do setor consular da Embaixada em Brasília.

POLÍTICA INTERNA

Executivo:

O Japão é uma monarquia constitucional parlamentar. O imperador, diferentemente do que ocorre em outras monarquias, não desempenha função de chefe de Estado. De acordo com a Constituição japonesa (1946), o monarca é o "símbolo do estado e da unidade do povo".

O imperador Akihito, que exerce a função desde janeiro de 1989, acenou, em 10/8/16, com a possibilidade de abdicação, em razão, conforme indicou, de sua idade e dos muitos compromissos oficiais inerentes à sua função. Nesse contexto, em 9/6/17 foi aprovada lei que concede ao imperador Akihito o direito de abdicar. O processo de transição deverá durar até 2019, quando o príncipe herdeiro Naruhito deverá tornar-se imperador.

O primeiro-ministro Shinzo Abe, reeleito pela Dieta Nacional (parlamento bicameral) em novembro de 2017, exerce a função de chefe de governo desde dezembro de 2012. Os principais objetivos do novo governo Abe são dar seguimento a sua política econômica ("*Abenomics*") e reformar a Constituição japonesa. A reforma constitucional proposta por Abe visa a permitir postura mais assertiva do país na área de defesa, hoje vedada pela carta constitucional. Desde 2015, nova legislação tem permitido o aumento da participação do Japão em missões de paz das Nações Unidas.

O governo Abe também defende reformas na área trabalhista (limitação de horas-extras, igualdade salarial, avaliação por produtividade), na educação (diminuição dos custos ou gratuidade da educação superior) e na seguridade social (aumento de vagas em creches e em instituições voltadas a idosos, bem como elevação dos salários dos trabalhadores dessas organizações). Em seu conjunto, tais medidas serviriam para enfrentar alguns dos principais desafios atuais da sociedade japonesa, como o envelhecimento da população, a baixa taxa de natalidade e a carência de mão de obra.

O parlamento japonês tem sido marcado pela hegemonia do Partido Liberal Democrático (PLD), do primeiro-ministro Abe, e de seu aliado, o partido Komeito. Essas duas agremiações têm dominado a Dieta desde 2012. A principal força de oposição é o Partido Democrático (Mishinto), de orientação liberal. Há, ainda, agremiações políticas de menor projeção nacional, como o Partido Comunista do Japão, o Partido Social Democrata (PSD), o Partido da Esperança (PE) e o *Nippon Ishin*.

Legislativo:

O parlamento japonês (Dieta) é composto de Câmara Alta (*Sangi-in*) e Câmara Baixa (*Shugi-in*). A primeira é formada por 242 membros, eleitos para mandatos de 6 anos. A segunda é composta por 475 membros, eleitos para mandatos de 4 anos. As últimas eleições para a Câmara Alta foram realizadas em 10/6/16 e para a Câmara Baixa em 22/10/17. Em ambas as

ocasiões a coalizão Partido Liberal Democrático (PLD)-Komeito saiu amplamente vitoriosa: o PLD confirmou bancada de 284 deputados (61% do total, mesmo percentual registrado no pleito anterior, em 2014), enquanto o Komeito elegeu 29 deputados (6% do total, um ponto percentual a menos que 2014). A coalizão governista PLD-Komeito somou, assim, 313 deputados, superando pela terceira vez consecutiva (2012, 2014 e 2017) a maioria qualificada de dois terços da Câmara Baixa da Dieta.

O bloco de oposição liberal ficou com bancada total de 69 deputados (15%): 55 do Partido Democrático Constitucional (PDC), 12 do Partido Comunista do Japão e 2 do Partido Social Democrata (PSD). O bloco conservador reformista, vinculado à governadora de Tóquio, Yuriko Koike, contou com 61 cadeiras (13%): 50 para o Partido da Esperança (PE) e 11 para o *Nippon Ishin*. As 22 cadeiras restantes da Câmara Baixa foram ocupadas por independentes eleitos pelo sistema distrital.

Judiciário:

A principal instância do poder judiciário japonês é a Suprema Corte (*Saiko Saibansho*), que conta com um presidente e mais 14 juizes, nomeados pelo gabinete de governo. Esses nomes são confirmados pela população durante as eleições gerais. Uma vez aprovados, o imperador os designa formalmente. A aposentadoria compulsória dos juizes da Suprema Corte é aos 70 anos.

POLÍTICA EXTERNA

Em sua atuação diplomática, o Japão busca estabelecer novas parcerias e reforçar aquelas mais tradicionais. Entre as prioridades de política externa do atual governo encontram-se a necessidade de assegurar novas fontes energéticas que sustentem o crescimento econômico; a abertura de frentes para expansão do investimento japonês e o fortalecimento da posição japonesa nos fóruns multilaterais, em especial no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em discurso para a Dieta, em janeiro de 2018, o primeiro-ministro Abe reforçou, ainda, o compromisso de seu governo com a estratégia indo-pacífica (*Free and Open Indo-Pacific Strategy*), no âmbito de sua tradicional aliança com os Estados Unidos; aproximação com países com visões parecidas (em especial Austrália, Índia e países da ASEAN), disposição em manter relações pragmáticas com países de seu entorno geográfico (China, Coreia do Sul e Rússia) e incremento da pressão contra a Coreia do Norte. Na ocasião, Abe definiu a política externa japonesa como adequada do "pacifismo ativo" e de "visão panorâmica do globo".

Diante do complexo cenário de segurança na Ásia do Leste, o governo Abe defende emenda à chamada "cláusula pacifista" da

Constituição japonesa. Promulgada em 1946, no imediato pós-guerra, a carta constitucional dispõe, em seu artigo 9º, que "aspirando sinceramente à paz internacional baseada na justiça e na ordem, o povo japonês renuncia permanentemente à guerra como direito soberano da nação e à ameaça ou ao uso da força como meio de resolução de controvérsias internacionais".

Apesar da existência de tensões políticas, há clara interdependência social e econômica do Japão com seu entorno. O país possui 32.667 empresas na China, 3.880 na Índia, 1.766 na Indonésia, 1.641 na Tailândia, 1.521 nas Filipinas, 1.452 no Vietnã e 1.347 na Malásia.

O Japão tem buscado reforçar seus laços com a América Latina, como demonstrado pelas visitas do primeiro-ministro Shinzo Abe à região em julho/agosto de 2014 e em setembro/outubro de 2015.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O PIB japonês apresentou crescimento real de 0,4% no quarto trimestre de 2017. Trata-se do oitavo trimestre consecutivo de expansão, sequência mais longa já registrada neste século. Em 2017, o crescimento do PIB foi de 1,7%. O superávit acumulado no ano somou 4,2 trilhões de ienes (cerca de 40 bilhões de dólares). Para o ano fiscal de 2018, as projeções macroeconômicas do governo estimam crescimento real médio de 1,8%.

O cenário econômico positivo, com crescimento do PIB e taxa recorde de baixo nível de desemprego (cerca de 3%), indica que as políticas monetárias e financeiras da *Abenomics* têm dado resultado. Do início da década de 1990 até a implementação dessa política econômica, o Japão enfrentou quadro de estagnação. Em 2012, quando Abe reassumiu o governo, os principais desafios a serem enfrentados eram: i) persistente quadro de deflação; ii) câmbio sobrevalorizado; e iii) crescente déficit público relacionado a elevadas despesas governamentais com bem-estar social, decorrentes do envelhecimento da população.

Nesse contexto, no início de 2013, o governo concebeu o que denominou "estratégia de três flechas": i) flexibilização monetária, com meta de 2% de inflação; ii) política fiscal expansionista, com incremento de obras de infraestrutura; e iii) reformas estruturais, como a expansão da oferta no mercado de trabalho para mulheres e idosos, assim como estímulo à competição setorial no mercado de bens e serviços. As autoridades nipônicas estimam que o pacote proporcionará crescimento médio nominal de 3% ao ano até 2022.

Relações econômicas bilaterais:

O Japão é, na Ásia, o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. Por sua vez, o Brasil é o principal parceiro comercial do Japão na América Latina e ocupa posição de relevo como fornecedor de minério de ferro e produtos alimentícios ao país.

O intercâmbio comercial Brasil-Japão aumentou mais de 80% entre 2004 e 2014, atingindo, em 2011, a histórica marca de US\$ 17,3 bilhões. Apesar do recuo nos últimos anos, o intercâmbio bilateral voltou a crescer e chegou a US\$ 9 bilhões em 2017. As exportações brasileiras para o Japão compõem-se, na maior parte, de produtos básicos (minério de ferro, alumínio, café, carnes e soja em grãos), e as importações brasileiras procedentes do Japão correspondem, em sua quase totalidade, a produtos manufaturados (máquinas, automóveis, eletrônicos, instrumentos de precisão e produtos químicos). Há interesse em ampliar e diversificar as exportações nacionais, em especial nos setores de agronegócio, alimentação, energia, vestuário, indústria cultural e criativa.

O Japão possui o 6º maior estoque de investimentos externos diretos (IED) no Brasil, onde operam 698 empresas japonesas. Em 2017, o IED japonês no Brasil alcançou US\$ 537 milhões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1868	Restauração Meiji – considerada a fundação do Japão moderno.
1941	Ataque japonês a Pearl Harbor. Estados Unidos declaram guerra ao Japão.
1945	Ataque norte-americano com bombas atômicas às cidades de Hiroshima e Nagasaki. Fim da Segunda Guerra Mundial.
1946	É promulgada a Constituição do Japão.
1956	O Japão ingressa nas Nações Unidas.
1964	Tóquio sedia os Jogos Olímpicos – os primeiros a serem realizados na Ásia.
1972	Restabelecimento das relações diplomáticas do Japão com a China.

1989	Ascensão do imperador Akihito, sucedendo ao falecido imperador Hirohito.
1997	O Japão sedia a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Quioto (COP-3).
2002	O Japão sedia a Copa do Mundo, juntamente com a Coreia do Sul.
2009	O Partido Democrático vence as eleições gerais no Japão, encerrando período de mais de cinquenta anos de supremacia do PLD.
2011	Grande terremoto e tsunami de Sendai (Tohoku), seguido da explosão no complexo nuclear de Fukushima.
2012	Shinzo Abe, do PLD, assume o cargo de primeiro-ministro.
2013	Tóquio é escolhida para sediar os Jogos Olímpicos de 2020.
2015	A Câmara Alta da Dieta aprova nova legislação de segurança, que permite ao Japão exercer o direito à autodefesa coletiva e participar de variedade mais ampla de Operações de Paz da ONU, incluindo atividades que possivelmente envolvam o uso de armas na defesa do mandato da missão.
2016	O Japão sedia a Cúpula do G-7 em Isejima.
2017	O Parlamento japonês aprova lei que permite abdicação do Imperador Akihito (prevista para abril de 2019). Shinzo Abe é reeleito como primeiro-ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1895	Assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.
1897	Abertura das respectivas representações diplomáticas.
1908	Início da imigração japonesa no Brasil (chegada do navio Kasato Maru).
1928	Início da imigração japonesa na Amazônia.
1942	Rompimento de relações diplomáticas.
1952	Restabelecimento das relações diplomáticas.
1958	Visita do príncipe e da princesa Mikasa ao Brasil (50 anos da

	imigração japonesa).
1959	Visita do primeiro-ministro Nobosuke Kishi ao Brasil.
1967	Visita do príncipe herdeiro Akihito e da princesa Michiko ao Brasil.
1974	Visita do primeiro-ministro Kakuei Tanaka ao Brasil.
1976	Visita do presidente Ernesto Geisel ao Japão.
1978	Visita do príncipe herdeiro Akihito e da princesa Michiko ao Brasil (70 anos da imigração japonesa) e lançamento do PRODECER.
1982	Visitas ao Brasil do PM Zenko Suzuki e do príncipe Naruhito.
1984	Visita do presidente João Baptista Figueiredo ao Japão.
1988	Visita do príncipe Fumihito ao Brasil (80 anos da imigração japonesa).
1994	Visita do chanceler Yohei Kono ao Brasil.
1995	Visitas do vice-presidente Marco Maciel ao Japão e da princesa Nori ao Brasil, no contexto do Centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação de 1895.
1996	Visitas do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Japão e do primeiro-ministro Ryutaro Hashimoto ao Brasil.
1997	Visita do imperador Akihito e da imperatriz Michiko ao Brasil.
1998	Visitas do chanceler Keizo Obuchi ao Brasil e do chanceler Luiz Felipe Lampreia ao Japão.
2002	Visita do chanceler Celso Lafer ao Japão.
2004	Visitas do chanceler Celso Amorim ao Japão e do primeiro-ministro Junichiro Koizumi ao Brasil e estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Japão.
2005	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Japão e assinatura do Programa Conjunto de Revitalização das Relações Econômicas.
2006	Adoção do padrão de televisão digital com base no sistema japonês ISDB-T. No mesmo ano, o número de brasileiros residentes no Japão ultrapassa 300 mil.
2008	Visitas da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, ao Japão, bem como do príncipe herdeiro Naruhito e do ministro de Economia, Comércio e Indústria, Akira Amari, ao Brasil, no contexto do Ano do Intercâmbio Brasil-Japão (centenário da imigração japonesa no Brasil).
2009	I Reunião do Comitê Conjunto de Promoção Comercial e de Investimentos Brasil-Japão.
2010	Visitas do vice-ministro parlamentar dos Negócios Estrangeiros Shuji Kira e do ex-primeiro-ministro Junichiro Koizumi ao Brasil.
2010	Visitas do ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e do ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, ao Japão.
2011	Visitas do chanceler Takeaki Matsumoto ao Brasil e do chanceler Antonio Patriota ao Japão, bem como estabelecimento do

	"Movimento Brasil Solidário" em favor das vítimas do terremoto e tsunami de Sendai, coordenado pela Embaixada em Tóquio.
2012	Visitas do ministro para Política Nacional, para Políticas de Ciência e Tecnologia, para Política Espacial e para Política Econômica e Fiscal Motohisa Furukawa e do chanceler Koichiro Gemba, que chefiou a delegação japonesa para a Conferência Rio+20. Visitas do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel; do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho – para participar da Conferência Ministerial Mundial sobre Redução de Risco de Desastres –; do ministro da Fazenda, Guido Mantega, e do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini – para participar das reuniões anuais do FMI e do Banco Mundial –, ao Japão.
2013	Visitas do ministro da Economia, Comércio e Indústria do Japão, Toshiimitsu Motegi; do ministro de Assuntos Internos e das Comunicações, Yoshitaka Shindo; e do chanceler Fumio Kishida ao Brasil. Visitas da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira – para chefiar a delegação brasileira à Convenção de Minamata sobre Mercúrio –; e da ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, para participar do Fórum Empresarial Japão-América Latina e Caribe.
2014	Visitas da princesa Takamado, durante a Copa do Mundo, e do primeiro-ministro Shinzo Abe ao Brasil – quando as relações bilaterais foram elevadas ao nível de Parceria Estratégica e Global. Estabelecimento do mecanismo de diálogo entre chanceleres.
2015	Visitas do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Francisco Falcão, e do chanceler Mauro Vieira ao Japão, bem como do príncipe e da princesa Akishino ao Brasil, como parte das comemorações dos 120 anos do estabelecimento das relações diplomáticas.
2016	Visitas do primeiro-ministro Shinzo Abe ao Brasil, por ocasião da cerimônia de encerramento dos Jogos Olímpicos Rio 2016, e do presidente Michel Temer ao Japão.
2017	Visitas do vice-primeiro-ministro Taro Aso ao Brasil – por ocasião da Inauguração da <i>Japan House</i> , em São Paulo –; e visitas ao Japão do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Westphalen Etchegoyen.
2018	Visita do príncipe herdeiro Naruhito, para participar do 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília.

ACORDOS BILATERAIS

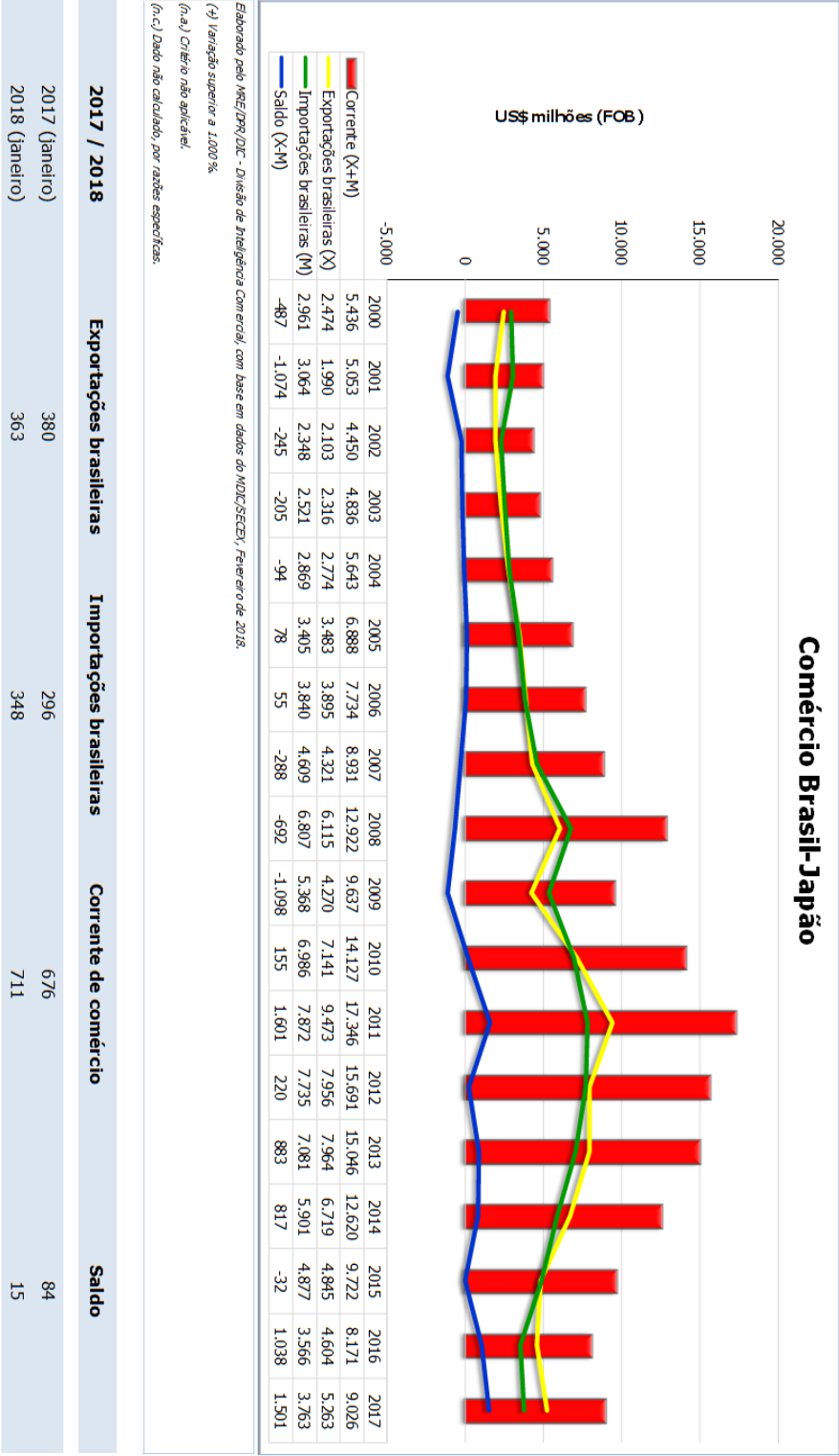
Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Publicação no DOU
Acordo sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Assunto Aduaneiros	14/09/2017	-	Em promulgação (tramitação no Poder Executivo)
Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	24/01/2014	14/02/2016	26/04/2016
Troca de Notas sobre Isenção de Vistos para Passaporte Diplomático, Passaporte Oficial e Passaporte de Serviço	02/09/2013	01/11/2013	16/09/2013
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica	25/06/2012	25/06/2012	12/11/2012
Acordo de Previdência Social	29/07/2010	01/03/2012	16/03/2012
Acordo, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) para Concessão de Empréstimo Japonês para Promover o “Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista Fase II”	01/07/2010	23/12/2010	23/12/2010
Acordo sobre isenção de PIS, FINSOCIAL e COFINS para aeronaves japonesas operando no Brasil	22/07/2009	22/07/2009	05/08/2009

Acordo em Relação à Concessão de Empréstimo Japonês com Vistas a Promover os Esforços de Estabilização e Desenvolvimento Econômicos da República Federativa do Brasil	14/07/2009	15/09/2010	-
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, concernente ao Estudo para o Desenvolvimento de uma Solução Integrada relativa à Gestão de Resíduos Industriais no Pólo Industrial de Manaus	01/08/2008	01/08/2008	28/08/2008
Acordo que dará Efetividade ao "Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista".	20/08/2003	24/06/2004	12/07/2004
Acordo sobre Empréstimos Japoneses com vistas a Promover Esforços de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil	14/07/2000	27/11/2001	08/02/2002
Acordo Alterando os Quadros de Rotas do Anexo ao Acordo sobre Transportes Aéreos	30/06/1999	30/06/1999	13/07/1999
Acordo Relativo a um Empréstimo Japonês Concedido aos Estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para Projetos Ambientais	26/08/1996	24/09/1997	13/03/1998
Acordo que Estabelece os Novos Quadros de Rotas Aéreas	16/11/1993	16/11/1993	23/11/1993

Acordo que concede Status Autônomo ao Escritório de Representação do Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina no Rio de Janeiro	12/03/1993	01/06/1993	11/03/1994
Acordo Relativo à Concessão de Empréstimos, pelo Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina, para o Financiamento de Três Projetos Ambientais	12/03/1993	01/07/1993	07/03/1994
Acordo sobre Concessão de um Empréstimo nos Termos do Plano de Reciclagem Financeira	10/11/1989	14/11/1990	07/02/1991
Acordo sobre Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia	25/05/1984	20/06/1985	27/03/1991
Acordo sobre o Protocolo que Modifica e Complementa a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos	23/03/1976	29/12/1977	-
Protocolo que Modifica e Complementa a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimento	23/03/1976	29/12/1977	11/01/1978
Acordo Básico de Cooperação Técnica	22/09/1970	15/07/1971	08/07/1971
Acordo para a Concessão de Isenções Aduaneiras aos Consulados e Cônsules de Carreira	23/06/1967	06/07/1967	12/07/1967
Acordo que estabelece Comissão Mista Permanente Brasil-Japão para a Promoção do	07/02/1967	07/02/1967	-

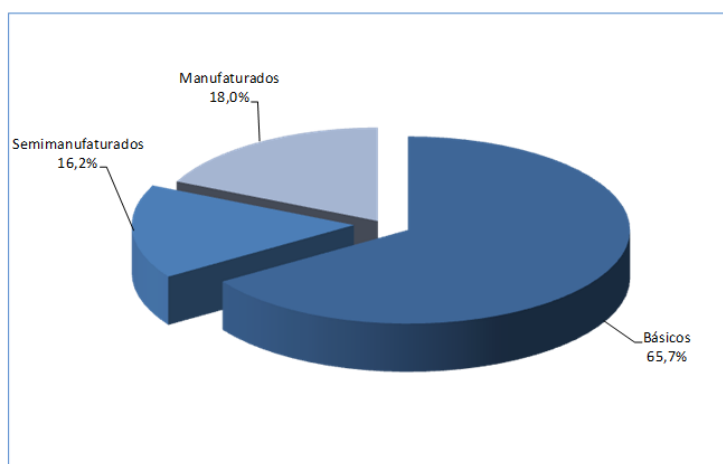
Intercâmbio Comercial			
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos	24/01/1967	31/12/1967	18/12/1967
Acordo Cultural	23/01/1961	18/11/1964	23/12/1964
Acordo de Migração e Colonização	14/11/1960	29/10/1963	06/12/1963
Acordo sobre Transportes Aéreos	14/12/1956	19/10/1962	04/12/1962
Acordo sobre Assistência Judiciária	23/09/1940	01/11/1940	28/09/1940
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação	05/11/1895	12/12/1897	31/03/1897

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

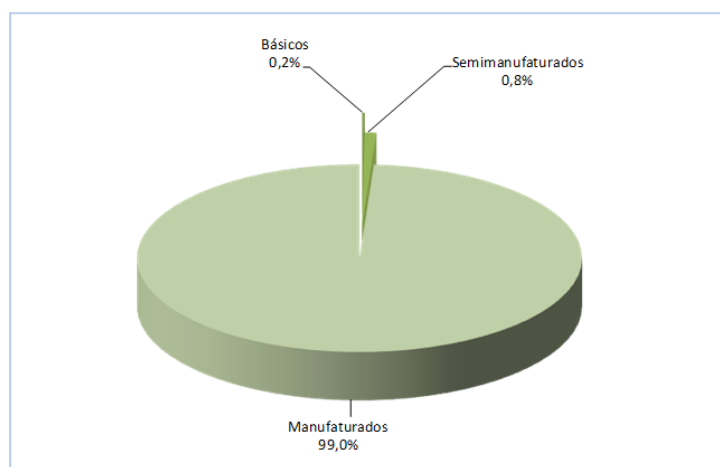


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



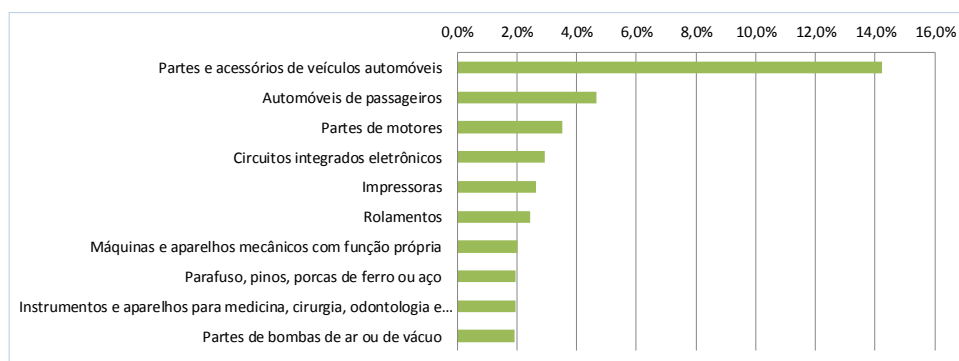
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

Composição das importações brasileiras originárias do Japão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Partes e acessórios de veículos automóveis	505	10,4%	454	12,7%	536	14,2%
Automóveis de passageiros	326	6,7%	130	3,6%	176	4,7%
Partes de motores	173	3,5%	128	3,6%	133	3,5%
Circuitos integrados eletrônicos	78	1,6%	69	1,9%	110	2,9%
Impressoras	133	2,7%	93	2,6%	99	2,6%
Rolamentos	95	1,9%	74	2,1%	92	2,4%
Máquinas e aparelhos mecânicos com função própria	76	1,6%	86	2,4%	76	2,0%
Parafuso, pinos, porcas de ferro ou aço	82	1,7%	69	1,9%	74	2,0%
Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária	69	1,4%	59	1,7%	73	1,9%
Partes de bombas de ar ou de vácuo	114	2,3%	67	1,9%	72	1,9%
Subtotal	1.651	33,9%	1.229	34,5%	1.441	38,3%
Outros	3.226	66,1%	2.337	65,5%	2.322	61,7%
Total	4.877	100,0%	3.566	100,0%	3.763	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

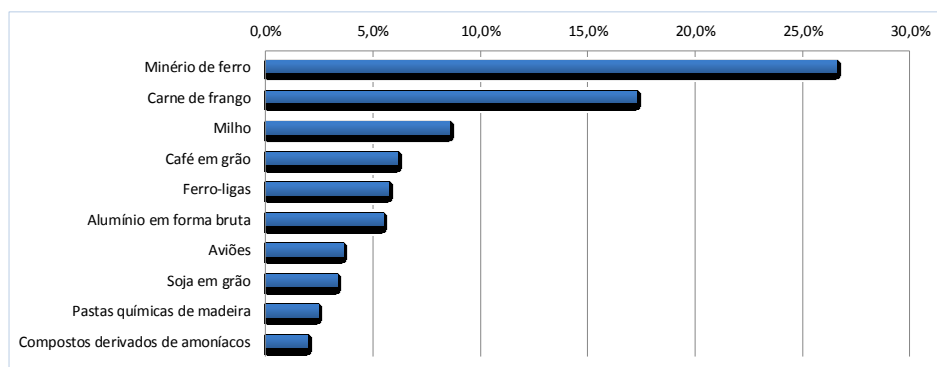


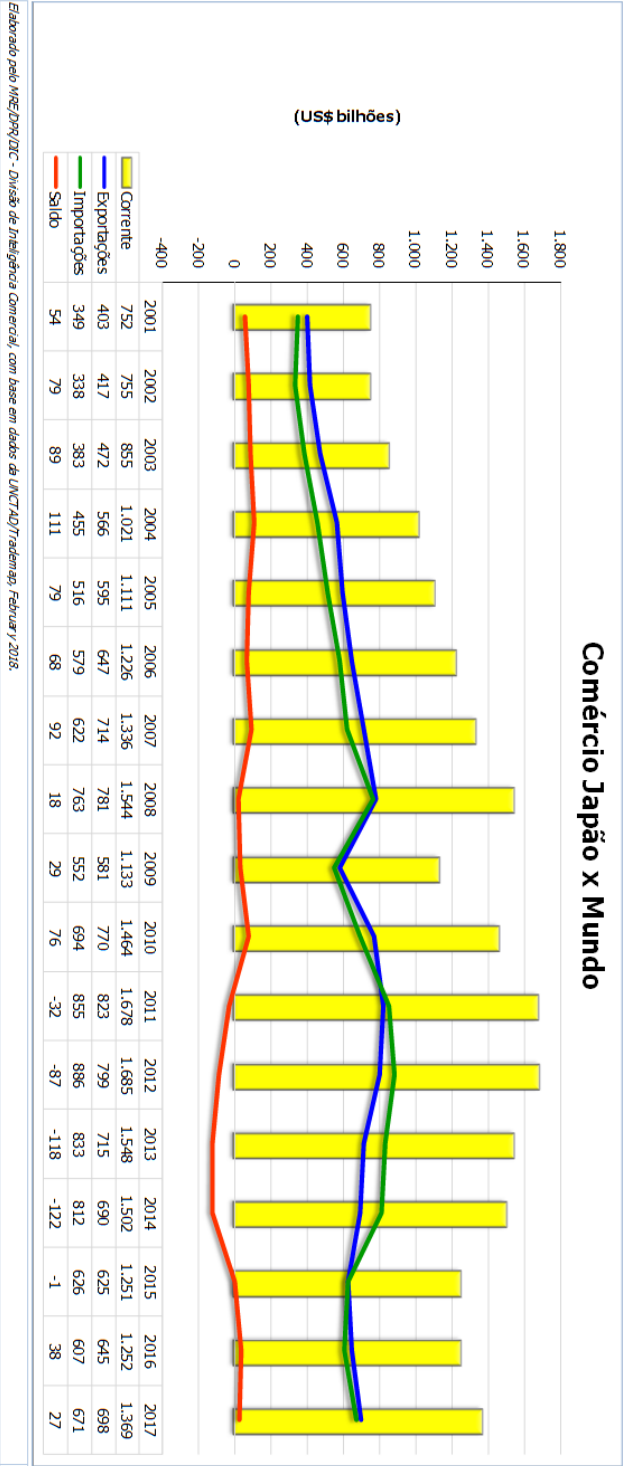
Composição das exportações brasileiras para o Japão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minério de ferro	1.209	25,0%	1.073	23,3%	1.400	26,6%
Carne de frango	838	17,3%	720	15,6%	909	17,3%
Milho	461	9,5%	455	9,9%	452	8,6%
Café em grão	440	9,1%	414	9,0%	324	6,2%
Ferro-ligas	231	4,8%	240	5,2%	302	5,7%
Alumínio em forma bruta	367	7,6%	246	5,3%	287	5,5%
Aviões	87	1,8%	219	4,8%	190	3,6%
Soja em grão	185	3,8%	172	3,7%	175	3,3%
Pastas químicas de madeira	103	2,1%	113	2,5%	129	2,5%
Compostos derivados de amoníacos	70	1,4%	60	1,3%	104	2,0%
Subtotal	3.991	82,4%	3.712	80,6%	4.272	81,2%
Outros	854	17,6%	892	19,4%	991	18,8%
Total	4.845	100,0%	4.604	100,0%	5.263	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

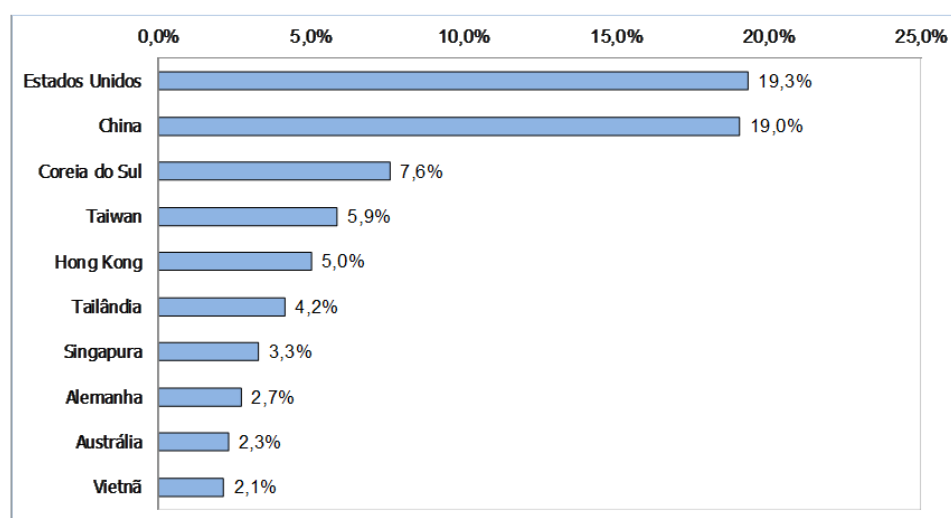




Principais destinos das exportações do Japão
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Estados Unidos	135	19,3%
China	133	19,0%
Coreia do Sul	53	7,6%
Taiwan	41	5,9%
Hong Kong	35	5,0%
Tailândia	29	4,2%
Singapura	23	3,3%
Alemanha	19	2,7%
Austrália	16	2,3%
Vietnã	15	2,1%
...		
Brasil (27º lugar)	3	0,5%
Subtotal	502	72,0%
Outros países	196	28,0%
Total	698	100,0%

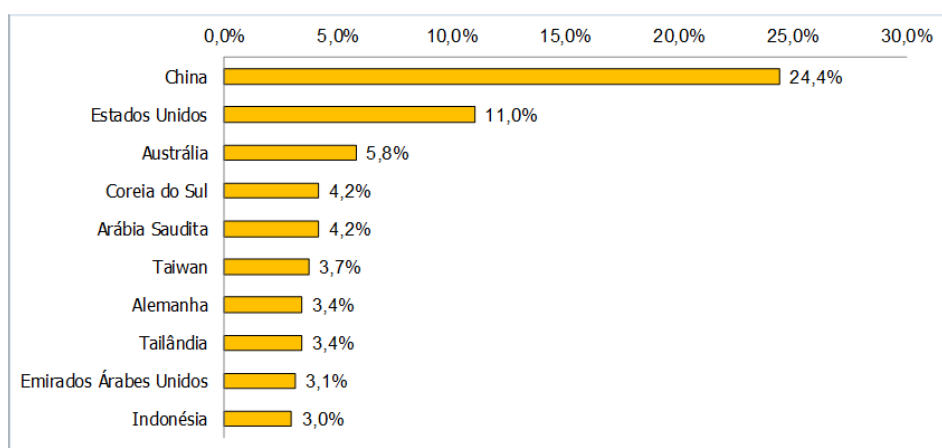
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Principais origens das importações do Japão
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	164	24,4%
Estados Unidos	74	11,0%
Austrália	39	5,8%
Coreia do Sul	28	4,2%
Arábia Saudita	28	4,2%
Taiwan	25	3,7%
Alemanha	23	3,4%
Tailândia	23	3,4%
Emirados Árabes Unidos	21	3,1%
Indonésia	20	3,0%
...		
Brasil (21º lugar)	7	1,1%
Subtotal	452	67,4%
Outros países	219	32,6%
Total	671	100,0%

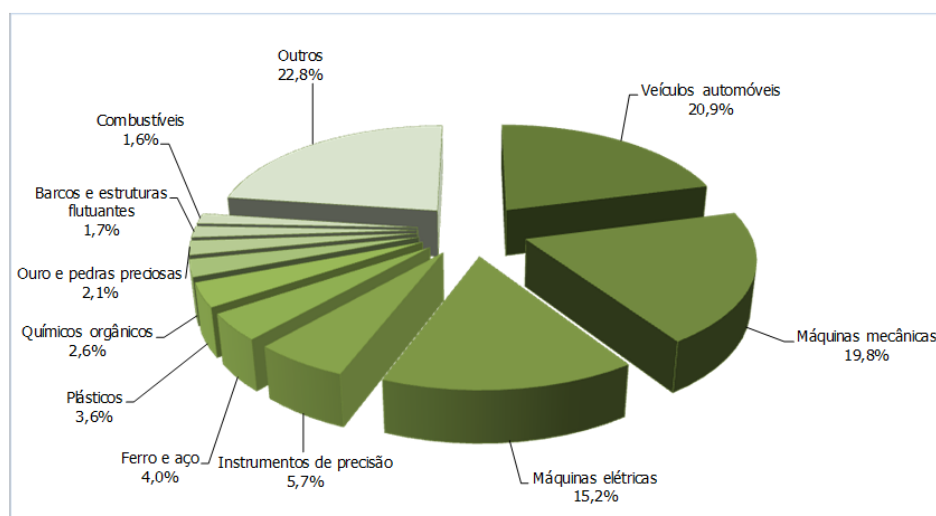
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Composição das exportações do Japão (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Veículos automóveis	146	20,9%
Máquinas mecânicas	138	19,8%
Máquinas elétricas	106	15,2%
Instrumentos de precisão	40	5,7%
Ferro e aço	28	4,0%
Plásticos	25	3,6%
Químicos orgânicos	18	2,6%
Ouro e pedras preciosas	15	2,1%
Barcos e estruturas flutuantes	12	1,7%
Combustíveis	11	1,6%
Subtotal	539	77,2%
Outros	159	22,8%
Total	698	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

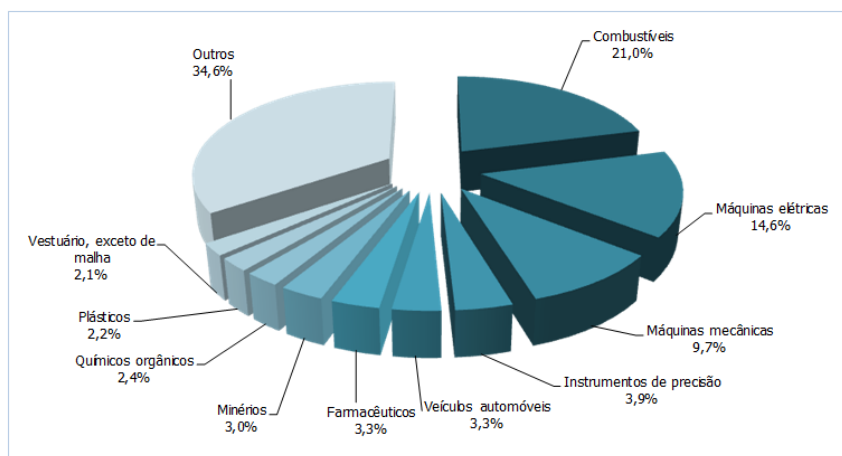


Composição das importações do Japão (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Combustíveis	141	21,0%
Máquinas elétricas	98	14,6%
Máquinas mecânicas	65	9,7%
Instrumentos de precisão	26	3,9%
Veículos automóveis	22	3,3%
Farmacêuticos	22	3,3%
Minérios	20	3,0%
Químicos orgânicos	16	2,4%
Plásticos	15	2,2%
Vestuário, exceto de malha	14	2,1%
Subtotal	439	65,4%
Outros	232	34,6%
Total	671	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

10 principais grupos de produtos importados



EMBAIXADA DO BRASIL EM TÓQUIO
RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADOR ANDRÉ CORRÊA DO LAGO

Transmito, a seguir, relatório simplificado de minha gestão à frente da Embaixada em Tóquio, iniciada em 17 de outubro de 2013.

O presente relatório está estruturado da seguinte forma:

- I- Introdução
- II- Relações Políticas;
- III- Relações Econômicas;
- IV- Relações de Cooperação;
- V- Diplomacia Pública;
- VI- Conclusão

Observo que busquei identificar ao longo do texto algumas das principais ações realizadas e dificuldades enfrentadas durante a minha gestão e apresento, em conclusão, sugestões para o novo titular.

I- INTRODUÇÃO

2. Ao assumir a Embaixada do Brasil em Tóquio, em 17 de outubro de 2013, tive o privilégio de dar continuidade ao trabalho de diversos colegas que admiro e o desafio de suceder um grande diplomata e amigo, por quem tenho particular respeito profissional, o Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão, que realizou trabalho reconhecidamente exemplar durante o período que esteve à frente dessa missão diplomática (2011-2013), sobretudo diante da circunstância de ter assumido suas atividades apenas dois meses antes do forte terremoto que atingiu este país em 11 de março de 2011, seguido de tsunami e marcado pelo acidente nuclear de Fukushima, com impactos catastróficos e profunda repercussão na população e nas ações do governo japonês, nos planos interno e internacional. Já minha gestão coincidiu com a revitalização da economia japonesa com base em ambicioso programa de governo do atual Primeiro-Ministro, Shinzo Abe, cujo governo iniciou-se em dezembro de 2012 e que, ao se aproximar dos seis anos no poder, se torna um dos mais longevos primeiros-ministros japoneses no pós-guerra.

3. Apoiado por excelente corpo de servidores dedicados ao acompanhamento das variadas dimensões do relacionamento bilateral e dos diferentes matizes da atuação japonesa na esfera internacional, procurei dar o máximo de dinamismo à Embaixada, com base nas prioridades da política externa brasileira, nas orientações específicas da Secretaria de Estado com relação ao Japão e na identificação pelo Posto de oportunidades para o adensamento dos marcantes e diversificados vínculos de cooperação e amizade existentes entre o Brasil e esse país.

4. Para além de constituir-se parceiro importante e confiável, com o qual o histórico relacionamento humano, político e econômico alcançou elevado nível de maturidade, o Japão mantém-se como ator incontornável para o balizamento e o aprofundamento de nossas relações com a Ásia. A ascensão desse continente como o centro do dinamismo econômico mundial reforça a importância de nossa relação bilateral, sobretudo por ser

o país com o qual o Brasil mantém vínculos mais sólidos na região. Além do aspecto econômico, a evolução recente do cenário político e de segurança global contribuiu para dar ao Japão nova posição de destaque para o encaminhamento de importantes questões internacionais.

5. Tendo em vista o papel central da Ásia na economia mundial e com o intuito de contribuir para a elaboração de ações articuladas do governo brasileiro para esse continente, a Embaixada em Tóquio iniciou, em 2016, o desenvolvimento de iniciativa conjunta com as Embaixadas em Nova Delhi e Pequim no sentido de contribuir para o debate e eventual preparação de nova e ambiciosa estratégia de atuação brasileira para o continente asiático, anunciada pelo Ministro das Relações Exteriores, em Pequim, em junho de 2017. O trabalho executado foi extremamente profícuo e tenho muito a agradecer aos colegas lotados nos três Postos, que contribuíram decisivamente para a concepção de texto básico, originalmente intitulado “A Rota da Ásia”.

6. Procurei, igualmente, acentuar as possibilidades de atuação desta Embaixada no território japonês, apesar da realidade orçamentária dos últimos anos, valorizando – sobretudo – os próprios nacionais, os recursos que podem ser obtidos junto ao setor privado no Japão e a qualidade profissional dos funcionários locais e daqueles integrantes do Quadro lotados no Posto.

7. A Residência e a Chancelaria da Embaixada do Brasil em Tóquio, próprios nacionais, são instrumentos de grande relevância para a promoção e a representação do Brasil e para a execução da missão a mim confiada. Ambos os edifícios são ainda mais simbolicamente relevantes por serem exemplos concretos dos laços humanos que unem o Brasil e Japão, já que foram projetados pelo arquiteto nipo-brasileiro Ruy Ohtake e construídos em 1982. Na Chancelaria, buscou-se, ao longo de minha gestão, a readequação dos espaços com melhor divisão e distribuição do pessoal, de forma a priorizar os espaços públicos e executar o maior número de eventos possível. Essas ações, aliadas a iniciativas com parceiros locais e obras de pequeno porte, mas de grande impacto, possibilitaram a readequação do andar de eventos aumentando o espaço público na Chancelaria para mais de 250 m².

8. Com o imprescindível apoio da Secretaria de Estado, foi possível realizar grande obra para a remodelação completa do sistema de climatização e de energia elétrica de alta tensão, bem como obra de reforço estrutural, a fim de garantir ao edifício o mais alto padrão de segurança antissísmica, fator natural de preocupação em um país como o Japão, sobretudo para em edifício com mais de 35 anos. Esse conjunto de obras tem assegurado o uso contínuo dos espaços da Chancelaria ao longo de todo o ano e a promoção de variados eventos em seus recintos, desde a apresentação e promoção de produtos e serviços brasileiros a exposições e seminários.

9. Na Residência oficial, por sua vez, estão em curso e deverão ser concluídas, em setembro de 2018, igualmente, significativas obras de substituição do sistema de climatização e de energia elétrica de alta tensão, bem como a de reforço estrutural antissísmico, que deverão tornar mais adequados seus espaços para a realização de eventos os mais diversos.

10. Apresento, a seguir, as principais atividades de minha gestão, relativas às mencionadas quatro grandes áreas de atuação da Embaixada:

II- RELAÇÕES POLÍTICAS

(a) Parceria Estratégica e Global e Relações Bilaterais

11. Os esforços de consolidação e de aprofundamento dos vínculos políticos entre Brasil e Japão desdobraram-se em diversas frentes, sempre se buscando a melhor e mais efetiva utilização dos mecanismos de consultas bilaterais já estabelecidos. O principal avanço formal, em anos recentes, foi o estabelecimento da Parceria Estratégica e Global entre os dois países, firmada por ocasião da visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro Abe, em agosto de 2014. A parceria renovou as bases de nossas relações bilaterais, promoveu a institucionalização de novos mecanismos e lançou iniciativas bilaterais que buscaram interação mais efetiva entre os dois países que são amplamente percebidos como líderes regionais e dirigidas a ampliar o reconhecimento de seus papéis como relevantes atores internacionais.

12. Desde a visita oficial de Shinzo Abe ao Brasil, foram realizados um encontro de chanceleres em Tóquio (28 e 29/7/2015) e duas reuniões de consultas políticas, com a vinda do Subsecretário-Geral da Ásia e do Pacífico do MRE ao Japão (Tóquio, 2/2/2016) e a ida do Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros ao Brasil (Brasília, 5/6/2017). Para 2018, estão novamente previstas uma reunião de consultas políticas em nível de vice-ministro, a realizar-se no Japão, e uma reunião de chanceleres, ora agendada para realizar-se em Tóquio no próximo dia 17 de maio.

13. Em outubro de 2016, com a visita oficial do Presidente da República Michel Temer, superou-se lapso de quase oito anos sem que um chefe de estado brasileiro realizasse visita oficial ao Japão (precedida de dois adiamentos, em 2013 e 2015). A decisão de realizar viagem oficial ao Japão poucos meses após assumir a Presidência indicou a prioridade para o Brasil de fortalecer a relação e buscar a superação dos desafios que os investimentos nipônicos enfrentavam no nosso país. Em todas as ocasiões em que autoridades de nossos dois países se reuniram (e aqui também incluo as visitas de ministros de outras pastas – Transportes; Agricultura; Minas e Energia; e Esporte –, citadas em outros trechos do relatório), ficaram evidentes as visões e objetivos compartilhados por Brasil e Japão a respeito de temas centrais da agenda internacional: democracia, direitos humanos, desarmamento, mudança do clima, desenvolvimento sustentável, reforma e fortalecimento de organismos internacionais como ONU e OMC, entre outras.

14. Essas visões, valores e objetivos comuns permitiram ainda que, ao longo do período em que estive à frente do Posto, Brasil e Japão tenham se apoiado reciprocamente no lançamento de candidaturas aos mais diversos órgãos do sistema internacional, ora intercambiando votos, ora referendando candidatos e posições movidos pelo simples entendimento de que a presença do país, ou de seu representante, nesses órgãos e instâncias seria mutuamente interessante.

(b) O Japão e seu entorno

15. Com vistas a fortalecer os vínculos com o Japão e a identificar novas áreas de atuação conjunta e apoio mútuo, busquei acompanhar a evolução de sua inserção internacional, observando seu comportamento em face dos crescentes desafios que se

apresentam em seu entorno imediato, dos quais a assertividade chinesa e a ameaça norte-coreana são os mais conhecidos. Nesse contexto, acompanhei também as iniciativas japonesas para contrabalançar a diminuição de seu peso relativo no sistema internacional em face da ascensão da China e para fazer valer seus interesses, sem, contudo, descuidar da aliança com os EUA, em especial após a instabilidade trazida pela chegada de Donald Trump à Casa Branca, da necessidade de formalizar a paz com a Rússia (em razão de disputa territorial que se estende desde 1945), do imperativo de resolver questões históricas com a Coreia do Sul.

16. Importante, também, é a observação de como evolui a situação política internacional do Japão como resultado de iniciativas na busca de novas alianças em países alinhados com seus objetivos de política externa, principalmente Austrália e Índia. Agrupados sob a estratégia japonesa para um "Indo-Pacífico Livre e Aberto", que posiciona sob um mesmo guarda-chuva conceitual todos os temas relevantes à inserção internacional do Japão, esses movimentos permitiram à diplomacia nipônica conferir unidade de tratamento a um espaço geográfico que vai da costa pacífica do continente americano (Norte e Sul) ao Oriente Médio, passando pelo sudeste asiático, pelo subcontinente indiano e pela costa oriental da África.

17. De modo a permitir a produção de conhecimento de qualidade a respeito desses temas, meus colaboradores e eu ampliamos o número de interlocutores no governo japonês e no Parlamento e nos fizemos presentes em conferências, simpósios, mesas redondas, organizadas pela comunidade de "think tanks" sediados em Tóquio, bem como interagimos diretamente com especialistas em política externa japonesa, buscando sempre diversificar fontes de informação e entrar em contato com diferentes visões de mundo. Destaco, nesse contexto, a constante interação com membros do corpo diplomático local, em especial os representantes do agrupamento BRICS, dos países latino-americanos e dos membros da CPLP, com os quais me reúno com frequência.

(c) G4

18. O conhecimento profundo das circunstâncias do Japão e de seu entorno torna-se ainda mais relevante no contexto do objetivo brasileiro de tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Brasil, ao lado de Alemanha, Índia e Japão, reunidos no G4, devem desenvolver a capacidade de entender e acompanhar as mais complexas crises em todas as regiões do mundo com o objetivo de demonstrar a contribuição que podem dar à resolução de conflitos em todas as regiões do mundo. Nesse sentido, a Embaixada deu um acompanhamento frequente a essas discussões que se balizam pela realização das reuniões de diretores-gerais encarregados de assuntos do G4, que são realizadas anualmente nas capitais dos quatro países e, também, em Nova York.

(d) Defesa e Segurança Internacional

19. No contexto da Parceria Estratégica e Global estabelecida em 2014 determinou-se, também, a intenção de estabelecer cooperação na área de defesa, prevendo-se o início de diálogo bilateral sobre a temática e aventando-se a possibilidade de cooperação em equipamentos dessa natureza. Essa cooperação, no entanto, ainda é incipiente e limitada a intercâmbios de pessoal, oferecendo, portanto, oportunidades de aprofundamento, em

especial por meio da Adidância de Defesa da Embaixada e após o estabelecimento, na Embaixada do Japão em Brasília, da primeira adidância de defesa japonesa na América do Sul, em julho de 2014.

20. Em temática correlata, visitou o país, em 2017, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, que, ao reunir-se com autoridades nipônicas nas áreas de inteligência e segurança cibernética, sinalizou oportunidades de cooperação sobre esses temas, sobretudo após o grande êxito nessa área das Olimpíadas do Rio de Janeiro e a aproximação das Olimpíadas de Tóquio, em 2020. Na ocasião, foram apresentadas propostas concretas de atividades a serem desenvolvidas em conjunto, que se encontram atualmente em processo de avaliação.

(e) Política Interna Japonesa

21. O acompanhamento de política interna japonesa busca, sobretudo, identificar atores que possam contribuir para a defesa dos interesses brasileiros no Japão e o apoio a projetos de interesse bilateral. O Brasil conta com diversos aliados no Japão e a maioria dos políticos e formadores de opinião tem uma predisposição positiva quanto ao País por ter sido aquele que recebeu o maior número de imigrantes japoneses. A maioria, no entanto, continua a ter uma imagem do Brasil ultrapassada e muito distante das complexidades e riquezas da sociedade contemporânea brasileira. Essa realidade exige especial esforço de divulgação do Brasil.

22. A família imperial atribui especial atenção ao Brasil e aos brasileiros. Apesar de sua função essencialmente simbólica, à luz da constituição democrática de 1946-47, sua influência é notável, assim como o respeito que inspira na população japonesa, em meio ao debate sobre a abdicação do imperador Akihito, a qual deverá ter lugar em abril de 2019, com a subsequente ascensão ao trono do príncipe-herdeiro Naruhito. A família imperial mantém-se atenta ao aprofundamento dos laços entre nossos países e ao destino dos descendentes de japoneses que vivem no Brasil, além de solidária com as necessidades dos brasileiros que residem no Japão.

23. Membros da família imperial mantiveram, nos últimos anos, o ritmo de viagens ao Brasil em função das datas marcantes. A princesa Takamado esteve na Copa do Mundo de 2014, o príncipe e a princesa Akishino, em 2015, por ocasião das celebrações de 120 anos de relações diplomáticas entre nossos países, e a Princesa Mako deve viajar, em julho deste ano, para a celebração dos 110 anos da chegada ao Brasil do primeiro navio com imigrantes japoneses.

24. Com vistas a valorizar essa relação, organizamos, na Chancelaria da Embaixada, por ocasião da celebração do 7 de setembro de 2017, uma exposição sobre os 50 anos da visita do Imperador e da Imperatriz ao Brasil, quando ainda eram príncipes herdeiros. A mostra, que se manteve aberta ao público por dois meses, recebeu diversos membros da família imperial e autoridades. Em gesto inédito para nossa Embaixada - e raríssimo entre as representações diplomáticas em Tóquio -, o Imperador Akihito e a Imperatriz Michiko visitaram a mostra na Chancelaria em novembro de 2017, e após um encontro privado, comigo e minha mulher, em que discutimos, sobretudo, os desafios da integração das comunidades brasileiras no Japão, cumprimentaram todos os funcionários, brasileiros e japoneses, da Embaixada.

(f) Comunidades Brasileiras no Japão

25. A comunidade de quase duzentos mil brasileiros no Japão conta com o apoio dos quatro Postos no país. Enquanto a dimensão de assistência direta aos cidadãos brasileiros está a cargo dos consulados-gerais em Hamamatsu, Nagóia e Tóquio, nas suas respectivas jurisdições, à Embaixada cabe a promoção de gestões junto ao governo central, em temas de nível nacional, com vistas a garantir a devida atenção das autoridades e instituições japonesas às questões relativas aos brasileiros no Japão.

26. Os principais objetivos e prioridades na área de comunidade foram orientados, durante minha missão, por recomendações e diretrizes resultantes das Conferências “Brasileiros no Mundo”, do Foro Consular Brasil- Japão e de reuniões sobre temas específicos (Foro de Educação), bem como por esforço contínuo de prospecção dos interesses dos nacionais brasileiros, mediante o diálogo com a sociedade civil local, com representantes dos Conselhos de Cidadãos de Tóquio, Nagóia e Hamamatsu e com membros do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE).

27. A Embaixada buscou trabalhar em estreita coordenação com as excelentes equipes dos consulados-gerais em Tóquio, Nagóia e Hamamatsu, cujo conhecimento da realidade e dos interlocutores locais se mostrou fundamental para subsidiar iniciativas em prol da comunidade.

28. Em meus contatos com o governo japonês, procurei sublinhar a percepção do caráter recíproco dos fluxos migratórios entre os dois países. Em 2018, ano que marca o aniversário dos 110 anos da partida do navio “Kasato Maru”, a Embaixada tem buscado fortalecer a narrativa de que estamos celebrando não apenas o início da “imigração japonesa para o Brasil”, mas, sobretudo, a inauguração dos vínculos humanos entre os dois países, que emprestam ao relacionamento bilateral caráter especial.

29. A partir dessa percepção, tenho frisado a necessidade de que o governo japonês conceda reciprocidade pela plena integração que resultou da onda migratória de japoneses para o Brasil ao longo do século passado. Torna-se cada vez mais evidente que, após 25 anos das mudanças legislativas que permitiram o início do “movimento decasségui”, muitos brasileiros decidiram residir permanentemente no Japão. De forma concreta, a Embaixada trabalhou para estimular a adoção de políticas ativas de facilitação da integração dos nacionais residentes à sociedade local.

30. A educação vem sendo apontada reiteradamente por membros da comunidade como fator-chave para a integração dos brasileiros no Japão. A escola japonesa é gratuita e de qualidade, mas parte dos estudantes brasileiros enfrenta severas dificuldades ligadas à falta de proficiência no idioma nipônico, a práticas de “bullying” e à necessidade de adaptação às normas peculiares ao ambiente escolar japonês. A ausência de obrigatoriedade legal para a educação de estrangeiros gera a exclusão dessa parcela da população dos censos, o que dificulta a mensuração de problemas como a evasão escolar.

31. A interlocução com o governo japonês sobre o acesso da comunidade brasileira à educação constituiu linha prioritária do trabalho desta Embaixada ao longo de minha missão. Entre várias iniciativas, destaco dois projetos:

(i) Ao longo de 2016 e de 2017, sempre procurando reunir entidades acadêmicas de qualidade que assegurem base sólida para as informações e os pleitos apresentados a autoridades japonesas, a Embaixada estabeleceu parceria com a Universidade de Brasília para desenvolver pesquisa acerca da inserção de estudantes brasileiros em escolas no Japão. A pesquisa ficou a cargo do professor Mauricio Bugarin, do Departamento de Economia da UnB, que viaja frequentemente ao Japão como professor da Universidade Nacional de Yokohama. Utilizando modelos teóricos de análise de incentivos e tomada de decisões, a referida pesquisa analisou as opções de educação disponíveis às famílias brasileiras e resultou na elaboração de modelo de aulas extracurriculares voltado para promover o aprendizado do idioma japonês e calçado em três pilares: a) elevação do perfil da inserção escolar dos alunos brasileiros no sistema japonês, por meio de reforço nas matérias e na língua japonesa; b) acompanhamento e apoio psicológico; e c) cultura brasileira e português como língua de herança.

(ii) A Embaixada apoia, em coordenação com os consulados-gerais, a realização de pesquisa acadêmica para gerar dados objetivos e verificáveis sobre diagnósticos de autismo e de distúrbios emocionais entre crianças brasileiras, no sistema escolar japonês. A pesquisa visa a atender a importante preocupação da comunidade brasileira sobre alegações de erros de diagnóstico, resultando em significativas discrepâncias na alocação de crianças brasileiras em classes especiais. A Embaixada coordenou a elaboração dos termos de referência da pesquisa e a identificação de personalidades respeitadas nas comunidades científicas brasileira e japonesa, para compor banca responsável por emitir opinião sobre a qualidade dos sete projetos apresentados. A seleção do projeto a ser executado e o início da pesquisa estão previstos para até o final de maio.

32. Buscou-se apoiar, igualmente, a rede de “escolas brasileiras”, com currículo certificado pelo Ministério da Educação (MEC). Essas escolas, que abrigam hoje cerca de 10% das crianças e jovens brasileiros residentes no Japão, sofreram forte revés financeiro com a queda do número de nacionais brasileiros entre 2007 e 2015 e apresentam perda de qualidade e aumento do valor de mensalidades.

33. Durante minha missão, a atitude do governo central japonês constituiu freio ao desenvolvimento de algumas iniciativas em benefício da comunidade brasileira, particularmente na área de educação. Amparados pela legislação interna – que exclui da educação compulsória todos os estrangeiros (embora não negue vagas aos que procuram o sistema) –, o governo japonês trata a educação de estrangeiros como uma concessão e a evasão escolar como fato secundário. Será importante, nesse sentido, dar seguimento ao trabalho contínuo de buscar sensibilizar as autoridades centrais japonesas para a influência decisiva da educação na capacidade da comunidade brasileira de integrar-se e, em última instância, de contribuir plenamente à sociedade japonesa. Entretanto, o mesmo exercício tem avançado de forma consistente e muito positiva junto a autoridades locais - sobretudo graças aos esforços dos três Consulados Gerais do Brasil - que vêm demonstrando, ao contrário do governo central, grande sensibilidade ao tema da integração dos brasileiros no Japão. Nesse contexto, tenho conversado com autoridades locais sobre a importância das comunidades brasileiras nas viagens que realizei a diversas províncias do Japão, entre as quais destaco as visitas a Aichi, Chiba, Fukuoka, Gunma, Hiroshima, Hyogo, Ibaraki, Ishikawa, Kanagawa, Nagano, Nara, Okayama, Osaka, Quioto, Saitama, Shiga, Shizuoka, Tochigi,

Yamanashi, assim como, evidentemente, a diferentes localidades na província de Tóquio.

34. Cresceu, nos últimos anos, a discussão sobre a implantação, no curto prazo, em caráter unilateral pelo governo nipônico, de novo regime de visto e residência destinado aos descendentes japoneses de quarta geração (“yonseis”). Essa oportunidade concreta para yonseis interessados em trabalhar no Japão pode resultar em aumento substancial da comunidade brasileira. A Embaixada vem buscando estabelecer coordenação com as autoridades japonesas para estudar medidas que facilitem a adaptação dos novos brasileiros residentes e evitem a repetição dos problemas sociais que resultaram do “movimento decasségui”.

35. Além das medidas já mencionadas, a Embaixada tem apoiado institucionalmente iniciativas desenvolvidas em benefício da comunidade por organizações não governamentais, como o Serviço de Assistência aos Brasileiros no Japão (SABJA), a Associação das Escolas Brasileiras no Japão (AEBJ), a ABC Japão e a Associação Nipo-Brasileira de Economia e Cultura (ANBEC), entre outras.

36. Busquei contribuir para dar maior efetividade e dinamismo ao Foro Consular Brasil-Japão, cujas últimas reuniões foram em Tóquio, em abril de 2016, e em Brasília, em março de 2018, e ao estreitamento do contato entre a população brasileira e o governo brasileiro, por meio da realização de encontros entre representantes da comunidade com autoridades visitantes, como parlamentares em missão neste país, a exemplo da mencionada visita do Senador Cristovam Buarque (10 e 11/12/14) e das frequentes missões do Deputado Federal Luiz Nishimori; o Chanceler Mauro Vieira (em 28/05/15); o Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos, Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães (à margem de reunião do Foro Consular Brasil-Japão, 12/04/16, anteriormente mencionada); a Primeira-Dama Marcela Temer, em visita ao Instituto Educacional TS Recreação, Saitama (19/10/16); o Presidente do Senado Federal, Senador Eunício Oliveira (16/04/18), entre outros.

(g) Relações Parlamentares

37. Tendo em vista as características da estrutura política e as tradições do Japão, adquire especial importância a troca frequente de visitas de parlamentares. A Liga Parlamentar Brasil-Japão tem forte influência local e vem mostrando clara disposição em apoiar iniciativas brasileiras. Do lado japonês, a liga é presidida, há anos, por um dos mais tradicionais políticos deste país, ex-Primeiro-Ministro e ex-Chanceler, e atual Ministro das Finanças e Vice-Primeiro-Ministro, Deputado Taro Aso, cuja última visita ao Brasil foi em abril de 2017, quando participou da cerimônia de inauguração da “Japan House”, em São Paulo, com a presença do Presidente Michel Temer.

38. Em oito ocasiões durante minha gestão, acompanhei missões parlamentares lideradas pelo presidente da Liga Parlamentar pelo lado brasileiro, Deputado Luiz Nishimori (PR/PR). Em novembro de 2014, acompanhado de empresários; em abril de 2015, acompanhado de prefeitos e de empresários; em maio de 2016, acompanhado do Deputado Federal João José de Arruda Júnior (PMDB/PR) e de empresários; em novembro de 2016, acompanhado dos Deputados Federais Fernando Giacobbo (PR/PR), Nilson Leitão (PSDB/MT) e Cláudio Cajado (PP/BA); em abril de 2017, acompanhado

do prefeito e de vereador de Londrina e de empresários; em outubro/novembro de 2017, acompanhado de prefeitos, de vereador e de empresários; e em fevereiro de 2018, acompanhado dos Deputados Federais Jair Bolsonaro (PSL/RJ), Onyx Lorenzoni (DEM/RS) e Eduardo Bolsonaro (PSL/SP), do Deputado Estadual Flávio Bolsonaro (PSL/RJ) e pelo Vereador Carlos Bolsonaro (PSC/RJ)).

39. Acrescente-se, ainda, iniciativa de intercâmbio promovido pelo legislativo japonês, o programa "Juntos", que viabilizou algumas visitas de parlamentares brasileiros ao Japão, como no primeiro semestre de 2016, o Senador Hélio José (PMB-DF), acompanhado dos deputados federais Professora Dorinha (DEM-TO), Luiz Nishimori (PR-PR), José Rocha (PR-BA), Celso Russomano (PRB-SP), Otávio Leite (PSDB-RJ), Édio Lopes (PMDB-RR), Sandro Alex (PPS-PR), William Woo (PV-SP) e Marcos Reategui (PSC-AP); no primeiro semestre de 2017, os Deputados Federais Hidekazu Takayama (PSC/PR), Walter Ihoshi (PSD/SP), Keiko Ota (PSB/SP), Marcos Montes (PSD/MG), Antônio Goulart (PSD/SP), João Paulo Papa (PSDB/SP) e Jorginho Mello (PR/SC); e no segundo semestre de 2017, a Senadora Ana Amélia (PP-RS), acompanhada dos Deputados Federais Vanderlei Macris (PSDB-SP), Geraldo Resende (PSDB-MS), Vítor Lippi (PSDB-SP), Rômulo Gouveia (PSD-PB), Laércio Oliveira (SD-SE) e Adilton Sachetti (sem partido-MT).

40. Compõem também a lista de visitas de representantes do Senado Federal ao Japão durante minha gestão as vindas dos Senadores Cristovam Buarque (PPS-DF), em 2014 (parágrafo 35), Gladson Cameli (PP-AC), em 2015, Katia Abreu (então ministra da Agricultura, 2015) e Wellington Fagundes (PR-MT), em 2015, e Aloysio Nunes (PSDB-SP) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES), em 2016. Recordo, além disso, missão da Comissão para Unificação das Polícias da Câmara dos Deputados, integrada pelos Deputados Federais Vinícius Carvalho e Wherles Rocha (PRB-SP), em 2017, que foi recebida por diversas autoridades policiais japonesas para aprofundar seus conhecimentos sobre a exitosa experiência de segurança pública local.

41. Essa profícua interação entre nossos legislativos foi coroada com a recente visita oficial, a convite da Câmara de Conselheiros nipônica (Senado), do Presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira, acompanhado dos Senadores Antonio Anastasia e Jorge Viana (abril de 2018). A visita ganhou contornos e honras normalmente concedidas apenas a chefes de estado, demonstrando-se o apreço do Japão pelos convidados brasileiros e a relevância da interação de nossas casas legislativas. No ano em que se comemoram os 110 anos do início dos fluxos migratórios entre o Brasil e o Japão, vale ressaltar que o Presidente do Congresso Nacional foi a mais alta autoridade brasileira a visitar o Japão.

III- RELAÇÕES ECONÔMICAS

42. Japão e Brasil - respectivamente, a segunda maior economia desenvolvida e a segunda maior economia em desenvolvimento - têm longa relação econômica. É conhecida a diversidade e solidez desses laços que vão desde vultosos investimentos a intenso fluxo comercial. Nos últimos anos, no entanto, vários desafios se apresentaram e tanto o comércio bilateral como os investimentos nipônicos diminuíram consideravelmente.

43. A implementação da "Abenomics" - política econômica japonesa baseada em expansão fiscal; flexibilização monetária; e reformas estruturantes - logrou avanços na economia japonesa, abatida por uma longa crise econômica após a bolha da década de 1980 e as consequências do terremoto de 2011. Para o Brasil, a redução do custo do capital para empresas e agentes financeiros japoneses fortaleceu a possibilidade de investimentos estrangeiros diretos em setores como energia, transporte, agropecuária, automóveis, indústria naval, água e saneamento. O perfil desses investimentos caracteriza-se pela tradição japonesa de dar prioridade à qualidade em relação ao preço, a decisão estratégica de permanecer no país em longo prazo e a criação de cadeias produtivas, com o potencial de gerar empregos diretos, transferir tecnologia e promover capacitação, em nível local.

44. A decisão do Brasil de apresentar sua candidatura à OCDE teve repercussão muito positiva no Japão. A Embaixada realizou inúmeras gestões junto ao governo japonês, e ouviu não somente o apoio à acessão do País, mas também o reconhecimento da importância dessa decisão para que o Brasil se torne destino ainda mais atraente para os investimentos japoneses.

45. O Japão, pela maturidade que reconhece na relação bilateral, espera tratamento diferenciado e atenção especial para seus investimentos em nosso país. Procurei, nesses anos de permanência no Japão, em que foram muitos os desafios para a economia brasileira e mundial, além de fortalecer ou estimular a criação dos mecanismos de diálogos governamentais e empresariais que comento abaixo, manter frequentes encontros com empresas dos dois países, sempre na busca de assegurar a identificação de interlocutores e estimular o diálogo que permita interlocução constante e objetiva.

- Memorando de Cooperação para a Promoção de Investimentos e Cooperação Econômica no Setor de Infraestrutura

46. Minha gestão iniciou-se em 2013, em contexto de reestabelecida confiança de investidores japoneses na economia brasileira. A recessão por que passou o Brasil, entre 2014 e 2016, no entanto, teve impacto particularmente negativo em investimentos japoneses recém-realizados e tornou desafiador estimular novas oportunidades de investimentos no país. É de grande simbolismo que um de meus primeiros atos como Embaixador em Tóquio foi participar, em outubro de 2013, de cerimônia de assinatura de acordos e contratos entre o estaleiro gaúcho Ecovix-Engenvix e consórcio de cinco empresas japonesas, liderado pela Mitsubishi Heavy, no valor de 300 milhões de dólares. Por conta da crise econômica e dificuldades enfrentadas por sócios brasileiros, a Mitsubishi Heavy decidiu abandonar seus investimentos no estaleiro "Rio Grande", no final de 2015 e confirmou, no início de 2016, sua saída do consórcio Ecovix, que compunha com Mitsubishi Corporation, Imabari, Namura e Oshima. Movimento semelhante acabou sendo feito, também em 2016, pela IHI Corporation (Ishikawajima) quanto ao estaleiro "Atlântico Sul", em Pernambuco, no qual havia investido com Camargo Corrêa e Queiroz Galvão, em 2013. Em abril de 2018, a Kawasaki Heavy Industries confirmou decisão similar da empresa em relação ao estaleiro "Enseada", na Bahia, no qual realizara investimentos no âmbito do consórcio EEP Participações, formado por Odebrecht, OAS e UTC Engenharia, a partir de 2014. Para os japoneses, essa série de revezes no setor de construção naval se soma às traumáticas perdas nipônicas com o estaleiro Ishibrás, do qual os investidores japoneses se afastaram em 1994.

47. Com o potencial de reverter essas experiências negativas recentes, diante da nova fase da economia brasileira a partir de 2016 e a determinação política de atrair investimentos japoneses, foi concebido o Memorando de Cooperação para Promoção de Investimentos e Cooperação Econômica no Setor de Infraestrutura. O Memorando, assinado durante a já mencionada visita do Senhor Presidente da República, Michel Temer, ao Japão, em outubro de 2016, tem por escopo ampliar investimentos em áreas consideradas estratégicas para ambos os países, sobretudo nos setores de energia; água e saneamento; mobilidade urbana e logística; e tecnologia da informação e de comunicações (TICs). Outro objetivo do Memorando é estabelecer um foro privilegiado de tratamento dos investimentos japoneses, mais efetivo e dinâmico que os mecanismos existentes, de modo a evitar propostas genéricas e identificar com precisão as oportunidades que sejam especificamente bilaterais. O Memorando também oferece oportunidade de se explorarem mecanismos de financiamento e facilitação de investimentos para a mitigação de riscos e alavancagem de investimentos privados, inclusive com o uso de recursos públicos japoneses destinados à cooperação internacional com países em desenvolvimento gerenciados pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e pelo Banco para Cooperação Internacional do Japão (JBIC).

- Japão-Mercosul

48. A Embaixada promoveu ativa e vigorosa aproximação entre o Mercosul e o Japão na área econômica com o fortalecimento do diálogo já existente (com reuniões em 2014-2016) e os esforços para o objetivo de lançamento formal das negociações para um EPA Mercosul-Japão até o fim de 2018. A atuação do Posto, plenamente apoiada pela Secretaria de Estado, é complementada pela constante coordenação que venho mantendo com os meus colegas embaixadores dos países do Mercosul em Tóquio que, a partir de 2016, demonstram interesse convergente e unidade em favor de um acordo com o lado nipônico. Juntos, temos avançado dossiê em prol de decisão política, que poderá ocorrer no final deste ano, para dar início às negociações técnicas dos dispositivos do EPA Mercosul-Japão, em 2019.

49. Em conjunto com os embaixadores do Mercosul em Tóquio, a Embaixada tem mobilizado atores públicos e privados, tanto brasileiros como japoneses, com vistas a decisão no mais alto nível, partindo do Primeiro-Ministro, que determine engajamento pleno do governo nipônico em torno do EPA com o Mercosul. Esse esforço tem sido feito não apenas junto a autoridades governamentais, mas também junto às principais associações do setor privado, como a Keidanren, a Câmara de Comércio e Indústria do Japão e a Associação Japonesa de Produtores de Automóveis, que vêm manifestando total apoio ao EPA. Não surpreendentemente, a principal resistência ao acordo reside no setor agropecuário japonês, que, como em qualquer negociação comercial de que o Mercosul participa, se mostra cauteloso em relação à vantagem comparativa do bloco nessa área.

50. Em contexto mais amplo do que o das conversas para um EPA com o Mercosul, justamente para proteger seu mercado agropecuário, o Japão tradicionalmente adota rígida postura em matéria de sanidade de produtos, o que requer esforço contínuo da Embaixada para superar barreiras sanitárias e fitossanitárias que, por vezes, vão muito além de parâmetros internacionalmente adotados. Para vencer o protecionismo japonês,

a interlocução técnica e apoio da Adidância Agrícola do Posto têm sido fundamental para o empenho pela abertura do mercado nipônico para carne suína, bovina e frutas. Em 2017, graças à tempestiva atuação da Embaixada, as consequências da “Operação Carne Fraca” resumiram-se aos 21 estabelecimentos cujas exportações foram paralisadas pelo governo brasileiro e não atingiram o fornecimento de carne de frango proveniente de outros fornecedores.

51. Na área agropecuária, minha avaliação geral é a de que o pleno aproveitamento do potencial de expansão e diversificação da pauta de exportação brasileira parece depender de acordo mais abrangente de parceria econômica Mercosul-Japão. Isso se aplica para carne e frutas, mas também para milho, soja, suco de laranja, café, açúcar, entre outros.

- Mecanismos existentes de diálogo empresarial

52. São de grande valia os mecanismos existentes de diálogo empresarial que permitem encontros que estimulam as discussões em torno da agenda econômica bilateral.

(a) Grupo de Notáveis Brasil-Japão, que reúne alguns dos mais influentes representantes dos setores privados brasileiro e nipônico: atualmente, o Grupo está composto pelas seguintes personalidades: pelo lado brasileiro, por Eliezer Batista (ex-ministro de Minas e Energia e ex-CEO da Vale), Carlos Mariani Bittencourt (vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), Roberto Rodrigues (ex-ministro da Agricultura), Fábio Schvartsman (CEO da Vale), Rubens Ometto Silveira Mello (Chairman of the Board, COSAN) e pelo Presidente do BNDES; e pelo lado japonês, por Akio Mimura (Senior Advisor, Honorary Chairman Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation), Sadayuki Sakakibara (Chairman of the Japan Business Federation – Keidanren), Takeshi Uchiyamada (Chairman of the Board Toyota Motor Corporation), Kazuaki Kama (Executive Corporate Advisor of IHI Corporation), Masami Iijima (Representative Director, Chairman of the Board of Directors of Mitsui & Co., Ltd.), Nobumitsu Hayashi (COO, Senior Managing Director of Japan Bank for International Cooperation – JBIC). Durante minha gestão, o Grupo de Notáveis reuniu-se anualmente entre 2014 e 2018, sempre relatando suas conclusões ao Presidente da República brasileiro e ao Primeiro-Ministro japonês.

(b) O Comitê de Cooperação Econômica (CNI-Keidanren) manteve reuniões anuais; participei dos encontros em Belo Horizonte (2013), Tóquio (2014), Porto Alegre (2015) e Tóquio (2016). O Comitê reuniu-se também em Curitiba (2017) e devo participar da reunião em Tóquio (2018). As discussões têm-se concentrado nas relações econômico-comerciais bilaterais, sobre investimentos japoneses em infraestrutura no Brasil e, também, sobre a viabilidade de eventual acordo comercial entre o Mercosul e o Japão.

53. Antes de cada reunião desses mecanismos, a Embaixada tem promovido discussões sobre a agenda dos encontros e as prioridades do empresariado, o que vem permitindo identificar oportunidades e desafios a serem superados para entendimento mais fluido entre interlocutores dos dois países.

- Mecanismos existentes de diálogo governamental

(a) O Comitê Conjunto Brasil-Japão sobre Promoção Comercial, Investimento e Cooperação Industrial, entre o MDIC e o Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão (METI), tem-se reunido anualmente no período que estive à frente da Embaixada em Tóquio e seus encontros ocorrem imediatamente após a reunião do Comitê de Cooperação Econômica (CNI-Keidanren). Essa prática tem conseguido identificar os principais temas e desafios atinentes à agenda bilateral nas áreas de atuação do Comitê e tem promovido frutíferas discussões, mas não tem conseguido propor soluções efetivas para diversas questões levantadas, nem tem assegurado a continuidade da evolução dos temas tratados entre as reuniões anuais.

(b) O Diálogo Brasil-Japão sobre Agricultura e Alimentos, entre representantes dos Ministérios de Agricultura de ambos os países, teve encontros em 2014, 2016 e 2017, ocasiões nas quais se considerou a ampliação do acesso dos bens agropecuários brasileiros ao mercado japonês, redução de barreiras não tarifárias e investimentos em infraestrutura para o escoamento da produção agrícola. Mais uma vez, o diálogo tem estabelecido agenda de prioridades e trocas de opiniões, sem, contudo, assegurar a continuidade do tratamento dos temas.

(c) Grupos de Trabalho do Memorando de Cooperação para a Promoção de Investimentos e Cooperação Econômica no Setor de Infraestrutura. Com o início dos trabalhos desses grupos em 2018, procura-se assegurar a continuidade do tratamento das questões que os demais mecanismos de diálogo governamental não têm conseguido acompanhar de forma efetiva. Há forte expectativa, tanto do lado japonês como do brasileiro, de que esse novo mecanismo e seus grupos de trabalho contribuam para que novos projetos se concretizem.

- Visitas de Autoridades

54. As reuniões dos mecanismos bilaterais de coordenação econômica vêm fomentando importante calendário de visitas mútuas entre autoridades nipônicas e brasileiras e também de parlamentares. Registro, entre as mais importantes, e além da já mencionada visita do Presidente da República, Michel Temer, acompanhado de delegação ministerial, visitas dos ministros dos Transportes; de Minas e Energia; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e do secretário-executivo do Programa de Parcerias e Investimentos - PPI (setembro/outubro 2016), missões a Tóquio de presidentes do Banco Central do Brasil (em março de 2016 e maio de 2017); do presidente do BNDES (setembro de 2017); do secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (setembro de 2017); e da já mencionada visita da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (julho de 2015). Apesar dessas importantes visitas, seria desejável contar com número mais regular e frequente de autoridades de alto nível brasileiras em missão ao Japão para conferir tratamento mais adequado aos temas da agenda bilateral.

- Divulgação de Oportunidades no Brasil

55. Procurei apoiar as diversas iniciativas para a comunicação das oportunidades de comércio e investimentos e do potencial da aproximação econômica entre o Brasil e o Japão. Nos últimos quatro anos, participei como palestrante, em Tóquio e em outras cidades japonesas, de seminários e eventos sobre a economia e as oportunidades de empreendimento e investimento no Brasil. Muitos eventos foram organizados por

renomadas instituições financeiras japonesas e também por entidades brasileiras (Sumitomo Mitsui Banking Corporation; Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ; Federação das Indústrias do Japão - Keidanren; Instituto para Investimento Exterior - JOI; Organização do Comércio Exterior Japonês - JETRO; Banco do Japão para Cooperação Internacional - JBIC; Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal; Câmara de Comércio Brasileira no Japão; Fundação Getúlio Vargas; empresas de consultoria e escritórios de advocacia), dentre os quais destaco: "Brazil Seminar", organizado em duas ocasiões pelo Banco do Brasil no Japão e pela PwC (2014 e 2015), seminários sobre a economia brasileira e oportunidades de negócios organizados pelo "Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ" (2015 e 2018); e seminário organizado pela revista 'The Economist', sobre o cenário de recuperação econômica brasileira (2017).

56. Também nos espaços públicos da Embaixada foram organizados diversos eventos com especialistas brasileiros ou representantes de missões oficiais. A Embaixada coordenou inúmeras iniciativas, entre as quais se destacou o seminário sobre investimentos no contexto da visita do Presidente Michel Temer a Tóquio (outubro/2016), com participação dos ministros titulares das pastas de Transportes, Minas e Energia e da secretaria-geral da Presidência. Também tiveram projeção os eventos realizados durante as seguintes visitas e missões: Ministra Miriam Belchior – MPOG (novembro/2013); Secretária Heloísa Menezes – SDP/MDIC (setembro/2014); Ministra Kátia Abreu – MAPA (março/2015); Secretário Fernando de Magalhães Furlan – SE/MDIC (outubro/2016); Governador Raimundo Colombo – SC (março/2017); Sr. Carlos Ivan Simonsen Leal – Presidente da FGV (março/2017); Governador Ivo Sartori – RS (junho/2017); Governador Marcelo de Carvalho Miranda – TO (setembro/2017); Dr. Jorge Arbache – SEAIN/MDIC (setembro/2017); Secretária Teté Bezerra – Ministério do Turismo (janeiro/2018); e nas já mencionadas missões lideradas pelo Deputado Luiz Nishimori – PR/PR.

- Evolução dos investimentos japoneses no Brasil

57. Em 2017, o Japão foi o 17º maior investidor direto no Brasil, com aporte de USD 537 milhões. Os investidores japoneses seguem interessados em recursos naturais e indústrias de transformação, mas ampliam seu raio de atuação para outros setores, como agronegócio, energia, varejo e comércio eletrônico.

58. No início da década de 2010, o Japão voltou a ocupar posição de liderança entre os países que mais investem no Brasil, em contraste com seu papel mais discreto como origem de IDP nos anos 1990 e 2000. Em 2011, o Japão aportou USD 7,5 bilhões, o que equivaleu a 10,8% do total do IDP recebido pelo Brasil. Como reflexo da crise econômica brasileira a partir de meados da década, verificou-se queda da participação japonesa para 0,9% em 2017 (USD 537 milhões). Com a melhora recente dos índices econômicos nacionais, voltou a se observar crescimento dos investimentos nipônicos. Nos primeiros dois meses de 2018, a participação japonesa foi de cerca de 1,8%, com total de USD 133 milhões investidos.

59. No ranking de países de origem dos fluxos de IDP em 2017, o Japão situou-se em décimo sétimo lugar, superado pelos Estados Unidos (USD 11,1 bilhões), Países Baixos (USD 10,9 bilhões), Ilhas Virgens Britânicas (USD 9,1 bilhões), Luxemburgo (USD 4,3 bilhões), Alemanha (USD 3,2 bilhões), França (USD 3,2 bilhões), Espanha (2,3 bilhões), Chile (USD 1,6 bilhão), México (USD 1,5 bilhão), Itália (USD 1,5 bilhão),

Suíça (USD 1,3 bilhão), Reino Unido (USD 1,2 bilhão), Hong Kong (USD 1,1 bilhão), Bahamas (USD 1,1 bilhão), Noruega (USD 939 milhões) e China (USD 643 milhões).

60. Espera-se retomada de investimentos com base no já mencionado Memorando de Cooperação para a Promoção de Investimentos e Cooperação Econômica no Setor de Infraestrutura, assinado em outubro de 2016. Movimentos positivos podem ser observados como parcerias entre empresas brasileiras e instituições financeiras do Japão. Exemplo recente é o Memorando de Cooperação, assinado em 4 de abril de 2018, entre a Vale S.A e o "Japan Bank for International Cooperation" (JBIC). O JBIC tem participado do financiamento de diversos projetos da empresa brasileira, com foco no desenvolvimento de infraestrutura em terceiros países, como o Corredor Logístico de Nacala (CLN), que liga Moçambique ao mar, passando pela República do Malauí, para escoamento da produção de carvão.

- Evolução do Comércio Bilateral

61. No tocante a comércio, desde 2011, tem-se verificado consistente diminuição do fluxo comercial bilateral, com a perda brasileira de fatia de mercado da terceira maior economia do mundo. Isso se explicaria, entre outros fatores, pelo crescente número de acordos de liberalização de comércio ou de parceria econômica (EPA, na sigla em inglês) que o Japão vem firmando com competidores brasileiros, como Austrália e México. Além de EPAs já vigentes, o governo japonês recentemente concluiu negociações comerciais com a União Europeia e com 11 países da Parceria Transatlântica, que deverão entrar em vigor em 2018, com potencial perda adicional da vantagem comparativa das exportações do Brasil. O Japão tem, ademais, processos formais de negociação em curso com China, Colômbia, Coreia do Sul, Conselho de Cooperação do Golfo e a "Parceria Econômica Regional Abrangente", que reúne 16 países, incluindo os 10 membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e Austrália, China, Coreia do Sul, Índia e Nova Zelândia.

62. Para a reversão da queda do fluxo comercial bilateral, seria fundamental avançar a um futuro EPA Mercosul-Japão, para recuperar a vantagem comparativa brasileira e, ainda, a diversificar nossa pauta de exportação e ampliar as possibilidades de comercialização de produtos industrializados brasileiros neste mercado. É preciso lembrar, contudo, que, mesmo no cenário mais otimista para o EPA Mercosul-Japão (de lançamento formal das negociações no final de 2018), a conclusão e eventual entrada em vigor de um acordo se projeta apenas nos horizontes de médio e longo prazos. A estratégia mais eficaz, no curto prazo, de reforço da parceria econômica Brasil-Japão, talvez seja a plena operacionalização do MdC sobre infraestrutura e contínuo dinamismo dos mecanismos de coordenação bilateral já estabelecidos.

63. Segundo estatísticas do MDIC, as trocas comerciais entre o Brasil e o Japão diminuíram de USD 15 bilhões, em 2013, para USD 9 bilhões, em 2017. A queda da corrente de comércio derivou de diversos motivos, desde a diminuição do preço das commodities que afetou tanto o volume quanto o preço das aquisições por parte dos principais parceiros japoneses. Do lado brasileiro, verificou-se retração das importações em decorrência da desaceleração econômica observada no biênio 2015-2016.

64. A pauta de exportações do Brasil para o mercado nipônico ainda concentra-se em matérias-primas e produtos primários. Entre os 10 primeiros itens da nossa pauta de

exportação, nove são produtos primários. O único manufaturado são aviões adquiridos pelo grupo Japan Airlines (17 jatos E170 e 7 aviões E190 em operação, mais 9 aeronaves já encomendadas) e pela Fuji Dream Airlines (3 aeronaves E170 e 8 modelos E175, além de encomenda de mais seis aeronaves). Estima-se que, entre as 100 maiores empresas exportadoras do Brasil, pelo menos 20% contam com capital nipônico. Empresas japonesas com unidades produtivas no Brasil – Honda, Toyota, Yamaha, Nissan, Panasonic, Sony, Semp Toshiba – figuram como principais importadoras de produtos japoneses.

65. No continente americano, o Brasil ocupa, atualmente, a quarta posição de maior parceiro comercial do Japão, atrás dos EUA, Canadá e México. Nos últimos anos, México, Chile e Panamá foram beneficiados por Acordo de Parceria Econômica (EPA) firmados com os japoneses. Deve-se registrar que o crescimento dos investimentos no México é notável. Os interlocutores japoneses explicam que o México apresenta vantagens para os investidores voltados para exportação a terceiros países, enquanto o Brasil se firmou como atraente pelo seu mercado interno e pelo Mercosul.

- Promoção comercial e turismo

66. Ao longo de minha gestão, verifiquei que o trabalho de promoção comercial e de turismo no Brasil estava inevitavelmente vinculado à promoção da imagem e da cultura do País. Por isso, foi desenvolvido projeto de Diplomacia Pública que procurou associar ações de diversos setores da Embaixada ao divulgar os mais diversos aspectos da sociedade brasileira. Na seção de Diplomacia Pública, tratada mais à frente neste documento, são dados maiores detalhes sobre a iniciativa e promoção do Brasil no Japão denominada “Brazilian Lifestyle”. O objetivo do projeto é divulgar as características mais contemporâneas da produção e da sociedade brasileira, com vistas a criar mercado estável com oferta de produtos industrializados em um país que tradicionalmente adquire do Brasil principalmente “commodities”.

67. A Embaixada procurou intensificar a parceria com a APEX-Brasil, e também com os mais diversos parceiros, reforçando o trabalho de coordenação com a Câmara de Comércio Brasileira no Japão (CCBJ), que tem apoiado missões comerciais brasileiras, bem como os eventos da campanha “Brazilian Lifestyle”. Para complementar o trabalho de apoio aos exportadores brasileiros, a Embaixada atualizou, em 2017, o guia “Como Exportar – Japão”. O material de 150 páginas ampliou as informações sobre a economia e o mercado japonês, bem como sobre os procedimentos de exportação e de consolidação de produtos. Também foram atualizados os estudos de mercado para setores específicos, como o de carnes, vinhos, frutas, alimentos orgânicos, produtos odontológicos.

68. Em linha com os três setores prioritários estabelecidos para o mercado japonês pelo Plano Nacional de Exportações 2015-2018, moda, gastronomia e turismo, foram realizados diversos eventos promocionais entre os quais ressalto:

(a) Moda

- “Brazilian Fashion Exhibition” (apresentação de coleções de 25 marcas brasileiras); eventos individuais das seguintes empresas e entidades: Osklen, Arezzo/Hope; além de

três showrooms de moda brasileira para apresentar jovens estilistas e designers do Brasil.

-Brasil na Isetan Mitsukoshi e Sogo Seibu. Entre 2014 e 2016, as prestigiosas lojas de departamento organizaram, com patrocínio da APEX-Brasil, edições anuais de eventos dedicados ao Brasil, que tiveram ampla divulgação no contexto da Copa do Mundo FIFA Brasil e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro. Tais eventos apresentaram ao público japonês acessórios, roupas, sapatos e itens de decoração importados do Brasil.

(b) Gastronomia

- Feira FOODEX (principal evento do setor de alimentos e bebidas da Ásia, do qual o Brasil participou com pavilhão institucional e mais de 40 marcas brasileiras); três edições da "Brazilian Food Exhibition" (evento de promoção de alimentos e bebidas brasileiros realizados na Chancelaria da Embaixada para apresentação de produtos com potencial no mercado japonês); duas edições do "Cafê da Manhã Brasileiro" (eventos para estimular a inclusão de produtos brasileiros em hotéis e cafeterias de Tóquio); Projeto "Brazilian Flavours" (para aliar capacitação de "chefs" da comunidade nipo-brasileira à promoção do comércio e do estilo de vida brasileiro); Projeto "Be Brasil-Tasteful Life" (em parceria com o grupo Kamei/Ikemitsu e a Apex-Brasil, para articular maior contato entre importadores locais); Concurso de degustação às cegas de espumantes (iniciativa em parceria com as Embaixadas da Argentina e do Chile para divulgar uma das bebidas com maior potencial de crescimento no Japão). Foram também realizados eventos individuais das seguintes empresas e entidades: Vinícola Aurora, Vinícola Salton, Castelo Alimentos, Tramontina, Associação Japonesa de Cachaça.

69. No marco da campanha "Brazilian Lifestyle", a promoção da gastronomia brasileira teve destaque. Foram organizados em Tóquio eventos com os "chefs" Alex Atala (fevereiro/2016, março/2017, junho/2018), Mari Hirata (maio/2017, junho/2017, março/2018), Morena Leite (agosto/2017) e Diego Lozano (previsto para junho/2018).

70. Com vistas a consolidar imagem visual que possibilite, por parte dos consumidores japoneses, identificar alimentos e bebidas relacionados ao Brasil, lancei o "Selo de Reconhecimento de Produtos Brasileiros" em duas modalidades: importados ("Brazilian product made in Brazil") e fabricados no Japão ("Brazilian Product Made in Japan"). Também foi produzida pela Embaixada campanha de comunicação destinada a empresários brasileiros com potencial interesse no mercado japonês. No marco desta campanha, foram editados dois vídeos promocionais sobre o mercado de alimentos e bebidas no Japão, um dos quais gravei com a "chef" Mari Hirata e o outro, no contexto da primeira edição da "Brazilian Food Exhibition". O material audiovisual tem sido distribuído pela APEX e pela Embaixada por ocasião de missões comerciais e em eventos no Japão. Foi ainda publicado pelo jornalista Masato Asso o livro "Brasil Saboroso", que contou com assessoria da Embaixada para pesquisa e revisão do texto final.

(c) Turismo

71. Em 2016, a entrada de viajantes japoneses no Brasil correspondeu a 1,2% do turismo receptivo brasileiro (79.754 pessoas). O recorde histórico deu-se em 2014, ano de realização da Copa do Mundo, quando se verificou entrada de 84.636 japoneses no Brasil. Com o objetivo de estimular o interesse dos turistas do Japão, a Embaixada está organizando, em coordenação com a "Japan Association of Travel Agents", seminário "B2B" a ser realizado em julho próximo nos espaços públicos do Posto. No planejamento do evento, foram identificadas as seguintes metas: atrair a atenção da imprensa especializada, sugerir novas oportunidades de roteiros e incentivar o intercâmbio de informações entre agências de viagens locais e a Embaixada. A iniciativa enfatizará três segmentos do público japonês, com oferta de roteiros elaborada de acordo com as especificidades de cada grupo: a) de alto poder aquisitivo; b) aposentados; e c) jovens.

72. Foram realizadas visitas de funcionários da EMBRATUR na edição de 2016 da feira JATA, além da missão da Secretária Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo, Sra. Teté Bezerra, para divulgar a implementação do "e-visa" em Tóquio, por ocasião da assinatura do Memorando de Cooperação entre o Ministério do Turismo e a Agência de Turismo do Japão (JTA), órgão vinculado ao Ministério do Território, Infraestrutura, Transportes e Turismo, pelo qual se institui marco formal para a cooperação com o Brasil.

73. Apesar das ótimas experiências relatadas pelos japoneses que visitaram o País durante a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016) a promoção do turismo japonês no Brasil enfrenta importantes obstáculos para seu crescimento significativo, entre os quais a distância física entre os dois países (mais de 24 horas dentro de aviões, qualquer que seja a rota), os períodos muito curtos de férias japonesas, a qualidade e menor preço de opções turísticas na Ásia e os dados de violência no Brasil.

IV – RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO

74. Procurei em minha gestão reunir em torno do conceito de cooperação diversos aspectos da relação bilateral que envolvem o tratamento dos seguintes temas: Energia; Ciência; Tecnologia e Inovação; Cooperação Técnica; e Cooperação Acadêmica. O comprometimento japonês com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) permite – de forma efetiva – estruturar interlocuções nessas áreas no contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O Japão continua a promover de forma objetiva uma relação próxima entre as ações de cooperação técnica e possíveis investimentos. Esse processo beneficiou o Brasil em diversas ocasiões, mas é impulsionado, geralmente, pelo lado japonês. Creio ser importante objetivo brasileiro estimular maior cooperação e investimentos, mas participar de forma mais ativa na formação e desenvolvimento da agenda e dos projetos.

75. As relações bilaterais de cooperação têm-se desenvolvido sobre a atuação em dois eixos principais: i) promoção de diálogo mais intenso com o governo, a sociedade civil, a academia e o setor privado do Japão para estreitar a relação bilateral sobre o tema e a promover a percepção de que o Brasil exerce papel fundamental e de liderança em âmbito internacional; e ii) realização de iniciativas conjuntas que visem a promover o desenvolvimento sustentável do Brasil por meio de projetos que tenham o objetivo de apoiar e/ou facilitar investimentos japoneses no país, em especial na área de

infraestrutura, orientados pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, inclusive em setores e tecnologias, que promovam a redução de emissões de gases de efeito estufa.

76. Ainda no que tange ao acompanhamento de temas de interesse da relação bilateral, mas que conta também com vertente multilateral, a Embaixada tem acompanhado atentamente as políticas nipônicas relacionadas à mudança do clima, em especial aquelas direcionadas ao uso de fontes renováveis de energia. O governo brasileiro, em conjunto com o Ministério dos Assuntos Estrangeiros do Japão (Gaimusho), promove encontros bilaterais entre negociadores-chefes de mudança do clima e reuniões informais sobre ações futuras contra a mudança do clima (ambos desde 2003).

77. No contexto multilateral, por sua vez, o Posto tem acompanhado atentamente os trabalhos e discussões no âmbito da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), e após o grande esforço infrutífero para assegurar que um país produtor ocupasse a Diretoria Executiva, mantém diálogo construtivo com o novo diretor-executivo - pela primeira vez um representante de país consumidor - bem como com o secretariado do organismo e com o setor do governo Japonês responsável pelo acompanhamento dos trabalhos e das negociações no âmbito da Organização. Igualmente, tem sido acompanhada a política nipônica de caça às baleias e sua relação com a Comissão Internacional da Baleia, tendo sido realizadas, em duas ocasiões, gestões junto ao Ministério das Relações Exteriores do Japão – em conjunto com países que adotam posições semelhantes às do Brasil sobre o tema – como Austrália, Nova Zelândia, Argentina, entre outros – contra a adoção de novas normas e políticas internas nipônicas que estimulam e dão base legal à caça de cetáceos.

(a) Energia

78. Na área de energia, as discussões em torno de fontes de origem nuclear e renováveis têm dominado a pauta bilateral. Ultrapassada a fase crítica que seguiu o desastre da usina nuclear Fukushima-Daiichi em 2011, o Posto vem acompanhando atentamente os esforços de reconstrução da província de Fukushima e o processo de desmantelamento da usina e o paulatino processo de reativação do parque nuclear japonês (todas as usinas nucleares do país foram desligadas após o acidente de Fukushima). Nesse contexto, é possível afirmar que entre 2013 e 2018 o governo e o setor privado do Japão têm-se esforçado para a reativação do parque nuclear e vem logrando superar a resistência inicial da maior parte da população.

79. Ainda no campo da energia nuclear, o governo e o setor privado do Japão têm mostrado disposição para compartilhar experiências e estreitar a cooperação com o Brasil. Ambos os países possuem conhecimento avançado no tema e podem beneficiar-se de eventual estreitamento e vêm sendo promovidas iniciativas que coloquem em contato os principais atores interessados de ambos os lados.

80. No que se refere às fontes renováveis, o tema vem ganhando força no Japão, especialmente depois que o governo nipônico decidiu adotar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como eixo fundamental de suas políticas públicas (a partir de 2017). Por impulso principalmente do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MOFA) e do Ministério do Meio Ambiente (MOE), as fontes renováveis têm recebido cada vez mais destaque na agenda nacional, apesar de seu papel ainda discreto na matriz energética do país. A Embaixada tem abordado o tema em duas vertentes: i) apoiando

e desenvolvendo iniciativas que promovam o uso da bioenergia no Japão, por meio de gestões junto ao governo local, de participação e organização de eventos sobre o tema e de apoio a missões do setor privado brasileiro ao Japão. Como exemplo é possível citar as gestões junto ao governo japonês com vistas a facilitar o uso, no país, de "pellets" de biomassa produzidos no Brasil, inclusive pela joint-venture estabelecida entre a brasileira Cosan e a japonesa Sumitomo. Merece destaque, também, a atuação da Embaixada com a revisão da política de biocombustíveis do Japão, no sentido de apoiar a atuação do setor privado brasileiro a salvaguardar seus interesses no processo, realizando gestões junto a interlocutores-chave nipônicos com vistas a promover o interesse brasileiro no âmbito da nova política japonesa, que entrou em vigor em abril de 2018.

81. O tema energia tem sido incluído constantemente nos debates bilaterais e mecanismos de discussão na área de investimentos, comércio e infraestrutura, inclusive o diálogo METI-MDIC, o encontro CNI-Keidanren, o Grupo de Notáveis Brasil-Japão e o grupo de trabalho do Memorando de Cooperação para a Promoção de Investimentos e Cooperação Econômica no Setor de Infraestrutura (MdC).

(b) Ciência, Tecnologia e Inovação

82. Apesar de seu baixo crescimento econômico nas duas últimas décadas, em contexto de redução e envelhecimento de sua população e concomitante ascensão de outras potências asiáticas, o Japão continua sendo ator da maior relevância na área científico-tecnológica, contando com expressiva produção de artigos científicos e numerosos laureados com prêmios Nobel de ciências naturais. Abriga parte significativa das instituições mais inovadoras do mundo, em linha com os vultosos investimentos que realiza em Educação e Pesquisa & Desenvolvimento (P&D).

83. No entanto, a cooperação nipo-brasileira ainda é incipiente e restrita. Entendi que seu déficit de implementação representa lacuna na relação estratégica nipo-brasileira, razão pela qual procurei conferir renovada prioridade ao diálogo bilateral. Busquei identificar e acompanhar áreas nas quais o Japão se encontra na vanguarda científica e tecnológica, com perspectiva de manter-se como ator privilegiado em médio e longo prazo, com vistas a contribuir para a evolução da pesquisa, da inovação e da produção científica no Brasil, por meio do fomento ao intercâmbio acadêmico bilateral.

84. Apesar desses esforços, a cooperação bilateral permanece aquém de seu potencial. Também persiste a carência de visitas de autoridades - tanto técnicas quanto políticas - que possam impulsionar o diálogo com o Japão e superar a relativa reticência dos interlocutores japoneses em encetar iniciativas de cooperação com o Brasil nessa área. Em vista disso, a Embaixada se empenhou na realização da IV Reunião do Comitê Conjunto Brasil-Japão de Ciência, Tecnologia e Inovação, que se reuniu, em Tóquio, em novembro de 2015, após hiato de cinco anos. Debateu-se, em seu âmbito, o aprofundamento da cooperação nas seguintes áreas prioritárias: (i) Ciências do Mar; (ii) Satélites e Desastres Naturais; (iii) Biotecnologia; e (iv) Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs). Na ocasião, a delegação brasileira pôde defender, ademais, a expansão do diálogo bilateral em áreas de pesquisa como agricultura sustentável, bioenergia e aquicultura.

85. No contexto dos objetivos anteriormente mencionados, visando a intensificar o diálogo com os mais relevantes atores japoneses em C, T&I, orientei o Setor de Ciência, Tecnologia e Inovação do Posto a acompanhar as atividades de interlocutores como a Agência Japonesa de Exploração Aeroespacial (JAXA), a Agência Japonesa de Ciência e Tecnologia do Mar e da Terra (JAMSTEC), o Instituto de Pesquisa em Física e Química do Japão (RIKEN), o Instituto Nacional de Ciência Industrial Avançada e Tecnologia (AIST) e o Instituto Nacional para Ciência dos Materiais (NIMS), além de manter contatos e prospectar oportunidades de cooperação com o Ministério da Educação, Cultura, Esporte e Ciência & Tecnologia (MEXT) e centros de pesquisa tecnológica de ponta. Procurei, igualmente, facilitar e incentivar acordos entre universidades e institutos de pesquisa e instituições de financiamento a P&D dos dois lados.

86. Na área de TV digital, reafirmei o compromisso brasileiro com a parceria que deu origem ao sistema ISDB-T e sua subsequente adoção por número significativo de países nas Américas, na África e na Ásia, explorando maneiras de fazer evoluir o diálogo com o Japão em Tecnologias da Informação e Comunicações (TICs), aventando novas possibilidades de cooperação que representassem a expansão do sucesso da parceria em TV digital para outras áreas das TICs, inclusive por meio de investimentos japoneses no Brasil. No âmbito do já mencionado Memorando de Cooperação para a Promoção de Investimentos e Cooperação Econômica no Setor de Infraestrutura (parágrafo 49), determinou-se, inclusive, que um dos eixos prioritários seja TICs.

87. Elenco, a seguir, exemplos de visitas, acordos e reuniões na área de C,T&I que tiveram lugar do início de minha gestão até abril de 2018:

- Lançamento, pela Sociedade Japonesa para a Promoção da Ciência (JSPS) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), de editais conjuntos para financiamento de 'workshops' em parceria de pesquisa entre instituições de ensino superior do Brasil e do Japão, a partir de 2014;
- Assinatura de Memorando de Entendimento (MdE) entre a CAPES e o NIMS (Instituto Nacional para Ciência dos Materiais), em 2014;
- Assinatura de MdE entre a FAPESP e a JST (Agência Japonesa de Ciência e Tecnologia), em 2014;
- Realização da IV Reunião do Comitê Conjunto de Ciência, Tecnologia e Inovação Brasil-Japão, em 2015, o qual foi reativado depois de hiato de cinco anos. Nova reunião deverá ocorrer, em Brasília, ainda no ano corrente;
- Lançamento de nanossatélites brasileiros a partir do módulo japonês (KIBO) da Estação Espacial Internacional (ISS), em 2015 e 2017;
- Visita do diretor do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) à JAMSTEC, em março de 2015;
- Assinatura de MdE entre a JAMSTEC e a Universidade de São Paulo;
- Realização de 'workshop' Brasil-Japão sobre Zika, no Instituto Nacional de Doenças Infecciosas do Japão (NIID), com participantes da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e da Universidade Federal de Pernambuco, em 2016;
- Visita do presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) ao Japão, em 2017.
- Missão do diretor-superintendente do Parque Tecnológico de Itaipu, em 2017.

(c) Cooperação Técnica

88. Há décadas, a cooperação técnica tem sido um dos eixos mais importantes da relação bilateral, a exemplo do símbolo dessa relação: o projeto PRODECER, que teve impacto histórico sobre o uso do cerrado no Brasil. Apesar das recentes revisões, pelo governo nipônico, da classificação dos destinatários de projetos de cooperação, que levaram à redução da cooperação com economias emergentes como o Brasil, o País segue como principal destino na América Latina para as instituições japonesas responsáveis pela ajuda ao desenvolvimento, particularmente a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

89. Vale recordar que, além da cooperação técnica, a JICA é responsável, também (desde a reforma de 2008 e da nova Carta de Cooperação para o Desenvolvimento, de 2015) por parte significativa da cooperação financeira provida pelo governo japonês, por meio de doações e de empréstimos concessionais. Nos últimos anos, os financiamentos e projetos da Agência nipônica têm se concentrado em apoiar investimentos externos japoneses na área de infraestrutura, prevenção e gestão de desastres naturais e em promover maior conhecimento sobre o Japão em terceiros países, inclusive por meio de programas de bolsas de estudo para possíveis jovens lideranças de países da Ásia, África e América Latina.

90. Os critérios japoneses para aprovação de empréstimos concessionais e de projetos de cooperação têm-se tornado cada vez mais rígidos. Além disso, os programas de ajuda ao desenvolvimento do Japão, assim como as demais iniciativas governamentais, têm, desde 2017, usado os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável como principal eixo orientador. Nesse contexto, a Embaixada em Tóquio tem atuado no sentido de apoiar as diversas delegações brasileiras, de variados entes federativos, que vêm ao Japão com o objetivo de estabelecer novas parcerias com a JICA. Entre 2013 e 2018 a Embaixada organizou e prestou apoio a mais de 20 missões de autoridades brasileiras, de entes federativos de todos os níveis, da administração direta e indireta, que participaram de reuniões com a Agência nipônica a fim de propor ou promover a execução de projetos ou o recebimento de financiamentos.

91. Entre os projetos bilaterais mais importantes realizados entre 2013 e 2018 podem-se contar: Projeto de Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais (GIDES); Projeto de Difusão Nacional do Sistema de Polícia Comunitária (Projeto KOBAN); Projeto de cooperação para prevenção de desastres naturais com a Defesa Civil do Estado do Paraná; e Programa de Capacitação para Gestão de Ferrovias no Brasil; entre outros.

92. Em complemento ao apoio dado a missões brasileiras em encontros com representantes da JICA e do constante acompanhamento dos projetos de cooperação, com vistas a atualizar informações e promover sua execução, a Embaixada tem promovido e estimulado contatos diretos entre instituições brasileiras e japonesas, governamentais ou privadas, com vistas a originar novos projetos, como, por exemplo: i) Instituto SENAI de Inovação e o Instituto Nacional de Ciência Industrial Avançada e Tecnologia (AIST); ii) Instituto Terra e JICA; iii) Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami da Universidade Federal de Pernambuco (LIKA-UFPE), Universidade de Nagasaki e “National Institute of Infectious Diseases” (NIID); iv) Governo do Estado de Minas Gerais e JICA; v) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e JICA.

93. Merece destaque a atuação da Embaixada para promover coordenação entre MRE, MDIC e Receita Federal com vistas a permitir a execução de projeto de cooperação para prevenção de desastres naturais, celebrado diretamente pela Defesa Civil do Estado do Paraná com a JICA. Nessa área, recorro também missão ao Japão do então Ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, para chefiar a delegação brasileira à 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (Sendai, 2015).

94. Além da cooperação bilateral, Brasil e Japão estão engajados em iniciativas de cooperação em terceiros países. Essa cooperação se dá, principalmente, em duas vertentes: (i) o Programa de Treinamento para Terceiros Países, que tem por objetivo disseminar resultados da cooperação Brasil-Japão junto a países em desenvolvimento, mediante oferta de treinamento para peritos, especialistas e funcionários públicos; e (ii) o Programa de Parceria Brasil-Japão, que visa a estender cooperação técnica a países em desenvolvimento, combinando recursos humanos, tecnológicos e financeiros, por parte do Brasil e do Japão, de maneira a promover o desenvolvimento social e econômico "in loco", cujo melhor exemplo seria o projeto de cooperação trilateral com Moçambique para desenvolvimento da savana, conhecido como PROSAVANA, baseado na já mencionada bem-sucedida iniciativa nipo-brasileira de desenvolvimento do cerrado nas décadas de 70 e 80, o PRODECER.

95. Ademais das ações acima indicadas, o setor coordenou a já tradicional participação de diplomatas da Embaixada em cursos do Instituto Nacional de Administração Pública (NIPA), que tem contribuído não apenas para aprimorar a capacidade profissional dos funcionários lotados no Posto, mas também para estabelecer laços pessoais e profissionais dos diplomatas em Tóquio com funcionário de médio e alto escalão do Governo nipônico.

(d) Cooperação Acadêmica

96. No tocante à cooperação educacional, o tema tem sido acompanhado de forma coordenada com os Setores de Comunidade Brasileira e de Ciência & Tecnologia.

97. Devido ao número elevado de crianças brasileiras matriculadas em instituições de ensino locais, como anteriormente mencionado, o Setor de Comunidade tem acompanhado com atenção os assuntos ligados à melhoria da política educacional nipônica destinada às crianças estrangeiras, principalmente quanto ao ensino da língua japonesa (vide parágrafo 33). É necessário aumentar significativamente o número de jovens brasileiros residentes no Japão que conseguem cursar as excelentes universidades locais.

98. O Setor de Ciência & Tecnologia tem se envolvido com os temas ligados à cooperação educacional voltada à capacitação de parcerias científicas e tem se concentrado em promover iniciativas para incrementar o fluxo de mobilidade acadêmica bilateral, divulgando e facilitando oportunidades acadêmicas no Japão a estudantes brasileiros de nível superior (residentes e não residentes), bem como oportunidades acadêmicas no Brasil a estudantes japoneses. Entre os anos de 2014 e 2017, o setor ocupou-se em prestar apoio direto aos 520 estudantes bolsistas enviados para o Japão durante a execução do programa "Ciência sem Fronteiras".

99. Os últimos dados estatísticos de mobilidade acadêmica, publicados pelo Ministério da Educação local (MEXT) mostram o Brasil na 25ª posição da lista países que enviam estudantes estrangeiros para o Japão (existem, hoje, 425 estudantes em atividade no país). O Brasil é o segundo, dos dois únicos países das Américas a figurarem entre os 30 primeiros colocados, atrás apenas dos EUA, que consta da 11ª posição, com 2.786 estudantes no país.

100. Merece registro que a produção acadêmica no Japão sobre o Brasil, e sobre o Japão no Brasil, se concentra em aspectos da dimensão humana da relação. É necessário estimular maiores estudos sobre economia, política, cultura, história, entre outros, que revelem e divulguem maior informação e promova debates sobre as duas sociedades e permitam formar quadros que contribuirão para o fortalecimento das relações bilaterais.

- Desafios e Perspectivas

101. As principais dificuldades para o setor de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável - que abarca áreas como C,T&I, Educação e Cooperação Técnica - referem-se à necessidade de construção de uma estratégia que determine prioridades e estabeleça diretrizes claras do governo brasileiro, que possam servir de indicativo para a atuação do Posto e garantam a realização dos mecanismos já existentes - além da presença e participação de autoridades que possam assegurar os avanços esperados no diálogo bilateral. Sem essa estratégia, o Brasil tende a permanecer na situação de aceitar as agendas japonesas - o que é reforçado pelo fato de o Japão contar com recursos financeiros e humanos muito mais vultosos para promover suas prioridades. Cabe ressaltar, ademais, a necessidade permanente de (1) despertar o interesse do governo japonês em cooperar com o Brasil em áreas como C,T&I e (2) dar continuidade às iniciativas existentes nesse campo.

V- DIPLOMACIA PÚBLICA

(a) Estilo de Vida Brasileiro

102. Poucos países do mundo – acredito que não mais do que 20 - conseguem reunir características que definem estilos de vida próprios, que lhes confere identidade única e os distingue dos demais. O Brasil está certamente entre esses países e tem potencial infinito de divulgação de suas características e personalidade. Por outro lado, o Japão, que também está entre as nações com mais personalidade, é um dos países mais curiosos e sensíveis a influências externas, sobretudo a características projetadas em modos de vida atraentes e aspectos culturais.

103. Os casos mais evidentes são os da França, da Itália e do Reino Unido. O consumo no Japão de produtos e serviços provenientes desses países reforça a sensação nos nipônicos de "pertencer" a mundos que apreciam. É evidente que a projeção de aspectos positivos das respectivas imagens desses países no Japão tem sido reforçada ao longo de décadas. O caso dos Estados Unidos é ainda mais emblemático, pois tem dimensões geopolíticas e presença cultural incomparáveis com os demais.

104. No caso brasileiro, por sua vez, as peculiaridades culturais e de comportamento expressas na música, nas artes, nas tradições, no futebol, no design, na arquitetura, na moda, na busca pelo bem-estar, na informalidade, na valorização do

meio ambiente, na comida e, finalmente, no fato de o Brasil também ser um país urbano - entendidas todas em seu conjunto - contribuem para a percepção de que também existe um "Brazilian lifestyle", igualmente muito apreciado pelos japoneses.

105. O Brasil pode estar chegando mais tarde neste mercado, mas já tem suficientes características a explorar. Com base nisso, a Embaixada vem aproveitando as dimensões do Esporte e Cultura (principalmente música e arquitetura) para divulgar o estilo de vida brasileiro.

(b) Esportes

106. As atividades da Embaixada foram marcadas por intenso intercâmbio na área esportiva, decorrente da realização da Copa do Mundo da FIFA, em 2014, e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Nesses períodos, intensificou-se a interlocução com agentes governamentais, mídia, organizações sem fins lucrativos e formadores de opinião, além de ter sido executado robusto plano de atividades para a promoção de ambos os eventos nos espaços públicos da Embaixada.

107. Durante a Copa do Mundo de 2014, foi construído, em frente à Chancelaria da Embaixada, o "Pavilhão Futebol 2014", projeto do renomado arquiteto japonês Shigeru Ban. O pavilhão, todo construído em papelão reforçado, possibilitou a organização de diversos eventos. Mais de 8.000 pessoas foram recebidas, ao longo de 38 dias ininterruptos de atividades, para degustação de produtos brasileiros, apresentações musicais, projeções de documentários e seminários.

108. As atividades ligadas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, por sua vez, foram potencializadas pelo fato de Tóquio ter sido eleita, em 2013, sede da próxima edição dos Jogos, em 2020. Apesar do interesse natural que os Jogos despertam, os japoneses acompanharam com entusiasmo a execução dos eventos, desde a concepção do projeto até a cerimônia de encerramento.

109. Com base em estratégia do Posto denominada "From Rio to Tokyo", com intensa relação com o governo de Tóquio, o intercâmbio olímpico e paralímpico durante os Jogos de 2016 foi marcado pela ostensiva presença da Embaixada em seminários, workshops, abertura de eventos esportivos, entrevistas e demais atividades ligadas ao tema, além de ações promocionais específicas, como a iluminação da torre mais alta do país, a "Sky Tree" - um dos mais visitados monumentos de Tóquio - em verde e amarelo durante o período dos Jogos.

(c) Cultura

110. Procurei orientar a agenda de atividades culturais do Posto de maneira a não apenas aumentar o interesse e curiosidade do público nipônico com relação à arte brasileira, mas, também, de amenizar conceitos e imagens estereotipadas em relação a manifestações culturais do Brasil. Nesse sentido, além de apoiar tradicionais apresentações que envolvem elementos já famosos no Japão, como capoeira, escolas de samba, entre outros, busquei incentivar eventos e atividades que divulgassem a diversidade, riqueza e sofisticação da cultura do País em áreas tão diversas como fotografia, arte contemporânea, música, cinema e arquitetura. As atividades do setor cultural da Embaixada, durante a minha gestão, procuram promover e realizar

expressivos eventos em diferentes áreas e para públicos diferentes nos quais – como regra geral – procurei a aproximação entre artistas e curadores brasileiros e japoneses para realizar eventos que verdadeiramente respondessem às sensibilidades e anseios do público japonês.

111. Foram mantidos e estimulados estreitos diálogos com grandes e renomadas instituições locais, tendo como principal objetivo projetar a percepção do Brasil em outro patamar, garantindo que o País ingressasse no "mainstream" do calendário cultural e artístico de Tóquio de forma natural e perene, ao invés do padrão que se replica em relação a outros países de figurar em eventos esporádicos, sem continuidade ou sequência. Dediquei-me, igualmente, a procurar construir pontes e a fomentar o diálogo entre grandes instituições culturais do Brasil e do Japão.

112. Dentre outras iniciativas de relevo realizadas entre 2014 e 2018 em prestigiosas instituições japonesas, registro principalmente a exposição "Oscar Niemeyer: o Homem que Construiu Brasília", no Museu de Arte Contemporânea de Tóquio (MOT), em 2015; a mostra "Lina Bo Bardi: arquitetura para todos", no museu Watari-um, em Tóquio em 2016; a série de mostras em museus regionais da obra do fotógrafo Haruo Ohara na coleção do Instituto Moreira Salles a partir de 2016 e que se encerrou em 2017 no espaço Fuji Film de Tóquio; a mostra Paulo Mendes da Rocha, na Galeria GA de Tóquio, em 2016, ano em que o arquiteto brasileiro recebeu o mais prestigioso prêmio artístico do país, o "Praemium Imperiale". Por iniciativa da Embaixada, também, em junho de 2018 inaugura-se importante exposição de coleção de bancos indígenas brasileiros no prestigioso Museu de Arte Metropolitano de Tóquio (Teien).

113. As já mencionadas melhorias nos espaços públicos da Embaixada possibilitaram sua utilização com grande frequência e versatilidade. Dentre as iniciativas realizadas no período que estive à frente do Posto, destaco uma variedade de "séries culturais", no âmbito das quais se realizou extensa lista de eventos. No contexto da série "Redescobrimos o Brasil", por exemplo, criaram-se exposições flexíveis e de fácil montagem sobre temas variados, como culinária, design, tecnologia e música que puderam ser apresentadas na Embaixada e distribuídas por todo o país. Foram realizadas, ademais, outras séries de eventos na Embaixada que asseguraram um verdadeiro calendário de atividades culturais com público cativo. A série "Cultural Talks at the Embassy" permitiu o aproveitamento da presença de artistas e intelectuais brasileiros no Japão para discussões com o público local e a série "Brazilian Music at the Embassy" trouxe à Embaixada músicos para palestras e para promover suas turnês pelo Japão com, em diversos casos, pequenos shows informais e gratuitos. Ainda na área musical, além das celebrações dos 100 anos do Samba em 2016, promoveu-se a música erudita com o estímulo aos trabalhos da Fundação Villa Lobos do Japão.

114. Evento excepcional foi, sem dúvida, a celebração de variados aspectos da música brasileira em recital na Residência oficial que homenageou os 50 anos do lançamento do primeiro disco de Bossa Nova no Japão, em 2017, que contou com a presença e participação da Imperatriz Michiko, do saxofonista japonês Sadao Watanabe entre outros músicos de prestígio japoneses, e o violonista clássico brasileiro Fabio Zanon e a mais conhecida cantora de Bossa Nova no Japão, Lisa Ono.

(d) Imprensa e Divulgação

115. Procurei, igualmente, desenvolver e aprofundar contatos com os principais meios de comunicação nipônicos, com os correspondentes de veículos brasileiros aqui sediados e com os representantes das publicações destinadas à comunidade brasileira baseada no Japão. A Embaixada também vem aperfeiçoando sua presença nas redes sociais, divulgando suas atividades e transmitindo mensagens ao público japonês.

116. Mais do que atender às demandas das redações - por meio da concessão de entrevistas, da produção de artigos para publicação e do oferecimento de informações apropriadas para subsidiar a produção de matérias (especialmente necessárias durante raros ciclos de notícias negativas) -, empenhei-me, ainda, em apoiar o trabalho dos correspondentes brasileiros aqui baseados, compartilhando informações sobre visitas oficiais de autoridades brasileiras ao país, mantendo a Embaixada sempre aberta à imprensa.

117. Ademais do interesse que o Brasil já desperta na mídia local, grandes eventos esportivos recebidos pelo país nesse período (Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016) contribuíram para aumentar a demanda do público japonês por informações e para intensificar a cobertura da imprensa. A Embaixada se tornou interlocutor mais frequente de jornalistas e pôde apoiar e orientar algumas das grandes revistas e jornais japoneses que publicaram edições ou reportagens especiais sobre o nosso País (Casa Brutus, Pen, Vogue, Transit, etc).

118. Dediquei-me, ainda, a aproveitar datas marcantes da relação bilateral (celebração dos 120 anos de relações diplomáticas, em 2015; celebração dos 50 anos da visita de Suas Majestades ao Brasil, em 2017; 110 anos do início dos laços humanos, em 2018) para estimular o aprofundamento da cobertura, sempre buscando maximizar a exposição positiva do Brasil e valorizar aspectos menos estereotipados ou conhecidos de nossa cultura.

VI- CONCLUSÃO

119. Após quase cinco anos neste país, estou convencido de que se trata de um dos maiores e melhores aliados que pode ter o Brasil, ainda mais diante do quadro internacional que vem apresentando sérias ameaças a princípios básicos que os dois países defendem. Recebi com grande prazer a nomeação de meu colega Eduardo Saboia para me suceder e apresento, a seguir, algumas sugestões para sua gestão que poderão complementar as novas dimensões da relação bilateral que desenvolverá em função de sua experiência, personalidade e preparo.

120. Na área política, creio que o fortalecimento e a maior frequência dos encontros previstos nos mecanismos formais já existentes poderá assegurar uma verdadeira Parceria Estratégica e Global. Apenas o diálogo de Defesa necessita ainda de um contexto formal, sobretudo por já terem concordado os dois países em criá-lo.

121. A mudança do perfil da comunidade brasileira é indiscutível e exige maiores e melhores informações que poderiam ser fornecidas por maior número de estudos acadêmicos sobre os desafios que enfrentam. Esses estudos permitiriam orientar as políticas e os projetos que se fazem necessários.

122. Na área econômica, há muita expectativa de que as discussões no âmbito do Memorando de Infraestrutura e seus grupos de trabalho forneçam as respostas necessárias para a retomada de investimentos japoneses no Brasil. Para o aumento do comércio, os avanços com vistas a um possível acordo Mercosul-Japão parecem centrais, paralelamente aos esforços de divulgação do estilo de vida brasileiro para favorecer a diversificação dos produtos exportados pelo Brasil.

123. Na área de cooperação, o estabelecimento de estratégias nacionais permitiria equilibrar a agenda bilateral com demandas e interlocutores claramente identificados pelo Brasil. Em Ciência, Tecnologia e Inovação, reitero minha impressão de que permanece, de ambos os lados, déficit estrutural na agenda bilateral que requer delineação de ações dos entes governamentais, acadêmicos e do setor privado.

124. Na diplomacia pública, são infinitos os aspectos positivos da sociedade e da cultura brasileiras que podem ser divulgados. Maior número de ações, naturalmente, exigirá novos parceiros e/ou recursos adicionais. Viagens ao Brasil de formadores de opinião - o que não ocorre há anos - teria efeito muito significativo.

125. Finalmente, uma recomendação transversal - e de certa forma bastante evidente - se refere às viagens de autoridades brasileiras ao Japão. As missões parlamentares, como se viu acima, estão entre as poucas que se vêm realizando de forma frequente e sustentada, com efeitos muito benéficos. Meu sucessor poderá imprimir novo dinamismo na relação bilateral se conseguir assegurar que, em todas as áreas, reitero, os mecanismos formais bilaterais se reúnam na frequência prevista, e que para essas reuniões a participação de autoridades e técnicos brasileiros seja assegurada no nível adequado, transmitindo aos japoneses que, apesar da distância física, o país é prioritário para o Brasil.

André Corrêa do Lago, Embaixador



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PARECER Nº , DE 2018

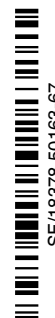
Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 32, de 2018 (Mensagem nº 242/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.*

Relator: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).



SF/18378.50163-67



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. EDUARDO PAES SABOIA é filho de Gilberto Vergne Saboia e Maria Helena Paes Saboia e nasceu no Rio de Janeiro-RJ, em 3 de setembro de 1967.

Graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília em 1989, no mesmo ano em que concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr).

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1990. Ascendeu a Conselheiro em 2005; a Ministro de Segunda Classe, em 2009; e a Ministro de Primeira Classe, em 2016. Todas as promoções por merecimento. Em 2009, após concluir o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, teve aprovada sua tese intitulada “O Banco Mundial e o meio ambiente: desafios globais e interesses brasileiros”.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e no Poder Legislativo destacam-se as de Subchefe da Divisão do Mercado Comum do Sul, entre 2001 e 2003; Assessor do Gabinete do Ministro de Estado, de 2003 a 2007; Assessor do Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços, entre 2013 e 2015; Assessor Diplomático da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, de 2015 a 2017; Assessor Parlamentar Sênior da Liderança do Governo no Senado Federal, em 2017; e Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 2017 até o presente.

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Assessor Sênior do Diretor do Brasil no Banco Mundial, de 2007 a 2008; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington, entre 2008 e 2010; Assessor Sênior do Diretor do Brasil no Fundo Monetário Internacional, de 2010 a 2011; e Ministro-Conselheiro na Embaixada em La Paz, entre 2011 e 2013.

O Senhor Eduardo Paes Saboia fez jus às seguintes condecorações: Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, do IRBr, medalha de ouro (Concurso de Admissão ao Curso de Preparação para a Carreira de Diplomata), em 1990; Prêmio Rio Branco, IRBr, medalha de prata (Curso de Preparação para a Carreira de Diplomata), em 1990; Ordem de Rio



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Branco, Brasil, Comendador, em 2006; Ordem do Rio Branco, Grande oficial, em 2010; Ordem do Mérito Militar, Comendador, em 2013; Medalha de Mérito Pedro Ernesto, em 2013; e Medalha Mérito Tamandaré, em 2017

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre o Japão, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

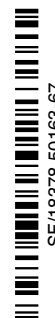
Com um território de 377.899 km² e uma população de cerca de 126 milhões de habitantes, o Japão tem a 3^a maior economia do mundo e a 2^a maior da Ásia, após a da China.

O estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão em 1895, com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, permitiu a abertura recíproca de representações diplomáticas em 1897 e abriu caminho para o início da imigração japonesa, em 1908.

A despeito da distância geográfica, a dimensão humana aproxima hoje, de forma singular, os dois países. O Brasil abriga a maior comunidade de descendentes de japoneses no exterior (cerca de 1,9 milhão); e o Japão, a terceira maior comunidade brasileira fora do País (cerca de 191 mil).

O Japão é um dos principais parceiros do Brasil na Ásia. Desde 2014, os dois países mantêm Parceria Estratégica e Global, marcada pelos tradicionais laços humanos, pelo interesse do Brasil em aprofundar a cooperação em Ciência e Tecnologia e Inovação (CT&I), pela importância dos fluxos bilaterais de comércio e investimentos e pela coordenação em temas globais.

O relacionamento bilateral foi, nas últimas décadas, de especial relevância em pelo menos dois aspectos econômicos: o fortalecimento do complexo minerador de ferro no Brasil, a partir dos anos 1950, e a evolução tecnológica que contribuiu para o desenvolvimento da agricultura tropical no Cerrado, em particular da soja, a partir da década de 1970 (com o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER).



SF/18378.50163-67

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Há dois grupos parlamentares dedicados ao Japão: a) Grupo Parlamentar Brasil-Japão, criado em 1994 e presidido pelo deputado Luiz Nishimori (PR-PR); b) Frente Parlamentar Mista Brasil-Japão, lançada em 2015 e presidida pelo deputado Hidekazu Takayama (PSC-PR).

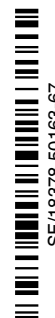
Segundo dados do Ministério da Justiça do Japão de março de 2018, a comunidade brasileira é de 191.362 pessoas (7,5% dos 2.561.848 estrangeiros residentes no país), constituindo a quinta maior comunidade estrangeira, atrás da chinesa, sul-coreana, vietnamita e filipina. A comunidade brasileira no Japão representa a terceira maior no exterior, atrás apenas daquela nos Estados Unidos (1.315.000) e no Paraguai (349.842).

O Brasil mantém Consulados-Gerais em Tóquio, Nagóia e Hamamatsu. O Japão, por sua vez, mantém consulados em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Belém e Manaus, além do setor consular da Embaixada em Brasília.

O Japão é, na Ásia, o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. Por sua vez, o Brasil é o principal parceiro comercial do Japão na América Latina e ocupa posição de relevo como fornecedor de minério de ferro e produtos alimentícios ao país.

O intercâmbio comercial Brasil-Japão aumentou mais de 80% entre 2004 e 2014, atingindo, em 2011, a histórica marca de US\$ 17,3 bilhões. Apesar do recuo nos últimos anos, o intercâmbio bilateral voltou a crescer e chegou a US\$ 9 bilhões em 2017. As exportações brasileiras para o Japão compõem-se, na maior parte, de produtos básicos (minério de ferro, alumínio, café, carnes e soja em grãos), e as importações brasileiras procedentes do Japão correspondem, em sua quase totalidade, a produtos manufaturados (máquinas, automóveis, eletrônicos, instrumentos de precisão e produtos químicos). Há interesse em ampliar e diversificar as exportações nacionais, em especial nos setores de agronegócio, alimentação, energia, vestuário, indústria cultural e criativa.

Registre-se, por fim, que o ano de 2018 marca o aniversário de 110 anos do início da imigração japonesa no Brasil, que atualmente abriga a maior comunidade nipo-descendente do mundo, com cerca de 1,9 milhão de pessoas. A exemplo de comemorações anteriores, estão previstos eventos a serem organizados pela sociedade civil, por empresas japonesas e pelas



SF/18378.50163-67



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

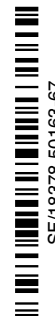
Embaixadas do Japão em Brasília e do Brasil em Tóquio, além da realização de audiência pública no Congresso Nacional.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

2



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 33, DE 2018

(nº 243/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 243

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Os méritos do Senhor João Almino de Souza Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de maio de 2018.

EM nº 00086/2018 MRE

Brasília, 26 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 222 - C. Civil.

Em 9 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO

CPF.: 020.396.303-25

ID.: 5318 MRE

1950 Filho de João Almino de Souza e Natália de Queiroz e Souza, nasce em 27 de setembro, em Mossoró/RN

Dados Acadêmicos:

1972 CPCD - IRBr
 1973 Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 1979 Mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília/DF
 1980 Doutorado em História Comparada das Civilizações Contemporâneas pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris/FR
 1990 CAE - IRBr, Naturezas Mortas; Ecofilosofia das Relações Internacionais
 2001 Pós-Doutoramento no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo

Cargos:

1974 Terceiro-secretário
 1977 Segundo-secretário
 1980 Primeiro-secretário
 1986 Conselheiro, por merecimento
 1993 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2002 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1974-77 Divisão de Política Comercial, assistente
 1977-80 Embaixada em Paris, Terceiro-Secretário, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
 1980-82 Embaixada em Beirute, Primeiro-Secretário e Encarregado de Negócios
 1982-85 Embaixada no México, Primeiro-Secretário
 1983-84 Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México, Professor
 1985-86 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
 1986 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor
 1986-88 Instituto Rio Branco, Professor de História das Idéias Políticas
 1986-88 Universidade de Brasília/DF, Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, Professor de Filosofia Política e das Relações Internacionais
 1986-88 Presidência da República, Gabinete Civil, assessor e coordenador
 1988-92 Embaixada em Washington, Conselheiro
 1989 Reunião sobre a Global Environmental Facility do Banco Mundial, Washington, Chefe da delegação
 1990-91 G-24 preparatória à Reunião Anual FMI-BIRD, Washington, Chefe de delegação
 1991 Reunião sobre Novos Mecanismos para o Financiamento do Meio Ambiente e Desenvolvimento, BID/PNUD, Washington, Chefe de delegação
 1992-97 Consulado-Geral em São Francisco, Cônsul-Geral
 1993-97 Universidade da Califórnia em Berkeley, Professor Visitante
 1995-96 Universidade de Stanford, California, Professor Visitante

1997-99	Consulado-Geral em Lisboa, Cônsul-Geral
1998	XVII Congresso (extraordinário) da União Latina, Lisboa, Chefe de delegação
1999-2001	Embaixada em Londres, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2001-04	Instituto Rio Branco, Diretor
2001	Instituto Rio Branco, Professor de Linguagem Diplomática
2002	Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira
2004-07	Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Geral
2008-11	Consulado-Geral em Chicago, Cônsul-Geral
2011-15	Consulado-Geral em Madri, Cônsul-Geral
2015	Diretor da Agência Brasileira de Cooperação

Condecorações:

1980	Ordem Nacional do Mérito, França, Oficial
1983	Ordem da Águia Azteca, México, Oficial
2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

Publicações:

1980	Os Democratas Autoritários; Liberdades Individuais, de Associação Política e Sindical na Constituinte de 1946, editora Brasiliense, São Paulo
1985	Era uma Vez uma Constituinte; Lições de 1946 e Questões de Hoje, editora Brasiliense, São Paulo
1986	O Segredo e a Informação; Ética e Política no Espaço Público, editora Brasiliense, São Paulo
1986	La Edad del Presente; Tiempo, autonomía y representación en la política, Fondo de Cultura Económica, México
1989	A Paz e a Autodeterminação dos Povos em Kant, in: Contexto Internacional, Revista do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
1993	Naturezas Mortas; A Filosofia Política do Ecologismo, IPRI, Brasília/DF
2002	Inserção Internacional de Segurança do Brasil: A Perspectiva Diplomática, in: Brigagão, Clóvis e Proença Jr, Domício (coord.), O Brasil e o Mundo, Novas Visões, editora Francisco Alves/ Konrad Adenauer, Rio de Janeiro
2002	Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil (Org. com Carlos Henrique CARDIM), Comissão Organizadora das Comemorações do 1º Centenário de Posse do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, Brasília
2004	Naturezas Mortas; A Filosofia Política do Ecologismo, editora Francisco Alves/RJ
2004	A Utopia é um Império, in Prefácio a MORE, Thomas, A Utopia, IPRI/Editora da UnB, Brasília/DF
2010	Tendencias de la literatura brasileña: Escritos en contrapunto. Editorial Leviatan, Buenos Aires
2015	Enigmas da primavera (romance), editora Record,
2017	Entre facas, algodão (romance), editora Record
2017	Dois Ensaios sobre Utopia, editora Universidade de Brasília

CLAUDIA KIMIKO ISHITANI CHRISTÓFOLO
DIRETORA, SUBSTITUTA, DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

EQUADOR



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE O EQUADOR	
NOME OFICIAL:	República do Equador
GENTÍLICO:	equatoriano
CAPITAL:	Quito
ÁREA:	276.840 km ²
POPULAÇÃO (FMI, est. 2017):	16,78 milhões
IDIOMA OFICIAL:	Espanhol (oficial) e idiomas ameríndios, especialmente quéchua
PRINCIPAIS RELIGIÕES (Censo 2012):	Catolicismo (80,4%); protestantismo (11,3%); outras (8,25%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Congresso da República; Parlamento unicameral composto por 137 membros, eleitos para mandato de 4 anos
CHEFE DE ESTADO:	Lenín Moreno (desde 24/5/2017)
CHEFE DE GOVERNO:	Lenín Moreno (desde 24/5/2017)
CHANCELER:	Maria Fernanda Espinosa (desde 24/5/2017)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI, est. 2017):	US\$ 102,31 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (FMI, est. 2017):	US\$ 192,64 bilhões
PIB PER CAPITA (FMI, est. 2017):	US\$ 6.098,29
PIB PPP PER CAPITA (FMI, est. 2017):	US\$ 10.458,77
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	2,52% (2018 est.), 2,73% (2017, est.), -1,58% (2016), 0,1% (2015), 3,79% (2014), 4,95% (2013) e 5,64% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,739 (89ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2015):	76,1 anos
ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2016):	99,06%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI, 2017):	4,62%
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar norte-americano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Diego Rivadeneira
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 3.000 brasileiros residentes no Equador

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-EQUADOR (US\$ MILHÕES FOB) - Fonte: MDIC									
Brasil → Equador	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	680	1.035	1.028	1.032	961	965	783	798	968
Exportações	638	979	933	898	820	822	665	653	836
Importações	41	57	95	133	141	143	118	144	131
Saldo	597	922	838	765	679	679	548	510	705

APRESENTAÇÃO

Com um território de 276.840 km², o Equador é o 75º país mais extenso do mundo e 10º da América Latina. Trata-se de um dos dois únicos países que não fazem fronteira com o Brasil na América do Sul. Banhado pelo oceano Pacífico, a oeste, o Equador é limitado ao norte pela Colômbia, e a leste e ao sul pelo Peru. A população equatoriana é de 16,78 milhões de habitantes (estimativa do FMI para 2017), sendo o sétimo país mais populoso da América Latina.

O primeiro governo independente no Equador instaurou-se em 10 de agosto de 1809. A consolidação da independência do país ocorreu, no entanto, somente em 1822, com a derrota imposta às tropas espanholas por tropas comandadas pelo general Antonio José de Sucre na Batalha de Pichincha.

PERFIL BIOGRÁFICO

LENÍN MORENO PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Lenín Voltaire Moreno Garcés nasceu em 19/3/1953, em Nuevo Rocafuerte, na Amazônia equatoriana. Em 1998, durante assalto em Quito, foi atingido por disparo que o deixou paraplégico. Tornou-se palestrante motivacional, tendo publicado livros sobre sua teoria de que o humor é o melhor remédio para as enfermidades físicas e emocionais.

Moreno obteve licenciatura em Administração Pública na Universidade Central do Equador. Chefiou a "Dirección Nacional de Discapacidades" do Ministério da Saúde do Equador (2001-04). Foi Vice-Presidente da República, durante os dois primeiros mandatos de Rafael Correa (2007-2013).

Em 2012, foi eleito presidente do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência da OEA. Em 2013, foi indicado pelo Secretário Geral das Nações Unidas para o cargo de Enviado Especial das Nações Unidas sobre Deficiência e Acessibilidade, em Genebra.

Em 2017, foi eleito presidente do Equador, para o mandato 2017-2021. É casado e tem três filhas.

RELAÇÕES BILATERAIS

Aspectos políticos

Brasil e Equador passam por um momento de renovação construtiva das relações bilaterais. Nos governos da ex-presidente Dilma Rousseff, os contatos bilaterais foram marcados, sobretudo, por divergências na área comercial. As críticas reiteradas das autoridades políticas equatorianas sobre o processo que levou ao impedimento da ex-presidente agregaram dificuldades adicionais ao relacionamento bilateral.

Em reação ao processo de impeachment, o Equador chamou para consultas, em 31/8/16, seu encarregado de negócios em Brasília, uma vez que, à época, não havia embaixador designado nesta capital. O Brasil reciprocou chamando para consultas seu embaixador em Quito. O embaixador brasileiro retornou ao Equador em 15/1/2017.

A posse de Lenin Moreno permitiu a retomada da relação bilateral. Novo embaixador do Equador no Brasil foi designado no fim de 2017, tendo chegado ao país em fevereiro de 2018. Os chanceleres do Brasil e do Equador mantiveram reunião à margem da Cúpula da OEA, em Lima, em abril de 2018. Foi a primeira reunião bilateral entre os ministros dos dois países desde janeiro de 2016.

O esforço recente em destravar a pauta comercial bilateral, consubstanciado na abertura do mercado brasileiro para a banana e o camarão equatorianos, demonstra, ademais, a disposição do governo brasileiro em trabalhar com sua contraparte equatoriana em prol do adensamento da relação bilateral.

Comércio bilateral:

O comércio do Brasil com o Equador é regulado pelo Acordo de Complementação Econômica N° 59 (ACE-59 MERCOSUL-Colômbia-Ecuador-Venezuela). O Equador recebe, atualmente, preferência tarifária de 100% em relação a 94,6% de seus produtos, índice que chegará a 95,6% em 2018. O Brasil recebe, atualmente, 100% de preferência tarifária em relação a 80% de seus produtos, índice que chegará a 95,3% em 2018.

O Brasil é o quinto país que mais exporta ao Equador e o 19° destino das exportações equatorianas no mundo. No ano passado, segundo dados do MDIC, as trocas comerciais entre os dois países somaram US\$ 968 milhões e apresentaram superávit de US\$ 705 milhões para o Brasil.

De 2012 a 2015, houve queda de cerca de 25% do fluxo comercial, por conta, especialmente, de barreiras técnicas e fitossanitárias recíprocas e da aplicação, até 2017, de salvaguardas comerciais pelo Equador. Em 2016, houve, no entanto, reversão da tendência, com aumento de 2% do intercâmbio comercial. Os dados de 2017 demonstram a consolidação da tendência de retomada do comércio bilateral, com aumento de 21,3% do intercâmbio comercial quando comparado ao ano anterior.

Em 2017, os principais produtos exportados pelo Brasil ao Equador são máquinas mecânicas, ferro e aço, plásticos, automóveis, papel e máquinas elétricas. Os principais produtos equatorianos importados pelo Brasil são preparações de carnes, máquinas elétricas, chumbo, algodão e açúcar.

Investimentos

De acordo com dados disponíveis do Banco Central do Brasil, havia estoque de US\$ 155 milhões em investimento de origem brasileira no Equador em 2015. Os fluxos de investimento equatoriano para o mercado brasileiro são mais modestos.

Cooperação técnica

A cooperação técnica com o Equador é marcada pela diversidade de projetos. Atualmente, há projetos em execução que abarcam áreas de agricultura, saúde e regulação. A cooperação técnica foi um dos setores da relação bilateral menos afetados pelo período de relativo distanciamento político entre os dois países. Em janeiro de 2018, foi realizada Reunião de Avaliação do Programa de Cooperação Técnica Bilateral 2015-2017, exercício que permitiu orientar a gestão de projetos futuros.

Projeto do Eixo Multimodal Manta-Manaus

Trata-se de projeto promovido pelo governo equatoriano para ligar o porto equatoriano de Manta a Manaus. Consiste em (i) interligação rodoviária de Manta a porto fluvial no Rio Napo; (ii) modernização do porto fluvial de Napo e do porto de Manta; (iii) melhoramento do trecho hidroviário no Rio Napo (186 km em território equatoriano, 621 Km em território peruano); e (iv) estabelecimento de rota aérea de carga entre aeroportos de Manta e Manaus.

O projeto depende de estudos de viabilidade da navegação no trecho peruano do rio Napo. Ademais, o Governo equatoriano informou, em 2016, não tencionar realizar obras de dragagem no trecho do rio que atravessa seu território, que somente permitiria navegação de embarcações de calado não superior a 1,20 metros.

A última reunião do Grupo de Trabalho Bilateral sobre Transportes, na qual foi examinado o projeto do eixo, realizou-se em março de 2016.

Terremoto de abril de 2016

O Brasil prestou cooperação humanitária ao Equador após o terremoto que atingiu o norte daquele país em 16 de abril de 2016, considerado o mais forte desde 1979. Foi enviada aeronave militar C-105 ao país, com carga de 600.000 UI de imunoglobulina antitetânica e 6 "kits emergenciais", incluindo medicamentos e insumos básicos de saúde. Cada kit pesa 250 kg e pode atender 500 pessoas por três meses. A aeronave permaneceu no país até maio de 2016 e realizou transporte de carga e de passageiros, bem como evacuações médicas.

Assuntos consulares

Estima-se em cerca de 3.000 o número de brasileiros no país andino. O setor consular da Embaixada do Brasil em Quito tem jurisdição sobre todo o território equatoriano. O Brasil conta, ainda, com dois consulados honorários no Equador: Cuenca e Guayaquil.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Há, atualmente, três operações ativas de caráter ostensivo no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) referentes ao Equador, cujos valores atingem a cifra de US\$ 314.941.304,90.

POLÍTICA INTERNA

Em maio de 2017, o presidente Lenín Moreno, do partido "Alianza PAÍS", assumiu o país após uma década de presidência de Rafael Correa (2007-2017), de quem foi vice-presidente de 2007 a 2013. A vitória de Moreno em segundo turno, por pouco mais de dois pontos percentuais, foi marcada pela polarização com o candidato da oposição ao governo Correa, o banqueiro Guillermo Lasso.

O governo conseguiu maioria parlamentar na Assembleia Nacional, com 74 assentos de um total de 137 – mas perdeu a maioria qualificada com a qual a Alianza PAÍS contava no exercício anterior (100 cadeiras). As bancadas dos principais partidos de oposição (Coligação Movimento “Creando Oportunidades” e Sociedade Unida Mais Ação – CREO/SUMA, de Guillermo Lasso, e Partido Social-Cristão – PSC) cresceram mais de 150%, atingindo 34 e 15 assentos, respectivamente.

Desde a posse, Lenín Moreno tem buscado imprimir estilo próprio a seu governo. A estratégia do novo mandatário, fundada no diálogo com todas as forças políticas, logrou superar impasses herdados da gestão anterior e possibilitou o reestabelecimento do diálogo com instituições como as Forças Armadas e a Igreja.

Residindo em Bruxelas desde que deixou o poder (sua esposa é belga), o ex-presidente Rafael Correa tem sido um dos principais críticos da gestão atual. Utilizando-se das mídias sociais, Correa tem criticado as iniciativas de diálogo com setores da oposição, as declarações de Moreno sobre o cenário econômico recebido do governo anterior e projetos que tencionam reformar leis marcantes da gestão Correa.

A oposição propriamente dita tem acolhido favoravelmente, de modo geral, as iniciativas de distensão promovidas por Moreno. A única oposição concreta à atual gestão provém, assim, de seu antecessor e ex-aliado.

As ramificações da Operação Lava Jato no Equador têm impactado a agenda política interna. Em outubro de 2017, Jorge Glas, então vice-presidente de Moreno, foi detido por acusações de corrupção passiva relacionadas a projetos da construtora Odebrecht no país. O presidente Moreno nomeou sua ministra de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Maria Alejandra Vicuña, como vice-presidente interina. Com o afastamento definitivo de Glas, Vicuña foi efetivada como vice-presidente pela Assembleia Nacional em janeiro último.

No último dia 19 de janeiro, o Tribunal Contencioso Eleitoral (TCE) reconheceu o morenista Ricardo Zambrano como Secretário-Executivo do

movimento Alianza País, em detrimento da correísta Gabriela Ribadeneira. A decisão foi estopim para a desfiliação de Rafael Correa, anunciada nas mídias sociais e seguida pela desfiliação de 28 dos 74 parlamentares da AP. Os "correístas" pretendem reorganizar-se sob nova legenda.

Em fevereiro de 2018, foi realizado referendo/consulta popular que constituía prioridade da agenda política de Lenín Moreno. Foram submetidas à população sete perguntas, dentre as quais a vedação da possibilidade de “reeleição indefinida”, que havia sido instituída na gestão Correa, e a inabilitação da candidatura (“morte política”) de quaisquer condenados por atos de corrupção. A vitória do “sim” no referendo por ampla margem (entre 63% e 74%, para as diferentes perguntas) foi avaliado por analistas como indicador de respaldo popular à agenda política de Moreno. Passados pouco mais de dois meses da consulta popular/referendo, a implementação dos resultados das sete perguntas encontra-se quase concluída.

A agenda de política interna, no momento, encontra-se tomada pelos temas de segurança na fronteira. Em 13 de abril último foi confirmado o assassinato de equipe do jornal equatoriano "El Comercio" sequestrada na fronteira do Equador com a Colômbia. O crime foi reivindicado em nota pública pela Frente Oliver Sinisterra, dissidência das FARC liderada pelo equatoriano Walter Arisala, conhecido por “Guacho”. Em 14 de abril, os meios de comunicação locais divulgaram novo sequestro na região fronteira. Os dois fatos recentes causaram grande comoção pública e vêm a somar-se ao ataque contra quartel da Polícia Federal equatoriana em San Lorenzo (província de Esmeraldas), em janeiro passado.

Os ministros da Defesa, Interior e das Relações Exteriores do Equador e da Colômbia mantiveram reunião de trabalho em Quito, no dia 16 de abril. Enfatizaram a prioridade que será atribuída ao resgate dos corpos da equipe de El Comercio, para o que contarão com a colaboração da Cruz Vermelha Internacional.

No parlamento equatoriano, correístas e anti-correístas debatem se teria havido sucateamento das Forças Armadas e da Polícia do Equador ao longo do período de governo de Rafael Correa. Não obstante as interpretações divergentes, parece haver consenso em torno da necessidade de incrementar a presença militar e policial na fronteira norte.

POLÍTICA EXTERNA

O plano de governo de Lenín Moreno pregava continuidade com a política externa da gestão Correa, sem incorrer em "continuismo automático". O plano de governo enfatizava os seguintes princípios: (i) condenação de toda forma de imperialismo, colonialismo e neocolonialismo; (ii) reconhecimento do direito dos povos à resistência e à libertação de toda forma de opressão; (iii) rechaço a que controvérsias com empresas estrangeiras privadas tornem-se conflitos entre Estados; (iv) condenação da ingerência de Estados em assuntos internos de outros e qualquer forma de intervenção; e (v) reafirmação do "papel fundamental" do Equador no processo de paz da Colômbia.

Agenda de Política Exterior 2017-2021. Principais eixos da política externa.

A ministra das Relações Exteriores Maria Fernanda Espinosa apresentou, no final de janeiro deste ano, documento intitulado “Agenda de Política Exterior 2017-2021”. O documento foi elaborado como resultado de uma série de mesas redondas, que contaram com a participação da sociedade civil, para a discussão de temas de relevância para a agenda internacional do Equador, no "espírito do Diálogo Nacional impulsionado pelo Presidente Moreno".

O documento lista como objetivos da política exterior:

- (1) defender as soberanias e a construção da paz;
- (2) defender os direitos humanos e os direitos da natureza;
- (3) impulsionar a inserção estratégica do Equador e a diversificação das relações internacionais em função dos interesses do país;
- (4) promover a consolidação dos mecanismos de integração bilateral, regional e o fortalecimento do multilateralismo;
- (5) promover o exercício dos direitos das pessoas em mobilidade humana (migrantes) em todas suas dimensões;
- (6) coordenar a cooperação internacional para o cumprimento das prioridades e objetivos definidos pelo governo nacional; e
- (7) fortalecer a gestão e a profissionalização do serviço exterior e a diplomacia cidadã.

O Equador mantém gabinetes binacionais (que reúnem os respectivos presidentes e seus ministros) com seus dois vizinhos, Colômbia e Peru - com os quais

mantém, atualmente, boas relações. No caso específico da Colômbia, a Agenda de Política Exterior destaca a implementação do Acordo de Paz com as FARC e o atual processo de negociação com o ELN, até então sediado pelo Equador.

O Equador é parte da CAN – Comunidade Andina, que congrega também Bolívia, Peru e Colômbia. Os quatro países formam hoje uma zona de livre comércio e livre trânsito de pessoas. Contam também com órgãos relevantes como a Cooperação Andina de Fomento. Em dezembro de 2016, entrou em vigor o Acordo Comercial Multipartes (ACM) Comunidade Andina-União Europeia. O processo foi finalizado justamente no mês em que venceu a participação equatoriana no Sistema Geral de Preferências europeu (SGP). O Equador é também estado associado do MERCOSUL.

Segurança nas Fronteiras

No contexto da comoção causada pelo assassinato, em 3 de abril último, de equipe do jornal equatoriano "El Comercio" sequestrada na fronteira do Equador com a Colômbia, que vem a somar-se a ataque a quartel da polícia federal equatoriana ocorrido em 27 de janeiro, a questão da segurança na fronteira e o combate ao narcotráfico e ao crime organizado retomaram protagonismo na agenda de política externa equatoriana.

Os ministros da Defesa, Interior e das Relações Exteriores do Equador e da Colômbia mantiveram reunião de trabalho em Quito, no dia 16 de abril, sobre o tema. Paralelamente, o governo Moreno também solicitou a cooperação internacional de China, Espanha, Estados Unidos, França, México e Reino Unido no combate às atividades criminosas na fronteira.

O tema foi apresentado ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), em sessão extraordinária, no entendimento de que, como assinalado pela ministra de Relações Exteriores, María Fernanda Espinosa, "el narcotráfico es una responsabilidad mundial y hemisférica, no solamente es un tema que le compete a Colombia o Ecuador."

Como desdobramento da crise de segurança na fronteira, o governo do Equador abdicou de sua condição de país garante e sede do processo de negociações de paz entre o governo colombiano e o Exército de Libertação Nacional (ELN).

Caso Julian Assange

O fundador do Wikileaks encontra-se asilado na Embaixada do Equador em Londres desde junho de 2012. Assange é acusado de estupro na Suécia, mas nega a

acusação e afirma que o processo é pretexto para levá-lo àquele país, de onde seria extraditado para os EUA.

O governo Correa concedeu asilo a Assange em agosto de 2012. Em janeiro último, Assange naturalizou-se equatoriano e o Governo solicitou lhe fosse concedido *status* diplomático - o que habilitaria Assange a deixar a Embaixada do Equador. O pedido foi rechaçado pelo governo britânico.

UNASUL

Dificuldades políticas regionais levaram à vacância do cargo de secretário-geral da UNASUL desde fevereiro de 2017. A única candidatura apresentada, até o momento, é a do embaixador argentino José Octavio Bordón. Bolívia, Equador, Suriname e Venezuela expressaram preferência pela designação de um ex-presidente ou ex-chanceler. A falta de um SG tem impactado negativamente os trabalhos internos da organização, que é sediada na capital equatoriana. A última reunião de Chefes de Estado e de Governo da Organização deu-se há mais de três anos, em dezembro de 2014, quando da inauguração da sede da organização em Quito.

Relações com a China

O Presidente Correa visitou a China em janeiro de 2015, ocasião em que foi estabelecida "Parceria Estratégica" entre os dois países. O Presidente Xi Jinping reciprocou a visita em novembro de 2017, ocasião em que se elevou a parceria estratégica ao patamar de "Associação Estratégica Integral".

De acordo com dados de março de 2018, estima-se que a China seja credora de um terço dos US\$ 26 bilhões de dívida externa pública do Equador. Para além do financiamento, o país asiático tem investimentos em setores estratégicos da economia local: mineração, energia e telecomunicações. Atualmente, o país asiático é o segundo sócio comercial equatoriano (atrás apenas de Estados Unidos). Por outro lado, o Equador posiciona-se como 11º sócio comercial da China na América Latina. A balança comercial é amplamente favorável à parte chinesa (pouco mais de US\$ 2 bilhões, em 2015).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia equatoriana é dependente das exportações de petróleo, que representam quase um terço do total exportado pelo país (dados de 2017). Outros setores importantes da economia são o agroexportador (depois do petróleo, banana e camarão são os dois principais produtos da pauta exportadora) e as remessas de divisas da diáspora equatoriana.

O presidente Lenín Moreno herdou uma conjuntura econômica desafiadora. O modelo implementado nos dez anos de governo Correa caracterizou-se por viés desenvolvimentista, baseado em forte presença do Estado na economia. O governo foi favorecido, em primeiro momento, do ciclo de alta das commodities, que lhe rendeu confortáveis receitas fiscais por meio da venda de petróleo. No entanto, a partir de 2014, verificou-se gradual reversão da trajetória de crescimento econômico, em grande medida em decorrência da queda do preço do petróleo e da valorização do dólar (a economia do Equador é dolarizada desde 2000), que provocou a perda de competitividade dos produtos equatorianos no mercado mundial.

Segundo dados do FMI, o PIB equatoriano cresceu 0,1% em 2015 e sofreu um recuo de 1,58% em 2016. Graças à retomada do preço internacional do petróleo, do aumento do gasto público e do consumo final das famílias, para 2017, o Fundo mensurou um crescimento do PIB da ordem de 2,73%.

O investimento privado e os ingressos de investimento externo direto (IED) também têm sofrido queda significativa. Em 2016, o IED caiu 44% com relação a 2015 (US\$ 744 milhões contra US\$ 1,322 bilhão), retornando ao nível de 2013.

A situação fiscal do país também tem preocupado analistas e mercado. Estima-se a dívida pública atual em cerca de 60% do PIB. Atualmente, o Equador apresenta o segundo maior risco-país na região, somente à frente da Venezuela.

Diante do cenário macroeconômico desfavorável, Moreno declarou ter herdado uma situação "muito difícil", apelando à austeridade e manifestando descontentamento com a situação fiscal do Estado equatoriano. Desde que tomou posse, em maio de 2017, a administração de Moreno já realizou três emissões de bônus soberanos, totalizando US\$ 7,5 bilhões. Os recursos levantados têm sido utilizados, em grande medida para lastrear os gastos correntes do Estado (a participação do gasto público no PIB passou de cerca de 20% no início do século para

44% em 2014).

Em abril de 2018, o presidente Lenín Moreno apresentou seu plano econômico para o período 2018-2021. O pacote econômico é dividido em quatro temas: (i) estabilidade e equilíbrio fiscal; (ii) reestruturação e otimização do estado, ressaltando a qualidade do gasto público, a austeridade e a redução do tamanho do setor público; (iii) equilíbrio do setor externo e sustentabilidade da dolarização, por meio de aumento das exportações e controle da saída de divisas, com consequente melhora da balança de pagamentos; e (iv) reativação produtiva e fortalecimento do setor privado. Prevê, ainda, metas de diminuição de déficit fiscal.

Comércio Exterior

De acordo com dados do Banco Central do Equador de fevereiro de 2018, no ano passado, as exportações equatorianas totalizaram US\$ 19,12 bilhões, enquanto as importações atingiram US\$ 19,03 bilhões. Observa-se, assim, um superávit de US\$ 91,4 milhões. Apesar de as exportações e importações equatorianas terem apresentado aumento (13,8% e 22,4%, respectivamente), o superávit comercial apresentou sensível diminuição (cerca de 25%).

Produtos primários representam 77,35% da pauta exportadora equatoriana, sendo que a participação do petróleo bruto nessa rubrica atinge 41,86% do total. Os outros principais produtos primários exportados são camarão (20,55%), banana (20,52%), flores (5,96%) e cacau (3,98%). Os principais destinos das exportações equatorianas em 2017 foram os EUA (31,7% do total), seguidos de Vietnã (7,6%), Peru (6,6%) e Chile (6,5%). O Brasil representa 0,6% do valor total exportado pelo Equador no período.

Do lado das importações, o principal fornecedor de produtos ao país são os EUA (19,7% do total), seguidos de China (18,3%), Colômbia (8,1%) e Panamá (4,5%). O Brasil representa 4,4% do valor total importado pelo Equador no período.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1532	Francisco Pizarro funda o povoado de San Miguel de Piura.
1534	Sebastián de Belacázar funda a nova cidade de Quito, em 6 de dezembro.
1822	As forças do General Sucre derrotam os espanhóis na Batalha de Pichincha e declaram a independência de Quito, incorporada à Grã-Colômbia, em 24 de maio.
1830	O Equador separa-se da Grã-Colômbia, em 13 de maio.
1832	As ilhas Galápagos são incorporadas ao Equador.
1861	O conservador Gabriel Moreno assume a Presidência e inicia a centralização administrativa.
1897	A chamada Revolução Liberal leva ao poder José Eloy Alfaro.
1934	José María Velazco Ibarra, 1º de setembro, assume a Presidência, cargo que ocuparia cinco vezes e do qual seria destituído quatro vezes até 1972.
1941	Equador e Peru enfrentam-se numa guerra motivada por disputas de fronteira na região amazônica.
1942	Equador e Peru, tendo como garantes Brasil, Estados Unidos, Chile e Argentina, firmam o Protocolo do Rio de Janeiro, com o objetivo de dar fim à disputa territorial, em 29 de janeiro.
1981	Equador e Peru declaram novo cessar-fogo, em 4 de fevereiro.
1995	Equador e Peru enfrentam-se, de janeiro a março, na Guerra de Cenepa, mais uma vez motivada por disputa territorial em área de fronteira não demarcada. Os conflitos cessam depois da assinatura da Declaração de Paz do Itamaraty – firmada no Brasil, em 17 de fevereiro, e que estabeleceu uma missão de observadores militares (MOMEP) – e da Declaração de Montevideu, firmada em 28 de fevereiro.
1996	Abdala Bucaram, do Partido Roldosista, assume a Presidência.
1997	O Congresso destitui o Presidente Bucaram, em 6 a 11 de fevereiro. Fabián Alarcón, Presidente do Congresso, é escolhido chefe de Estado pelo legislativo.
1998	Jamil Mahuad assume a Presidência, em 10 de agosto. Equador e Peru assinam, 26 de outubro, a Ata de Brasília e aceitam a demarcação de 78km de fronteira, dando fim às disputas limítrofes.
2000	Jamil Mahuad é destituído, em janeiro, e seu vice, Gustavo Noboa, assume a Presidência.
2003	Lucio Gutiérrez, um dos líderes do movimento pela destituição de Mahuad, assume a Presidência.
2005	Lucio Gutiérrez é destituído pelo Congresso depois de decretar estado de emergência em Quito e suspender as nomeações de juizes para a Corte Suprema; seu vice, Alfredo Palacio assume a Presidência.
2006	O candidato Rafael Correa é eleito presidente, em novembro, com 56,58% dos votos no segundo turno das eleições contra 43,42% do empresário Álvaro Noboa do PRIAN.
2007.	Realizado plebiscito, em 15 de abril, para a convocação de uma nova Assembléia Constituinte.

2008	Incursão de efetivos da polícia e do exército colombiano na província equatoriana de Sucumbíos, em 1º de março, que resultou na morte do “porta-voz” das FARC Raul Reyes e de, pelo menos, outras 22 pessoas, provoca incidente diplomático entre Equador e Colômbia.
2008	A nova Constituição (“Constituição Montecristi”) é referendada, em setembro, em consulta popular, com aprovação de 63,93%. Governo equatoriano institui a Comissão de Auditoria Integral do Crédito Público (CAIC), com o objetivo de examinar e avaliar todo o processo de contratação da dívida pública. O relatório divulgado informa irregularidades na contratação de parte da dívida externa. Com base nas recomendações, o Governo equatoriano declarou a moratória de parcela da dívida externa.
2009	O Presidente Correa conquista novo mandato nas eleições, sendo reeleito com 51,95% dos votos.
2013	Em maio, Presidente Correa é reempossado, para cumprir novo mandato de 4 anos.
2017	Lenín Moreno toma posse como novo presidente do Equador após uma década de gestão Rafael Correa.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1904	O Tratado de Limites, assinado em 6 de maio, entre Brasil e Equador, define a linha Tabatinga-Apapóris como marco divisório, em área ainda disputada com o Peru.
1922	Acordo de limites entre Colômbia e Peru deixa Equador sem fronteira com Brasil.
1942	Assinado, no Rio de Janeiro, no mês de janeiro, o Protocolo de Paz entre Peru e Equador, tendo como países-garantes Argentina, Brasil, Chile e EUA.
1978	Assinado, em 3 de julho, em Brasília, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), do qual farão parte Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.
1982	O presidente Osvaldo Hurtado protagoniza a primeira visita oficial de um chefe de Estado equatoriano ao Brasil.
1998	Os presidentes do Peru, Alberto Fujimori, e Equador, Jamil Mahuad, assinam, em 26 de outubro, em Brasília, o Acordo de Paz Peru-Ecuador, que põe fim ao conflito sobre a fronteira não demarcada na Cordilheira do Condor. O acordo cria uma zona desmilitarizada e dois parques ecológicos na região.
2003	O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita, em janeiro, o Equador. O Presidente do Equador, Lúcio Gutiérrez, visita o Brasil, em 27 de maio.
2004	Visita, nos dias 24 e 25 de agosto, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Quito. Na ocasião, são assinados Memorandos de Entendimento nas áreas de banco de leite humano e energia.
2005	O Brasil concede asilo, em abril, ao ex-Presidente Lúcio Gutiérrez, após seu refúgio na Embaixada do Brasil em Quito. Em outubro, Gutiérrez renunciou ao asilo e regressou a seu país. Visita, nos dias 16 e 17 de agosto, do Chanceler Celso Amorim a Quito.
2006	Visita, em 18 de janeiro, do Chanceler Celso Amorim ao Equador. Visita, em 8 de dezembro, do Presidente eleito do Equador, Rafael Correa, à Brasília.
2007	Visita, em 26 de março, da Chanceler do Equador, María Fernanda Espinosa, ao Brasil. O Presidente Rafael Correa realiza, em 4 de abril, visita de Estado ao Brasil. Os Presidentes Lula e Correa mantêm, em 30 de setembro, encontro em Manaus. O Ministro Celso Amorim, em visita a Quito, nos dias 4 e 5 de outubro, é recebido pelo Presidente Rafael Correa e pela Ministra María Fernanda Espinosa.

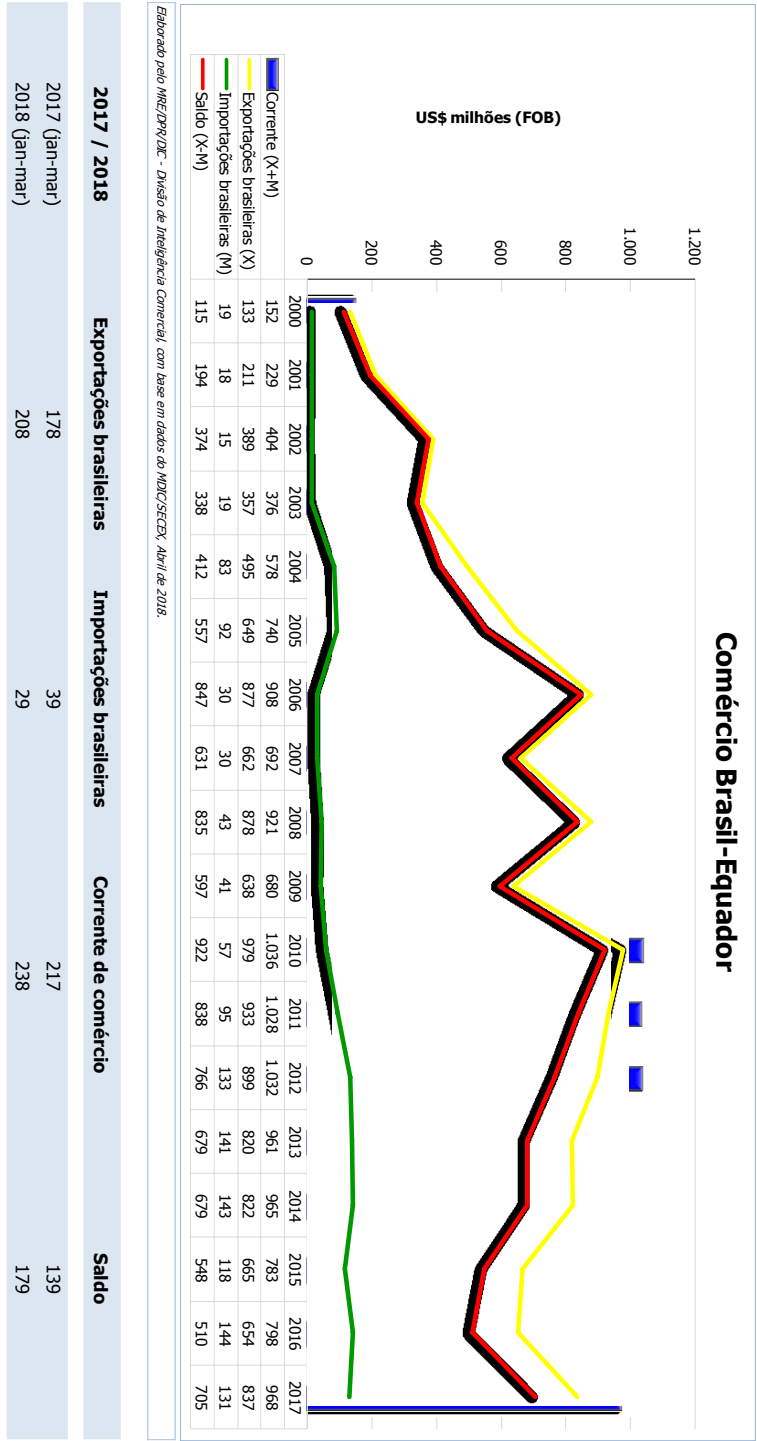
2008	<p>Visita, nos dias 4 e 5 de março, do Presidente Rafael Correa ao Brasil.</p> <p>Entrada em operação, em agosto, da rota aérea regular Guayaquil-Manaus-Quito, operada pela estatal equatoriana TAME. Em dezembro, a rota foi suspensa.</p> <p>Visita, em setembro, do Ministro da Defesa do Equador, Javier Ponce, ao Brasil para negociar contrato de aquisição de 24 aeronaves Super Tucanos da EMBRAER por parte da força aérea de seu país. O contrato foi concluído em 17 de setembro. O Equador acabaria comprando 18 aeronaves.</p> <p>O estatal HPEP inicia, em 19 de novembro, juízo arbitral junto à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), questionando algumas cláusulas do contrato de financiamento do BNDES para construção da Hidrelétrica de San Francisco.</p>
2009	O Chanceler Fander Falconí realiza visita a Brasília, quando encontra-se com o Ministro Celso Amorim, em 24 de agosto.
2010	Em dezembro, laudo arbitral da CCI dá ganho de causa ao BNDES em demanda impetrada pela estatal HPEP.
2013	<p>Em maio, Vice-Presidente Michel Temer participa da cerimônia de posse do Presidente Rafael Correa.</p> <p>Em maio, o Ministro Antonio Patriota participa da XII Cúpula de Chanceleres da OTCA, em El Tena</p>
2014	<p>Em julho, Presidente Rafael Correa participa das Cúpulas BRICS-América do Sul e CELAC-China, em Brasília.</p> <p>Em dezembro, a Presidenta Dilma Rousseff visitou Quito para participar de Cúpula Extraordinária da União das Nações Sul-americanas (Unasul), ocasião em que foi inaugurada a nova sede da Secretaria Geral do bloco, em Mitad del Mundo.</p>
2016	Visita oficial da Presidenta Dilma Rousseff a Quito e participação na IV Cúpula da Comunidade da CELAC

	Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação
1.	Tratado de Extradicação entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Equador	4/3/1937	3/6/1938	11/8/1938
2.	Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador	11/6/1970	4/4/1971	15/4/1971
3.	Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador	9/2/1982	22/2/1984	21/3/1984
4.	Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador	9/2/1982	24/1/1985	4/1/1985
5.	Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador	9/2/1982	20/6/1984	13/7/1984
6.	Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador	26/5/1983	28/12/1987	12/2/1988
7.	Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador	26/10/1989	7/8/1995	13/9/1995
8.	Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Equador	22/6/1993	27/6/1995	13/9/1995
9.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa	4/4/2007	11/2/2011	12/1/2012

10.	Acordo de Cooperação Técnica na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador	4/4/2007	2/12/2009	21/5/2010
11.	Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Bens Culturais Roubados ou Illicitamente Exportados	1/10/2012	-	Tramitação Ministérios/Casa Civil
12.	Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República do Equador e o Governo da República Federativa do Brasil	2/5/2013	-	Tramitação Congresso Nacional

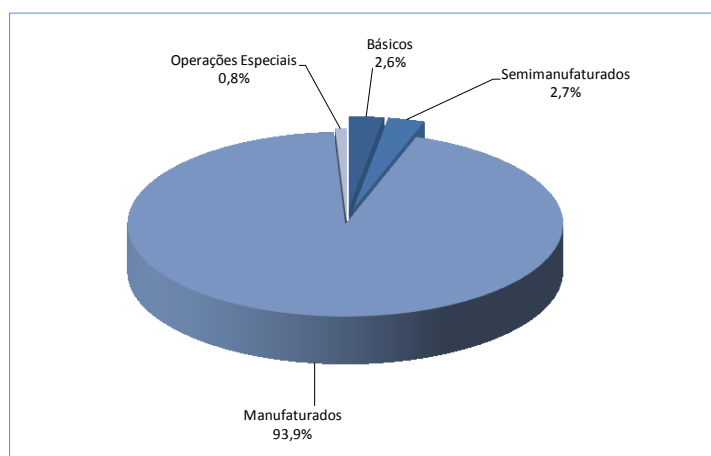
ACORDOS BILATERAIS

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

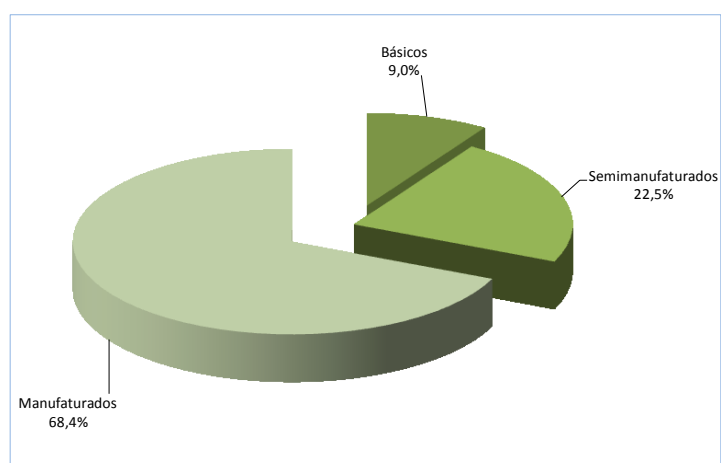


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



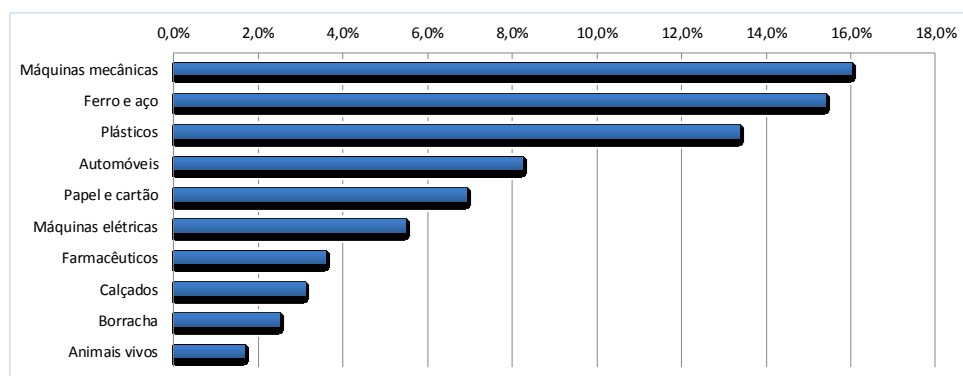
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Equador (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	97	14,6%	103	15,8%	134	16,0%
Ferro e aço	53	8,0%	72	11,0%	129	15,4%
Plásticos	95	14,3%	96	14,7%	112	13,4%
Automóveis	52	7,8%	40	6,1%	69	8,2%
Papel e cartão	45	6,8%	52	8,0%	58	6,9%
Máquinas elétricas	42	6,3%	37	5,7%	46	5,5%
Farmacêuticos	36	5,4%	33	5,0%	30	3,6%
Calçados	17	2,6%	13	2,0%	26	3,1%
Borracha	17	2,6%	15	2,3%	21	2,5%
Animais vivos	8	1,2%	11	1,7%	14	1,7%
Subtotal	462	69,4%	472	72,2%	639	76,4%
Outros	203	30,6%	182	27,8%	198	23,6%
Total	665	100,0%	654	100,0%	837	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

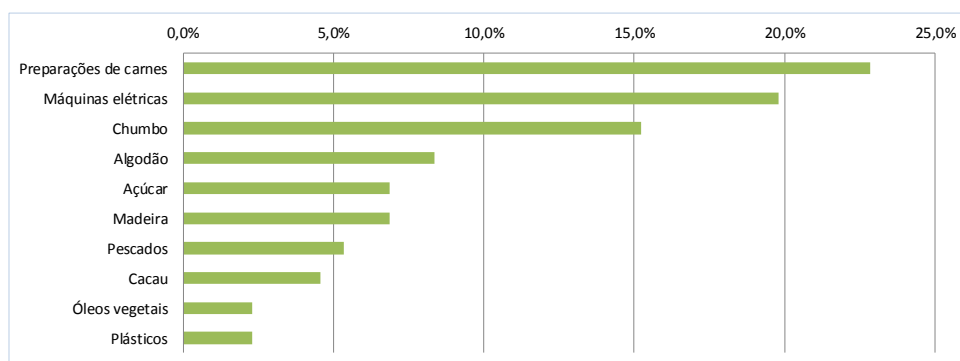


Composição das importações brasileiras originárias do Equador (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Preparações de carnes	34	28,9%	28	19,4%	30	22,8%
Máquinas elétricas	2	1,7%	29	20,1%	26	19,8%
Chumbo	11	9,3%	14	9,7%	20	15,2%
Algodão	6	5,1%	7	4,9%	11	8,4%
Açúcar	15	12,7%	12	8,3%	9	6,9%
Madeira	18	15,3%	15	10,4%	9	6,9%
Pescados	3	2,5%	4	2,8%	7	5,3%
Cacau	14	11,9%	9	6,2%	6	4,6%
Óleos vegetais	2	1,7%	16	11,1%	3	2,3%
Plásticos	2	1,7%	2	1,4%	3	2,3%
Subtotal	107	90,9%	136	94,4%	124	94,4%
Outros	11	9,1%	8	5,6%	7	5,6%
Total	118	100,0%	144	100,0%	131	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

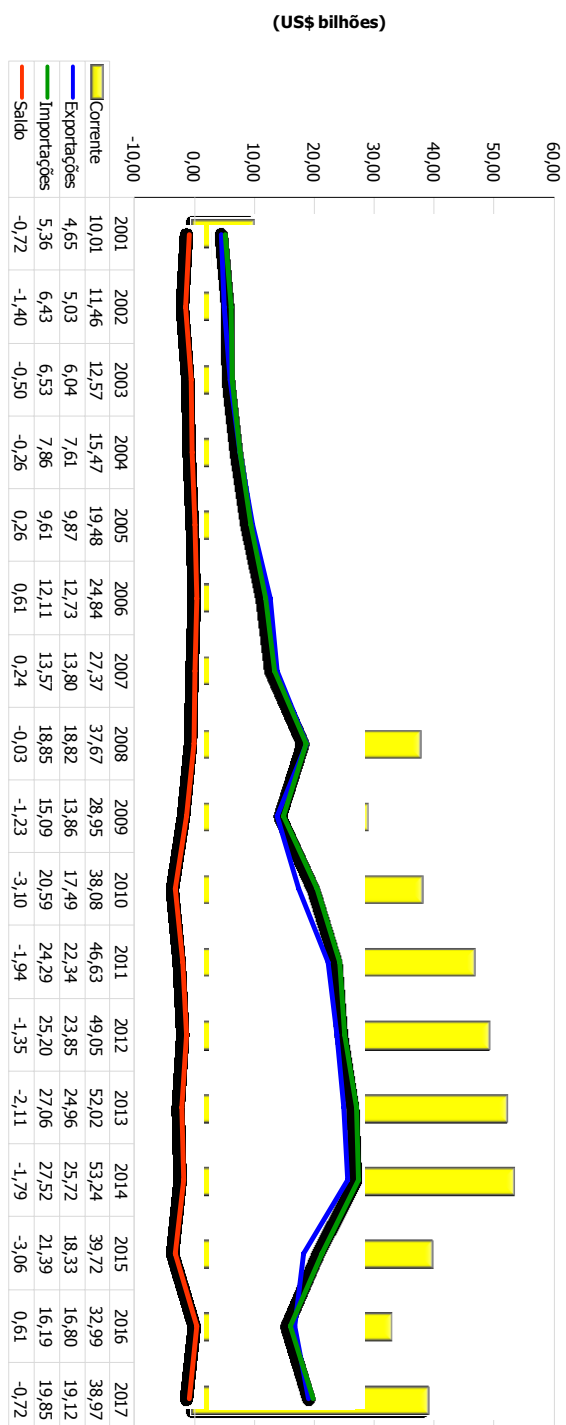


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Ferro e aço	32	17,9%	35	16,8%	Ferro e aço 16,8%
Máquinas mecânicas	25	14,0%	31	14,9%	Máquinas mecânicas 14,9%
Plásticos	27	15,1%	24	11,5%	Plásticos 11,5%
Automóveis	13	7,3%	20	9,6%	Automóveis 9,6%
Papel e cartão	14	7,8%	15	7,2%	Papel e cartão 7,2%
Máquinas elétricas	9	5,0%	9	4,3%	Máquinas elétricas 4,3%
Farmacêuticos	7	3,9%	7	3,4%	Farmacêuticos 3,4%
Cobre	2	1,1%	6	2,9%	Cobre 2,9%
Calçados	5	2,8%	5	2,4%	Calçados 2,4%
Madeira	1	0,6%	5	2,4%	Madeira 2,4%
Subtotal	135	75,7%	157	75,3%	
Outros	43	24,3%	51	24,7%	
Total	178	100,0%	208	100,0%	
Importações					
Preparações de carnes	11	28,2%	11	37,6%	Preparações de carnes 37,6%
Chumbo	5	12,8%	6	20,5%	Chumbo 20,5%
Pescados	2	5,1%	2	6,8%	Pescados 6,8%
Algodão	2	5,1%	2	6,8%	Algodão 6,8%
Cacau	1	2,6%	2	6,8%	Cacau 6,8%
Plásticos	1	1,3%	1	3,4%	Plásticos 3,4%
Açúcar	3	7,7%	1	3,4%	Açúcar 3,4%
Madeira	3	7,7%	1	3,4%	Madeira 3,4%
Óleos vegetais	1	2,6%	1	3,4%	Óleos vegetais 3,4%
Soja	1	2,6%	1	3,4%	Soja 3,4%
Subtotal	30	75,6%	28	95,7%	
Outros produtos	10	24,4%	1	4,3%	
Total	39	100,0%	29	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Comércio Equador x Mundo

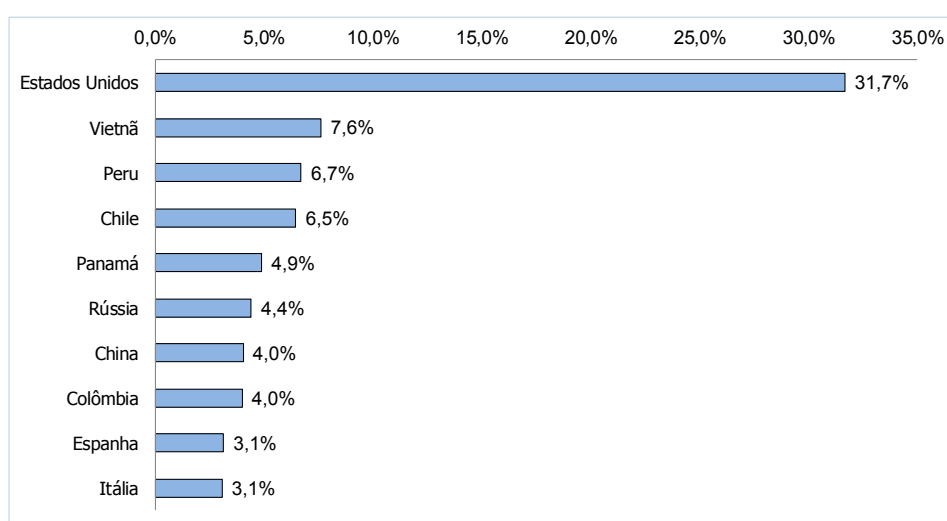


Elaborado pelo MRE/DPF/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2018.

Principais destinos das exportações do Equador
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Estados Unidos	6,06	31,7%
Vietnã	1,46	7,6%
Peru	1,28	6,7%
Chile	1,24	6,5%
Panamá	0,94	4,9%
Rússia	0,85	4,4%
China	0,77	4,0%
Colômbia	0,76	4,0%
Espanha	0,60	3,1%
Itália	0,59	3,1%
...		
Brasil (19º lugar)	0,12	0,6%
Subtotal	14,66	76,7%
Outros países	4,46	23,3%
Total	19,12	100,0%

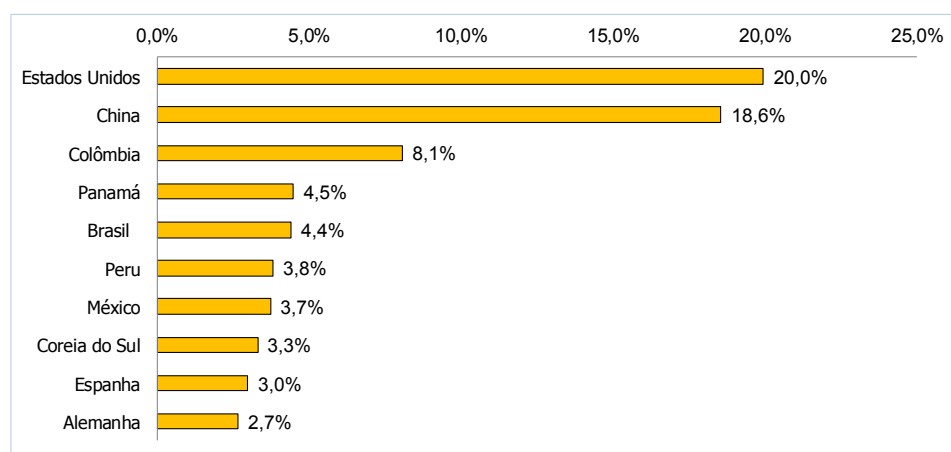
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Principais origens das importações do Equador
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Estados Unidos	3,96	20,0%
China	3,69	18,6%
Colômbia	1,60	8,1%
Panamá	0,89	4,5%
Brasil	0,88	4,4%
Peru	0,76	3,8%
México	0,74	3,7%
Coreia do Sul	0,66	3,3%
Espanha	0,59	3,0%
Alemanha	0,53	2,7%
Subtotal	14,30	72,0%
Outros países	5,55	28,0%
Total	19,85	100,0%

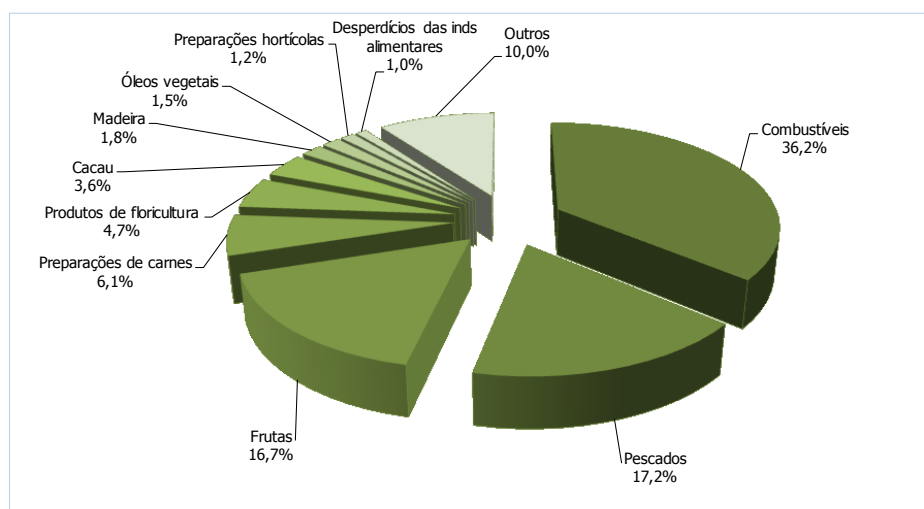
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Composição das exportações do Equador (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Combustíveis	6,91	36,2%
Pescados	3,30	17,2%
Frutas	3,19	16,7%
Preparações de carnes	1,17	6,1%
Produtos de floricultura	0,89	4,7%
Cacau	0,69	3,6%
Madeira	0,34	1,8%
Óleos vegetais	0,30	1,5%
Preparações hortícolas	0,23	1,2%
Desperdícios das inds alimentares	0,18	1,0%
Subtotal	17,20	90,0%
Outros	1,92	10,0%
Total	19,12	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

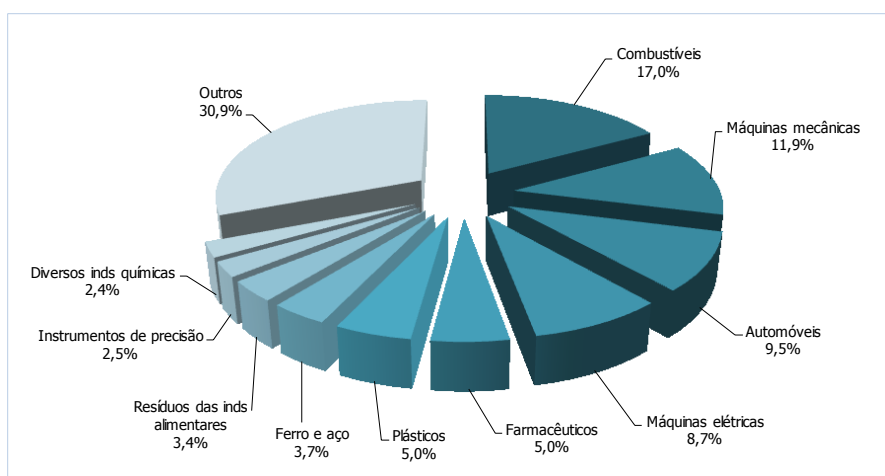


Composição das importações do Equador (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part. % no total
Combustíveis	3,38	17,0%
Máquinas mecânicas	2,36	11,9%
Automóveis	1,88	9,5%
Máquinas elétricas	1,74	8,7%
Farmacêuticos	0,99	5,0%
Plásticos	0,99	5,0%
Ferro e aço	0,74	3,7%
Resíduos das inds alimentares	0,67	3,4%
Instrumentos de precisão	0,49	2,5%
Diversos inds químicas	0,48	2,4%
Subtotal	13,72	69,1%
Outros	6,13	30,9%
Total	19,85	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

10 principais grupos de produtos importados



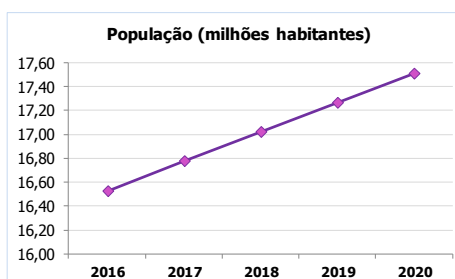
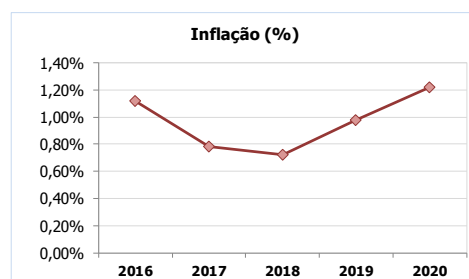
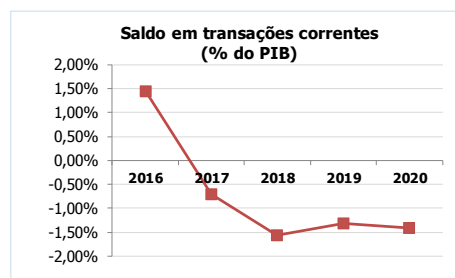
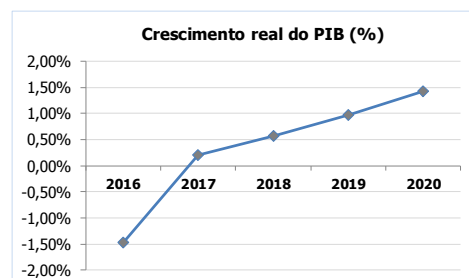
Principais indicadores socioeconômicos do Equador

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-1,47%	0,20%	0,57%	0,97%	1,43%
PIB nominal (US\$ bilhões)	97,80	98,58	99,69	101,46	103,91
PIB nominal "per capita" (US\$)	5.917	5.876	5.856	5.876	5.934
PIB PPP (US\$ bilhões)	184,88	188,47	193,22	199,27	206,37
PIB PPP "per capita" (US\$)	11.185	11.234	11.350	11.540	11.785
População (milhões habitantes)	16,53	16,78	17,02	17,27	17,51
Desemprego (%)	5,21%	5,12%	5,28%	5,25%	5,15%
Inflação (%) ⁽²⁾	1,12%	0,78%	0,72%	0,98%	1,22%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,45%	-0,72%	-1,56%	-1,32%	-1,41%
Dívida externa (US\$ bilhões)	34,08	39,80	43,77	45,99	46,40
Câmbio (¥ / US\$) ⁽²⁾	116,78	112,69	109,76	107,16	96,00
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	6,5%				
Indústria	33,8%				
Serviços	59,7%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



EMBAIXADA DO BRASIL EM QUITO**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA**

Apresento, a seguir, relatório sintético de minha gestão à frente da Embaixada no Equador, no período entre outubro de 2015 e abril de 2018.

INTRODUÇÃO

2. O período em tela esteve marcado pelos aspectos principais que resumo, a seguir, e que serão desenvolvidos ao longo do meu relatório.

3. Movido por visão imediatista da relação bilateral -a qual se funda em laços de amizade consignados pela história compartilhada, remota e recente- e por motivações de ordem doméstica, o governo do ex-presidente Rafael Correa assumiu postura crítica sobre a conjuntura política interna brasileira, especificamente quanto ao processo de impeachment, culminando com a chamada para consultas de seu encarregado de negócios em nossa capital, gesto que foi reciprocado pelo governo brasileiro. Com meu retorno ao Equador, em janeiro de 2017, e a chegada do novo embaixador equatoriano a Brasília, no começo de 2018, criaram-se as condições para a retomada construtiva da relação bilateral.

4. No plano da política interna equatoriana, o período é marcado pelo final da década do governo de Rafael Correa, iniciada em 2007, e a eleição do presidente Lenín Moreno (vice-presidente de Correa entre 2007 e 2013), em 2017. A ruptura entre os dois mandatários e a destituição de funções e posterior prisão do vice-presidente Jorge Glas, próximo a Correa, julgado culpado em caso de corrupção, dominaram a crônica política do primeiro ano da gestão Moreno. A vitória do "sim" na consulta popular/referendo de fevereiro 2018 consolidou a presidência de Moreno e sua capacidade de impor

a agenda política do país. O "estilo conciliador" de Moreno, em contraste com a atitude confrontacionista de Correa (para com as forças armadas, imprensa, movimentos indígenas, sindicatos, elite empresarial etc), também contribuiu para a conformação de ambiente político propício a permitir ao presidente anunciar, em março de 2018, um esperado pacote econômico, cuja potencial efetividade, entretanto, é objeto de ressalvas críticas por parte da maioria dos analistas.

5. A economia equatoriana encontra-se em crise, derivada, entre outros, da queda dos preços de petróleo, seu principal produto de exportação, da limitada diversificação do setor produtivo, da incapacidade de atrair investimentos diretos externos e das restrições decorrentes da dolarização. Não obstante, experimentou crescimento do PIB em 2017 (3%), mantido por gastos governamentais e financiamento externo, gerando deterioração do quadro fiscal.

6. As exportações equatorianas concentram-se em poucos produtos (petróleo, camarão e banana, com mais de 80% do total) e mercados (Estados Unidos, Vietnã e Peru, os três principais, nos últimos anos). Apesar do baixo preço do petróleo, o Equador registrou superávits da balança comercial em 2016 e 2017. Tal resultado obteve-se, ao menos em parte, mediante adoção unilateral de salvaguardas que deprimiram artificialmente as importações.

7. O Brasil mantém histórico de altos superávits comerciais com o Equador. No entanto, a sustentabilidade dessas trocas requer esforço brasileiro de buscar maior equilíbrio da balança. A recente abertura do nosso mercado para o camarão e a banana equatorianos contribui para esse objetivo, além de sinalizar, no plano político, nossa disposição concreta e positiva para a retomada construtiva das relações bilaterais.

8. Considera-se que Moreno não logrou impor à política externa equatoriana o mesmo espírito renovador que marcou sua atuação em outras frentes, muito embora se registre a

intenção de promover mudanças pontuais (como no caso Assange). O Equador mantém seu ativismo diplomático, herdado da era Correa, na esfera regional, (UNASUL, CELAC e OTCA), bem como na discussão de temas de alcance global, como Meio Ambiente e reforma da ONU, notadamente durante seu exercício da presidência do G-77+China, em 2017. Esse protagonismo deverá contribuir para sustentar a candidatura da ministra das relações exteriores, Maria Fernanda Espinoza, à presidência da 73a. Assembleia Geral das Nações Unidas, como eventual candidata do GRULA, posição que disputa com a representante permanente de Honduras na ONU. A postura equatoriana com relação à questão venezuelana é eivada de ambiguidades. Quito é sede da OLADE e da UNASUL. Quito também foi sede da "Mesa de Paz" entre o governo colombiano e o ELN, negociação em que o Brasil é um dos países-garantes.

POLÍTICA INTERNA

9. Os três Governos do ex-presidente Rafael Correa (2007-2017) resgataram o Equador da instabilidade política e econômica do decênio 1996-2006, com a vitória do projeto político intitulado "Revolução Cidadã". Os avanços logrados por meio das políticas públicas de combate à fome e à pobreza, bem como da recuperação da infraestrutura física do país e do resgate de uma certa autoestima da população, ocorreram em paralelo à crescente centralização do poder na figura do Presidente da República e à consequente alienação, não apenas dos setores oposicionistas, mas também, crescentemente, de determinados setores que compunham parte da própria base de sustentação do Governo (movimentos indigenistas, movimentos estudantis, etc), além das Forças Armadas e da imprensa.

10. O final do Governo do presidente Rafael Correa sofreu a influência negativa da crise econômica, derivada em apreciável medida da queda dos preços internacionais das "commodities", que implicaram a expressiva redução dos investimentos públicos e o aumento do endividamento do Estado. Sucessivos escândalos de corrupção aprofundaram o desgaste da imagem do Governo, mas não foram suficientes para eleger projeto alternativo de poder.

11.Com efeito, o ex-presidente logrou escolher seu sucessor e manter no poder a Aliança País (AP), com a vitória eleitoral do presidente Lenín Moreno, que havia sido vice-presidente da República, nos mandatos 2007-2009 e 2009-2013. A oposição, fragmentada e plural, não logrou estabelecer candidatura capaz de vencer eleitoralmente o programa da "Revolução Cidadã".

12.Empossado em maio de 2017, o presidente Lenín Moreno tem envidado esforços para consolidar sua liderança no cenário político equatoriano, ao alijar, progressivamente, a base correísta de postos-chaves, bem como para reverter medidas polêmicas adotadas pelo Governo anterior, como a adoção da possibilidade da reeleição indefinida do presidente da República. Nesse contexto, a AP tem evidenciado sua cisão interna, entre grupos leais ao presidente Moreno e aqueles vinculados à Administração do ex-presidente Correa, o qual o atual mandatário passou a antagonizar publicamente.

13.A retirada de poderes do ex-vice-presidente Jorge Glas, antes mesmo de sua condenação a seis anos de reclusão por associação ilícita, constituiu-se na primeira medida do presidente Moreno, com vistas a dissociar-se dos principais nomes ligados a episódios de corrupção no Governo anterior. A substituição do ex-vice-presidente Jorge Glas por María Alejandra Vicuña representou, ademais, um primeiro passo rumo ao afastamento, do círculo mais íntimo do poder, de importante nome vinculado ao anterior mandatário.

14.Dois meses após a confirmação, pelo Legislativo, de María Alejandra Vicuña à frente da Vice-Presidência da República, deu-se início a processo de destituição de José Serrano, expoente do Governo anterior, que ocupava a presidência da Assembleia Nacional, além de ser considerado nome forte para alçar-se aos mais altos cargos do poder. A eleição de Elizabeth Cabezas ao cargo reafirmou a posição do presidente Moreno como principal beneficiário da crise institucional.

15.A vitória do "sim" na consulta popular/referendo, de fevereiro de 2018, impulsionada por Moreno, consolidou sua posição política, mormente ao se considerar que Correa, solitariamente, defendeu o "não". As propostas, aprovadas em sua integralidade pelo eleitorado, implicaram em reformas legais, inclusive constitucionais.

16.A abolição da reeleição indefinida inviabilizou, constitucionalmente, eventual projeto de Rafael Correa, que atualmente reside na Bélgica, de voltar à Presidência. Ademais, deverá facilitar a renovação de quadros partidários e o surgimento de novas lideranças. A reforma do Conselho de Participação Cidadã e Controle Social (CPCCS, considerado "o Quarto Poder do Estado", entre cujas atribuições se destaca a designação do procurador-geral, fiscal-geral e do controlador-geral do Estado, bem como dos membros do Conselho Nacional Eleitoral - CNE) também é indicativo da capacidade de Moreno de reorganizar o aparelho estatal.

17.Nesse cenário, o presidente Moreno não apenas consolida sua base de apoio em órgãos-chaves para a garantia da governabilidade, como tem logrado manter-se à margem das denúncias de malfeitos que maculam altas personalidades da Administração anterior e, com isso, prover credibilidade a seu discurso anticorrupção.

18.Os correligionários de Correa desligaram-se do Movimento Alianza País e, até agora, não lograram registrar novo partido junto ao CNE.

RELAÇÕES BILATERAIS

19.As relações entre o Equador e o Brasil no período em apreço não podem ser analisadas sem que se leve em consideração as impróprias reações do governo equatoriano ao processo de "impeachment" da ex-presidente Dilma Rousseff.

20.No período anterior ao "impeachment", o ponto alto das relações bilaterais, que se encontravam em processo de gradual recuperação da confiança mútua, foi a reunião de trabalho de nível presidencial, mantida em janeiro de 2016, em Quito, por ocasião da IV Cúpula da CELAC, entre Dilma Rousseff e Rafael Correa. Na ocasião, as discussões concentraram-se em temas econômicos e na reafirmação da importância estratégica do eixo Manta-Manaus. O lado equatoriano não disfarçou sua frustração por não ter conseguido na ocasião o levantamento das barreiras fitossanitárias brasileiras às importações do camarão e da banana deste país.

21.A partir de maio de 2016, manifestações públicas do presidente Rafael Correa e do então ministro de Relações Exteriores, Guillaume Long, a respeito da conjuntura política interna brasileira resultaram em desgaste para as relações bilaterais. O governo equatoriano chamou para consultas seu encarregado de negócios em nossa capital (o titular do posto já havia partido para outra missão), gesto que foi reciprocado pelo governo brasileiro. A situação só seria superada com meu retorno a Quito e, já no governo de Lenín Moreno, com a chegada de novo titular para a Embaixada equatoriana em Brasília, abrindo o caminho para o processo de retomada construtiva das relações bilaterais.

22. Consoante a esse processo evolutivo, o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, manteve encontro com sua homóloga equatoriana, María Fernanda Espinosa, em 13 de abril de 2018, em Lima, à margem da VIII Cúpula das Américas. O encontro de alto nível aponta para perspectivas positivas, inclusive no plano simbólico.

23.A mais alta instância de coordenação diplomática com o Equador é o Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, em nível de chanceleres. O último encontro nesse formato ocorreu em maio de 2013, em Quito, presidido pelos chanceleres Antonio Patriota e Ricardo Patiño. Na ocasião, além de discussão de temas afetos ao relacionamento bilateral e ao contexto regional latino-americano, foi assinado Acordo sobre Serviços Aéreos.

24.A Embaixada conta com adidos das três Forças, que desenvolveram atividades em benefício da tradicional cooperação bilateral no campo militar.

25.Cabe registrar que, por ocasião do terremoto que atingiu o Equador, em 16 de abril de 2016, o Brasil esteve presente. Uma missão de ajuda humanitária brasileira, composta pelo Esquadrão Arara da Força Aérea Brasileira, realizou missões de transporte de passageiros e de carga, bem como evacuações médicas. A equipe da FAB desempenhou operações de apoio humanitário, coordenadas pela Força Aérea Equatoriana, mostrando nossa capacidade de trabalhar juntos.

26.Em setembro de 2017, foi instalado na Embaixada Oficialato de Ligação da Polícia Federal o qual, futuramente, deverá tornar-se Adidância Policial. A instalação do Oficialato contribui concretamente para o tratamento bilateral e regional de temas relacionados ao combate aos ilícitos transnacionais (tráfico de pessoas, narcotráfico e tráfico de armas, potencializados no Equador pelo processo de desmobilização das FARC na Colômbia). Considero que a atividade de inteligência é fundamental para estabelecer relacionamento de confiança com os agentes locais e desenvolver contatos entre as autoridades de ambos os países e com os adidos policiais estrangeiros lotados em Quito, diante da real ameaça aos nossos interesses e a imperiosa necessidade de operarmos em rede com os demais postos no mundo andino/amazônico.

POLÍTICA EXTERNA

27.A análise da política externa equatoriana no período compreendido entre outubro de 2015 e abril de 2018 deve ter em conta a sucessão presidencial, com o final do governo Rafael Correa e a ascensão de Lenín Moreno. Muito embora não tenha ocorrido mudança radical nas orientações da política externa equatoriana, é possível vislumbrar algumas inflexões de relevo, cujo eventual desdobramento deverá continuar a

merecer acompanhamento. A chancelaria equatoriana, em um processo de renovação e de reprofissionalização, ainda padece, contudo, de reflexos herdados da era Correa.

28. Moreno não logrou impor à política externa o arejamento renovador que imprimiu a outros setores desde o início de seu mandato. Tal malogro fica patente na questão venezuelana, em que a posição equatoriana apresenta aspectos de ambiguidade e, muitas vezes, se resume ao silêncio, destoando do tradicional ativismo retórico de sua diplomacia. Assim, o Equador absteve-se na votação, no âmbito da OEA, que criticou o calendário eleitoral venezuelano, em fevereiro de 2018, e evita manifestar-se oficialmente sobre episódios de grande repercussão, mas defendeu a presença do presidente Nicolás Maduro na VIII Cúpula das Américas, em Lima.

29. As relações bilaterais do Equador com os vizinhos fronteiriços, Colômbia e Peru, são intensas, fluidas e de alto nível. Com esses países mantém reuniões regulares de "Gabinetes Binacionais", presididos pelos primeiros mandatários, com a participação do gabinete ministerial de cada lado.

30. No caso da Colômbia, as reuniões "ad hoc" com a presença dos ministros de Defesa, Relações Exteriores e Interior, são foros de particular relevância para a discussão de temas relativos à segurança na região de fronteira entre os dois países. A agenda de cooperação na área de segurança tem tido cada vez mais ênfase, em virtude de incidentes registrados na fronteira entre os dois países, o que representa uma significativa mudança no foco de atenção dos militares equatorianos, tradicionalmente voltado para a área de fronteira com o Peru.

31. Cabe o registro da ocorrência de irritante nas relações bilaterais com o Peru em 2017, em decorrência da construção de muro na localidade de Huaquillas, na margem equatoriana do rio Zarumilla, que separa os dois países, em região marcada pelo comércio informal e pelo contrabando. A obra,

que teve início ainda no final do governo de Rafael Correa, teria por objetivo a construção de um parque. A questão foi superada por ocasião do XI Gabinete Binacional, encontro realizado em Trujillo, Peru, em outubro de 2017.

32.O Equador busca sempre manter-se ativo e engajado nos diversos foros regionais de que faz parte. Atuou, por exemplo, como membro do quarteto da Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC) e tem sido membro ativo da UNASUL.

33.Durante o governo de Rafael Correa, buscou promover o fortalecimento da CELAC, por meio de propostas apresentadas em sua V Cúpula, na República Dominicana, em janeiro de 2017, no sentido de tornar a organização o espaço precípua para resolução de divergências com a América do Norte. Quito sediou a IV Cúpula da CELAC (janeiro de 2016), além da XV Reunião de Coordenadores Nacionais, da XLV Reunião de Altos Funcionários CELAC-EU, e da VIII Junta de Governadores da Fundação EULAC (novembro de 2015). Em outubro de 2016, recebeu a HABITAT-III. Já no atual governo, a chanceler María Fernanda Espinosa, em setembro de 2017, presidiu a XIV Reunião de Chanceleres da CELAC, à margem da 72ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York.

34.No que se refere à UNASUL, cuja sede se encontra em Quito, a atuação equatoriana pode ser caracterizada como tímida, apesar de ser alvo crescente de críticas internamente sobre os gastos na construção do edifício-sede da entidade. O governo de Lenín ficou aquém das expectativas sobre o papel que poderia desempenhar no sentido da superação do impasse na escolha de um substituto de Ernesto Samper na secretaria-geral. A chanceler María Fernanda Espinosa realizou algumas consultas, mas não foi capaz de estabelecer uma ponte entre seus parceiros bolivarianos, principalmente a Venezuela, com os países, dentre os quais o Brasil, que apoiam o candidato argentino, José Octávio Bordón. A cobrança interna recrudescceu nos últimos dias, em decorrência da carta enviada por esses países à Presidência Pró-Tempore da UNASUL, recém-assumida pela Bolívia, informando que deixariam de participar nas atividades da organização enquanto não fossem

promovidas mudanças de relevo, particularmente nos procedimentos decisórios. Não há clareza sobre o grau de engajamento da diplomacia equatoriana no equacionamento desta crise.

35. Ainda no plano da diplomacia regional, percebeu-se, desde o final de 2017, sinal do progressivo distanciamento entre o Equador e a ALBA, tendência que tem se mantido. A título de exemplo, o presidente Lenín Moreno deixou de comparecer à XV Cúpula da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), realizada em Caracas, em março de 2018. O Equador foi representado no evento pelo ministro da Defesa, Patricio Zambrano.

36. As relações com os Estados Unidos estão em progressão, não havendo mais os desencontros característicos do período Correa. Em fevereiro de 2018, o subsecretário de Estado Thomas Shannon visitou Quito, onde foi recebido pelo presidente Lenín Moreno. Promovida pelo novo embaixador em Washington e ex-chanceler, Francisco Carrión Mena, a visita foi considerada como um marco para o relançamento das relações entre os dois países. Em outra vertente, o quadro de instabilidade existente na região de fronteira com a Colômbia motiva a retomada da cooperação bilateral na área de segurança. Cabe lembrar, ademais, a presença de numerosa comunidade de origem equatoriana vivendo nos Estados Unidos, por um lado, e por outro, de considerável contingente de aposentados norte-americanos que reside na região de Cuenca.

37. O mesmo quadro de distensão verifica-se no que diz respeito à União Europeia, nesse caso já desde o governo Correa. Em novembro de 2016, o país assinou o Protocolo de Adesão ao Acordo Comercial Multipartes com a União Europeia, que contemplou a liberalização imediata de 99,7% da oferta exportadora histórica equatoriana em produtos agrícolas e 100% para produtos industriais.

38. A diplomacia equatoriana, com relação ao Reino Unido, procura rever a questão de Julian Assange, asilado há alguns

anos na Embaixada em Londres. Em março de 2018, o Ministério de Relações Exteriores e Mobilidade Humana informou que o governo equatoriano tomara a decisão de impedir a comunicação de Julian Assange com interlocutores externos. Apesar dos embaraços que a atuação de Assange parece causar ao governo Moreno, não se contempla a sua eventual expulsão à força da Embaixada do Equador em Londres. Há, porém, indícios de que estão em curso conversações bilaterais para a solução do impasse.

39.A China permanece como principal parceiro econômico do Equador e são crescentes as críticas à "sinoddependência". O episódio de pesca ilegal em Galápagos expôs, pelo menos no plano retórico, limites da relação. O atual governo, não obstante essas críticas, já manifestou o interesse equatoriano em aprofundar o diálogo político e a cooperação no contexto da "aliança estratégica integral" entre os dois países, firmada no contexto da visita do presidente Xi Jinping ao Equador, em novembro de 2016, além da expectativa de que a China venha a aumentar seus investimentos no país, em particular nas áreas industrial, energética e de mineração. O presidente Lenín Moreno transmitiu seu interesse em visitar a China ainda em 2018, proposta que encontrou receptividade chinesa. Especula-se que o maior interesse atual do Equador no contexto das relações com a China seja o de reestruturação de sua dívida com o país asiático, que corresponde a aproximadamente um terço do endividamento externo total equatoriano, de cerca de US\$ 26 bilhões.

40.No plano multilateral, o Equador deteve a presidência do G-77 + China, em 2017. As principais bandeiras do Equador como presidente do agrupamento, definido pelo ex-presidente Correa como "o maior e mais importante grupo de países no âmbito da ONU", foram a redemocratização do sistema ONU, a luta contra a evasão tributária e os paraísos fiscais, combate ao aquecimento global, defesa dos direitos dos migrantes e de ações para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O país defendeu, ademais, a elaboração e adoção, pelas Nações Unidas, de um instrumento internacional juridicamente vinculante sobre empresas transnacionais e Direitos Humanos.

41.Quito sediou a conferência HABITAT-III, no período de 17 a 20 de outubro de 2016. A delegação brasileira foi chefiada pela secretária Nacional de Habitação, Maria Henriqueta Arantes Alves.

42.No que se refere às atividades das instâncias de integração regional de que fazem parte conjuntamente Brasil e Equador, cumpre destacar a XIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em 1º de dezembro de 2017, na cidade de Tena, localizada na Amazônia equatoriana. Ao constatar que seu país nunca chegou a assumir plenamente sua dimensão amazônica, o Presidente Lenín Moreno, natural da região, propôs a realização, no dia 6 de julho próximo, em Quito, de reunião presidencial da OTCA, com o objetivo de analisar projetos de interesse deste país e da Colômbia, nas áreas de turismo ecológico, desmatamento, recursos hidrológicos e proteção dos povos indígenas. Os mandatários reuniram-se, até hoje, três vezes, todas em Manaus: em 1989, 1992 e em 2009.

43.A Embaixada acompanhou as reuniões da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), sediada em Quito. Tratou-se, entre outros, de temas ligados à integração energética, energias renováveis, eficiência energética e segurança energética no espaço da América Latina e do Caribe. No período em tela, destaca-se a cessão definitiva, pelo governo do Equador, do edifício onde a OLADE realiza suas atividades há 34 anos.

"MESA DE PAZ" ENTRE O GOVERNO COLOMBIANO E O ELN, EM QUITO

44.Comprometido com as negociações entre o governo colombiano e o Exército de Libertação Nacional (ELN) desde outubro de 2016, o Equador foi não apenas um dos países garantes, juntamente com o Brasil, Chile, Cuba, Noruega e Venezuela, mas também a sede da chamada "Mesa de Paz". Para o Equador, realizar os diálogos de paz em seu território

constituiu oportunidade de desempenhar um protagonismo diplomático na sub-região. Diplomatas da Embaixada participaram de todas as reuniões da Mesa de Paz.

45.De início, as negociações em Quito nem sempre obedeceram a uma dinâmica fluida, sendo comuns as acusações ao governo colombiano, por parte do ELN, de desrespeito aos direitos humanos das lideranças sociais que se encontram nos territórios controlados pelo grupo guerrilheiro. Por outro lado, o ELN veio a ser sempre questionado pela delegação colombiana quando da ocorrência de atentados naquele país ao longo das rodadas, ou "ciclos", de negociações.

46.Mais recentemente, os diálogos em Quito pareciam transcorrer em atmosfera de maior cooperação entre as partes, mas foram interrompidos, em 13 de abril último, por decisão unilateral do presidente Lenín Moreno, o qual parece ter sido influenciado pelo impacto causado, na opinião pública local, pela tragédia que vitimou três integrantes de jornal de grande circulação, sequestrados e mortos enquanto se encontravam no norte do país, na fronteira com a Colômbia. Ainda que o ELN tenha negado qualquer relação com o ocorrido, o Presidente condenou publicamente a organização guerrilheira e declarou interrompidos os trabalhos da mesa de negociações, bem como anunciou que o Equador renunciava à condição de garante do processo. Espera-se, no momento, a definição de uma nova sede para abrigar os diálogos de paz.

CENÁRIO ECONÔMICO

47.Desde 2014, com a queda no preço internacional do barril de petróleo, o país mergulhou em crise econômica da qual não se recuperou totalmente. Os lucros gerados pela venda do produto financiaram o "boom" econômico do país na década precedente, propiciado pela expansão do gasto do Estado (que chegou a representar mais de 40% do PIB) via investimentos em infraestrutura, programas sociais e expansão das despesas com funcionalismo público. As consequências de uma menor entrada de capitais no país foram uma queda acentuada no

consumo (e, pois, no tamanho da economia e da arrecadação tributária), incremento do endividamento público e piora nas balanças comercial e de pagamentos do país.

48.Essa situação conjuntural veio a se somar a problemas estruturais da economia equatoriana, tais como: insuficiência da poupança interna, indisciplina fiscal, corrupção, mão-de-obra pouco qualificada, e investimento estrangeiro direto (IED) reduzido. De acordo com estatísticas do Banco Central do Equador (BCE), o IED totalizou US\$ 697,79 milhões, em 2015; US\$ 168,96 milhões, em 2016, e US\$ 243,73 milhões, em 2017. Para esse modesto ingresso de capitais, contribuiu, em muito, a atitude hostil de Rafael Correa com relação ao capital internacional, que culminou, nos estertores de sua gestão, com a denúncia de 16 Tratados Bilaterais de Investimento (BITs).

49.A dolarização, saída encontrada para o derretimento da moeda equatoriana do início dos anos 2000, alijou-o de importante ferramenta de política fiscal (uma moeda própria). A inflação em dólares do período de bonança tornou o Equador um país caro, com altos custos de mão-de-obra, matérias-primas, produtos e serviços, em especial em relação a seus vizinhos e concorrentes Peru e Colômbia.

50.Desde sua posse, Lenín Moreno tem mostrado maior disposição para o diálogo com o empresariado (em contraste à atitude hostil de seu predecessor), tem exibido maior predisposição à transparência no que tange à divulgação de números precisos das contas públicas e tem adotado medidas de austeridade que visam a diminuir o déficit público. Essas medidas, contudo, têm sido consideradas insuficientes por boa parte dos analistas, que avaliam que o governo privilegia aumentos de impostos em detrimento de cortes de despesas.

51.Segundo dados do BCE, no último triênio, a taxa de crescimento do PIB teve o seguinte comportamento: +0,40% em 2015; -1,60% em 2016; e +3% (2017). Em 2017 a taxa de crescimento superou a estimativa inicial do governo

equatoriano de 1,5% e as projeções dos organismos internacionais. Para o BCE, essa tendência deverá seguir em 2018, para quando projeta crescimento de 2%.

52.Em janeiro de 2018 o Equador realizou emissão de bônus soberanos, no montante de US\$ 3 bilhões. Foi a terceira emissão desde a posse de Lenín Moreno, totalizando US\$ 7,5 bilhões. Em apenas oito meses, a administração Moreno já havia superado o valor total de bônus emitidos entre 2014 (ano em que o país voltou aos mercados internacionais, após seu último "default") e maio de 2017 por Rafael Correa (US\$ 7,25 bilhões). A contratação de empréstimos externos (dos quais os bônus são parte importante) para cobrir o déficit estatal, tem respondido, desde 2014, por entre 20% e 25% do orçamento do estado equatoriano.

53.Desde 2015, a redução da atividade econômica se fez sentir no nível do emprego. As estatística nacionais revelam que apenas 4 de cada 10 equatorianos têm emprego "adequado", enquanto que os índices de desemprego foram os seguintes no período: e 4,8% (2015), 5,20% (2016), 4,6% (2017), e 4,4% (março de 2018).

COMÉRCIO EXTERIOR

54.Outro dos grandes problemas econômicos do Equador é a concentração das exportações em poucos produtos e poucos mercados. Destaque do período 2015-2018 foi a adesão ao Acordo Comercial Multipartes com a União Europeia, em vigor desde 1º de janeiro de 2017 e que já rendeu aumento de cerca de 20% nas exportações equatorianas àquele bloco.

55.Na comparação interanual, as exportações equatorianas totalizaram os seguintes valores: US\$ 18,33 bilhões (2015, -28,73% em relação a 2014), US\$ 16,80 (2016, -8,35% em relação a 2015), e US\$ 19,12 bilhões (2017, +13,81% em comparação com 2016). As importações, por sua vez, totalizaram nesses exercícios US\$ 20,32 bilhões (2015, -

22,50% com relação a 2014), US\$ 15,42 bilhões (2016, - 21,11% em relação a 2015) e US\$ 18,88 (+22,44% com relação a 2016). Se comparadas com os mesmos meses de 2017, entre janeiro e fevereiro de 2018, houve crescimento de 7,6% nas exportações e de 23,05% nas importações, totalizando US\$ 3,39 bilhões e US\$ 3,38 bilhões, respectivamente. Os resultados acima evidenciam déficit comercial de US\$ 1,99 bilhão, em 2015; e superávits de US\$ 1,38 bilhão em 2016, de US\$ 240 milhões, em 2017 e de US\$ 70 milhões no bimestre janeiro-fevereiro de 2018.

56.A queda nas importações ocorrida em 2015 e 2016 foi resultado da crise econômica do país, mas, principalmente, de salvaguardas comerciais por desequilíbrios na balança de pagamentos, que vigeram entre 2015 e 2017 e incidiam sobre até 2955 posições tarifárias (afetaram 1001 produtos brasileiros). Com seu desmantelamento final, em 2017, as compras do Equador voltaram a subir.

57.No triênio analisado, predominaram as vendas de petróleo e derivados, banana, camarão, cacau, atum, café, flores, conservas de pescado, manufaturas de metais, manufaturas têxteis e sucos e conservas de frutas. Em 2017, apenas três produtos responderam por 82,94% das exportações: petróleo (41,86%), camarão (20,56%) e banana (20,52%). Quase nenhuma alteração apresentaram os principais mercados de destino das exportações equatorianas nesses anos, pela ordem: Estados Unidos, Vietnã, Peru, Chile, Panamá, Rússia, Colômbia, Espanha, Itália, Alemanha e Países Baixos.

58.A pauta das importações equatorianas é bem mais diversificada, com destaque para combustíveis e lubrificantes, bens de capital para usos agrícola e industrial, material de transporte e matérias primas. A lista de fornecedores equatorianos é liderada pelos Estados Unidos, seguidos de China, Colômbia, Panamá, Brasil, Peru, México, Coreia do Sul, Espanha e Chile.

COMÉRCIO BILATERAL

59.Desde minha chegada ao Equador, foi prioritária na atuação do Posto a promoção de maior equilíbrio na balança comercial bilateral, historicamente muito favorável ao Brasil. Entendo que um incremento sustentável desse intercâmbio só poderá ser atingido caso se corrija esse desequilíbrio, que acaba por contaminar o conjunto do relacionamento bilateral. A título ilustrativo, recorro que o superávit comercial do Brasil com o Equador, em 2017 (US\$ 715,1 milhões), foi o terceiro maior e ficou atrás apenas dos da China (US\$ 2,28 bilhões) e da Colômbia (US\$ 786,8 milhões), segundo dados do BCE.

60.Novamente de acordo com as estatísticas equatorianas, o Brasil, de 2015 a 2017, alternou-se na 4ª e na 5ª posição entre os principais fornecedores do Equador, depois dos Estados Unidos, China, Colômbia e Panamá. Em 2015, exportamos para o Equador US\$ 696,2 milhões; em 2016 o valor caiu para US\$ 651,8 milhões (-6,4%), e em 2017, atingiu US\$ 839,3 milhões (+28,8%) Nesses mesmos anos, importamos US\$ 110,1 milhões (2015), US\$ 144,8 milhões (2016, +31,5%) e US\$ 124,2 milhões (2017, -14,2%).

61.Na comparação entre 2017 e 2016, 34 dos 50 principais produtos vendidos pelo Brasil incrementaram suas vendas. Na maioria dos casos, o aumento pode ser creditado ao fato de terem deixado de vigorar, em junho de 2017, salvaguardas por desequilíbrio de balanço de pagamentos que sobre eles incidiam e que, no início de sua aplicação (março de 2015) afetaram 1001 (43,37%) dos 2.308 produtos brasileiros vendidos para este mercado em 2014 (automóveis de passageiros e "station wagons", transformadores e conversores elétricos, calçados produtos siderúrgicos, chassis com motor para veículos automóveis, fio-máquina, maquinaria rodoviária, pneumáticos novos, papel, cartão e pasta de celulose, entre outros).

62.Do lado equatoriano, a pauta das exportações esteve composta de 235 produtos (número igual ao de 2016). Os principais produtos exportados foram: aparelhos de

radionavegação; chumbo refinado; atum e bonito em conserva; bombons, caramelos, confeitos e pastilhas, sem cacau; outras conservas de peixe; chocolates e preparações alimentícias contendo cacau; e tecidos.

63.Em meu período à frente da Embaixada defendi, a exemplo de meus antecessores, a ideia de que a ação mais efetiva que o Governo brasileiro poderia tomar em direção ao maior equilíbrio das trocas bilaterais seria a abertura do mercado brasileiro às exportações equatorianas de banana e camarão. Foi com grande satisfação, portanto, que pude contribuir, ao longo de 2017, para a abertura do nosso mercado para esses dois produtos. A notícia, além de ter impacto muito positivo na relação comercial entre os dois países, representa também importante passo na retomada construtiva do relacionamento bilateral como um todo.

64.Já em dezembro de 2017 foi realizado um primeiro embarque de camarão equatoriano com destino ao Brasil. Segundo dados do MDIC, entre janeiro e março deste ano, as compras de camarão equatoriano totalizaram US\$ 404,7 mil, ou 1,38% das importações oriundas do país andino. Na reunião de cúpula do Mercosul realizada em dezembro de 2017, o Presidente Temer anunciou a abertura do mercado brasileiro também para a banana equatoriana. Não foram realizados, até o momento, contudo, por questões de mercado, vendas do produto com destino ao Brasil.

65.A frustração das autoridades equatorianas com os temas banana e camarão levou o Ministério de Comércio Exterior do país a emitir, em agosto de 2017, instrução que mandava "iniciar um procedimento de dúvida sobre a qualificação da origem brasileira" de calçados, veículos, autopeças e produtos siderúrgicos. Esses produtos constituem alguns dos principais itens da pauta de exportação brasileira ao Equador. O documento também estabeleceu a obrigatoriedade de recolhimento de garantias para liberação dos produtos. Até o final de 2017 foram abertos 212 desses processos, com grande prejuízo para exportadores brasileiros e importadores equatorianos. A medida só foi revogada em dezembro de 2017, após insistentes gestões do MRE, da Embaixada e do MDIC.

66.Outra prioridade de minha atuação na frente comercial foi a promoção do ACE-59. Realizei reiteradas gestões para a conclusão, aprofundamento e ampliação do acordo de complementação econômica, com a inclusão de novos capítulos, dedicados a investimentos, serviços, compras governamentais e facilitação de comércio. Recordo que o Equador não finalizou ainda o cronograma original de desgravação tarifária prevista no ACE-59.

67.Em março de 2016, encaminhei à Chancelaria e ao Ministério de Comércio Exterior do Equador proposta brasileira de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). Após gestões minhas, a Chancelaria equatoriana finalmente reagiu à proposta brasileira no início de 2018, encaminhando oficialmente proposta equatoriana de acordo de investimentos. Negocia-se, no momento, realização de videoconferência entre as partes brasileira e equatoriana com vistas a avançar no tema.

68.Entre 2015 e 2018 houve considerável diminuição no número de filiais de empresas brasileiras no Equador, consequência da crise econômica nos dois países e, principalmente, dos efeitos da Operação Lava Jato. Várias construtoras brasileiras com atuação tradicional no país - como Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e OAS - fecharam suas sucursais. Dentre as grandes empreiteiras brasileiras, apenas a Odebrecht mantém ainda escritório no Equador - sem projetos em andamento, contudo. A Petrobrás vendeu seus ativos neste país à empresa argentina Pampa Energia. Dentre as empresas brasileiras com operações próprias no Equador, destacam-se Tigre, Vicunha e Ambev (que aqui mantêm plantas produtivas); CCR (acionista principal da concessionária do aeroporto de Quito); Synergy Group (que explora dois poços petrolíferos); e o consórcio Safra-Cutrale (acionistas principais do grupo Chiquita Banana, importante produtor e exportador de bananas). Tramontina, WEG e Eurofarma possuem escritórios comerciais próprios no Equador.

69.Outro tema comercial de grande importância durante meus anos à frente do Posto foi a habilitação de estabelecimentos brasileiros interessados na comercialização de produtos de origem animal no Equador. No momento, contudo, só é possível a venda de material genético. Desde janeiro de 2013, estão suspensas, por este país, as importações oriundas do Brasil de animais vivos, produtos, subprodutos e derivados pecuários, por questões burocráticas - é necessário que o MAPA preencha formulário a ser encaminhado ao Ministério de Agricultura do Equador.

70.Procurei durante minha gestão dar novo impulso ao eixo Manta-Manaus, que há anos figura entre os projetos estratégicos da relação Brasil-Equador. Defendi a ideia de que o eixo deve ser construído em etapas e que, num primeiro momento, deveria ser conferida prioridade à porção fluvial do projeto, unindo Manaus a Porto Providência, no rio Napo, Equador. A viabilização do comércio bilateral por essa via - trazendo produtos da Amazônia brasileira para o Equador e levando produtos equatorianos à Amazônia brasileira - poderá, futuramente, possibilitar a concretização do eixo até Manta como corredor de exportações brasileiras por porto no Oceano Pacífico. Já foram dados os primeiros passos para negociação de indispensável acordo de navegação fluvial entre Brasil e Equador. Em 2017, a operação do Porto Providência foi concedida pelo Governo equatoriano a consórcio brasileiro-equatoriano. Essa licitação, contudo, foi suspensa e assim se encontra até o momento.

PROMOÇÃO COMERCIAL, DE INVESTIMENTOS E DO TURISMO

71.Como antes dito, não creio ser possível o crescimento das exportações do Brasil para este país sem incremento, também, das vendas equatorianas para o Brasil e, idealmente, integração das cadeias produtivas dos dois países - e mesmo das cadeias produtivas de Equador, Peru e Colômbia com vistas a comercializar com o mercado brasileiro.

72. Atendendo a instruções da Secretaria de Estado, o SECOM da Embaixada desenvolveu seu trabalho ao longo destes anos em coordenação com a APEX-Brasil, a Embratur, o SEBRAE, as entidades brasileiras de representação empresarial, o MDIC e o MAPA.

73. Durante minha gestão o SECOM realizou eventos comerciais em parceria com a ABIMO (Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios); o SINDVEL (Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Vale da Eletrônica); o setor calçadista brasileiro, tanto fabricantes de produtos acabados como de insumos (ABRAMEQ e ASSINTECAL); ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica) e SINAEEES (Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos Eletrônicos e Similares do Estado de Minas Gerais); e com a Embraer e outras empresas brasileiras.

74. Foram organizadas duas missões do BNDES ao Equador (em 2015 e 2017), com o intuito principal de divulgar o EXIM Automático junto a autoridades e empresários locais. As empresas equatorianas são, após as argentinas e paraguaias, as principais usuárias dessa linha de crédito, destinada a financiar pequenas operações de exportação de bens de capital.

75. As medidas de política comercial (sobretaxas, normas técnicas, quotas de importação, tratamento tarifário, salvaguardas, entre outras) editadas continuamente pelo Governo do Equador obrigaram o Posto a manter, desde setembro de 2015, permanentemente atualizados os 135 boletins de "informação sobre produtos" incluídos pelo SECOM/Quito na rede "Invest & Export Brasil". Foram constantemente atualizados todos os cadastros das empresas equatorianas que constam da base de dados. Entre outubro e dezembro de 2015, foram recebidas (e respondidas) pelo SECOM 65 consultas sobre o mercado equatoriano para exportações brasileiras; em 2016, 389 consultas foram recebidas e respondidas; em 2017, 399 consultas; e até 17 de abril de 2018, 95 consultas mais.

76.O SECOM da Embaixada trabalhou, durante minha gestão, em estreita e constante colaboração com a Câmara de Comércio Equatoriano-Brasileira (CCBE). Tive como prioridade, sempre, o fortalecimento dessa instituição, fundamental para o adensamento das relações comerciais entre os dois países. A saída de empresas brasileiras deste país, mencionada anteriormente, representou o principal obstáculo a ser vencido pela entidade nos últimos anos. Nova diretora da CCBE, empossada em 2017, contudo, conseguiu atrair 15 novos sócios para a instituição. Foi firmado, no final de 2016, "Convênio de Cooperação Recíproca" entre a Embaixada e a CCEB, marco legal e institucional para a realização de atividades de mútuo interesse. Foi, também, apresentado plano de trabalho a ser desenvolvido pelo setor comercial do Posto em conjunto com a Câmara. Dois eventos já foram desenvolvidos no âmbito desse programa de trabalho.

77.A promoção oficial do Brasil como destino turístico no Equador é realizada, prioritariamente, por meio do Comitê Descubra Brasil-Equador (CDB), que inclui entre seus membros atuais oito das principais operadoras de turismo equatorianas, duas linhas aéreas (Avianca Ecuador e Copa) e a Quiport (concessionária do Aeroporto de Quito, que tem participação acionária majoritária da empresa brasileira CCR). Entre 2012 e 2016, não houve variações significativas nas chegadas de turistas equatorianos ao Brasil, exceção a 2014, por conta da Copa do Mundo. Detalham-se a seguir essas estatísticas: 26,4 mil turistas equatorianos em 2012; 29,3 mil, em 2013; 42,3 mil, em 2014; 34,8 mil, em 2015; e 30,6 mil em 2016. Durante minha gestão, realizaram-se, em parceria com a Embratur, três "workshops" para profissionais de turismo, em Quito e Guayaquil.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

78.Haja vista a conjuntura político-diplomática bilateral no período, a cooperação técnica com o Equador seguiu avançando, o que reflete a importância conferida à cooperação enquanto instrumento de construção de confiança mútua, na perspectiva da retomada da relação bilateral.

79.Nesse sentido, a Reunião de Avaliação Intermediária do Programa de Cooperação Técnica Brasil-Ecuador 2015-2017, confirmou que 7 dos 10 programas previstos foram integralmente executados: i) funções regulatórias de pré e pós-comercialização de medicamentos; ii) manejo de pragas e doenças de frutas tropicais e de espécies amazônicas e andinas; iii) rede de bancos de leite humano; iv) restauração florestal e monitoramento de bacias hidrográficas; v) implementação da TV Digital Terrestre; vi) erradicação do trabalho infantil; vii) gestão de empresas públicas.

80.Desenvolvemos com Equador, ademais, programas de geometria trilateral, como o Programa de Redução de Incêndios Florestais e Alternativas ao Uso do Fogo "Amazônia Sem Fogo" na Serra e na Costa do Equador, com a participação da Itália; e programa de "Gestão de conhecimento na área de pesquisa, transferência tecnológica e Inovação em Biodiversidade" dirigida ao Instituto Nacional de Biodiversidade (INABIO) do Equador, com participação alemã.

81.No que concerne à cooperação sul-sul trilateral, foi lançado o projeto-país "Fortalecimento do Setor Algodoeiro no Equador por meio da Cooperação Sul-Sul para Fomento dos Sistemas de Agricultura Familiar", com participação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

SETOR CULTURAL

82.As Embaixadas sempre tiveram importante papel no cenário cultural desta capital e de todo o país. A arte e a cultura brasileiras estão entre as mais demandadas pelas instituições locais e pelo público em geral. Por tal razão, as atividades de divulgação cultural são particularmente bem recebidas. Com o apoio recebido da SERE e por meio de parcerias locais, foi possível manter visibilidade da arte e da cultura brasileiras nas suas diferentes expressões, apesar das restrições orçamentárias ora enfrentadas.

83.A Embaixada em Quito deu constante apoio à participação brasileira nos principais festivais de cinema do país. Os filmes "Boi Neon" e "Arábia" venceram, em 2016 e 2017, o Festival de Cinema "LaCasa CineFest", organizado pela Cinemateca Nacional. Em 2017, com o apoio da Embaixada e do Consulado Honorário em Cuenca, o Festival Internacional de Cinema La Orquídea, da cidade de Cuenca, homenageou a atriz Sonia Braga, que veio ao país para a sessão inaugural do festival, com a exibição de "Aquarius". O Festival Internacional Encuentros del Otro Cine (EDOC), de documentários, foi aberto em 2016 pelo cineasta João Moreira Salles, que apresentou "Ultimas Conversas", de Eduardo Coutinho.

84.Em 2018, foi possível retomar o projeto Sala Brasil, em parceria com o cinema "OchoyMedio". A cada mês, é exibido um filme nacional. O Posto também mantém colaborações com cines universitários, cineclubes e espaços culturais, emprestando filmes do seu acervo.

85.Em 2013 o Posto criou o Prêmio Brasil de Arte Contemporânea, bianual, hoje considerado como um dos mais importantes concursos de arte contemporânea do país. O Prêmio já conta com três edições. O concurso é realizado em parceria com o Centro de Arte Contemporâneo (CAC) e oferece residência artística para o vencedor principal, um prêmio aquisição a um segundo artista, com o objetivo de criar um acervo para o Posto, e uma bolsa viagem ao Brasil para um terceiro concorrente.

86.Graças a uma exitosa parceria com a Fundação Teatro Nacional Sucre, a música brasileira tem mantido presença regular na cidade. Anualmente, músicos brasileiros são convidados para participar do Festival Ecuador`Jazz, do Festival de Música Sacra e do Festival Músicas do Mundo. Nomes como Luciana Costa, Guinga, Mônica Salmaso, Nailor Proveta, Elisa Freixo, Benjamim Taulbkin, Francisco El Hombre estiveram em Quito, nos últimos anos, com apoio da

Embaixada. No final de 2016, realizou-se tributo aos 100 Anos do Samba exclusivamente com músicos locais.

87.Com o terceiro número no prelo, a Revista de Literatura ViceVersa, criada pelo Posto em 2013, tem-se revelado importante instrumento de divulgação e de encontro das letras brasileiras e equatorianas. Cada número apresenta seis contos de escritores brasileiros e seis de equatorianos. A revista motivou estudos comparados nas universidades locais. A escritora Marina Colasanti participou da última feira do livro de Quito (em 2017), organizada pelo Ministério da Cultura do Equador.

88.Graças ao Programa de Apoio à Tradução da Biblioteca Nacional, a Fundação Bienal de Cuenca publicou três títulos de autores brasileiros, com recursos concedidos pelo programa. Em 2016, publicou "Hélio Oiticica, Qué es el Parangolé?", de Waly Salomão, e "Experimentar el Experimental", de Hélio Oiticica. Em 2017, publicou "La Expresividad de la Forma (escritos de arte y poesia)", de Ferreira Gullar.

INSTITUTO BRASILEIRO-EQUATORIANO DE CULTURA (IBEC)

89.O Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura (IBEC) é a principal referência de ensino de português no Equador. É o único aplicador do exame CELPE-Bras no país. Várias das principais universidades do país aceitam os diplomas emitidos pelo IBEC como prova de proficiência em idioma estrangeiro.

90.O fim do subsídio concedido pelo Governo brasileiro ao IBEC em 2013 coincidiu com o início de crises econômicas no Equador e no Brasil - o que diminuiu a atratividade do estudo de português. Essa infeliz conjunção, associada a uma pesada estrutura de custos fixos, fez com que houvesse uma rápida sangria dos confortáveis fundos de reserva de que a instituição dispunha.

91.A embaixada assessorou o conselho executivo no processo de substituição do diretor executivo da entidade. A nova diretora promoveu grande corte de despesas e racionalização de gastos da instituição. Após gestões minhas e de meus colaboradores, o Ministério de Cultura e Patrimônio do Equador cedeu, em comodato, nova sede ao instituto, maior e melhor localizada do que o imóvel alugado. A cessão representou economia importante de recursos gastos com aluguel e assegurou a sustentabilidade do IBEC. Nessa mesma linha, julgou-se conveniente ampliar a composição da assembleia, órgão máximo do IBEC. Em coordenação com o setor cultural e acadêmico da embaixada, foram convidadas e passaram a integrar a assembleia 30 personalidades dos meios cultural, empresarial, acadêmico e político locais, bem como da comunidade brasileira.

92.Com o apoio da SERE, foi criado o Concurso Brasil de Redação, dirigido a estudantes educação básica, média e universitária. Com duas exitosas edições (2015 e 2017), o concurso tem se mostrado como um elo importante do IBEC com as instituições educativas que promovem o ensino de português.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

93. O principal programa do Setor de Cooperação Educacional é o Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC- G), do qual o Equador faz parte desde a década de 60. Entre os anos de 2015 e 2018 foram concedidas 38 bolsas em 18 diferentes universidades brasileiras, sendo 12 em 2015, 10 em 2016, 6 em 2017 e 10 em 2018. Os cursos mais buscados por equatorianos são os de engenharias, mas também despertam grande interesse teatro, música, direito, medicina e relações internacionais. Tem crescido o número de consultas sobre a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), cujo processo de seleção não exige proficiência em português.

94. O Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC- PG) tem tido, ao longo dos anos, menor participação de alunos equatorianos. (1 aluno em 2016 e 2018 e 2 em 2017). Foi prioridade de minha gestão divulgá-lo junto a alunos de graduação de universidades do país.

95. A fim de fortalecer o interesse de estudantes equatorianos de realizarem seus estudos universitários no Brasil, o Posto decidiu aumentar os canais de divulgação dos programas normalmente oferecidos no país e realizou, em 2017, a primeira Feira Educacional com a participação de oito IES, cujos representantes atenderam a colégios e universidades locais, além de estudantes em geral. O evento contou o apoio da Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI). Como material de suporte para essa feira realizada, o Posto traduziu e adaptou o Guia Viajar ao Brasil, originalmente elaborado pela Embaixada do Brasil em Paris.

SETOR CONSULAR

96. Atualmente, cerca de 3000 brasileiros vivem no Equador, número em declínio, em razão do encerramento das atividades de diversas empresas brasileiras neste país, como visto acima. O Setor Consular do Posto recebe aproximadamente 300 visitantes mensalmente, sendo que todos os serviços requeridos são processados e entregues aos interessados em 48 horas, evitando-se o acúmulo de requerimentos não processados. Registra-se intenso movimento de dentistas equatorianos que se dirigem ao Brasil para completar seus estudos. Não há, atualmente (abril de 2018), registro de brasileiros presos no Equador.

CONCLUSÃO

97. Brasil e Equador sempre tiveram relações cordiais, mas distantes. Embora o Brasil disfrute da simpatia do povo equatoriano, há um inegável desconhecimento de parte a parte. O desafio permanente do posto é trabalhar para que a opinião

pública deste país tenha uma visão cada vez mais clara e correta da nossa realidade, até mesmo para contrabalançar os ecos midiáticos dos casos de corrupção no Brasil e suas ramificações além das fronteiras.

98. Urge fixar aqui a percepção de que a sociedade brasileira está comprometida com o fortalecimento das instituições democráticas e do Estado, o que tem permitido resultados palpáveis no combate à corrupção.

99. Cabe, por outro lado, persistir na retomada construtiva do relacionamento bilateral, primordialmente mediante o diálogo de alto nível, com o restabelecimento do mecanismo de consultas chefiado pelos chanceleres e do calendário de visitas presidenciais.

CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA, Embaixador



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**
PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 33, de 2018 (Mensagem nº 243/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.*



Relator: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. João Almino de Souza Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O Sr. João Almino de Souza Filho é filho de João Alino de Souza e Natália de Queiroz Souza e nasceu em Mossoró/RN, em 27 de setembro de 1950. Graduou-se em Direito em 1973, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (1979) e doutor em História Comparada das Civilizações Contemporâneas pela Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais (*École des Hautes Études en Sciences Sociales*), Paris/FR (1980). Ainda no domínio acadêmico, é pós-doutor pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (2001).

O indicado iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1974. Ascendeu a Conselheiro em 1986; a Ministro de Segunda Classe, em 1993; e a Ministro de Primeira Classe, em 2002. Todas as promoções por merecimento. Em 1990, após concluir o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, teve aprovada a tese intitulada “Naturezas mortas: a filosofia política do ecologismo”.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, na Administração Federal e na Academia, destacam-se: Professor na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Autônoma do México (1983/84); assessor do Gabinete do Ministro de Estado (1985/86); Professor de História das Ideias Políticas no Instituto Rio Branco e de Filosofia Política e das Relações Internacionais na Universidade de Brasília (1986/88); assessor e coordenador do Gabinete Civil da Presidência da República (1986/88); Professor Visitante na Universidades da Califórnia em Berkeley (1993/97) e de Stanford, Califórnia (1995/96); Diretor do Instituto Rio Branco (2001/04) e Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (2015, até o momento)

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Primeiro-Secretário no México (1982/85); Conselheiro na Embaixada em Washington (1988/92); Cônsul-Geral em São Francisco (1992/97) e em Lisboa (1997/99); Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Londres (1999/2001); bem como Cônsul-Geral em Miami (2004/07) e Madri (2011/15). Desempenhou, ainda, importantes funções em missões temporárias. Importa registrar, também, que o Embaixador indicado é autor de diversas publicações.



SF/18627.42907-85

**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República do Equador, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A República do Equador, situada no noroeste da América do Sul, forma, juntamente com a República do Chile, o conjunto de países da região com os quais o Brasil não tem fronteira. Essa circunstância, entretanto, não inviabilizou, ao longo da história, o relacionamento fraternal entre as duas soberanias. É certo que, em tempos recentes, as relações foram abaladas sobretudo pelas críticas de autoridades políticas equatorianas ao processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Esse quadro, contudo, começa a se desanuviar. O relacionamento bilateral passa por período de renovação. A posse de Lenin Moreno, presidente eleito para mandato de 5 anos (2017/21), deu novo tom às relações entre os dois países.

No que diz respeito ao comércio bilateral, o Brasil é o quinto país que mais exporta para o Equador e o 19º destino das exportações equatorianas. Em 2017, as trocas comerciais apresentaram superávit de US\$ 705 milhões para o Brasil de um total de US\$ 968 milhões. O período compreendido entre 2012 e 2015 registrou queda de cerca de 25% do fluxo comercial. Essa circunstância foi resultado da imposição de barreiras técnicas e fitossanitárias recíprocas, bem como de salvaguardas comerciais pelo Equador. Esse contexto começa a se reverter a partir de 2016, quando começa a se consolidar tendência de retomada do comércio bilateral aos patamares tradicionais.

No ano passado, exportamos sobretudo máquinas mecânicas, ferro e aço, plásticos, automóveis, papeis e máquinas elétricas. Importamos preparações de carnes máquinas elétricas, chumbo, algodão e açúcar. No domínio da cooperação técnica, verifica-se uma diversidade de projetos que abarcam, no momento presente, as áreas de agricultura, saúde e regulação.

Em relação aos assuntos consulares, convém destacar que é estimado em cerca de 3.000 o número de brasileiros em solo equatoriano. Para seu atendimento, nossos nacionais contam com o setor consular da Embaixada em Quito, com jurisdição sobre todo o território do Equador, bem como com consulados honorários em Cuenca e Guayaquil.



SF/18627.42907-85

**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



2ª PARTE - DELIBERATIVA

1



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 38, DE 2018

(nº 255/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malawi.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 255

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Malawi.

Os méritos do Senhor Artur José Saraiva de Oliveira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de maio de 2018.

EM nº 00074/2018 MRE

Brasília, 18 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA**, conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Malawi.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 233 - C. Civil.

Em 16 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Malawi.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****CONSELHEIRO ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA**

CPF.: 390.059.105-34

1963 nasce em 12 de maio de 1963, em Salvador/BA, Filho de Marco Antonio Monteiro de Oliveira e Alvaceli Saraiva de Oliveira

Dados Acadêmicos:

1990 Licenciatura em Letras, Português - Inglês, pela Fundação Educacional D. André Arcoverde/RJ

Cargos:

1996 Terceiro-secretário

2003 Segundo-secretário

2007 Primeiro-secretário

2014 Conselheiro

Funções:

1998-2000 Divisão de Comunicação e Arquivo, assistente

2000-01 Cerimonial, assistente

2001-04 Embaixada em La Paz

2004-2008 Consulado-Geral em Miami

2007 Embaixada em Lomé, Encarregado de Negócios (missão transitória)

2008-2011 Embaixada em Assunção

2012-13 Divisão dos Estados Unidos e Canadá (DEUC)

2013 Embaixada em Uagadugu, Encarregado de Negócios (missão transitória)

2014-2016 Divisão da África I - DAF I, Chefe

2016 Divisão da África Central e Ocidental (DIACO)

Publicações:

2012 A Outra História de Itaipu, in Interesse Nacional, São Paulo

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO MALAWI



Informação Ostensiva

Abril de 2018

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Malawi
GENTÍLICO	malawiano
CAPITAL	Lilongwe
ÁREA	118.484 km ²
POPULAÇÃO (2017)	19,17 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Inglês (oficial), Chewa (32,6% - “status” de língua nacional)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos (82,6%), muçulmanos (13%)
SISTEMA POLÍTICO	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Arthur Peter Mutharika (desde mai/2014)
CHANCELER	Dr. Emmanuel Fabiano (desde jul/2017)
PIB (2017, FMI)	US\$ 6,26 bilhões
PIB PPP (2015, BM)	US\$ 22,47 bilhões
PIB <i>per capita</i> (2015, BM)	US\$ 326
PIB PPP <i>per capita</i> (2015, BM)	US\$ 1.172
VARIAÇÃO DO PIB	4,5% (2017); 2,3% (2016); 2,8% (2015); 5,7% (2014);
UNIDADE MONETÁRIA	Kwacha malawiana
IDH (2017, PNUD)	0,476 (170º de 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	63,9
ÍNDICE DE DESEMPREGO	6,7%
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Brian Bowler
EMBAIXADOR EM LILONGWE	Artur José Saraiva de Oliveira (Enc. Negócios)
BRASILEIROS NO PAÍS	Aproximadamente 70

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

Brasil ➔ Malawi	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	9.079	5.606	4.502	10.779	9.061	7.628	2.423	1.767	1.912
Exportações	4.345	2.363	2.356	2.362	8.050	4.821	1.157	429,5	630
Importações	4.734	3.243	2.146	8.417	1.011	2.807	1.266	1.337	1.283
Saldo	-389	-880	210	-6.054	7.039	2.014	-109	-907,5	-653

Informação elaborada em 17/04/2018 por Eduardo Roedel Fernandez Silva. Revisada por Vanessa Dolce de Faria, em 17/04/2018

APRESENTAÇÃO

A República do Malawi é um país mediterrâneo situado na porção meridional dos Grandes Lagos da África. Possui fronteira terrestre com a Zâmbia (oeste) e, às margens do lago Malawi (ou lago “Niassa”), é vizinho de Moçambique (leste e sul) e da Tanzânia (nordeste). A área total do país é de 118.484 km², e sua população é de cerca de 19 milhões de habitantes (estimativa de 2017).

O território que hoje constitui o Malawi era, anteriormente à conquista da independência (em 6 de julho de 1964), protetorado britânico, conhecido como Niassalândia. A geografia do país é marcada pelo lago Malawi (terceiro maior da África), pelo vale do rio Shire e pelas montanhas interiores, com elevações entre 1000 e 2000 metros (o ponto culminante possui 3002 metros de altitude).

O Malawi é um país pobre (IDH 0,476, que o coloca na 170ª posição entre 188 países), cujo PIB atualmente situa-se na casa de US\$ 6 bilhões. O principal produto do país é o tabaco, que responde por cerca de 67% de suas exportações.

PERFIL BIOGRÁFICO



Arthur Peter Mutharika – *Presidente da República* – Nascido em 18 de julho de 1940, viveu praticamente toda sua vida profissional no exterior. De formação jurídica, graduou-se pela University of London (1965) e fez mestrado em Yale (1966). Foi professor de direito em diferentes universidades, incluindo: University of Dar es Salaam (Tanzânia), Haile Selassie University (Etiópia), Rutgers University (EUA), Makerere University (Uganda) e Washington University (EUA). Irmão de Bingu wa Mutharika, que governou o Malawi entre 2004 e 2012 (ano em que faleceu), Peter Mutharika ingressou na política em 2009, como parlamentar, no mesmo pleito em que seu irmão conquistou o segundo mandato presidencial. Entre 2009 e 2012, ocupou diferentes Pastas: Justiça; Educação, Ciência e Tecnologia; Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional. Entre suas publicações, consta o livro “Foreign Investment Security in Sub-Saharan Africa: The Emerging Policy and Legal Frameworks”, bem como artigos em periódicos acadêmicos. Viúvo, casou-se em julho de 2014 com Gertrude Maseko. Tem três filhos, que residem nos EUA. Assumiu a presidência do Malawi em maio de 2014.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência do Malawi em 6 de junho de 1964, dia de sua proclamação, ocasião em que os dois países estabeleceram relações diplomáticas.

As relações bilaterais são ainda incipientes. Em 2010 foi criada a Embaixada do Malawi em Brasília e, em 2013, a Embaixada do Brasil em Lilongwe – única embaixada residente de um país latino-americano no país. As únicas visitas oficiais de alto nível que se têm registro foram a do Presidente Bingu wa Mutharika (já falecido e irmão do atual presidente) ao Brasil, em 2009, e a visita do Ministro Aloysio Nunes Ferreira a Lilongwe no dia 10 de maio de 2017.

Durante a visita do presidente Bingu wa Mutharika ao Brasil em 2009, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países. Cooperação e investimentos constituem, há muito, os principais focos de interesse do lado malawiano, em torno dos quais, inclusive, vem-se desenvolvendo a agenda bilateral.

Por ocasião da visita do Ministro Aloysio Nunes Ferreira ao Malawi, foram assinados quatro acordos bilaterais: (a) acordo de facilitação de vistos de negócios; (b) acordo de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço; (c) acordo de consultas políticas; e (d) acordo para autorização de trabalho para dependentes do pessoal diplomático.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira no Malawi é pequena, somando cerca de 70 pessoas, incluindo os funcionários do Serviço Exterior Brasileiro e seus dependentes.

Em julho de 2009, o corpo do montanhista brasileiro Gabriel Buchmann foi encontrado no Monte Mulanje, no Malawi. Gabriel perdeu-se ao tentar escalar a montanha, vindo a falecer de hipotermia. Sua história foi retratada no longa-metragem “Gabriel e a Montanha” (2017).

COOPERAÇÃO

Projeto de Fortalecimento do Setor Algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze - Trata-se de projeto regional – que envolve não apenas o

Malawi, mas igualmente Moçambique –, cujo objetivo central é a ampliação da capacidade institucional e de recursos humanos nacionais (pesquisadores, extensionistas e produtores-líderes do Malawi e de Moçambique), na utilização e difusão de tecnologias de produção do algodão em pequenas propriedades. O projeto, coordenado pela ABC, conta com o apoio da EMBRAPA, responsável por sua implementação técnica.

Esse projeto constitui a mais relevante iniciativa de cooperação técnica oferecida pelo Brasil ao Malawi, por apoiar a expansão da cotonicultura no país, contribuindo com os esforços do governo malawiano no sentido da diversificação do setor agrícola, ora fortemente dependente do fumo.

As metas do projeto, como a expansão das taxas de produtividade e da participação do algodão na pauta exportadora do Malawi, vão ao encontro dos objetivos do governo malawiano de desenvolvimento econômico e redução da pobreza. Sua implementação tem o potencial de transformar o setor de pesquisa e extensão agrícola da cotonicultura no país.

O projeto de algodão Shire-Zambeze constitui instrumento crucial para o aprofundamento do diálogo político com o Malawi, dado seu potencial de atuar como catalisador de um salto tecnológico na área de pesquisa em cotonicultura no país, com a introdução de elementos inovadores à cadeia de produção de sementes certificadas de algodão, com garantia de sustentabilidade e apropriação de tecnologia. Além disso, não deixa de inserir-se no contexto do compromisso brasileiro com a segurança alimentar do Malawi, que se desenvolve não apenas por meio da ajuda humanitária – na forma de doação de alimentos –, mas também por meio de iniciativas de cooperação técnica voltadas a contribuir para a diversificação das atividades econômicas e de parceiros comerciais do país.

Alimentação escolar – desenvolvem-se no Malawi projetos de cooperação sul-sul trilateral coordenados pela ABC com enfoque em segurança alimentar (alimentação escolar), tendo como principais parceiros internacionais o Centro de Excelência contra a Fome do PMA e a FAO, e como principal parceiro nacional o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Nesse contexto, encontram-se em execução três iniciativas:

i. “Programa Brasil/PMA para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar”, que tem por objetivo reforçar a capacidade e o conhecimento dos países parceiros em matéria de modelos sustentáveis de alimentação escolar,

apoando os governos nacionais de 23 países dos continentes africano e asiático, incluído o Malawi, no domínio da concepção, gestão e expansão de programas de alimentação escolar sustentáveis, nutritivos e baseados em alimentos de produção nacional.

ii. “Projeto de Cooperação Sul-Sul de Fortalecimento de Programas de Alimentação Escolar Sustentável em países em desenvolvimento”, que visa a apoiar ações de promoção do desenvolvimento e a implementação de programas de alimentação escolar sustentável, em 27 países da África, América Latina e Ásia, incluído o Malawi, por meio de aprimoramento de capacidades e transferência de tecnologias sociais brasileiras aos países em desenvolvimento. O programa é desenvolvido com o PMA e o FNDE.

iii. “Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar na África”, que, desenvolvido com o FNDE e com a FAO, tem o objetivo de apoiar os diversos governos dos países em desenvolvimento no desenho e implementação de nova geração de programas sustentáveis em alimentação escolar, com vistas a melhorar a capacidade dos governos na implementação sustentável e sólida que promova nutrição e segurança alimentar para as populações vulneráveis. A iniciativa engloba componente regional (exercícios envolvendo mais de um país, como organização de seminários) e bilateral (projeto-país). O componente bilateral – onde se insere o Malawi – visa a fortalecer capacidades institucionais dos países africanos parceiros, por meio do fortalecimento dos programas de alimentação escolar inspirados na experiência brasileira e boas práticas desenvolvidas pelo FNDE, como forma de direcionar e investir na segurança alimentar das crianças africanas.

Lagarta do cartucho - O Malawi está entre os países da África Austral atingidos pela praga da lagarta do cartucho (“fall armyworm”, em inglês), que atingiu a região a partir de meados de dezembro de 2016 e tem-se espalhado rapidamente. A lagarta do cartucho atinge muitas das culturas de alimentos básicos, como milho, trigo e sorgo, e tem o potencial de criar escassez de alimentos na região. As autoridades malawianas consideram a infestação um desastre com implicações potencialmente graves para a segurança alimentar. Em janeiro de 2018, o governo do Malawi renovou apelos à comunidade internacional para que apoie o país no combate à lagarta do cartucho, praga que já teria infestado cerca de 260 mil hectares de plantações, sobretudo milho, sorgo e painço, em 22 dos 28 distritos do país. Estima-se que 20% da safra de 2018 poderá ser perdida em função do alastramento da praga.

Após a visita do Ministro Aloysio Nunes Ferreira a Lilongwe, ocorrida no dia 10 de maio de 2017, acertou-se o envio de missão brasileira para capacitação de técnicos malawianos para atuar no combate à lagarta do cartucho. A missão, ocorrida em junho de 2017, contou com participação da Embrapa, da UnB e da ABC, tendo logrado treinar 30 técnicos locais para atuar no combate à lagarta do cartucho.

O governo brasileiro, por meio da ABC, com apoio da agência norte-americana USAID, promoveu em Brasília, no final de março de 2018, seminário internacional sobre políticas de combate à lagarta do cartucho. Representando o governo malawiano, estiveram presentes a Diretora-Chefe do Ministério da Agricultura; o Diretor de Desenvolvimento de Plantio do Ministério da Agricultura; e o Presidente do Comitê Parlamentar para a Agricultura do país. Como parte da programação, foram realizadas visitas ao escritório da Embrapa em Sete Lagoas (MG), referência no combate à praga da lagarta do cartucho. A iniciativa contribuiu para o compartilhamento de experiências e para a capacitação de representantes do governo malawiano para implementar medidas eficazes de combate à praga.

Programa Mais Alimentos Internacional

O Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI), cujo componente financiamento conta com recursos do Programa de Financiamento à Exportação (PROEX), foi lançado em 2010 e insere o Brasil como país ativo na cooperação internacional para o desenvolvimento agrícola de países em desenvolvimento. Além da exportação de máquinas e equipamentos, o PMAI se atenta também com a sua utilização, por meio do apoio a manutenção, assessoria e serviços pós-venda, estendendo a preocupação para a transferência de tecnologia do plantio e da colheita. O Malawi formalizou interesse em ingressar no PMAI, e estaria disposto a adquirir maquinário agrícola, equipamentos e insumos produzidos no Brasil, desde que em operações de crédito com apoio oficial. Em recente avaliação feita pelos órgãos gestores do programa, e diante das atuais restrições orçamentárias, decidiu-se por aferir e desenvolver os resultados alcançados nos países que já participam do Programa, antes de se proceder à abertura para novos beneficiários.

Ajuda humanitária

Em 2015, em gesto muito apreciado pelo governo malawiano, o Brasil uniu-se aos esforços da comunidade internacional em resposta ao apelo do Presidente Mutharika por ajuda humanitária, com a doação de 407 toneladas de feijão.

INVESTIMENTOS

Investimentos brasileiros - A VALE é a única empresa brasileira com registro de atividades no Malawi. A mineradora brasileira – que detém controle acionário da Central Eastern African Railways (CEAR), empresa concessionária da malha ferroviária nacional – é responsável pelo mais relevante investimento em infraestrutura do país: a expansão da infraestrutura ferroviária no contexto do Corredor de Nacala. O investimento total da VALE no Malawi ultrapassa a marca de US\$ 1 bilhão, equivalente a cerca de um sexto do PIB daquele país.

A presença de vultosos investimentos brasileiros no Malawi contribui para sublinhar o potencial do país como território de trânsito de bens e produtos com destino aos mercados internacionais, estimulando o aprofundamento da integração econômica regional.

Não há registro de investimentos diretos do Malawi no Brasil.

Corredor Logístico de Nacala - O sistema logístico operado pela VALE no Malawi – incluindo ferrovia, terminal marítimo e porto – tem o potencial de estimular a integração econômica regional e reduzir significativamente os gargalos de transporte, oferecendo alternativa mais eficiente e econômica para o comércio exterior malawiano. Sem acesso ao mar, o Malawi depende dos países vizinhos para realizar seu comércio exterior. Mais da metade das trocas internacionais malawianas são realizadas por via rodoviária pelo porto moçambicano da Beira. São também utilizados os portos de Durban, na África do Sul, e de Dar es Salam, na Tanzânia.

Em agosto de 2017, foi inaugurado o trecho ferroviário em território malawiano, compreendendo duas concessões: uma de 136 km de extensão entre Kachaso e Nkaya, e outra de 100 km de extensão entre Nkaya e Nayuchi, onde o corredor reingressa em território moçambicano. Em setembro passado, foi assinado o Adendo ao Acordo Bilateral entre Malawi e Moçambique relativo ao Corredor de Nacala. O investimento total da Vale no Malawi, que inclui o controle acionário da Central Eastern African Railways (CEAR), empresa

concessionária da malha ferroviária no país, ultrapassa a marca de US\$ 1 bilhão, o equivalente a cerca de um sexto do PIB malawiano.

Embora o investimento no Corredor de Nacala tenha sido impulsionado especialmente pela perspectiva de exportações de carvão de Moatize, em Moçambique, há crescente interesse da empresa brasileira em estimular a expansão do transporte de carga geral pelo corredor logístico. O governo malawiano também tem interesse na revitalização do trecho ferroviário em direção à Zâmbia, o que permitirá àquele país (igualmente sem saída para o mar) valer-se do porto de Nacala, transitando seu comércio exterior por território malawiano.

A vinculação do corredor logístico a outros projetos de desenvolvimento da infraestrutura malawiana destaca-se como um dos aspectos mais relevantes do empreendimento para o crescimento econômico do país no médio prazo. Entre os novos aportes da China esperados pelo governo malawiano, está a construção de termelétrica a carvão com potência de 300MW. Ao custo de US\$ 700 milhões, o projeto de termelétrica, a ser financiado pelo Eximbank chinês, é lastreado pela disponibilidade de carvão mineral de Moatize, a ser escoado através do Corredor de Nacala.

Desse modo, a relevância do Corredor de Nacala para a economia malawiana assume diferentes vertentes, incluindo: (i) contribuição para as receitas orçamentárias a partir do trânsito de carvão pelo território malawiano; (ii) incremento da competitividade das exportações a partir dos ganhos de eficiência assegurados pelo corredor; e (iii) indução de outros projetos de infraestrutura relevantes para a economia local a partir da infraestrutura existente.

Acordo VALE-MITSUI - A conclusão dos entendimentos para a venda de parte dos ativos do Corredor de Nacala à japonesa Mitsui era condição indispensável para a continuidade das operações da VALE no Malawi.

Em janeiro de 2017, a empresa logrou assinar acordo que insere a japonesa Mitsui em seu projeto. Em contrapartida, teve de atender a algumas condições do governo malawiano, como (i) reabilitação do trecho ferroviário Nkaya-Limbe-Sandama, estimada em US\$ 20 milhões, para permitir a operação de trens de passageiros (o trecho, há muito desativado, atravessa o distrito de Thyolo, região natal do presidente Arthur Peter Mutharika e reduto eleitoral de seu partido); e (ii) reabilitação do trecho Nkaya-Mchinji, na fronteira com a

Zâmbia, estimada em US\$ 70 milhões, de modo a permitir o trânsito de maior volume de carga por eixo, em preparação para futura conexão com a malha ferroviária daquele país vizinho.

Potencial de investimentos - O Malawi faz parte de mecanismos de integração econômica e arranjos comerciais preferenciais (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral – SADC em inglês; Mercado Comum da África Oriental e Austral – COMESA, em inglês; Ato para Oportunidades e Crescimento Africano – AGOA, em inglês, medida unilateral americana que facilita o acesso a seu mercado a países africanos), refletindo espaço ampliado de atuação a ser explorado por empresas que venham a se instalar no país. Empresas brasileiras, como a Queiroz Galvão, a Camargo Corrêa e a Contracta, têm prospectado oportunidades no Malawi, particularmente nos setores de geração hidrelétrica, estradas, saneamento básico, energia e mineração.

Acordo de Facilitação de Investimentos - O Acordo de Cooperação e Promoção de Investimentos (ACFI) com o Malawi está vinculado aos investimentos brasileiros no projeto do Corredor de Desenvolvimento de Nacala, em conjunto com a VALE.

O ACFI entre o Brasil e o Malawi foi assinado em 25/06/2015, tendo sido aprovado pelo Congresso Nacional em maio de 2017 e ratificado no dia 05/06/2017. No lado malawiano, o texto não precisa de aprovação parlamentar para sua entrada em vigor, mas aguarda ratificação pelo Poder Executivo local. Após a ratificação pelo Malawi, o texto poderá ser objeto de Decreto Presidencial pelo lado brasileiro, para ser promulgado e incorporado ao ordenamento jurídico interno.

Mecanismo Trilateral com Moçambique - O Brasil propôs minuta de Memorando de Entendimento Brasil-Malawi-Moçambique de Diálogo de Alto Nível sobre Cooperação Trilateral nas Áreas Econômica, Comercial e de Investimentos, em 2013. Desde o alcance de entendimento preliminar entre as partes, em março de 2014, em reunião em Maputo na qual delegações dos três países acordaram o texto do instrumento, os governos de ambos os países africanos não têm sinalizado com a disposição de assiná-lo. Atritos políticos entre os dois países, envolvendo inclusive disputas territoriais, que remontam ao período de suas independências, dificultam o entendimento.

A celebração do memorando de entendimento trilateral conferiria mais segurança jurídica e previsibilidade à cooperação e aos investimentos brasileiros que digam respeito a Moçambique e ao Malawi simultaneamente.

Comércio bilateral

A corrente de comércio Brasil-Malawi ainda é pequena, com forte flutuação no fluxo em ambos os sentidos. Com efeito, se, em 2013 e 2014, o intercâmbio total de comércio fechou com superávit para o Brasil, em 2015, 2016 e 2017 o intercâmbio total nos foi deficitário (em 2017, o saldo foi de - US\$653 milhões).

Os produtos manufaturados respondem pela integralidade das exportações brasileiras para o Malawi, com destaque para tratores, máquinas para o tratamento de fumo e implementos agrícolas. O Malawi, por sua vez, exporta principalmente fumo para o Brasil, que responde por mais de 80% de nossas importações.

Em 2017, registrou-se pequena elevação nas exportações brasileiras para o Malawi, que alcançaram US\$ 630 mil (comparados a US\$430 mil em 2016). Já as importações brasileiras de fumo alcançaram US\$ 1,28 milhão (cerca de 5% inferior a 2015). O maior potencial de crescimento do comércio bilateral parece residir na ampliação da oferta de maquinário agrícola, equipamentos e insumos produzidos no Brasil, preferencialmente em operações de crédito com apoio oficial. Uma possibilidade para o Brasil seria o Programa Mais Alimentos Internacional, no qual, como visto acima, o Malawi formalizou interesse em ingressar.

Acordos bilaterais

Acordo para o Exercício de Atividades Remuneradas por Dependentes –

Por ocasião da visita do Senhor ME ao Malawi, foi assinado acordo entre os dois países para o exercício de atividades remuneradas por dependentes. O acordo permite que familiares de funcionários diplomáticos, consulares, administrativos e técnicos em missão diplomática ou oficial possam trabalhar em ambos os países. O acordo foi proposto pelo Governo brasileiro no final de 2015 e aceito pela parte malawiana em 2016. No Brasil, foi encaminhado ao Congresso Nacional em novembro de 2017, onde aguarda tramitação.

Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço – A proposta foi apresentada pelo governo brasileiro em 2014. A assinatura do acordo com o Malawi ganhou especial relevância em razão dos importantes projetos que se desenvolvem no país – cooperação no setor de algodão e de alimentação escolar – que envolvem frequentes visitas de equipes da ABC. O acordo autoriza portadores de passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço válidos entrar, transitar e permanecer no território da outra parte por um período de até 90 dias por ano, sem necessidade de obtenção prévia de visto. O acordo entrou em vigor no dia 09 de junho de 2017.

Memorando de Entendimento para Facilitação de Vistos de Negócios – Também em 2014, o Brasil apresentou proposta de memorando para facilitação de vistos de negócios. O documento assinado prevê a concessão de vistos de negócios com validade de até 5 anos (sem o acordo, esses vistos têm validade de 90 dias), múltiplas entradas, para estadas de 90 dias por ano, prorrogáveis se necessário e desde que não se ultrapasse o período de estada de 180 dias por ano, com o objetivo de facilitar as viagens de empresários de lado a lado. O acordo entrou em vigor no dia 09 de junho de 2017.

POLÍTICA INTERNA

O Malawi tornou-se independente do Reino Unido em 1964 e viveu, até a adoção da Constituição de 1994, regime autoritário e unipartidário. Além de instituir oficialmente o sistema presidencialista de governo e introduzir o regime democrático multipartidário (com eleições periódicas a cada 5 anos e Assembleia Parlamentar com 193 membros), a Constituição de 1994 é considerada progressiva por incluir disposições voltadas a proteger e promover os direitos fundamentais de expressão, associação e reunião.

O cenário político do país tem-se caracterizado pela relativa estabilidade, com destaque para a realização periódica de eleições (5 até hoje) e a transição pacífica de poder.

Últimas eleições

As últimas eleições presidenciais tiveram lugar em 2014, e foram vencidas por Arthur Peter Mutharika (Democratic Progressive Party – DPP),

com 36,4% dos votos válidos – seguido por Lazarus Chakwera (Malawi Congress Party – MCP), com 27,8%; e da então Presidente Joyce Banda (People's Party – PP), com 20,2%.

Os resultados do pleito foram objeto de controvérsias, em razão de problemas logísticos e incidentes isolados de violência durante as eleições. Atrasos na distribuição de cédulas e montagem de cabines de votação levaram ao adiamento do horário de abertura de alguns centros de votação e alongamento do período de votação. Houve episódios de ateamento de fogo em um centro de votação por parte da população e confrontos com a polícia. Em regiões de maior tensão, houve intervenção das forças armadas. Também a apuração dos votos enfrentou dificuldades. Problemas técnicos, sobretudo no sistema de transmissão de dados para o centro de apuração (em Blantyre), tornaram mais lento o procedimento de contagem de votos e atrasaram a divulgação dos resultados oficiais.

Nesse cenário, ganharam força suspeitas de irregularidades no processo eleitoral. A então Presidente Joyce Banda denunciou irregularidades durante a votação e na fase de apuração dos votos. Condenou, ainda, a demora na conclusão do processo eleitoral, afirmando que, ao estender-se o período de votação, muitos teriam tido a oportunidade de ir às urnas mais de uma vez. Mencionou, ainda, supostos indícios de interferência no sistema de tabulação de votos.

Diante dos primeiros resultados oficiais divulgados, que davam vitória a Mutharika, Joyce Banda chegou a anunciar a anulação do processo eleitoral e convocar novo pleito. A questão desaguou na Alta Corte malawiana, que, questionando a prerrogativa constitucional invocada pela Presidente, desautorizou a mandatária malawiana, suspendendo os efeitos da anulação do pleito.

Com vistas a dissipar rumores de intervenção, as Forças Armadas divulgaram nota reafirmando o respeito à ordem constitucional e conclamando as partes ao diálogo. Também nesse sentido, algumas missões diplomáticas em Lilongwe (Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Irlanda, Japão, Noruega, Reino Unido e União Europeia) emitiram nota à imprensa conjunta conclamando os atores políticos locais a manter a calma e respeitar os marcos legais.

Predominou, ao fim, o entendimento de que, embora tenham sido registrados problemas nas diferentes fases do processo eleitoral, as dificuldades enfrentadas pela comissão eleitoral deveram-se, sobretudo, à sua limitada

capacidade operacional, sem que tenha havido indícios de fraude que justificassem a anulação de todo o exercício. Com variado grau de entusiasmo, as missões de observação eleitoral da União Europeia, União Africana e SADC coincidiram que as eleições foram pacíficas e livres, e seus resultados, justos e transparentes.

Poder legislativo

O parlamento malawiano foi instituído pela Constituição de 1994, a qual introduziu o multipartidarismo no Malawi. O parlamento é unicameral e conta com 193 membros, representando 28 distritos. A Constituição exige que sejam realizadas pelo menos duas sessões anuais. A cada ano, a assembleia legislativa tem-se reunido, em média, por cerca de 90 dias.

O Malawi tem observado elevada taxa de renovação parlamentar (mais de 75% nas eleições de 2014). Embora demonstre que o sistema tem preservado a capacidade do eleitorado de expressar insatisfação com o desempenho de seus representantes, a expressiva rotatividade dos membros do legislativo prejudica a consolidação de um corpo parlamentar experiente e preparado para atender aos anseios da população. Como reflexo dessas circunstâncias, o parlamento malawiano tem manifestado escassa iniciativa legislativa, limitando-se à apreciação de projetos de lei submetidos pelo executivo. A ausência de autonomia financeira tem sido apontada como uma das principais circunstâncias a restringir a capacidade de atuação do órgão. Embora a alocação orçamentária para as atividades parlamentares esteja assegurada, a liberação de recursos é controlada pela pasta das Finanças.

Para avançar sua agenda no Parlamento, o governo tem buscado construir uma ampla base de apoio. Os maiores vencedores das eleições parlamentares de maio de 2014 foram os candidatos independentes, não filiados a qualquer partido, que lograram conquistar 52 assentos (27% das vagas parlamentares). Entre os partidos políticos, o DPP do presidente Arthur Peter Mutharika, obteve o maior número de assentos (26%), seguido do MCP (25%), do PP (13%) e da UDF (7%).

Elementos étnicos, religiosos e regionais têm sido relevantes em análises do comportamento do eleitorado malawiano. Nas eleições de 2014, cerca de 7,5 milhões de eleitores foram registrados, o que correspondia a cerca de metade da população do país.

Segundo estatísticas da Comissão Eleitoral do Malawi, o eleitorado apresenta a seguinte composição: a região norte, onde se concentram as etnias Tumbuka e Tonga, tem pouco mais de um milhão de eleitores registrados. A região central, tradicionalmente habitada por cidadãos de etnia Chewa, tem 3,1 milhões de eleitores registrados. A região sul, com 3,3 milhões de eleitores registrados, tem composição étnica mais variada, concentrando populações Lhomwe, Yao e Sena, entre outras.

O DPP, cuja base eleitoral está nos distritos majoritariamente habitados por cidadãos da etnia Lhomwe, e o MCP, tradicionalmente associado à etnia Chewa, são as duas únicas agremiações políticas de expressão nacional. O PP desestruturou-se com o fim do governo de Joyce Banda, e a UDF tende a buscar acomodação com o partido governista.

Cashgate

Em setembro de 2013, veio à tona esquema de desvio de verbas públicas em alguns ministérios, em escândalo que ficou conhecido como “cashgate” e que desencadeou a suspensão da ajuda financeira internacional, deixando o país em delicada situação orçamentária. As investigações foram lançadas ainda em 2013, e quinze pessoas já foram condenadas, entre as quais servidores que ocuparam posições de destaque no governo de Joyce Banda, inclusive o seu Ministro da Justiça, Ralph Kasambara.

À medida que avançam, as investigações parecem aproximar-se cada vez mais de Joyce Banda. Alguns investigados citam, em seus depoimentos, o nome da ex-presidente como a principal beneficiária do desvio de verbas orçamentárias. Entre os depoimentos, merece destaque aquele da ex-Secretária Executiva do Ministério do Turismo, Tressa Senzani, uma das primeiras condenadas, que afirmou que os ministérios envolvidos em atividades ilícitas teriam atuado por determinação expressa da ex-Presidente, com o objetivo de assegurar recursos para o financiamento de campanha de 2014. Joyce Banda viajou para o exterior logo após perder as eleições (2014) e, desde então, não mais regressou ao país, o que tem sido interpretado em alguns círculos como reconhecimento de culpa e manobra para evadir-se da justiça.

Perspectivas

As próximas eleições presidenciais estão previstas para 2019. O PR Mutharika já anunciou sua intenção de disputar a reeleição e é apontado como

favorito. Seu favoritismo decorre, em grande medida, da inexistência de opositor forte que o ameace. Com efeito, o Malawi Congress Party – MCP, segundo nas eleições passadas, vive divisões internas que predizem dificuldades em fechar um nome de consenso para disputa de 2019. O People’s Party – PP (da ex-Presidente Joyce Banda), por seu turno, dificilmente superará, até as eleições, as manchas deixadas pelo *cashgate*. Ainda que Joyce Banda crie novo partido político, como se chegou a aventar, não parece ter chances concretas de vitória, na medida em que as investigações sobre o *cashgate* parecem cada vez mais indicar o seu envolvimento no esquema. Ademais, o novo United Transformation Front – UTF (jun/2016) não demonstra estrutura suficiente para fazer frente já nas próximas eleições.

Mutharika mostra-se empenhado em garantir sua vitória no pleito de 2019. Embora eleito com apenas 36% dos votos, não buscou construir governo de união, formando gabinete com membros de seu partido. A única exceção é o Ministro das Terras, Atupele Muluzi, do United Democratic Front – UDF (quarta força política no país), partido que, desde a nomeação de Muluzi, passou a apoiar o governo na Assembleia Nacional. O casamento de conveniência entre os dois partidos parece antecipar a estratégia do Democratic Progressive Party – DPP de Mutharika (e da própria UDF) para as eleições de 2019. A aliança seria capaz de neutralizar a influência do People’s Party – PP no sul do país, e do Malawi Congress Party – MCP nas regiões central e norte.

Ademais, Mutharika parece desejar assegurar que o “Cashgate” e seus desdobramentos marquem o fim da carreira política de Joyce Banda. Há, ainda, quem veja na demissão de George Chaponda (ex-Ministro da Agricultura) uma instrumentalização política da agenda de combate à corrupção. Especula-se que tenham contribuído para o desgaste de Chaponda os indícios de que buscava posicionar-se como potencial sucessor de Mutharika nas eleições de 2019.

No início de dezembro de 2017, após intensa pressão de organizações da sociedade civil para que o governo encaminhasse à Assembleia Nacional, em sua 47ª sessão, propostas de reforma eleitoral, o Executivo aceitou submeter o tema a votação no Parlamento - evitando grandes protestos programados para o dia 13 daquele mês. As propostas efetivamente apresentadas eram, entretanto, substancialmente diferentes daquelas que haviam sido originalmente submetidas pela Comissão Eleitoral do Malawi (MEC). Além disso, o governo mobilizou sua bancada parlamentar para rejeitar as reformas - encerrando, na prática, dessa forma, o debate sobre o tema, com pouca possibilidade de retomada das mobilizações com o mesmo propósito no curto prazo.

POLÍTICA EXTERNA

Vertente prioritária da política externa malawiana é a relação com os países doadores tradicionais, que, há muito tempo, financiam, em boa medida, o funcionamento do Estado, com aportes de recursos através de canais orçamentários. Sem se descuidar dessa vertente, o país busca, igualmente, alternativas a essa dependência, aprofundando suas relações com países como China e Índia. Até por força da circunstância, as relações bilaterais com países do entorno também ocupam posição de destaque na política externa malawiana.

Registre-se que, no governo Mutharika, a diplomacia presidencial malawiana tem dado ênfase à atração de investimentos e financiamento, preferencialmente na forma de pacotes assistenciais e empréstimos concessionais. Mutharika tem privilegiado compromissos internacionais que lhe permitam divulgar oportunidades de investimentos no país.

Parceiros tradicionais

A partir do “Cashgate”, os países doadores (EUA, Reino Unido, Noruega) reduziram consideravelmente os aportes de recursos financeiros a programas oficiais do governo através de canais orçamentários e acentuaram a tendência, que já se verificava antes mesmo do escândalo, de redirecionar esses recursos para entidades parceiras (ONGs) com ampla atuação no Malawi.

O Banco Mundial é o principal parceiro do Malawi em ajuda ao desenvolvimento. Entre os parceiros multilaterais, destacam-se ainda a União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Global Fund. Entre os parceiros cooperantes bilaterais, destacam-se os EUA, Reino Unido, Noruega, Alemanha e Irlanda.

Os principais parceiros cooperantes procuram atuar de maneira coordenada na implementação de seus programas e projetos de ajuda ao desenvolvimento. Desenvolvem, de maneira geral, projetos nos setores elencados pela “Estratégia de Cooperação para o Desenvolvimento (2014-2018)”, documento redigido em coordenação com os parceiros tradicionais e lançado em 2014, que, com o objetivo de aprimorar a qualidade e eficácia da cooperação prestada ao país, estabelece áreas prioritárias de atuação – agricultura e segurança alimentar, infraestrutura, energia, desenvolvimento industrial, saúde, educação, entre outros.

Nos últimos anos, o Malawi vem registrando declínio dos níveis globais de ajuda ao desenvolvimento, que passaram de USD 1,25 bilhão no ano fiscal 2012-13, para USD 1,01 bilhão em 2013-14 e USD 910 milhões em 2014-15, uma redução de cerca de 30% da ajuda ao desenvolvimento no acumulado do período.

Parcerias alternativas

Atento aos sinais de fadiga entre os principais parceiros tradicionais, o governo malawiano empenha-se em aprofundar as parcerias com países emergentes. Nesse contexto, ganham especial relevo os entendimentos com a China e com a Índia, na medida em que envolvem doações ou mecanismos de créditos concessionais, destinados a projetos a serem conduzidos em estreita coordenação com o governo malawiano, sem condicionalidades.

Entre 2012 e 2015, a China contribuiu com USD 79,5 milhões em recursos computados como “ajuda ao desenvolvimento”, e a Índia, com USD 74,8 milhões.

Quanto a financiamentos, a maior parcela dos desembolsos de China e Índia dá-se na forma de empréstimos concessionais. Em 2014-15, o Malawi recebeu USD 154 milhões na forma de empréstimos concessionais, dos quais 15% oferecidos pela Índia e 6,9% pela China. Os desembolsos chineses concentraram-se, sobretudo, em atividades voltadas a esportes, educação, transportes e obras públicas. No caso da Índia, destacam-se os setores de energia, mineração, transportes, obras públicas, saneamento e irrigação.

Entorno regional

Destacam-se, ainda, as relações com os vizinhos Moçambique, Zâmbia e Tanzânia.

Com Moçambique, as relações são historicamente tensas. A navegabilidade dos rios Shire (Malawi) e Zambeze (Moçambique) até o Índico constitui o principal foco de desentendimentos, havendo controvérsias quanto à sua utilização: i. o Malawi pretende utilizá-lo como outra forma (além da forma rodoviária por território moçambicano) de escoar sua produção e se conectar aos mercados internacionais; ii. Moçambique tem interesse em seguir explorando seu potencial hidrelétrico (o que pode comprometer a navegabilidade dos rios),

além de demonstrar o velado desejo de manutenção do corredor terrestre para escoamento da produção malawiana, antevendo possível queda de receitas auferidas em taxas portuárias no porto moçambicano da Beira. Moçambique argumenta, ademais, não serem os rios naturalmente navegáveis, o que demandaria altos investimentos de dragagem, com forte impacto ambiental. Em 2010, o então Presidente Bingu wa Mutharika (Malawi) – irmão (falecido) do atual presidente Arthur Mutharika – chegou a, unilateralmente, testar, em território moçambicano, a navegabilidade dos rios, precipitando o aprisionamento por Maputo de barco malawiano, ápice da desavença entre os países.

O presidente moçambicano Filipe Nyusi visitou o Malawi em maio de 2016, por ocasião de cimeira tripartite entre os dois países e a Zâmbia. Na ocasião, Nyusi visitou campos onde se encontravam refugiados moçambicanos que escaparam dos enfrentamentos militares entre as forças políticas moçambicanas (governo e RENAMO, principal partido de oposição). A questão dos refugiados adicionou novo atrito à tumultuada relação entre Moçambique e o Malawi, que chegou a ameaçar os refugiados moçambicanos de expulsão, situação hoje aparentemente contornada – o número de refugiados reduziu-se ao longo do segundo semestre de 2016.

Com a Zâmbia, o país mantém relações muito próximas, lastreadas por uma história colonial compartilhada e pela presença de grupos étnicos (sobretudo Chewa e Tumbuka), em ambos os territórios. Entre as elites dirigentes, há laços pessoais e familiares importantes. Próceres do DPP (partido governista), como o próprio presidente Mutharika, passaram longos períodos na Zâmbia. O mandatário malawiano demonstra especial apreço por Edgar Lungu (presidente zambiano). Ao Malawi interessa a ampliação de investimentos em sua infraestrutura ferroviária no país, de modo a interconectar-se com a Zâmbia, permitindo-a igualmente beneficiar-se do Corredor de Nacala.

Com a Tanzânia, por fim, o país mantém relações cordiais, apesar do diferendo fronteiro existente (definição quanto à linha de divisa no Lago Nyasa, que compõe a maior parte da fronteira entre os dois países). Há exercício de mediação em curso pela SADC, mas o lado malawiano não descarta a possibilidade de lavar o tema à Corte Internacional de Justiça, caso não se alcance solução amigável.

Desdobramentos recentes indicam que o campo com maior potencial de aproximação bilateral é o de energia. O governo malawiano manifestou, em fevereiro último, interesse em importar gás natural da Tanzânia. A possibilidade

de cooperação na área energética inclui, ainda, planos de exploração do potencial hidroelétrico do rio Songwe, na fronteira entre os dois países. A entidade binacional Songwe River Basin Development Programme (SRDP), instituída em 2012 para melhorar o aproveitamento dos recursos hídricos da região, deverá elaborar projeto conjunto, que deverá incluir a construção de represa de uso múltiplo, com capacidade de geração hidroelétrica de 180 MW, além de ser suficiente para fornecer água para irrigar área de até três mil hectares em cada país. Segundo adiantado à imprensa, o plano inclui, ainda, eletrificação na zona rural para 36 vilas próximas à represa.

O Malawi, com população crescente de 14 milhões de habitantes, tem produzido tão-somente 140 MW de eletricidade (de uma capacidade instalada de 350MW). A Tanzânia, por outro lado, embora ainda sofra, igualmente, de quadro de insuficiência energética, tem investido pesadamente no setor, sobretudo em novos projetos hidroelétricos de envergadura. Nesse sentido, a oferta tanzaniana de exportar eletricidade para o Malawi deve ser considerada, também, sob a ótica das relações políticas bilaterais, marcadas pelo diferendo fronteiriço no lago Malawi (ou lago “Niassa”, para a Tanzânia). Como se recorda, o governo malawiano se apegava aos termos do Tratado de Heligoland, segundo o qual o Império Alemão, ao ceder a colônia de Tanganyika para o Império Britânico, indicou que sua fronteira acompanharia a margem oriental do lago, entre os rios Songwe, ao norte, e Rovuma, ao sul, o que garantiria ao Malawi moderno direito a todos os recursos do lago (exceto os referentes à porção delimitada com Moçambique). A Tanzânia, por seu turno, defende que, posteriormente, a administração colonial britânica teria ajustado a fronteira entre o Protetorado de Niassalândia (que compreendia o atual Malawi) e Tanganyika (na atual Tanzânia) na linha central do lago. A perspectiva de que o lago conte com reservas de hidrocarbonetos (em particular gás natural) fez com que a questão lindeira voltasse, em anos recentes, à ordem do dia. Em que pesem reiteradas tentativas de negociação bilateral, as partes parecem longe de chegar a uma solução mutuamente satisfatória.

ECONOMIA

Panorama econômico

Em 2017, o Malawi registrou crescimento do PIB de 4,5% (em 2016, o crescimento foi abaixo de 3%). Em termos macroeconômicos, destaca-se a

estabilidade da taxa de câmbio e a queda da taxa de inflação anual (11,14 % em 2017, contra 19,97% em 2016), o que corrobora o acerto das políticas monetárias e orçamentárias adotadas, bem como demonstra a contribuição da resposta humanitária à estabilização dos preços dos produtos alimentares. Nas duas últimas décadas, o crescimento foi marcado por alta volatilidade, o que contribuiu para a estagnação nos indicadores de redução dos índices de pobreza, que permanece acima de 50% da população, com ligeiro aumento percentual em áreas rurais. O PIB per capita do Malawi cresceu minimamente, a uma média de cerca de 1,5% nos últimos vinte anos. O país tem um dos piores IDH do mundo (0,476), e se situa na 170ª colocação entre 188 países analisados. Segundo análise do FMI, além de seguir comprometido com o regime cambial flexível e com mecanismo automático de fixação de preços dos combustíveis, o Malawi deve limitar os gastos aos recursos disponíveis para consolidar os ganhos de estabilidade macroeconômica.

O Malawi é um país pobre, pequeno e mediterrâneo. Segundo dados da ONU (UNDP), atualmente 70,9% da população malawiana situa-se abaixo da linha da pobreza (US\$1,90 por dia). Acudido por enchentes e secas recorrentes, tem enfrentado sérios problemas humanitários.

Entre os países doadores, há particular interesse no controle mais estrito sobre a evolução da dívida pública, zelando para que o governo malawiano não assuma compromissos contratuais desprovidos de lastro orçamentário, e em reformas na legislação relativa às compras governamentais, restringindo a autonomia dos diferentes ministérios na condução de processos licitatórios.

No final de 2016, o governo malawiano comemorou o anúncio de novo empréstimo do Banco Mundial, da ordem de US\$ 80 milhões, como sinal da retomada dos repasses a título de ajuda orçamentária, interrompidos desde 2013.

Os choques induzidos pelas condições climáticas adversas constituem importante vulnerabilidade, exacerbando a instabilidade macroeconômica, uma vez que o setor agrícola utiliza métodos rudimentares, com escasso acesso a insumos ou a técnicas de irrigação, e a maioria da população depende de uma agricultura de subsistência e de baixa produtividade.

Cashgate e suas repercussões

A descoberta, em 2013, de desvio de volume significativo de recursos públicos (cerca de US\$ 50 milhões) por parte de um grupo de servidores (*cashgate*) levou à suspensão de repasses a título de ajuda orçamentária por

parte dos principais parceiros doadores. Em consequência, a situação orçamentária do Malawi deteriorou-se rapidamente, assim como sua credibilidade internacional.

Eleito, o presidente Mutharika comprometeu-se a reconstruir a confiança nas instituições públicas e a corrigir os desequilíbrios macroeconômicos. Planos de reformas econômicas foram lançados com alto nível de apoio político. Investigações e auditorias levaram à condenação de 15 servidores envolvidos no escândalo, com outros casos em andamento.

O governo também tem buscado dar ênfase à reforma do serviço público e ao aprimoramento da gestão das finanças públicas, com mecanismos mais sofisticados de prestação de contas. Com apoio internacional, o governo reestruturou o quadro de controladores que operam sob a supervisão do Secretário do Tesouro, responsável pelas transações diárias, ajudando a restabelecer o monitoramento e o controle centralizado de despesas e compromissos. Ainda nesse sentido, o governo criou Comissão de Reformas do Serviço Público para propor soluções para questões estruturais que prejudicam a eficácia do serviço público. Porém, os resultados dos esforços de restauração dos sistemas básicos de administração de finanças públicas têm demorado a se materializar, registrando progresso mais lento que o desejado.

Energia

O Malawi dispõe de capacidade instalada de geração de 350MW de energia elétrica, quase integralmente constituída de usinas hidrelétricas ao longo do rio Shire, e possui demanda estimada em 380MW. Apesar disso, apenas cerca 160 MW vem sendo gerados, sobretudo em função da irregularidade do regime de chuvas. As deficiências e limitações na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica são reconhecidas como um dos maiores gargalos ao crescimento econômico do país, levando a frequentes medidas de racionamento e a cortes no fornecimento. As atividades de geração, distribuição e venda de eletricidade estão nas mãos da “Electricity Supply Corporation of Malawi” (ESCOM), empresa paraestatal, com 99% das cotas em controle do governo.

Agricultura

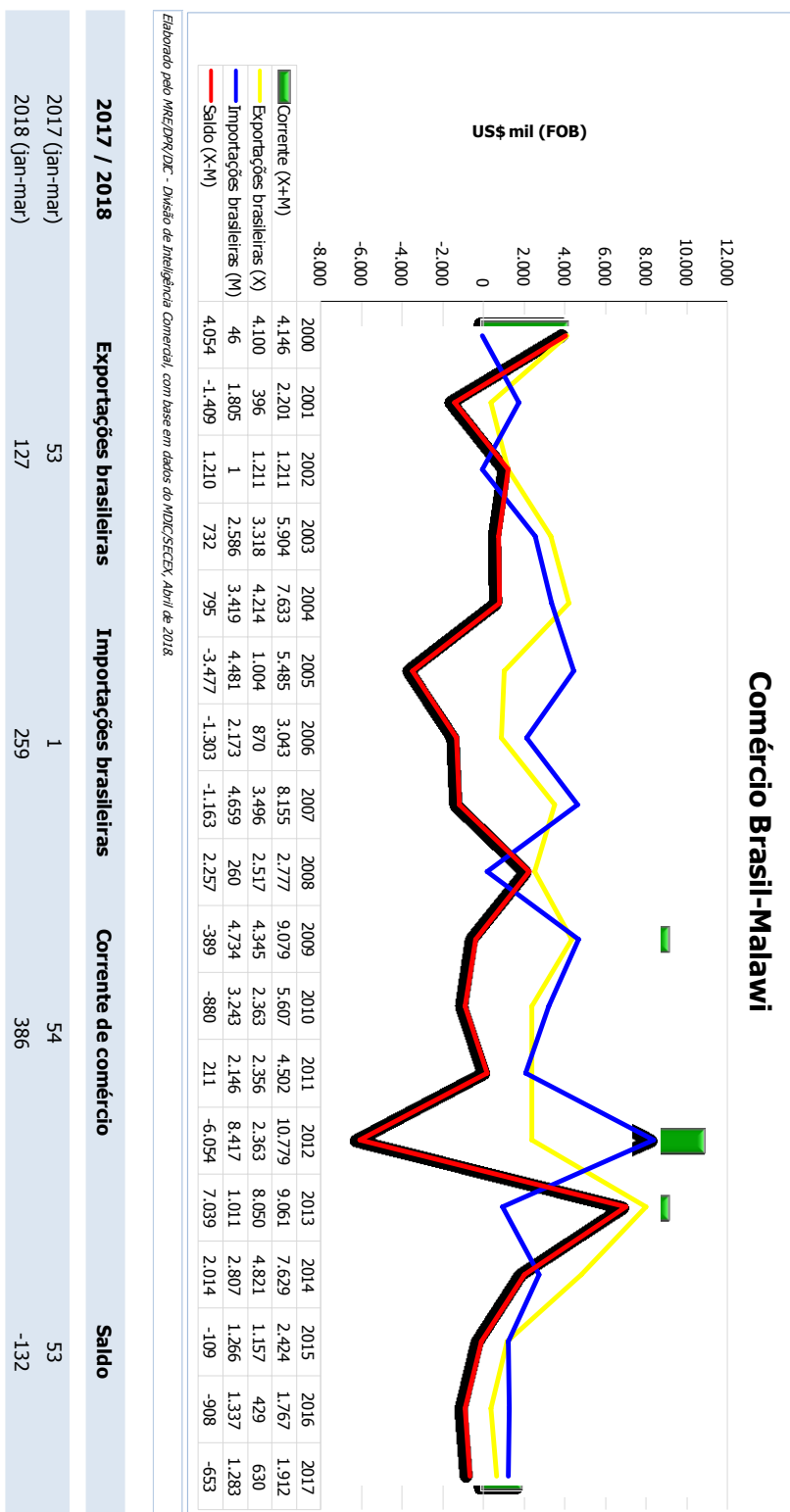
Nos últimos anos, o Malawi sofreu choques climáticos, como as inundações e secas simultâneas no início de 2015, seguidas por estiagem em

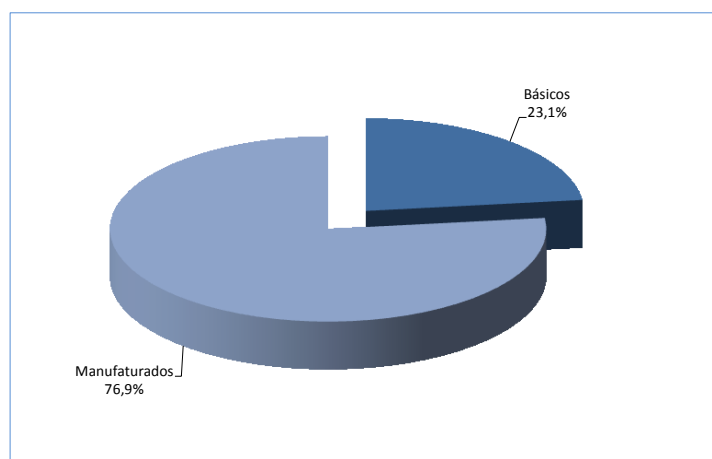
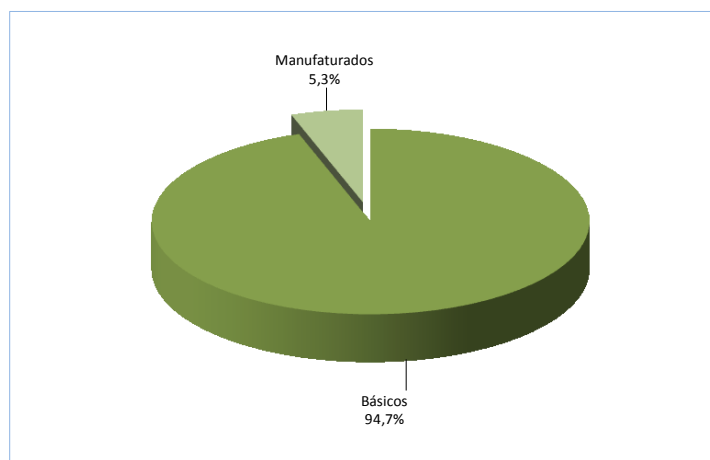
2016. É limitado o acesso à infraestrutura, serviços, terra, capital de giro e oportunidades de mercado. O Programa de Subsídio de Insumos Agrícolas (FISP) consome quase três quartos do orçamento destinado ao setor agrícola, impedindo investimentos públicos em outras áreas importantes. Intervenções destinadas a promover a estabilidade de preços (através da Agriculture Development and Marketing Corporation – ADMARC) enfraquecem os incentivos à comercialização agrícola, deixando o país excessivamente dependente de pequenos agricultores, sempre vulneráveis a choques climáticos.

MAPA



DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

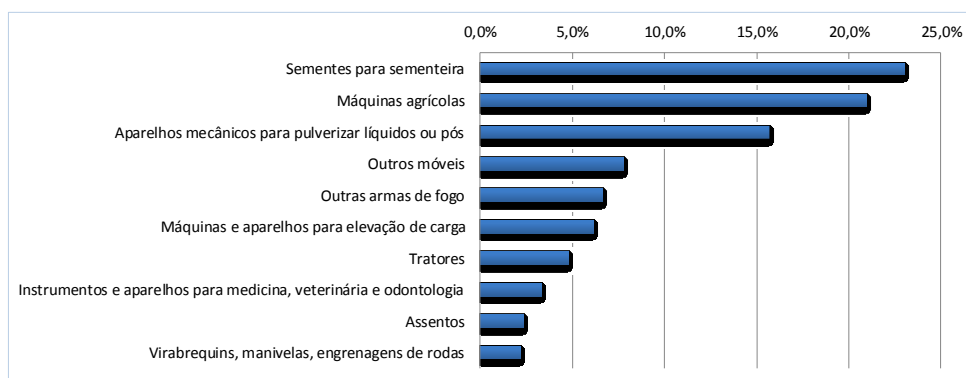
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Malawi (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Sementes para sementeira	42	3,6%	15	3,5%	145	23,0%
Máquinas agrícolas	56	4,8%	169	39,3%	132	21,0%
Aparelhos mecânicos para pulverizar líquidos ou pós	205	17,7%	136	31,7%	99	15,7%
Outros móveis	0	0,0%	0	0,0%	49	7,8%
Outras armas de fogo	37	3,2%	0	0,0%	42	6,7%
Máquinas e aparelhos para elevação de carga	0	0,0%	0	0,0%	39	6,2%
Tratores	483	41,7%	0	0,0%	30	4,8%
Instrumentos e aparelhos para medicina, veterinária e odontologia	0	0,0%	0	0,0%	21	3,3%
Assentos	0	0,0%	0	0,0%	15	2,4%
Virabrequins, manivelas, engrenagens de rodas	3	0,3%	25	5,8%	14	2,2%
Subtotal	826	71,4%	345	80,3%	586	93,1%
Outros	331	28,6%	84	19,7%	44	6,9%
Total	1.157	100,0%	429	100,0%	630	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

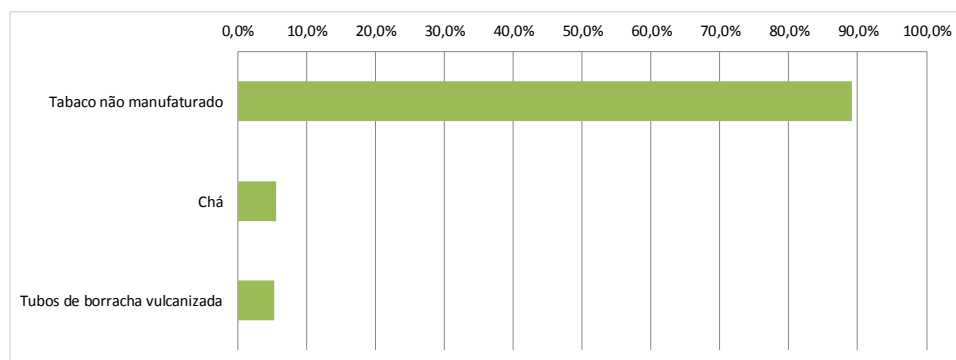


Composição das importações brasileiras originárias do Malawi (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tabaco não manufaturado	1.266	100,0%	1.094	81,8%	1.143	89,1%
Chá	0	0,0%	47	3,5%	71	5,5%
Tubos de borracha vulcanizada	0	0,0%	0	0,0%	67	5,2%
Outros produtos de tabaco, manufaturados	0	0,0%	195	14,6%	0	0,0%
Subtotal	1.266	100,0%	1.336	99,9%	1.281	99,9%
Outros	0	0,0%	1	0,1%	2	0,1%
Total	1.266	100,0%	1.337	100,0%	1.283	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

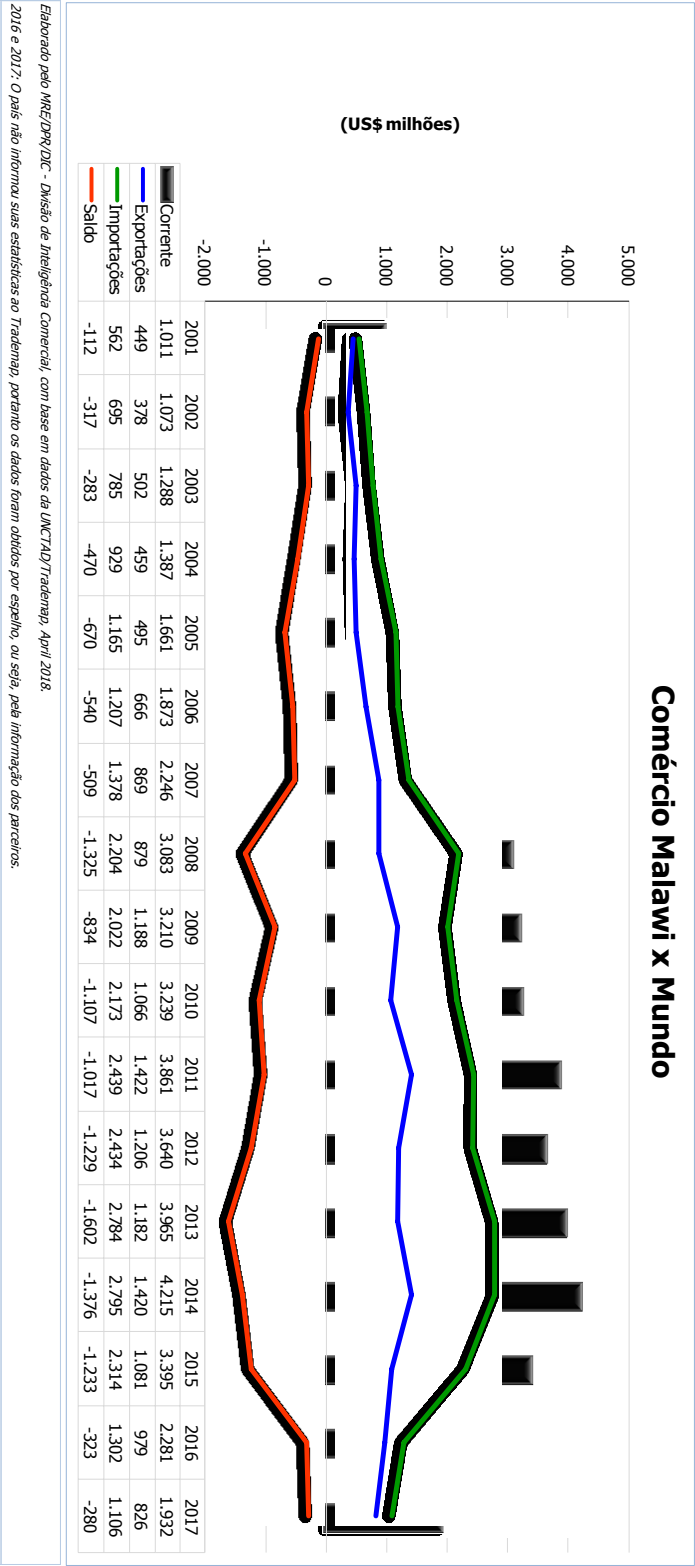
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Máquinas agrícolas	0	0,0%	113	88,7%	
Parafusos e porcas, de ferro ou aço	0	0,0%	3	2,4%	
Guinchos e macacos	0	0,0%	3	2,4%	
Torneiras e válvulas	0	0,0%	3	2,4%	
Máquinas mecânicas com função própria	0	0,0%	2	1,6%	
Rolamentos	0	0,0%	2	1,6%	
Virabrequins, manivelas, engrenagens de rodas	10	18,7%	0	0,0%	
Outras armas de fogo	18	33,7%	0	0,0%	
Aparelhos mecânicos para pulverizar líquidos ou pós	5	9,4%	0	0,0%	
Sementes para sementeira	6	11,2%	0	0,0%	
Subtotal	39	73,1%	126	98,9%	
Outros	14	26,9%	1	1,1%	
Total	53	100,0%	127	100,0%	
Importações					
Tabaco não manufaturado	0	0,0%	257	99,2%	
Chá	0	0,0%	2	0,8%	
Partes e acessórios de veículos automóveis	1	100,0%	0	0,0%	
Subtotal	1	100,0%	259	100,0%	
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	
Total	1	100,0%	259	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

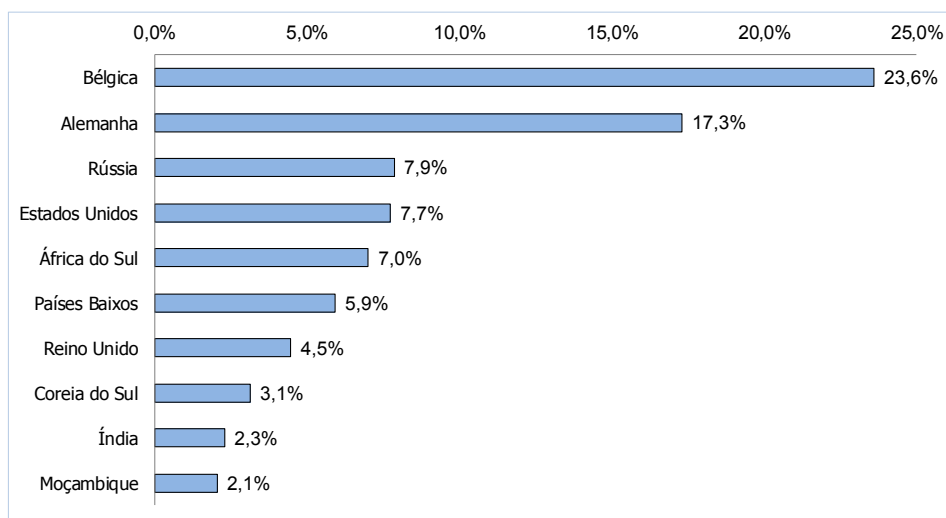


Principais destinos das exportações do Malawi
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Bélgica	195	23,6%
Alemanha	143	17,3%
Rússia	65	7,9%
Estados Unidos	64	7,7%
África do Sul	58	7,0%
Países Baixos	49	5,9%
Reino Unido	37	4,5%
Coreia do Sul	26	3,1%
Índia	19	2,3%
Moçambique	17	2,1%
...		
Brasil (32º lugar)	1	0,2%
Subtotal	674	81,6%
Outros países	152	18,4%
Total	826	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

O Malawi não informou seus dados de 2017 ao Trademap, portanto, as informações foram obtidas por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

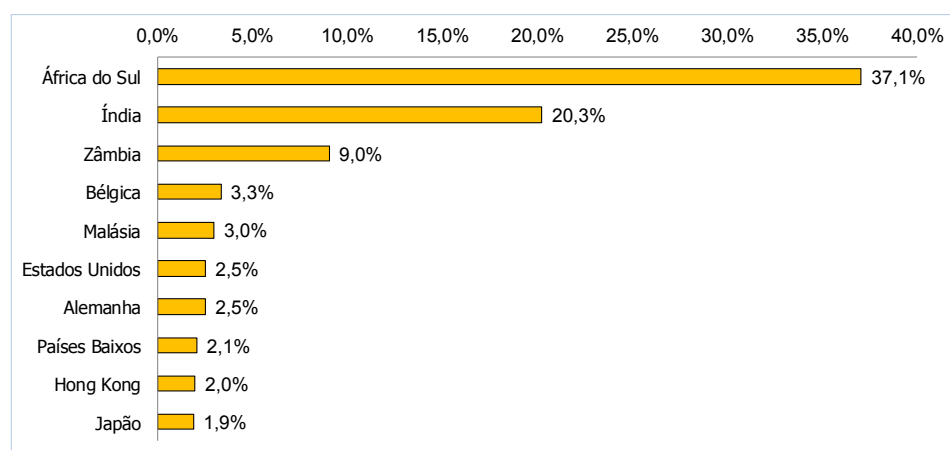


Principais origens das importações do Malawi
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
África do Sul	410	37,1%
Índia	224	20,3%
Zâmbia	100	9,0%
Bélgica	37	3,3%
Malásia	33	3,0%
Estados Unidos	28	2,5%
Alemanha	28	2,5%
Países Baixos	23	2,1%
Hong Kong	22	2,0%
Japão	21	1,9%
...		
Brasil (41º lugar)	1	0,1%
Subtotal	927	83,8%
Outros países	179	16,2%
Total	1.106	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

O Malawi não informou seus dados de 2017 ao Trademap, portanto, as informações foram obtidas por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

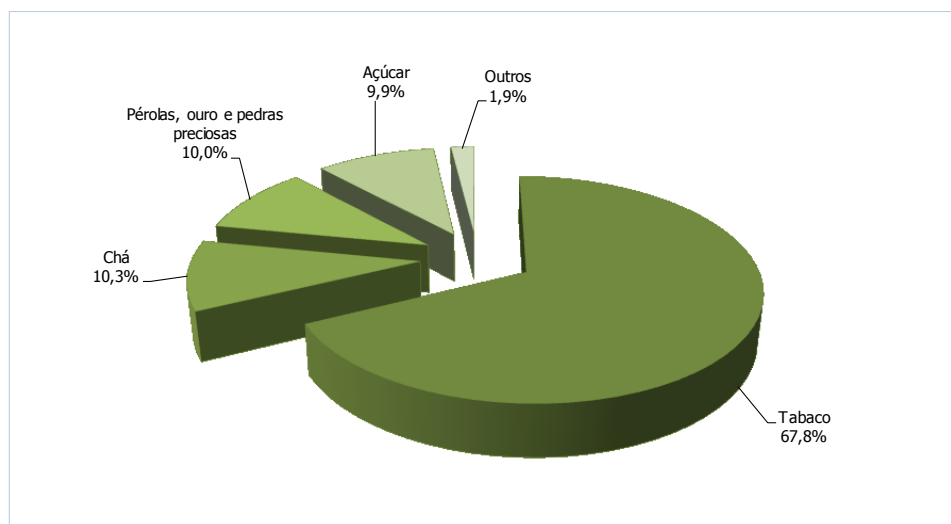


Composição das exportações do Malawi (SH2)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Tabaco	560	67,8%
Chá	85	10,3%
Pérolas, ouro e pedras preciosas	83	10,0%
Açúcar	82	9,9%
Subtotal	810	98,1%
Outros	16	1,9%
Total	826	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

O Malawi não informou seus dados de 2017 ao Trademap, portanto, as informações foram obtidas por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



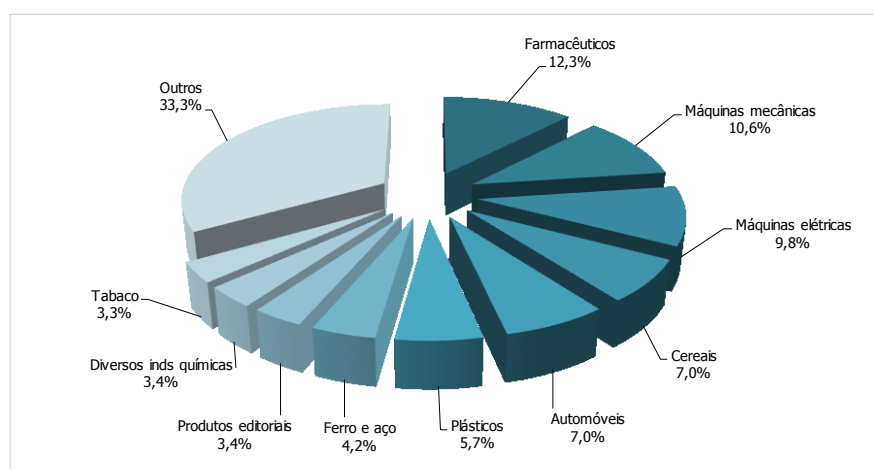
Composição das importações do Malawi (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part. % no total
Farmacêuticos	136	12,3%
Máquinas mecânicas	117	10,6%
Máquinas elétricas	108	9,8%
Cereais	77	7,0%
Automóveis	77	7,0%
Plásticos	63	5,7%
Ferro e aço	47	4,2%
Produtos editoriais	38	3,4%
Diversos inds químicas	38	3,4%
Tabaco	37	3,3%
Subtotal	738	66,7%
Outros	368	33,3%
Total	1.106	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

O Malawi não informou seus dados de 2017 ao Trademap, portanto, as informações foram obtidas por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Malawi

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,27%	4,50%	5,00%	5,50%	5,50%
PIB nominal (US\$ bilhões)	5,49	6,26	6,74	7,12	7,64
PIB nominal "per capita" (US\$)	295	326	342	351	366
PIB PPP (US\$ bilhões)	21,13	22,47	24,05	25,91	27,91
PIB PPP "per capita" (US\$)	1.134	1.172	1.220	1.277	1.337
População (milhões habitantes)	18,63	19,17	19,72	20,29	20,87
Inflação (%) ⁽²⁾	19,97%	11,14%	8,33%	8,01%	7,86%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-13,47%	-9,08%	-8,05%	-7,82%	-7,80%
Dívida externa (US\$ bilhões)	1,96	2,10	2,32	2,54	2,70
Câmbio (MK / US\$) ⁽²⁾	728,62	732,03	851,48	904,96	946,20

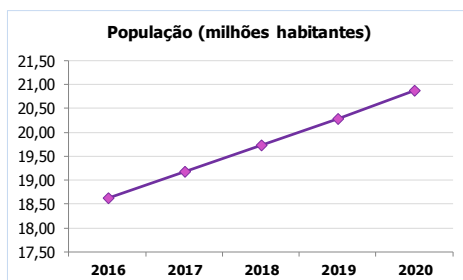
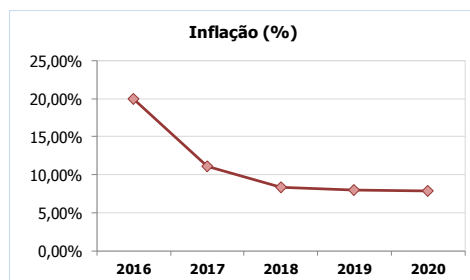
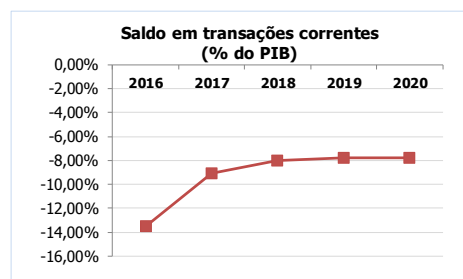
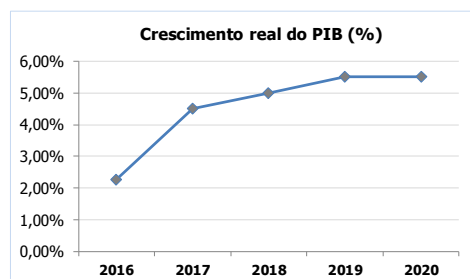
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	28,6%
Indústria	15,6%
Serviços	55,9%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



EMBAIXADA DO BRASIL EM LILONGUE**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA**

Incumbido da honrosa tarefa de abrir a Representação Diplomática do Brasil no Malawi, desde minha chegada ao país, em junho de 2013, até minha partida, em 6 de janeiro de 2018, concentrei minha gestão nos seguintes eixos prioritários:

(i) Estabelecer contatos com o governo local com vistas a aprofundar o relacionamento bilateral e ampliar as áreas de conhecimento mútuo e de cooperação, contribuindo para um ambiente propício à assinatura de atos bilaterais que favoreçam a dinamização do intercâmbio entre os dois países e buscando o apoio do governo malawiano às candidaturas brasileiras em organismos internacionais, bem como maior coordenação nesses organismos em temas de interesse do Brasil;

(ii) Contribuir para a expansão de uma agenda de cooperação técnica bilateral, coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e apoiada por instituições parceiras no Brasil, o que constitui um dos pilares das relações bilaterais com país que se encontra entre aqueles de menor desenvolvimento relativo, bem como buscar contribuir com os esforços internacionais de assistência humanitária ao Malawi;

(iii) Apoiar as atividades das empresas brasileiras que exploram oportunidades no Malawi e contribuir para o sucesso dos importantes investimentos brasileiros neste país;

(iv) Contribuir para ampliar o conhecimento brasileiro acerca do Malawi, país que constitui uma nova fronteira de nossa atuação diplomática, mantendo contatos com diferentes segmentos da sociedade malawiana e com a comunidade de parceiros cooperantes, de modo a informar o Governo brasileiro sobre os desdobramentos da política interna malawiana e sobre os desafios econômicos e sociais enfrentados pelo país, bem como buscar ampliar o conhecimento local sobre aspectos da cultura brasileira;

(v) Prestar assistência consular à reduzida comunidade brasileira no Malawi, bem como aos cidadãos malawianos e estrangeiros aqui residentes que desejem visitar o Brasil; e

(vi) Assegurar que estivessem dadas as condições para a realização das tarefas esperadas de uma Representação Diplomática do Brasil, com a identificação e gestão de imóveis adequados a seu bom funcionamento, a seleção e contratação de pessoal de apoio qualificado, a aquisição de mobiliário, veículos e equipamentos e demais providências de instalação.

2. O relatório a seguir apresenta os principais avanços registrados nos quatro anos e meio de minha gestão em cada uma das áreas prioritárias de atuação acima indicadas.

RELAÇÕES BILATERAIS

3. O acontecimento de maior relevância para as relações bilaterais durante minha gestão foi a visita a Lilongue do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, em maio de 2017, a qual constituiu um marco histórico nas relações bilaterais entre Brasil e Malawi. Além de ampliar o conhecimento mútuo e permitir a troca de impressões sobre temas relevantes da agenda internacional, esta que foi a primeira visita de Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil ao Malawi propiciou a assinatura de quatro acordos bilaterais: (a) acordo de facilitação de vistos de negócios; (b) acordo de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço; (c) acordo de consultas políticas; e (d) acordo para autorização de trabalho para dependentes do pessoal diplomático.

4. Apresentei minhas Cartas Credenciais à então presidente Joyce Banda como primeiro Embaixador do

Brasil residente no Malawi em 25 de junho de 2013. As relações diplomáticas datam da independência do país em 1964, havendo inicialmente a representação brasileira junto ao governo malawiano ficado a cargo da Embaixada em Harare. O Brasil é o único país latino-americano com embaixada residente no Malawi, fato reconhecido e valorizado pelo governo local. A Embaixada do Malawi em Brasília, por sua vez, é a única repartição diplomática malawiana na América Latina.

5. Durante minha gestão, houve marcada elevação no patamar do relacionamento bilateral, sobretudo em razão de visitas de alto nível e do adensamento do diálogo e da cooperação em diferentes áreas. Busquei promover o gradual aprofundamento das relações bilaterais, tendo em conta que o Malawi espera seguir contando com o apoio do Brasil em seus esforços no combate à pobreza e em prol do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, mantive contatos com diferentes autoridades do governo malawiano, manifestando a disposição do Brasil de contribuir para que o Malawi alcance seus objetivos de crescimento econômico sustentado, com redução da pobreza e ampliação dos fluxos de comércio e de investimentos. O Malawi teve quatro ministros de negócios estrangeiros nesse período: Ephraim Mganga Chiume (2012-14), George Chaponda (2014-16), Francis Kasaila (2016-17) e Emmanuel Fabiano, que assumiu o cargo em julho de 2017.

Mantive frequentes reuniões com todos os chanceleres malawianos mencionados acima, os quais invariavelmente franquearam-me amplo acesso para abordar diferentes aspectos das relações bilaterais.

6. No intuito de aprofundar o conhecimento mútuo, ao longo dos quatro anos e meio de minha missão mantive encontros com lideranças empresariais e da sociedade civil, membros do clero e da imprensa. Busquei assegurar o apoio formal do Malawi em votações de matérias de interesse brasileiro e em favor de candidaturas brasileiras nos organismos internacionais, objetivo por vezes inalcançado, ainda que entre os Governos malawiano e brasileiro haja convergência de posições e defesa de princípios semelhantes. Nesse particular, julgo que a instalação do mecanismo previsto no acordo de consultas políticas bilaterais assinado em maio de 2017 deverá contribuir para maior fluidez do diálogo político com o Malawi.

7. Há amplo espaço para amadurecer e aprofundar o relacionamento bilateral. Em diversas oportunidades, autoridades malawianas repetiram-me considerar importante a intensificação dos laços com o Brasil.

Cooperação técnica

8. Em país caracterizado por necessidades típicas de economias em desenvolvimento, a cooperação

técnica bilateral ou trilateral constitui um dos pilares naturais da atuação diplomática brasileira. Desde o início das atividades da embaixada em Lilongue, um elemento que muito tem contribuído para maior aproximação bilateral tem sido a agenda de cooperação técnica na área de agricultura, com destaque para projeto voltado à expansão da cotonicultura no país.

9. O "Projeto Regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze" (BRA/12/002-S003) constitui a mais relevante iniciativa de cooperação técnica oferecida pelo Brasil ao Malawi. Com o projeto, que em 2018 entrará em fase de maior envergadura, com a aquisição de maior volume de materiais e equipamentos, o Brasil oferece relevante contribuição aos esforços do governo malawiano no sentido da diversificação do setor agrícola, ora fortemente dependente do fumo. A implementação do projeto, ao abrigo do Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Malawi, firmado em 16 de setembro de 2009, tem o potencial de transformar o setor de pesquisa e extensão agrícola da cotonicultura no país, atualmente em estado precário. Por sua envergadura e ineditismo, o projeto Shire-Zambeze deverá aportar decisiva contribuição para a consolidação da presença brasileira neste país, e certamente constituirá, por muitos anos, o mais

importante projeto brasileiro de cooperação técnica com o Malawi.

10. Durante minha gestão, a Embaixada esteve diretamente envolvida na implantação do projeto, seja administrando, na qualidade de custodiante, os recursos alocados para as atividades ali previstas, seja prestando apoio às frequentes missões da ABC e da EMBRAPA, em estreita coordenação com o instituto malawiano de pesquisa em algodão. O Comitê de Coordenação do projeto reuniu-se em Lilongue em duas ocasiões, em julho de 2015 e em novembro de 2017.

11. Ainda no que respeita à cooperação bilateral na área de agricultura, destaco a realização, em junho de 2017, de missão de capacitação de combate à lagarta *Spodoptera frugiperda* (lagarta do cartucho), com pesquisadores da EMBRAPA e da Universidade de Brasília. A missão foi organizada em resposta à solicitação malawiana de apoio no combate à praga, que tem prejudicado não apenas o plantio de milho, principal fonte alimentar do país, mas também outros cultivos relevantes, como batata doce e algodão.

12. Na área de cooperação técnica tripartite, foi realizado durante minha gestão o projeto "GCP/RAF/483/BRA: Fortalecimento dos Programas de Nutrição Escolar na África", conduzido em parceria entre o governo brasileiro, a FAO e o governo

malawiano. Assinado em março de 2015 e concluído em outubro de 2017, o projeto envolveu a elaboração de três produtos: (i) o "Plano Estratégico e de Diretrizes de Saúde e Nutrição Escolar"; (ii) o "Currículo de Educação Nutricional"; e (iii) o "Projeto piloto de Horta Escolar".

13. O Malawi tem o potencial de tornar-se importante parceiro do Brasil na área de cooperação técnica. O governo local tem sinalizado interesse em expandir a agenda de cooperação para outras áreas. O governo malawiano demonstra admiração e curiosidade pelos programas brasileiros de transferência de renda, e o tema da erradicação da pobreza (e a contribuição que o Brasil poderia prestar ao Malawi nesse campo) é frequentemente levantado por meus interlocutores no governo local.

Ajuda humanitária

14. Em 2015, em gesto muito apreciado pelo governo malawiano, o Brasil uniu-se aos esforços da comunidade internacional e realizou doação ao Malawi de 407 toneladas de feijão, em resposta ao apelo do Presidente Mutharika por ajuda humanitária para atender aos desabrigados pelas enchentes. De modo a assegurar que fossem levados a bom termo os aspectos logísticos da doação brasileira, a qual repercutiu favoravelmente na

imprensa local, manteve reiterados contatos com o governo malawiano e com o escritório local do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA).

15. Tendo em conta o caráter cíclico das emergências humanitárias enfrentadas pelo Malawi, seria importante que, no futuro, e a depender das necessidades identificadas pelas autoridades malawianas, o Brasil volte a contribuir para os esforços de ajuda humanitária coordenados pelo PMA.

Investimentos

16. No que diz respeito a investimentos brasileiros no Malawi, o acontecimento de maior relevância no período de minha missão foi a conclusão bem-sucedida das negociações entre o governo malawiano e a mineradora brasileira Vale, responsável pelo mais relevante investimento estrangeiro em infraestrutura neste país. As longas tratativas chegaram finalmente a um desenlace com a inauguração do trecho do Corredor de Nacala em território malawiano, em agosto de 2017, e a assinatura, em setembro de 2017, do Adendo ao Acordo Bilateral entre Malawi e Moçambique relativo ao Corredor de Nacala. O investimento total da Vale no Malawi, que inclui o controle acionário da Central Eastern African Railways (CEAR), empresa concessionária da malha

ferroviária do país, bem como a expansão da infraestrutura ferroviária no contexto do Corredor de Nacala, ultrapassa a marca do US\$ 1 bilhão, o equivalente a cerca de um sexto do PIB malawiano.

17. O sistema de logística operado pela Vale no Malawi e em Moçambique, incluindo ferrovia, terminal marítimo e porto, integrado com as operações de mineração de carvão em Moatize, no norte de Moçambique, tem o potencial de estimular a integração econômica regional e reduzir significativamente os gargalos de transporte, oferecendo alternativa mais eficiente e econômica para o comércio exterior malawiano. Sem acesso ao mar, o Malawi depende dos países vizinhos para realizar seu comércio exterior. Mais da metade das trocas internacionais malawianas são realizadas por via rodoviária pelo porto moçambicano da Beira. São também utilizados os portos de Durban, na África do Sul, e de Dar es Salam, na Tanzânia.

18. O governo malawiano tem interesse na revitalização do trecho ferroviário em direção à Zâmbia, o que permitirá àquele país (igualmente sem saída para o mar) valer-se do porto de Nacala, transitando seu comércio exterior por território malawiano. A presença de vultosos investimentos brasileiros no Malawi contribui, desse modo, para sublinhar o potencial do país como território de

trânsito de bens e produtos com destino aos mercados internacionais.

19. Em momentos decisivos, atuei para facilitar a conclusão dos entendimentos entre a mineradora e o governo malawiano, realizando reiteradas gestões pessoais junto a diferentes interlocutores, particularmente os titulares das pastas de transportes, justiça e negócios estrangeiros.

20. Foi também durante minha gestão que Brasil e Malawi assinaram, em junho de 2015, o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). O acordo deverá servir de plataforma para o ingresso no mercado malawiano de outras empresas brasileiras, como a Queiroz Galvão, a Camargo Corrêa e a Contracta, que têm prospectado oportunidades no país, particularmente nos setores de geração hidrelétrica, estradas, saneamento básico, energia e mineração.

21. Os desafios à expansão dos investimentos estrangeiros no Malawi incluem gargalos de infraestrutura, como o alto custo de transporte e persistentes problemas no setor elétrico; questões associadas ao ambiente regulatório e à segurança jurídica e contratual; e instabilidade do panorama macroeconômico. Aspectos como a fragilidade da infraestrutura e a morosidade de processos relativos a contratos de arrendamento de terras para empreendimentos com capital externo acentuam

a imprevisibilidade de retorno de investimentos. O estímulo à competitividade do comércio exterior passa pela criação de ambiente de negócios mais previsível, transparente e favorável à atração de investimentos estrangeiros. Apesar de declarações de autoridades malawianas favoráveis ao fortalecimento do setor privado, o país não tem logrado implementar políticas públicas de fomento à expansão do comércio ou dos fluxos de investimentos internos ou externos.

22. Durante minha gestão, restou evidenciado que o combate à corrupção deve estar no centro dos esforços pela atração de investimentos para o Malawi. Em 2016, o país caiu oito posições em relação a 2015 no ranking da percepção mundial da corrupção, divulgado pela ONG Transparência Internacional. O país ocupa hoje a 120^a posição (em 2015, estava na 112^a posição, e em 2012 na 88^a posição). Analistas coincidem em avaliar que as instâncias responsáveis pelo combate à corrupção têm sido incapazes de exercer suas atribuições estatutárias, seja por limitações orçamentárias, seja pelo comprometimento político de suas lideranças, seja pela ausência de respaldo político para a agenda de reformas e para as investigações de suspeitas de corrupção, o que contribui para uma percepção de aumento da impunidade.

Comércio bilateral

23. A corrente de comércio Brasil-Malawi ainda é modesta, uma média de US\$ 6,6 milhões anuais entre 2010 e 2015, com forte flutuação no fluxo em ambos os sentidos. Em 2012, o intercâmbio total atingiu a marca de US\$ 10,7 milhões, com um déficit de US\$ 6 milhões para o Brasil. Já no ano seguinte, quando o intercâmbio atingiu US\$ 9 milhões, registrou-se déficit de US\$ 7 milhões para o Malawi. Os produtos manufaturados respondem pela integralidade das exportações brasileiras para o Malawi, com destaque para tratores, máquinas para o tratamento de fumo, e implementos agrícolas. O Malawi, por sua vez, exporta principalmente fumo para o Brasil.

24. Em 2016, registrou-se sensível queda nas exportações brasileiras para o Malawi, que alcançaram apenas US\$ 426 mil (redução de 62% com relação a 2015). Já as importações brasileiras de fumo alcançaram US\$ 1,3 milhão (5,5% superior a 2015). A queda das exportações brasileiras em 2016 foi consequência da crise econômica malawiana, que atingiu fortemente a demanda interna e o consumo de bens importados.

25. O maior potencial de crescimento do comércio bilateral parece residir na ampliação da oferta de maquinário agrícola, equipamentos e insumos produzidos no Brasil, preferencialmente em

operações de crédito com apoio oficial. O Malawi formalizou interesse em ingressar no Programa Mais Alimentos Internacional.

POLÍTICA INTERNA

26. O Malawi tem atravessado período de consolidação de sua trajetória democrática, construída ao longo dos últimos vinte e três anos. Desde a introdução do multipartidarismo, em 1994, registraram-se cinco eleições presidenciais e quatro transferências de poder, sempre de modo pacífico. Durante o governo de Joyce Banda (2012-14), foram adotadas medidas macroeconômicas austeras, como regime flutuante de câmbio e desvalorização acentuada da moeda, que contribuíram para a retomada do diálogo com o FMI, interrompido na gestão anterior, e a autorização de nova linha de crédito para o país. Foi também na gestão de Joyce Banda, contudo, que veio a público o "Cashgate", como ficou conhecido o escândalo de desvio de recursos por servidores públicos que desencadeou a suspensão dos repasses de países cooperantes a título de ajuda orçamentária, contribuindo para aprofundar o desequilíbrio das contas públicas do país. Por pressão dos principais países cooperantes, o governo buscou adotar medidas para contornar as

deficiências sistêmicas identificadas no curso das investigações que se seguiram ao episódio.

27. Joyce Banda foi derrotada nas eleições de maio de 2014, que sagraram vitorioso Arthur Peter Mutharika, irmão do presidente Bingu wa Mutharika, falecido em 2012. O governo de Arthur Peter Mutharika retomou o ímpeto de forte intervenção estatal na economia que havia caracterizado a gestão anterior do Democratic Progressive Party (DPP). Paralelamente, Mutharika tem procurado implementar reformas que promovam o reengajamento dos principais parceiros cooperantes, em particular no que respeita à ajuda orçamentária.

28. O governo Mutharika tem buscado articular uma agenda de reforma legislativa que contemple as prioridades identificadas em seu programa de governo, e que contribua para o alcance das esperadas conquistas socioeconômicas.

29. Ao longo de minha gestão, procurei acompanhar e reportar o debate interno relativo à aprovação e implementação das reformas políticas e econômicas propostas pelo governo, bem como a evolução do cenário político local no contexto das próximas eleições gerais, previstas para 21 de maio de 2019, quando o incumbente deverá concorrer à reeleição.

Poder legislativo

30. Durante minha gestão, mantive frequentes contatos com membros do poder legislativo malawiano. O parlamento malawiano foi instituído pela Constituição de 1994, a qual encerrou três décadas de regime autoritário e introduziu o multipartidarismo no Malawi. O parlamento malawiano é unicameral e conta com 193 membros, representando 28 distritos. A Constituição exige que sejam realizadas pelo menos duas sessões anuais. A cada ano, a assembleia legislativa tem-se reunido, em média, por cerca de 90 dias.

31. O Malawi tem observado elevada taxa de renovação parlamentar (mais de 75% nas eleições de 2014). Embora demonstre que o sistema tem preservado a capacidade do eleitorado de expressar insatisfação com o desempenho de seus representantes, a expressiva rotatividade dos membros do legislativo prejudica a consolidação de um corpo parlamentar experiente e preparado para atender aos anseios da população. Como reflexo dessas circunstâncias, o parlamento malawiano tem manifestado escassa iniciativa legislativa, limitando-se à apreciação de projetos de lei submetidos pelo executivo. A ausência de autonomia financeira tem sido apontada como uma das principais circunstâncias a restringir a capacidade de atuação do órgão. Embora a alocação orçamentária para as atividades parlamentares

esteja assegurada, a liberação de recursos é controlada pela pasta das Finanças.

32. Para avançar sua agenda no Parlamento, o governo tem buscado construir uma ampla base de apoio. Os maiores vencedores das eleições parlamentares de maio de 2014 foram os candidatos independentes, não filiados a qualquer partido, que lograram conquistar 52 assentos (27% das vagas parlamentares). Entre os partidos políticos, o DPP do presidente Arthur Peter Mutharika obteve o maior número de assentos (26%), seguido do MCP (25%), do PP (13%) e da UDF (7%).

33. Elementos étnicos, religiosos e regionais têm sido relevantes em análises do comportamento do eleitorado malawiano. Nas eleições de 2014, cerca de 7,5 milhões de eleitores foram registrados, o que correspondia a cerca de metade da população do país. Segundo estatísticas da Comissão Eleitoral do Malawi, o eleitorado apresenta a seguinte composição: a região norte, onde se concentram as etnias Tumbuka e Tonga, tem pouco mais de um milhão de eleitores registrados. A região central, tradicionalmente habitada por cidadãos de etnia Chewa, tem 3,1 milhões de eleitores registrados. A região sul, com 3,3 milhões de eleitores registrados, tem composição étnica mais variada, concentrando populações Lhomwe, Yao e Sena, entre outras.

34. O DPP, cuja base eleitoral está nos distritos majoritariamente habitados por cidadãos da etnia Lhomwe, e o MCP, tradicionalmente associado à etnia Chewa, são as duas únicas agremiações políticas de expressão nacional. O PP desestruturou-se com o fim do governo de Joyce Banda, e a UDF tende a buscar acomodação com o partido governista.

POLÍTICA EXTERNA

35. No que respeita à política externa malawiana, procurei acompanhar as ações de inserção diplomática do Malawi, seja com os países vizinhos, seja no contexto regional (SADC, COMESA, UA), seja com a comunidade doadora. O diferendo fronteiriço com a Tanzânia, questão latente desde a independência de ambos os países, registrou poucos desdobramentos durante minha gestão.

36. Cumpre destacar a centralidade dos fluxos de ajuda ao desenvolvimento para a agenda de política externa do Malawi, cuja economia segue enfrentando desafios que têm emperrado o crescimento sustentado e mantido mais da metade da população abaixo da linha de pobreza.

37. Estima-se em cerca de um bilhão de dólares o agregado da ajuda ao desenvolvimento direcionada anualmente ao Malawi, montante equivalente a 18%

do PIB (USD 5,4 bilhões em 2016, em dados do Banco Mundial). Enquanto outros países da região têm registrado avanços socioeconômicos consideráveis e vêm gradualmente reduzindo a dependência de repasses assistencialistas dos países desenvolvidos, o Malawi parece fadado a permanecer, ainda por muitos anos, sustentado por programas de ajuda ao desenvolvimento. Mais de metade da população permanece abaixo da linha de pobreza.

38. O Banco Mundial segue como principal parceiro do Malawi em ajuda ao desenvolvimento (USD 139 milhões em 2014-15). Entre os parceiros multilaterais, destacam-se ainda a União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Global Fund. Entre os parceiros cooperantes bilaterais, destacam-se os EUA (cuja atuação envolve agências como USAID, Centre for Disease Control, Millennium Challenge Corporation e Office of U.S. Foreign Disaster Assistance), Reino Unido (DfID), Noruega, Alemanha e Irlanda. O Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Banco Mundial têm sido responsáveis pela execução do maior volume de recursos.

39. No caso do PMA, em função das recorrentes crises humanitárias, que têm exigido intervenções em número cada vez maior de distritos para atender à crescente parcela da população malawiana em

quadro de insegurança alimentar. No caso do Banco Mundial, em razão do papel que tem desempenhado nos esforços de reforma da administração das finanças públicas e na coordenação de iniciativas no setor de agricultura.

40. China e Índia também vêm ampliando sua presença em atividades de cooperação no Malawi. Apenas entre 2012 e 2015, a China contribuiu com USD 79,5 milhões em recursos computados como ajuda ao desenvolvimento, e a Índia com USD 74,8 milhões. A maior parcela dos desembolsos de China e Índia dá-se na forma de linhas de crédito em condições concessionais. Em 2014-15, o Malawi recebeu USD 154 milhões na forma de empréstimos concessionais, dos quais 15% oferecidos pela Índia e 6,9% pela China. Países do continente africano com aspirações de liderança regional, como o Egito, dão igual ênfase à agenda de cooperação técnica bilateral, oferecendo ao lado malawiano bolsas de estudos e outras oportunidades de capacitação.

41. O Malawi recebe ajuda ao desenvolvimento sobretudo na forma de doações (83% em 2012-13, 80% em 2014-15). Empréstimos concessionais corresponderam a 14% em 2012-13 e a 17% em 2014-15. O Banco Mundial responde por parcela majoritária da ajuda internacional na forma de empréstimos concessionais (61% em 2014-15), e a

agência alemã de cooperação (GIZ) por mais da metade da cooperação técnica (53% em 2014-15).

42. O setor de saúde concentra o maior volume de desembolsos (42% em 2014-15), seguido por agricultura (10% em 2014-15). Outros setores beneficiados são educação, recursos hídricos, irrigação, saneamento e resposta a desastres.

43. O Malawi participa ativamente de iniciativas regionais de paz e segurança. Efetivos do Malawi, da África do Sul e da Tanzânia compõem a brigada de intervenção da SADC que foi incorporada à MONUSCO, no âmbito dos esforços para a estabilização na República Democrática do Congo (RDC).

44. Nesse cenário, durante minha gestão busquei manter permanente canal de contato com representantes dos maiores parceiros internacionais do Malawi, de modo a acompanhar a evolução dos principais temas da política externa do país.

ECONOMIA

45. Entre todos os países que contam com representação diplomática brasileira residente, o Malawi é aquele com o mais baixo PIB nominal per capita (USD 300 em 2016, conforme dados do Banco Mundial, acima apenas do Burundi). Durante minha

gestão, procurei regularmente registrar a evolução do panorama macroeconômico malawiano, em particular os entendimentos do governo local com o FMI e com os principais parceiros cooperantes do país.

46. O país tem registrado avanços mensuráveis em alguns de seus objetivos macroeconômicos, como o controle dos índices de inflação e a estabilização das taxas de câmbio, mas segue enfrentando desafios persistentes em áreas como a redução da pobreza ou ampliação da capacidade de geração de energia elétrica.

47. Para além de fatores externos, como o preço das commodities agrícolas no mercado internacional ou a irregularidade do regime de chuvas, a fragilidade institucional contribui de maneira decisiva para explicar a persistência de graves entraves ao crescimento econômico, apesar do expressivo volume de recursos dispendidos em projetos de ajuda ao desenvolvimento.

48. O Malawi tem buscado alcançar as metas de ajuste fiscal acordadas com o FMI, bem como adotar medidas para o aprimoramento da gestão macroeconômica, com a redução do endividamento interno, a revisão do passivo contábil, a adoção de práticas mais eficazes de conciliação bancária e a revisão da legislação relativa a aspectos como lavagem de dinheiro e controles dos fluxos de

comércio exterior. As tratativas entre o governo malawiano e o FMI são igualmente essenciais para o sucesso de esforços de captação de financiamentos internacionais para projetos de maior envergadura.

Segurança alimentar

49. Em cenário de crescentes pressões associadas à acelerada expansão demográfica, o Malawi segue enfrentando dificuldades em desvencilhar-se do ciclo anual de crises humanitárias e de escassez de alimentos. Em 2016, mais de 2,8 milhões de pessoas (cerca de 17% da população) foram incapazes de satisfazer as suas necessidades nutricionais mais elementares.

50. Os índices de pobreza e pobreza extrema seguem elevados, e os níveis de desnutrição continuam prejudicando o desenvolvimento salutar entre as crianças. O país tem uma população estimada em cerca de 17 milhões, mais da metade dos quais com menos de dezoito anos. Em grande medida, a força de trabalho segue concentrada no campo, sem que haja introdução de novas tecnologias ou adição de valor. O desempenho econômico do setor agrícola segue profundamente dependente da safra de fumo, e não há suficiente empenho oficial em promover a diversificação de cultivos.

51. A superação dos desafios ao desenvolvimento do Malawi passa pela expansão do comércio, sobretudo por uma mais ampla integração econômica regional,

e pelo aprofundamento de medidas para superar gargalos estruturais e melhorar o ambiente de negócios no país, incluindo o aprimoramento dos mecanismos de transparência e de combate à corrupção.

Setor cultural

52. Durante minha gestão, foi possível organizar eventos culturais, como apresentações musicais e de grupo de capoeira, no contexto das celebrações pela Data Nacional, nas dependências da Chancelaria. Sempre prestigiada por lideranças políticas, do meio acadêmico e jornalístico, a recepção pela Data Nacional brasileira passou a constar do calendário de eventos diplomáticos nesta capital.

Setor consular

53. Com a abertura do setor consular, em novembro de 2014, a embaixada passou a atender à reduzida comunidade brasileira residente neste país e a processar a emissão de vistos para cidadãos malawianos e estrangeiros residentes neste país. O início da emissão de vistos foi muito apreciado pelas autoridades locais, que até então tinham de enviar seus documentos de viagem à embaixada em Harare.

54. O setor consular tem igualmente sido procurado por cidadãos brasileiros residentes nas províncias

do norte de Moçambique, sobretudo em Tete, dada a maior proximidade e facilidade de acesso à capital malawiana, em comparação com a capital moçambicana. Além das rotinas consulares (passaportes, vistos, atestados, autenticações, procurações, entre outros serviços), vale mencionar o apoio prestado pela embaixada a casais de brasileiros interessados em adoção de crianças malawianas. Não há cidadãos brasileiros presos na jurisdição da Embaixada.

Aspectos administrativos

55. Desde o início de minha gestão na Embaixada em Lilongue, em junho de 2013, zelei pelas providências de abertura e início das atividades do posto, buscando assegurar adequadas condições de trabalho na Chancelaria e instalações condignas para as atividades de representação na Residência, em contexto de significativa restrição orçamentária.

56. Para instalação da Chancelaria e da Residência foi possível identificar, apesar dos constrangimentos de um mercado imobiliário bastante limitado, dois imóveis que garantem adequado nível de representatividade e funcionalidade, dignos de uma Missão Diplomática brasileira. Por força das restrições orçamentárias, muitas providências tiveram de ser adiadas ou ajustadas ao escalonamento de despesas

exigido pela efetiva disponibilidade de recursos. As necessárias adaptações nos imóveis, como a criação de área de atendimento para o Setor Consular, foram gradualmente financiadas com as dotações de custeio.

Dificuldades encontradas

57. De modo geral, não encontrei dificuldades em fazer avançar uma agenda bilateral positiva, em razão da abertura malawiana aos investimentos brasileiros no país e às iniciativas de cooperação técnica bilateral propostas.

58. Vale mencionar, entretanto, as limitações no diálogo com a chancelaria local. O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional é uma burocracia modesta, com estrutura administrativa enxuta. Desde a abertura do posto, em 2013, raras foram as ocasiões em que foi possível obter reação formal aos pedidos de apoio a candidaturas brasileiras em organismos internacionais.

59. No período de quatro anos e seis meses, houve ampla troca de funcionários locais e, de modo geral, há dificuldades de assegurar bons funcionários em razão da carência de pessoal qualificado com algum conhecimento de português.

Sugestões ao novo chefe do posto

60. No que respeita à agenda bilateral, considero que seria importante dar continuidade à agenda de visitas de autoridades diplomáticas brasileiras ao Malawi, o que favoreceria o aprofundamento de consultas sobre temas políticos e a reflexão mútua acerca de potenciais áreas de cooperação, demonstrando o compromisso brasileiro com a dinamização das relações bilaterais em suas distintas vertentes. Avalio igualmente que uma visita do chanceler malawiano ao Brasil seria ocasião propícia para aprofundar o diálogo sobre o relacionamento bilateral, bem como deslançar o mecanismo criado com a assinatura, em maio de 2017, do acordo bilateral de consultas políticas.

61. O projeto de cooperação na área do algodão seguirá demandando estreita atenção da embaixada. Seria igualmente recomendável que se desse seguimento, com o apoio da ABC, a outras iniciativas de cooperação técnica, como o programa de cooperação trilateral Brasil - FAO para o fortalecimento de programas de alimentação escolar na África e o Programa de Aquisição de Alimentos África (PAA África). Recordo ainda que o Centro de Excelência Contra a Fome, sediado em Brasília, e o escritório local do PMA colaboraram com o governo malawiano para a elaboração de uma política nacional de saúde e nutrição escolar.

62. Meu sucessor deverá encontrar, em sua chegada, um lado malawiano aberto a fazer avançar a agenda bilateral, disposto a identificar áreas de real convergência de interesses, com ganhos para ambos os países, não só no que toca à cooperação técnica, mas também na área de comércio e de investimentos.

63. Poderiam ser igualmente exploradas iniciativas de cooperação educacional e de promoção da língua portuguesa, como a possibilidade de ingresso do Malawi no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e no Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), bem como de abertura de um leitorado de português junto a alguma universidade malawiana.

CONCLUSÃO

64. Os avanços na agenda bilateral registrados em minha gestão, com a promoção de vínculos, a abertura de perspectivas e a defesa dos interesses brasileiros neste país, permitem-me corroborar o acerto da decisão de abrir embaixada residente no Malawi.

65. Além de palco de importantes investimentos brasileiros, o Malawi é terreno de atuação de agências internacionais dedicadas a contribuir para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento

humano e para a superação dos desafios da extrema pobreza, aspectos da agenda internacional prioritários para o Brasil. Isso faz do Malawi um relevante ponto de observação das condicionantes, dos contornos e da amplitude do impacto efetivo, no terreno, da ajuda internacional ao desenvolvimento, seja em modalidades tradicionais, seja no âmbito da cooperação Sul-Sul.

66. Cabe-me, finalmente, agradecer a confiança em mim depositada para desempenhar a honrosa missão de representar o Brasil junto ao Governo do Malawi.

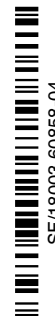
67. Registro, com satisfação e gratidão, o apoio que sempre recebi do Ministro das Relações Exteriores e dos funcionários do Itamaraty, que não pouparam esforços para responder positivamente a todas as demandas do posto, em particular na área administrativa, bem como dos funcionários do Serviço Exterior Brasileiro lotados na embaixada.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 38, de 2018 (Mensagem nº 255/2018, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor Artur José Saraiva de Oliveira, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malawi.*



SF/18003.60858-04

Relator: Senador **PEDRO CHAVES**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Malawi.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA é filho de Marco Antonio Monteiro de Oliveira e Alvaceli Saraiva de Oliveira e nasceu em Salvador/BA, em 12 de maio de 1963.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

Licenciou-se em Letras, Português-Inglês, pela Fundação Educacional D. André Arcoverde, no Rio de Janeiro, em 1990.

Foi nomeado Terceiro-Secretário da Carreira de Diplomata em 1996. Ascendeu a Segundo-Secretário em 2003; a Primeiro-Secretário em 2007 e a Conselheiro em 2014.

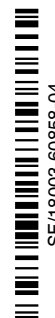
Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e em postos no Exterior destacam-se as de Chefe da Divisão da África 1, de 2014 a 2016 e Encarregado de Negócios na Embaixada em Lomé, em 2007 e na Embaixada em Uagadugu, em 2013. Serviu também na Embaixada em La Paz (2001-04), no Consulado-Geral em Miami (2004-2008) e na Embaixada em Assunção (2008-2011). A partir de 2016 passou a exercer funções na Divisão da África Central e Ocidental (DIACO).

Em 2012 o Senhor Artur José Saraiva de Oliveira publicou o livro “A Outra História de Itaipu”, *in Interesse Nacional*, São Paulo.

O Itamaraty encaminhou relatório executivo sobre a República do Malawi, do qual extraímos as informações que seguem.

Conta, o referido país, com população da ordem de 19,17 milhões de pessoas e PIB – Produto Interno Bruto de cerca de US\$ 6,26 bilhões (em dados de 2017, fornecidos pelo Fundo Monetário Internacional – FMI). Seu PIB per capita, segundo o Banco Mundial (dados de 2015), é de US\$ 326 e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, segundo dados de 2017, fornecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, é de 0,476, ocupando o 170º lugar de 188 países. Seu território conta com área de 118.484 km².

O território que hoje constitui o Malawi era, anteriormente à conquista da independência (em 6 de julho de 1964), protetorado britânico, conhecido como Niassalândia. O principal produto do país é o tabaco, que responde por cerca de 67% de suas exportações. Segundo informa o relatório enviado pelo Itamaraty, as relações bilaterais entre o Brasil e o Malawi são ainda incipientes. A Embaixada do Malawi em Brasília foi aberta em 2010 e a do Brasil na capital, Lilongwe, data de 2013. Em 2009 foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países. Cooperação e investimento





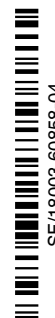
SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

constituem os principais focos de interesse do lado malawiano, constituindo-se nos principais pontos da agenda bilateral.

No campo da cooperação, é de se destacar o Projeto de Fortalecimento do Setor Algodoeiro nas Bacias do baixo Shire e Zambeze, que conta com o apoio da EMBRAPA, responsável por sua implementação técnica. O projeto busca contribuir para a diversificação do setor agrícola do Malawi, ora fortemente dependente do fumo, por meio da expansão da cotonicultura no país. Ademais, o projeto constitui instrumento crucial para o aprofundamento do diálogo político com o Malawi, dado o seu potencial de atuar como catalisador de um salto tecnológico na área de pesquisa em cotonicultura no país, com a introdução de elementos inovadores à cadeia de produção de sementes certificadas de algodão, com garantia de sustentabilidade e apropriação de tecnologia.

Também se desenvolvem no Malawi projetos de cooperação sul-sul trilateral coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC, com enfoque em segurança alimentar (alimentação escolar), e participação do Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mais Alimentos – PMA e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, bem como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Outro aspecto da cooperação foi o envio de missão brasileira ao Malawi para a capacitação de técnicos para atuar no combate à “lagarta do cartucho”, praga que já teria infestado cerca de 260 mil hectares de plantações no Malawi, estimando-se que 20% da safra de 2018 poderá ser perdida em razão do alastramento dessa praga.

No tocante a investimentos brasileiros no Malawi, a VALE é a única empresa brasileira com registro de atividades naquele país, com investimento total que ultrapassa US\$ 1 bilhão, equivalente a cerca de um sexto do PIB daquele país. A VALE é responsável pelo mais relevante investimento em infraestrutura no país: a expansão da infraestrutura ferroviária no contexto do Corredor de Nacala, sistema logístico incluindo ferrovia, terminal marítimo e porto, operado pela VALE e que oferece ao Malawi acesso ao mar. Em maio de 2017 o Congresso Nacional aprovou o Acordo de Cooperação e Promoção de Investimentos, vinculado aos investimentos brasileiros no projeto do Corredor de Desenvolvimento de Nacala, em conjunto com a VALE.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

No que diz respeito ao comércio bilateral, a corrente de comércio Brasil-Malawi é pequena e apresenta forte flutuação no fluxo em ambos os sentidos. O Brasil obteve superávit nas trocas em 2013 e 2014, passando a registrar déficits em 2015, 2016 e 2017.

Os produtos manufaturados respondem pela integralidade das exportações brasileiras para o Malawi, com destaque para tratores, máquinas para o tratamento do fumo e implementos agrícolas. Já o Malawi exporta principalmente fumo para o Brasil, que constitui 80% de nossas importações.

O governo malawiano vem aprofundando parcerias com países emergentes, ganhando especial relevo os entendimentos com a China e a Índia, que envolvem doações ou mecanismos de créditos concessionais, destinados a projetos a serem conduzidos em coordenação com o governo do Malawi, sem condicionalidades.

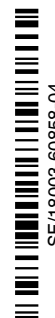
No tocante às relações com os vizinhos Moçambique, Zâmbia e Tanzânia, estas são tensas com Moçambique em função de problemas quanto à navegabilidade dos rios Shire e Zambeze; porém são cordiais e produtivas com a Tanzânia e Zâmbia.

Tendo em vista a natureza da matéria, não cabe serem aduzidas outras considerações a este Relatório.

Sala da Comissão,

Senador FERNANDO COLLOR, Presidente

Senador PEDRO CHAVES, Relator



SF/18003.60858-04

2ª PARTE - DELIBERATIVA

2



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 40, DE 2018

(nº 264/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 264

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

Os méritos do Senhor Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de maio de 2018.

EM nº 00097/2018 MRE

Brasília, 15 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ**, ministro de segunda classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão

I N F O R M A Ç Ã O CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ

CPF.: 18573576120

ID.: 9315 MRE

1959 Filho de Adalberto Tércio Lopes da Cruz e Martha Montenegro Lopes da Cruz, nasce em 8 de fevereiro, em Cochabamba/Bolívia

Dados Acadêmicos:

1979 Bacharel em relações Internacionais, Universidade de Brasília
 1986/87 Curso de Preparação para a Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco
 1989 Mestre em Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Tese: " A política externa como instrumento da autonomia e do desenvolvimento nacionais: um estudo de caso do Tratado de Cooperação Amazônica"
 1999 Mestre em Ciência Política, The George Washington University, Washington, D.C.
 2006 Curso de Altos Estudos IRBR. Tese: " O Brasil e a Sociedade da Informação: a construção de uma estratégia para a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação"

Cargos:

1986 CPCD - IRBr
 1987 Terceiro-secretário
 1994 Segundo-secretário
 2005 Primeiro-secretário
 2009 Conselheiro
 2016 Ministro de segunda classe

Funções:

1979/87 Editor, Editora Universidade de Brasília
 1984/85 Chefe de Editoração, Editora Universidade de Brasília
 1988/89 Assistente do Chefe da Divisão de Informação Comercial, MRE
 1989/92 Assistente do Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia, MRE
 1993 Assessor do Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, MRE
 1990/95 Secretário-Executivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA
 1997/99 Assessor Especial de Assuntos Internacionais do Ministro, MCT
 1999/2003 Coordenador-Geral de Programas Especiais, Assessoria Internacional do MCT
 2003/2005 Subchefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, MRE
 2005/2006 Coordenador-Geral de Bens Sensíveis, no exercício da Autoridade Nacional de Bens Sensíveis, MCT
 2014/2015 Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais, MRE
 2015/2017 Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia, MRE
 2017 Subchefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores

Condecorações:

Ordem do Mérito da Defesa, Cavaleiro
 Medalha de Honra ao Mérito, Adidância da Defesa e Aeronáutica, Embaixada em La Paz
 Medalha de Honra ao Mérito, Adidância do exército, Embaixada em La Paz
 Medalha de Honra ao Mérito, Adidância Naval na Bolívia

Obras publicadas

1987 "Política externa brasileira: três autores em questão". Contexto Internacional . Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais da PUC
 1991 "Programa Paradigma: uma nova proposta de cooperação na América Latina e Caribe" (em co-autoria com Roberto Spolidoro e Carlos I.Z. Mammana). Boletim de Diplomacia Econômica 13 (1992). Brasília: Ministério das Relações Exteriores..
 1993 "A Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana e os desafios de desenvolvimento tecnológico nos anos 90". Boletim de Diplomacia Econômica

- 2000 Política Externa e Cooperação Amazônica: a negociação do Tratado de Cooperação Amazônica". In: J. A. Guilhon de Albuquerque (Org.). 60 Anos de Política Externa Brasileira. Volume IV: "Prioridades, Atores e Políticas". São Paulo: USP-NUPRI
- 2013 "Securitización de aspectos societales en la Amazonía: aproximaciones desde Brasil y Bolivia". Col. Meira Mattos, set/dez 2013, v.7, n. 30, p.221-231 (co-autor: Sérgio R.R. Matos).
- 2013 "A temática da segurança sob o prisma das teorias de relações internacionais: um debate". (Co-autor: Matos, Sérgio). Revista da Escola de Guerra Naval, dezembro de 2013, volume 19 n. 2, p.411-434.

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

AZERBAIJÃO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2018

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Azerbaijão
GENTÍLICO	Azerbaijano
CAPITAL	Baku
ÁREA	86.600 km ²
POPULAÇÃO	9,6 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Azeri (90,3%) Obs: línguas não oficiais: lezgui (2,2%); russo (1,8%); armênio (1,5%).
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmanos (95%), cristãos ortodoxos russos (2,5%) e armênios (2,3%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral, Assembleia Nacional (<i>Milli Mejlis</i>)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Ilham Aliyev (desde 31/10/2003)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Novruz Mammadov (desde 23/04/2018)
CHANCELER	Elmar Mammadyarov (desde 07/04/2004)
PIB NOMINAL (2017)	US\$ 37,2 bilhões
PIB PPP (2017)	US\$ 166,8 bilhões
PIB “per capita” (BM 2017)	US\$ 3.876
PIB “per capita” PPP (2017)	US\$ 17.400
VARIAÇÃO DO PIB	-1% (2017); -3,1% (2016); 1,1% (2015)
IDH	0,751 (78ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	72,5 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,8%
TAXA DE DESEMPREGO	5,3%
UNIDADE MONETÁRIA	Manat azerbaijano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Elkhan Polukhov
EMBAIXADOR EM BAKU	Santiago Fernández Alcázar
COMUNIDADE BRASILEIRA	Cerca de 100 pessoas, maioria esportistas

Comércio Bilateral - Fonte: MDIC (US\$ Milhões)

BRASIL → AZERBAIJÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (abril)
<i>Intercâmbio</i>	28,7	17,0	22,2	47,1	34,4	151,0	26,8	26,1	11,2	71,2	3,5
<i>Exportações</i>	28,5	16,9	22,0	47,0	34,2	150,7	26,6	25,9	11,1	71,0	3,2
<i>Importações</i>	0,19	0,1	0,19	0,04	0,17	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2
<i>Saldo</i>	28,3	16,8	21,8	47,0	34,0	150,4	26,4	25,7	10,9	70,9	2,9

APRESENTAÇÃO

O Azerbaijão comemora em 28 de maio de 2018 o centenário da criação da República Democrática do Azerbaijão.

Com uma área de 86.600 km², a República do Azerbaijão tem o tamanho aproximado de Portugal e localiza-se na região transcaucasiana da Ásia Ocidental (a sudeste das Montanhas do Cáucaso), limitando-se no norte com a Rússia, a noroeste com a Geórgia, a leste com o Mar Cáspio, ao sul com o Irã e a oeste com a Armênia. É parte do Azerbaijão o enclave de Nakhchevan, entre o Irã e a Armênia, com pequena fronteira com a Turquia.

O Azerbaijão conta com amplos recursos energéticos na Bacia do Cáspio, onde o petróleo vem sendo explorado desde o final do século XIX. Desde a independência, o país abriu o setor às companhias petrolíferas estrangeiras por meio de acordos de compartilhamento de produção (PSAs) com a companhia estatal SOCAR, de modo a desenvolver a prospecção e a exploração “off-shore” em águas profundas, tendo sido encontrados ao menos dois campos de grande porte, o Azeri-Chirag-Guneshli (petróleo), bem como o Shah Deniz (gás).

A população é estimada em 9,6 milhões de habitantes. Possui o país grande número de refugiados (estimados em 800 mil), tanto internos, em decorrência do conflito na região do Nagorno-Karabakh, quanto os provenientes da comunidade azerbaijana que vivia na Armênia.

A religião predominante é o islã, sendo que, formalmente, dois terços da população são xiitas e os demais, sunitas. Entre as minorias étnicas – eslava, armênia e georgiana – pratica-se também o cristianismo russo ortodoxo (2,5%) e o armênio ortodoxo (2,3%). Apesar da grande maioria muçulmana, o país tem orgulho em apresentar-se como secular.

A área ocupada pelo Azerbaijão foi dominada, no século VII a.C. pelos medos (tribo que na Antiguidade ocupou parte do território do Irã), tornando-se posteriormente parte do Império Persa. No século VII, a região foi conquistada pelos árabes, que introduziram a cultura islâmica. Tribos turcas controlaram a região nos séculos XI e XII, mas o domínio persa foi restaurado no século XVI. Os Tratados de 1813 e de 1828 cederam à Rússia a região que constitui hoje o Azerbaijão. Com a Revolução Russa em 1918, o Azerbaijão tornou-se nação independente. Em 1920, com a proclamação da República Socialista Soviética, os atuais estados do Azerbaijão, Geórgia e Armênia uniram-se e formaram a República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana. Dissolvida a associação em 1936, o Azerbaijão tornou-se parte constitutiva da União Soviética. O Azerbaijão permaneceu na União Soviética até o colapso do comunismo em 1991, quando declarou independência. Imediatamente após a independência, irrompeu conflito com a Armênia, em razão da região autônoma (durante o regime soviético) de Nagorno-Karabakh, enclave habitado por maioria étnica armênia dentro do território azerbaijano. A Armênia ocupou militarmente Nagorno-Karabakh e outros sete distritos adjacentes, criando extensa zona-tampão com o Azerbaijão. O país ingressou na Organização das Nações Unidas em 1992.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Ilham Aliyev, presidente: Nasceu em 24/12/1961, em Baku. Filho do ex-presidente Heydar Aliyev, sucedeu-o no poder. Formou-se em Relações Internacionais na Universidade Estatal de Moscou (MGIMO) em 1982. É PhD em História e Ciência Política também pela MGIMO. Entre 1994 e 2003 foi vice-presidente da “State Oil Company of the Republic of Azerbaijan” (SOCAR), estatal que controla a exploração de petróleo no país. Em 1995 foi eleito para o parlamento e, em 1999, nomeado presidente adjunto do Partido do Novo Azerbaijão (YAP). Em 2003, foi nomeado primeiro-ministro e, posteriormente, eleito presidente da República, com 76% dos votos válidos, em eleição realizada após a morte do pai. Reeleito em 2008, 2013 e 2018.



Novruz Mammadov, primeiro-ministro: Nasceu em 15/03/1947 em Nakhchivan. Atuou como intérprete na Argélia (1967-1968), Guiné (1971-1973) e novamente na Argélia (1978-1981). De 1992 a 1993, foi reitor da faculdade preparatória do Instituto Pedagógico de Línguas Estrangeiras do Azerbaijão (APFLI). Entre 1995 a 1997, foi intérprete da Presidência da República. De 1997 a 2018, foi chefe do Departamento de Relações Exteriores da Administração do presidente da República do Azerbaijão. De 2003 a 2018, foi o presidente do Departamento de Lexicologia e Metodologia da Língua Francesa na Universidade de Idiomas Estrangeiros do Azerbaijão. Em 21 de abril de 2018, foi nomeado primeiro-ministro do Azerbaijão.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Azerbaijão comemoram, em 2018, 25 anos do estabelecimento de relações diplomáticas. Os dois países estabeleceram relações a 21 de outubro de 1993, no auge do conflito de Nagorno-Karabakh. O Brasil, naquele contexto, cumpria mandato de membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e votou pela adoção das quatro resoluções (aprovadas por unanimidade) que levaram as duas partes a um cessar-fogo. A posição brasileira é recordada, com gratidão, pelos azerbaijanos.

Em 1995, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso encontrou-se com o ex-presidente Haydar Aliyev. Em abril de 2006, o chanceler Elmar Mammadyarov visitou o Brasil e reuniu-se com os titulares das pastas das Relações Exteriores, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Minas e Energia. Na ocasião, foram assinados o Acordo sobre Consultas Políticas e o Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.

As relações bilaterais ganharam impulso com a abertura recíproca de embaixadas. A Embaixada do Brasil em Baku foi instalada em maio de 2009. Em maio de 2012, chegou ao Brasil o primeiro embaixador residente azerbaijano no País.

Em fevereiro de 2013, o então ministro Antônio Patriota reuniu-se com Mammadyarov à margem da Cúpula de Segurança de Munique. O subsecretário-geral Hadil da Rocha Vianna, responsável pela área de promoção comercial do MRE, realizou exitosa missão comercial a Baku, em maio de 2013, com representantes de empresas dos setores de alimentação, infraestrutura e defesa. Ainda em 2013, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), e o presidente da Comissão Parlamentar de Amizade Brasil-Azerbaijão, deputado Cláudio Cajado, visitaram Baku por ocasião do II Fórum Internacional de Diálogo Multicultural.

O então subsecretário-geral de Política I do Itamaraty, embaixador Carlos Paranhos, recebeu, em novembro de 2013, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Araz Azimov, para a realização da I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Azerbaijão ao abrigo do Protocolo de Consultas Políticas.

O ministro da Juventude e dos Esportes do Azerbaijão, Azad Rahimov, visitou o Brasil em abril de 2014, ocasião em que manteve encontros com o então ministro dos Esportes Aldo Rebelo e com o presidente da Autoridade Pública Olímpica Márcio Fortes e assinou acordo de cooperação bilateral na área esportiva. O então ministro dos Esportes Aldo Rebelo reciprocou a visita de Rahimov em novembro de 2014. Também no mês de abril de 2014, o major-general Ramiz Najafov, chefe do Departamento de Cooperação Internacional do

Ministério da Defesa azerbaijano, visitou o Brasil, ocasião em que sugeriu que Brasil e Azerbaijão celebrem Acordo-Quadro de cooperação em defesa.

O subsecretário-geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte (SGEAM) do Itamaraty, embaixador Fernando Simas Magalhães, realizou visita oficial a Baku em abril de 2016 para participar, como chefe da delegação brasileira, do VII Fórum Global da Aliança das Civilizações. Na ocasião, manteve reuniões de trabalho no Ministério dos Negócios Estrangeiros com os vices-ministros Khalaf Khalafov e Araz Azimov para tratar do relacionamento bilateral.

Em fins de outubro de 2016, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e os deputados federais José Carlos Aleluia (DEM-BA), Heráclito Fortes (PSB-PI), Rogério Rosso (PSD-DF) e Rubens Bueno (PPS-PA) realizaram visita oficial ao Azerbaijão.

Finalmente, em 14-15 de novembro último, o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, realizou visita oficial a Baku. A visita revestiu-se de caráter histórico por ser a primeira de um chanceler brasileiro ao país e à região do Cáucaso. Na ocasião, encontrou-se com o presidente Ilham Aliyev, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Elmar Mammadyarov, e com o ministro da Economia, Shahin Mustafayev. Foi assinado Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e a Universidade ADA sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas.

Perfil do Comércio Bilateral

Em 2017, a corrente de comércio bilateral somou US\$ 71,2 milhões, e foi composta, em sua quase totalidade, de exportações brasileiras, no valor de US\$ 71,0 milhões. O crescimento vertiginoso em relação a 2016, quando as exportações alcançaram US\$ 11,1 milhões, foi impulsionado pela venda brasileira de aeronaves Embraer, que equivaleram a cerca de US\$ 60 milhões. O Azerbaijão anunciou a compra de oito aviões E-190, um dos quais já entregue, perfazendo transação estimada em US\$ 400 milhões. O pequeno montante exportado pelo Azerbaijão ao Brasil correspondeu a produtos químicos envolvendo mistura de ácidos.

POLÍTICA INTERNA

O presidente Heydar Aliyev, ex-membro da KGB e próximo a Yuri Andropov, dominou a vida política azerbaijana nos anos 1970 e 1980 e voltou a governar o país após a "débâcle" que se seguiu à guerra do Nagorno-Karabakh. Ao longo de dez anos, construiu um regime verticalizado que não foi alterado, em sua essência, pelo seu filho e atual presidente, que exerce controle sobre as estruturas políticas e sociais do país.

O presidente Ilham Aliyev ocupa o cargo desde fins de 2003, quando substituiu seu pai, falecido em dezembro do mesmo ano. Foi reeleito em 2008, 2013 e 2018.

Na última eleição, em abril último, o presidente Aliyev assegurou sua terceira reeleição e seguirá no comando do Azerbaijão pelos próximos sete anos. Segundo informações oficiais, 3,9 milhões de eleitores, de um total de 5,3 milhões, compareceram às urnas, indicando índice de abstenção de pouco mais de 25%, conforme já se previa nas pesquisas eleitorais.

O presidente Aliyev obteve 86% dos votos, com o restante distribuído entre outros sete candidatos. Nos três pleitos anteriores, Aliyev conseguiu 76,7% (2003), 89% (2008, ano em que houve boicote da oposição) e 84,7% (2013). O resultado final está um pouco acima do que estimaram os institutos locais de pesquisa, que divulgaram amplamente nos dias anteriores vitória do atual presidente por cerca de 83% dos votos.

A Assembleia Nacional (*Milli Mejlis*) é constituída de 125 deputados, eleitos por voto direto. A maioria dos assentos é ocupada pelo Partido do Novo Azerbaijão, do presidente Ilham Aliyev. Referendo realizado em setembro de 2016 promoveu mudanças constitucionais para fortalecer o poder do presidente da República.

POLÍTICA EXTERNA

Desde sua independência (1991), o principal tema de política externa azerbaijana é a questão de Nagorno-Karabakh, assim como a reincorporação das áreas adjacentes àquele território. O Azerbaijão tem dedicado grande prioridade às relações com a Turquia, como complementar aos vínculos estreitos que mantém com Moscou, aliado de primeira ordem da Armênia. A opção turca reflete também o reconhecimento ao apoio de Ancara no encaminhamento da questão de Nagorno-Karabakh.

Outro aspecto central da política exterior azerbaijana refere-se aos recursos energéticos do país – fator que levou o especialista em geopolítica Zbigniew Brzezinski a classificar o país como "pivô" na Eurásia, em seu livro "The Grand Chessboard". Baku, nesse contexto, equilibra-se entre a órbita russa e a europeia. O Ocidente incentiva o governo azerbaijano a participar de projetos energéticos que visam a transportar petróleo e gás para a Europa Ocidental, via Geórgia e Turquia, contornando o território russo.

Digno de destaque é o aumento expressivo dos gastos azerbaijanos com a defesa nacional. O reequipamento das Forças Armadas e uma retórica mais assertiva de Baku têm causado preocupação na Armênia. O novo contexto regional, que parece caracterizar-se por uma aliança entre Rússia, Irã e Turquia, em um novo eixo de poder é, do ponto de vista da política externa azerbaijana, dos mais favoráveis.

Nação de língua túrquica e que, embora de maioria xiita, tem na Turquia sunita seu principal "aliado estratégico", o Azerbaijão é, simultaneamente, herdeiro plurissecular da civilização e da cultura persa, preservando, por tal motivo, sinergias históricas com o grande vizinho iraniano, igualmente xiita. O país mantém vínculos extremamente estreitos e incontornáveis, como herança da extinta União Soviética e, antes do Império czarista, com a Federação da Rússia.

Baku sempre buscou manter, simultânea e concomitantemente, as melhores e mais distendidas relações com o Ocidente (Estados Unidos e União Europeia), resultado de sua política externa ostensivamente multifacetada e não alinhada.

Nos últimos anos, o Azerbaijão busca apresentar-se como nação multiétnica, laica, próspera e confiável. Realiza importante esforço para a atração de grandes eventos esportivos, culturais e políticos multilaterais, a fim de promover o país.

O Azerbaijão lançou a candidatura de Baku como sede para a Exposição Mundial de 2025 (EXPO 2025).

Questão de Nagorno-Karabakh

A região de Nagorno-Karabakh tem cerca de 8.200 km² e uma população de aproximadamente 140 mil habitantes. Desde o início do século XX, a região, com população

majoritariamente armênia, é disputada pela Armênia e por etnias que vieram a compor o moderno Estado do Azerbaijão. Com a eclosão da revolução Bolchevique e a posterior consolidação da União Soviética, Josef Stalin, à época Comissário soviético para as Nacionalidades, decidiu, em 1923, manter o território como parte da República Socialista Soviética (RSS) do Azerbaijão, com o status de região autônoma. Em 1945, 1965 e 1977, houve petições para que Nagorno-Karabakh fosse anexado à RSS da Armênia, sem sucesso. Com o advento da “perestroika”, o território de Nagorno-Karabakh transformou-se na primeira região dissidente da União Soviética. Com a dissolução da URSS e o vácuo de poder que se seguiu, em dezembro de 1991 – após, portanto, a independência tanto do Azerbaijão quanto da Armênia –, em um referendo boicotado pelos azerbaijanos locais, os armênios de Nagorno-Karabakh aprovaram a criação de um Estado independente. O conflito que se seguiu, que opôs forças azerbaijanas aos armênios de Nagorno-Karabakh, gerou, segundo números do Azerbaijão, cerca de 30 mil mortos dos dois lados e mais de um milhão de refugiados de etnia azerbaijana, deslocados da Armênia, da própria região de Nagorno-Karabakh e de sete distritos adjacentes a Karabakh. Desde a guerra, a região está sob controle de tropas de etnia armênia. Os armênios étnicos ocupam, além do Karabakh propriamente dito, sete distritos azerbaijanos adjacentes.

Entre as dificuldades associadas ao conflito estão: a ação dos franco-atiradores de ambos os lados na chamada linha de contato de Nagorno-Karabakh; o pleito do Azerbaijão de ver reconhecido episódio de genocídio na localidade de Khojaly (Stepanakert para os armênios, em designação à capital do enclave de Nagorno-Karabakh) a oposição azerbaijana à abertura do aeroporto de Khojaly/Stepanakert; e o caso Ramil Safarov.

Desde 1992, negociações de paz tem sido conduzidas no âmbito da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), pelo Grupo de Minsk, sob a co-presidência dos EUA, Rússia e França. Os principais elementos do processo de negociação de paz estão consubstanciados nos quatro princípios da Ata Final de Helsinque (não uso ou ameaça do uso da força; integridade territorial; autodeterminação dos povos; e igualdade de direitos) e nos seis elementos constantes da Declaração de l’Aquila (devolução dos distritos adjacentes a Nagorno-Karabakh ao controle do Azerbaijão; status interino de Nagorno-Karabakh com garantias de segurança e autogoverno; corredor de ligação entre Nagorno-Karabakh e a Armênia; direito dos refugiados e deslocados internos de regressar a seus locais de residência; e determinação final do status legal de Nagorno-Karabakh por meio de um plebiscito com resultados vinculantes). Todos esses aspectos, por sua vez, estão incorporados nos chamados “Princípios de Madri” de 2007. Armênia e Azerbaijão discordam, no entanto, quanto à sequencialidade, ou à ordem em que devem ser implementados. A Rússia mediou cessar-fogo, assinado em 1994, pelas partes, que, no entanto, jamais assinaram tratado de paz.

Os constantes incidentes na zona de contato entre os territórios ocupados e o Azerbaijão propriamente dito adquiriram contornos dramáticos em 2016, com a ocorrência

das piores conflagrações desde 1994. O lado armênio divulgou haver abatido um helicóptero e dois "drones" inimigos, bem como destruído dois tanques. O Azerbaijão alegou haver destruído seis tanques armênios. Os lados se acusam mutuamente pelo início das hostilidades. Pela primeira vez, desde o cessar-fogo de 1994, houve mudança da fronteira na linha de contato em favor do Azerbaijão. Após quatro dias de batalhas e 64 baixas estimadas entre militares e civis, as partes chegaram a um novo cessar fogo.

Os países que presidem o Grupo de Minsk (Rússia, Estados Unidos e França) conclamaram as partes à moderação e à manutenção do cessar fogo. A Turquia declarou solidariedade ao Azerbaijão, país do qual os turcos são bastante próximos. Como pano de fundo do conflito entre dois países pequenos do Cáucaso está a rivalidade histórica no Cáucaso Sul entre a Turquia (aliada do Azerbaijão) e a Rússia (aliada da Armênia e árbitro de última instância das conflagrações no espaço pós-soviético). Eventual escalada do conflito poderia levar a uma indesejada e perigosa intervenção, com grande potencial de desestabilização, das grandes potências regionais, cujo relacionamento está abalado pelos já conhecidos desencontros na Síria.

Posição do Brasil

O Brasil não reconhece a independência de Nagorno-Karabakh (nenhum país a reconhece, nem mesmo a Armênia), defende a solução pacífica do conflito por meio de negociações e apoia os esforços do Grupo de Minsk. Ademais, defende a plena implementação das quatro Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 1993 sobre Nagorno-Karabakh (822, 853, 874, 884).

Cabe a menção de que a Câmara Municipal de Franco da Rocha propôs lei para "declarar o município em apreço como Cidade Irmã da capital do território de Nagorno-Karabakh, Stepanakert" (chamada pelo Azerbaijão de Khankendi), o que ensejou seguidas gestões e protestos do embaixador do Azerbaijão junto ao Ministério das Relações Exteriores. O Itamaraty transmitiu missiva em que conclamou as autoridades locais a tornar sem efeito o referido ato normativo, que poderia acarretar prejuízo nas relações bilaterais com o Azerbaijão. Na oportunidade, reiterou-se os termos do artigo 21, Inciso I, da Constituição Federal da República, segundo o qual compete à União manter relações com os Estados estrangeiros.

Projetos de lei similares foram propostos, em 2015, nas Câmaras Municipais de São Paulo e de Guarulhos. Ambos os projetos, no entanto, foram retirados pelos autores (o de Guarulhos, em 2016, e o de São Paulo, em setembro de 2017), após gestões do MRE.

O governo brasileiro assinala que tais iniciativas não favorecem a construção de ambiente propício para a solução do conflito e poderiam ser interpretados como reprovação brasileira ao processo de paz estabelecido pela comunidade internacional. Poderiam, ademais,

serem vistos como contrários ao bom relacionamento diplomático entre o Brasil e o Azerbaijão.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Desde o início das atividades, em novembro de 1997, o Azerbaijão extraiu 454 milhões de toneladas de petróleo do maior bloco de exploração, Azeri-Chirag-Gunashli, no mar Cáspio. Foram retirados também 144 bilhões de metros cúbicos de gás associado. Cerca de 57% da produção se converte em receita para o governo azerbaijano (soma de taxas e impostos sobre a atividade de empresas estrangeiras e extração direta da estatal SOCAR) -, ou US\$ 132 bilhões de um total de US\$ 230 bilhões. Os principais exploradores de petróleo na região do mar Cáspio azerbaijano são a britânica BP (30,4%), a SOCAR (25%), a norte-americana Chevron (9,6%), a japonesa INPEX (9,3%) e a norueguesa Statoil (7,3%).

Os hidrocarbonetos, a despeito de alegados esforços do governo azerbaijano para diversificar a economia, permanecem como principal fonte econômica do país, com o petróleo sendo ainda responsável por aproximadamente 90% das exportações do Azerbaijão, segundo dados do Banco Mundial. A queda acentuada dos preços internacionais do produto, a partir de 2014, fez com que o PIB do país, em dólares, caísse praticamente à metade daquele ano a 2017, refletindo a preeminência do petróleo na economia local. O início da produção de novos campos de gás natural no mar Cáspio e, em especial, do funcionamento de gasodutos ligando o Azerbaijão à Europa Ocidental (previsto para até meados de 2019), além do aumento dos preços do petróleo, são a maior esperança para a recuperação econômica do país.

Os outros setores da economia, inclusive o financeiro e bancário, seguem dependentes de investimentos estatais e aportes do fundo soberano, que contam com recursos oriundos basicamente da exploração dos hidrocarbonetos. Outra preocupação do governo é a inflação, apesar da queda do índice de 15% para 8% de 2016 para 2017. A desvalorização do *manat* contribuiu para o aumento dos preços, o que tem levado o Banco Central a promover leilões regulares de títulos públicos para reduzir a liquidez. Essa política monetária contracionista, por outro lado, dificulta o ambiente de negócios dentro do país e, consequentemente, a pretensa diversificação da economia.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1913 – Por tratado, a Pérsia cede à Rússia a região que hoje é o Azerbaijão.
1918 – Após a Revolução Russa, o Azerbaijão torna-se independente.
1920 – Com a proclamação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Azerbaijão e outros países do Cáucaso formaram a República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana.
1936 – O Azerbaijão, como entidade autônoma, torna-se parte constitutiva da União Soviética.
1991 – Com o colapso da União Soviética, o país torna-se independente.
1991 – Guerra com a Armênia pela soberania sobre a região de Nagorno-Karabakh.
1992 – O Azerbaijão ingressa na Organização das Nações Unidas.
1994 – Cessar-fogo com a Armênia, sob mediação russa.
2003 – Assume o presidente Ilham Aliyev, filho do ex-presidente Heydar Aliyev.
2008 – Presidente Ilham Aliev é reeleito.
2009 – Referendo elimina limites para a reeleição presidencial.
2011 – O Azerbaijão assume assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o mandato 2012-13.
2013 – Presidente Ilham Aliev é reeleito pela segunda vez.
2016 – Conflagrações em Nagorno-Karabakh mudam fronteira na linha de contato em favor do Azerbaijão.
2018 – Presidente Ilham Aliev é reeleito pela terceira vez.
2018 – O Azerbaijão comemora o centenário da criação da República Democrática do Azerbaijão (28 de maio).

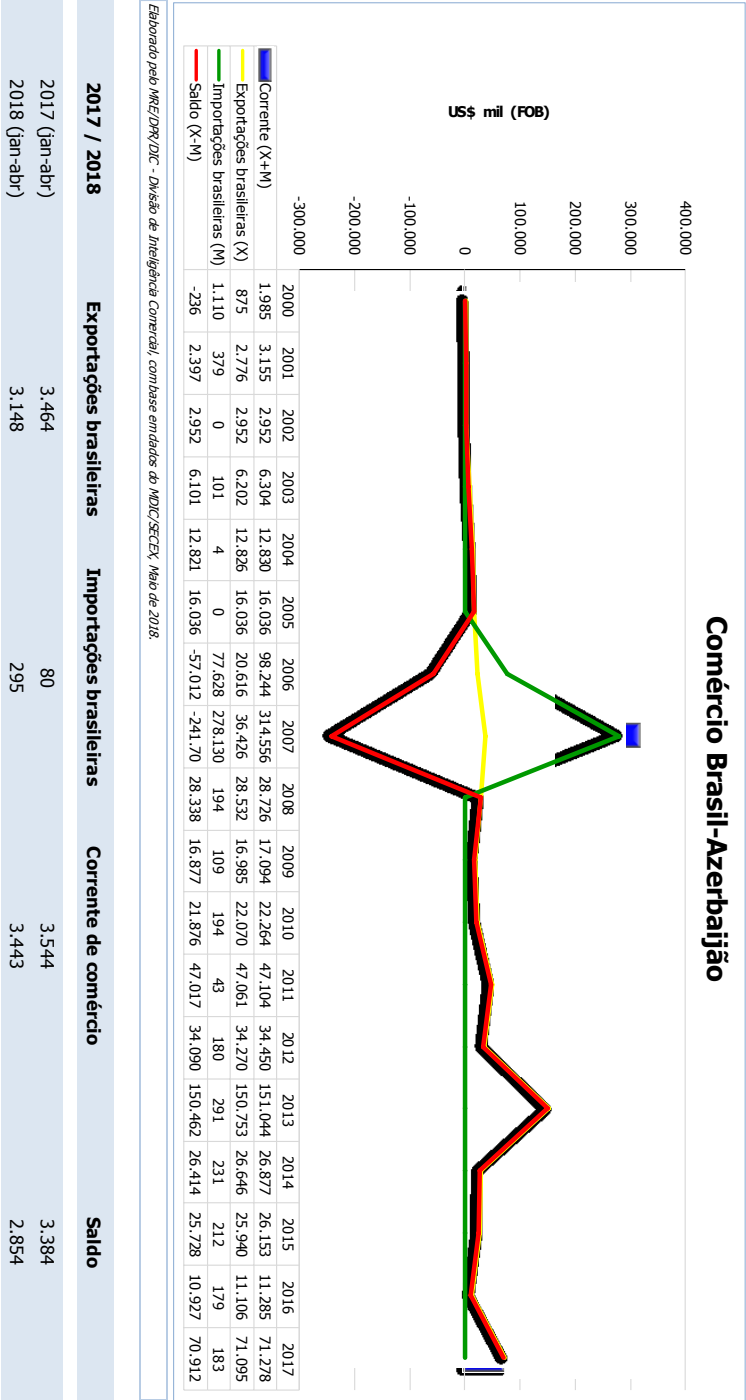
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

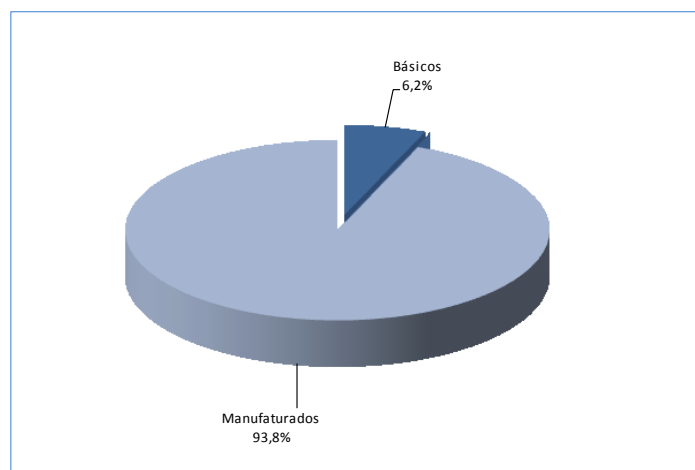
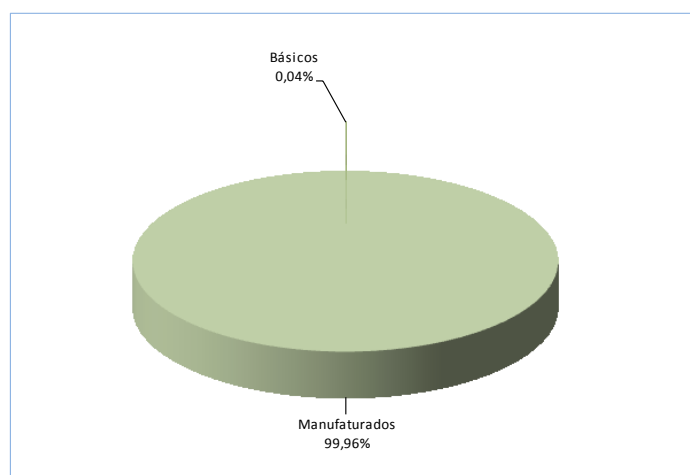
1993 – No dia 21 de outubro, o Brasil e o Azerbaijão estabeleceram relações diplomáticas.
1995 – Representante azerbaijano comparece à posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso.
1997 – Ex-presidente do Conselho Supremo do Azerbaijão, Rasul Guliyev, visita o Brasil.
2006 – Ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Elmar Mammadyarov, visita o Brasil.
2006 - Protocolo sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão.
2009 – Brasil abre Embaixada residente em Baku.
2010 – Acordo, por troca de Notas, sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.
2012 – Azerbaijão abre Embaixada residente em Brasília.
2013 – Encontro entre o ministro das Relações Exteriores e o ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Elmar Mammadyarov, à margem da 49ª Conferência Internacional de Segurança de Munique.
2013 – Visita do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), e o presidente da Comissão Parlamentar de Amizade Brasil-Azerbaijão a Baku, deputado Cláudio Cajado.
2013 - I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Azerbaijão, em Brasília.
2013 – Missão comercial brasileira liderada pelo subsecretário-geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial do Itamaraty.
2014 – Visita ao Brasil do ministro dos Esportes do Azerbaijão, Araz Rahimov. Visita do ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, a Baku.
2016 – Visita do embaixador Fernando Simas Magalhães a Baku para encontro com o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Araz Azimov.
14-15/11/2017 – Visita oficial a Baku do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, a primeira de um chanceler brasileiro ao país e à região do Cáucaso.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a ADA Universidade sob o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas.	15/11/2017	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Azerbaijão sobre Cooperação na Área de Comércio e Investimentos	14/12/2016	Em Vigor
Acordo, por troca de Notas, sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	04/04/2006	Em Vigor
Protocolo sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão	04/04/2006	Em Vigor

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

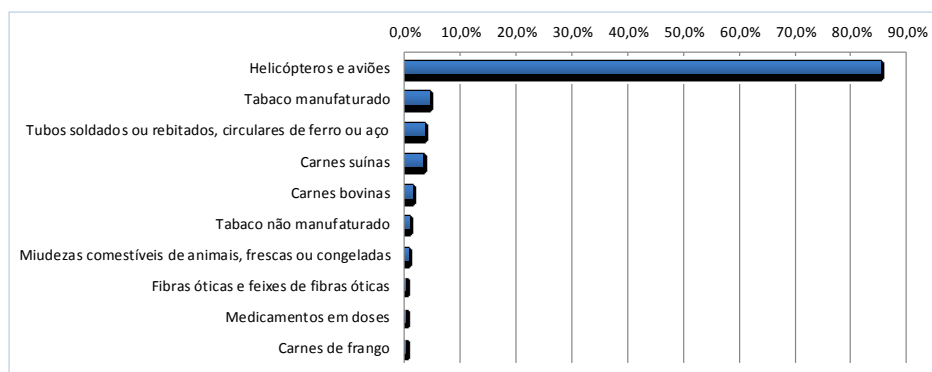
Composição das exportações brasileiras para o Azerbaijão (SH4)

US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Helicópteros e aviões	0	0,0%	0	0,0%	60.569	85,2%
Tabaco manufaturado	0	0,0%	0	0,0%	2.999	4,2%
Tubos soldados ou rebitados, circulares de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	2.402	3,4%
Carnes suínas	9.179	35,4%	4.965	44,7%	2.337	3,3%
Carnes bovinas	2.281	8,8%	358	3,2%	914	1,3%
Tabaco não manufaturado	506	2,0%	97	0,9%	523	0,7%
Miudezas comestíveis de animais, frescas ou congeladas	1.933	7,5%	1.363	12,3%	459	0,6%
Fibras óticas e feixes de fibras óticas	13	0,1%	156	1,4%	145	0,2%
Medicamentos em doses	215	0,8%	20	0,2%	121	0,2%
Carnes de frango	11.028	42,5%	3.466	31,2%	118	0,2%
Subtotal	25.155	97,0%	10.425	93,9%	70.587	99,3%
Outros	785	3,0%	680	6,1%	508	0,7%
Total	25.940	100,0%	11.106	100,0%	71.095	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

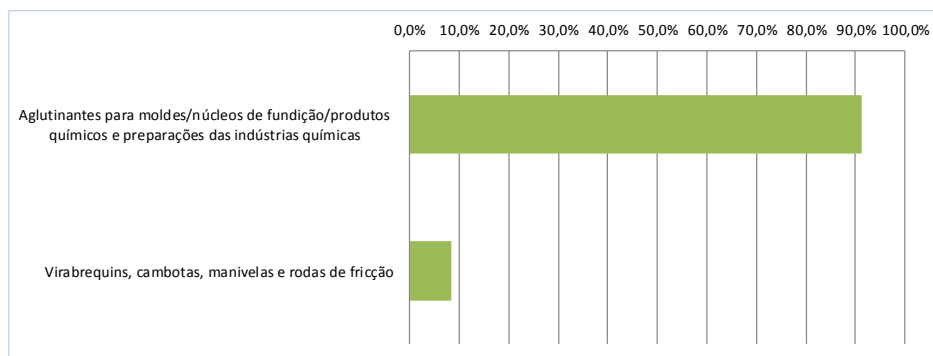


Composição das importações brasileiras originárias do Azerbaijão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aglutinantes para moldes/núcleos de fundição/produtos químicos e preparações das indústrias químicas	182	85,7%	179	100,0%	167	91,3%
Virabrequins, cambotas, manivelas e rodas de fricção	0	0,0%	0	0,0%	16	8,5%
Tecidos de fibras sintéticas, combinados com algodão	0	0,0%	0	0,0%	0	0,2%
Chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico	28	13,4%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	210	99,1%	179	100,0%	183	100,0%
Outros	2	0,9%	0	0,0%	0	0,0%
Total	212	100,0%	179	100,0%	183	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

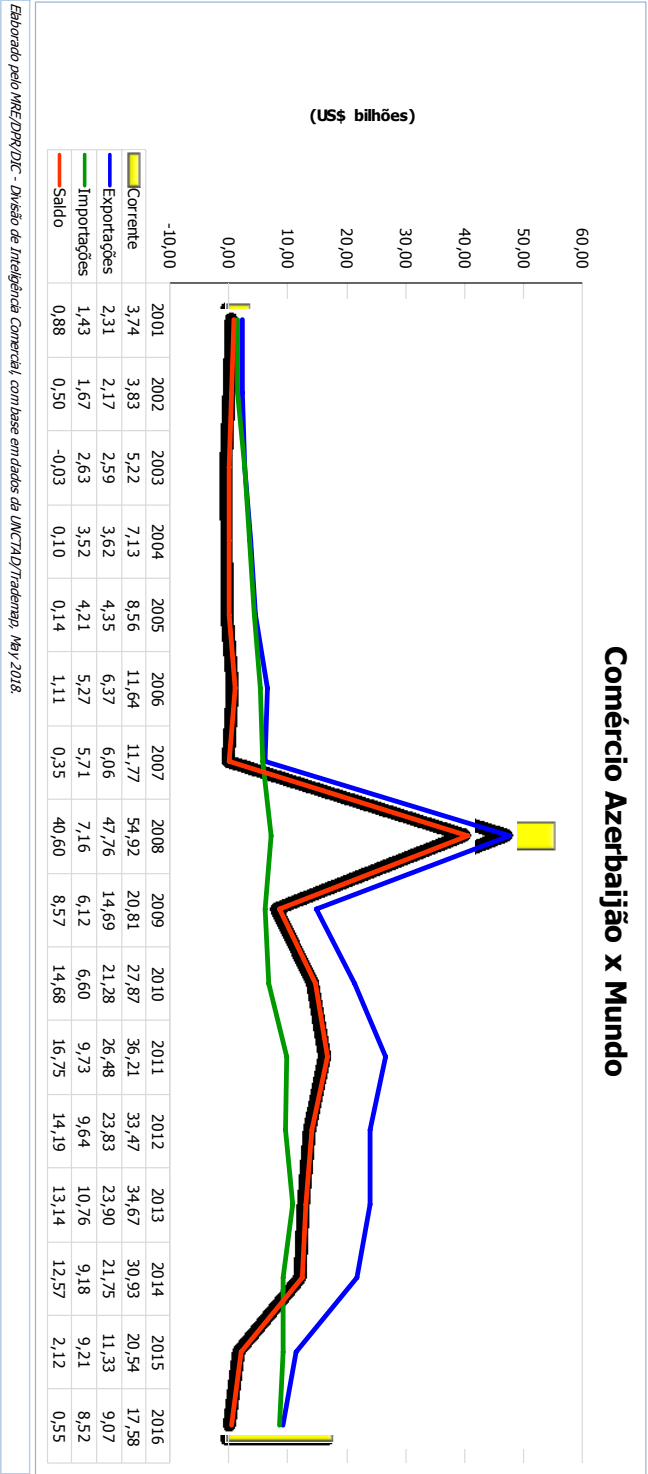


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Tabaco manufaturado	260	7,5%	1.871	59,4%	Tabaco manufaturado 59,4%
Carnes suínas	1.975	57,0%	537	17,0%	Carnes suínas 17,0%
Carnes de frango	118	3,4%	232	7,4%	Carnes de frango 7,4%
Carnes e miudezas salgadas/salmoura, secas/defumadas	0	0,0%	112	3,6%	Carnes e miudezas salgadas/salmoura, secas/defumadas 3,6%
Máquinas e aparelhos com função própria	0	0,0%	98	3,1%	Máquinas e aparelhos com função própria 3,1%
Tabaco não manufaturado	96	2,8%	97	3,1%	Tabaco não manufaturado 3,1%
Amendoins	0	0,0%	61	1,9%	Amendoins 1,9%
Fibras óticas e feixes de fibras óticas	46	1,3%	46	1,5%	Fibras óticas e feixes de fibras óticas 1,5%
Subtotal	2.496	72,0%	3.054	97,0%	
Outros	968	28,0%	94	3,0%	
Total	3.464	100,0%	3.148	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Aglutinantes para moldes/núcleos de fundição/produtos químicos e preparações das indústrias químicas	80	100,0%	190	64,6%	Aglutinantes para moldes/núcleos de fundição/produtos químicos e preparações das indústrias químicas 64,6%
Frutas de casca rija	0	0,0%	104	35,3%	Frutas de casca rija 35,3%
Subtotal	80	100,0%	294	99,9%	
Outros produtos	0	0,0%	0	0,1%	
Total	80	100,0%	295	100,0%	

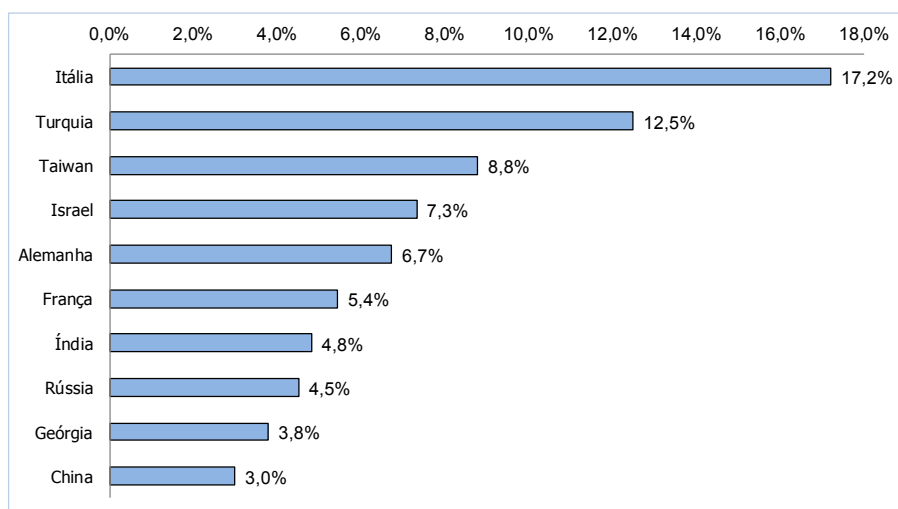
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.



Principais destinos das exportações do Azerbaijão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Itália	1.560	17,2%
Turquia	1.133	12,5%
Taiwan	797	8,8%
Israel	664	7,3%
Alemanha	611	6,7%
França	494	5,4%
Índia	437	4,8%
Rússia	409	4,5%
Geórgia	343	3,8%
China	272	3,0%
...		
Brasil (48º lugar)	3	0,0%
Subtotal	6.723	74,1%
Outros países	2.344	25,9%
Total	9.067	100,0%

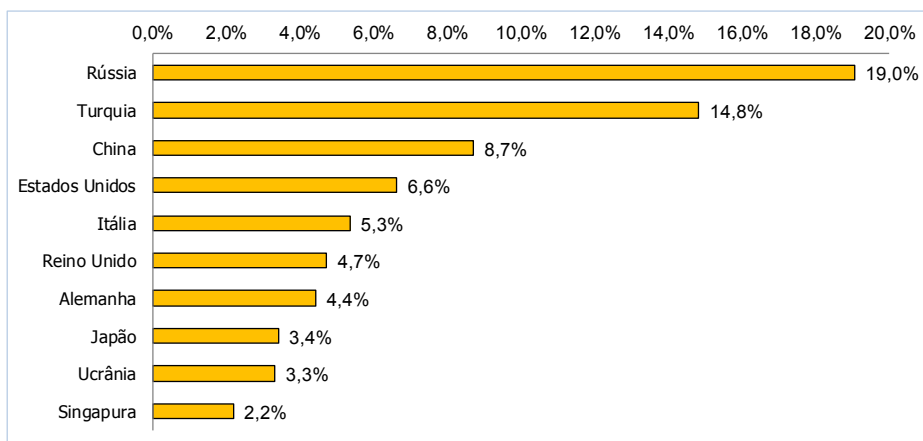
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Principais origens das importações do Azerbaijão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Rússia	1.622	19,0%
Turquia	1.263	14,8%
China	741	8,7%
Estados Unidos	564	6,6%
Itália	456	5,3%
Reino Unido	402	4,7%
Alemanha	377	4,4%
Japão	290	3,4%
Ucrânia	283	3,3%
Singapura	186	2,2%
...		
Brasil (12º lugar)	169	2,0%
Subtotal	6.351	74,6%
Outros países	2.164	25,4%
Total	8.516	100,0%

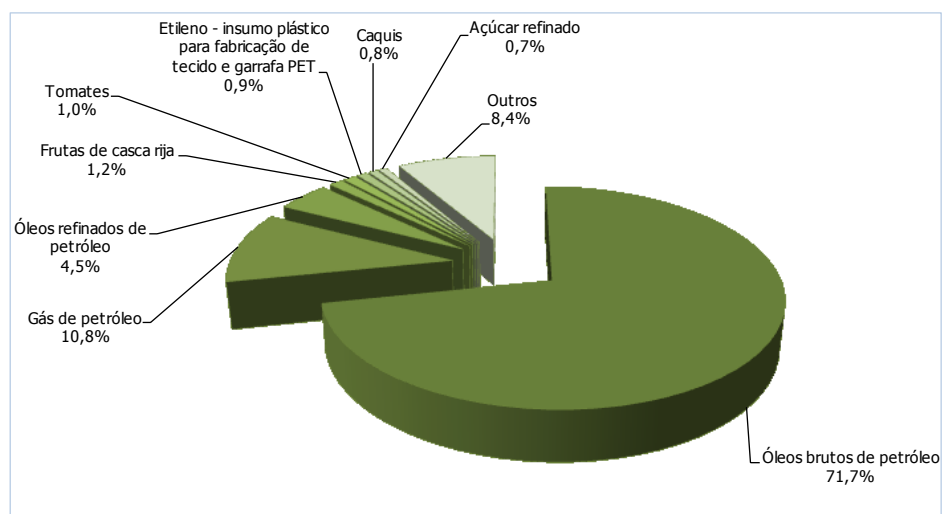
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Composição das exportações do Azerbaijão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Óleos brutos de petróleo	6.505	71,7%
Gás de petróleo	982	10,8%
Óleos refinados de petróleo	410	4,5%
Frutas de casca rija	105	1,2%
Tomates	94	1,0%
Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	81	0,9%
Caquis	69	0,8%
Açúcar refinado	62	0,7%
Subtotal	8.307	91,6%
Outros	760	8,4%
Total	9.067	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

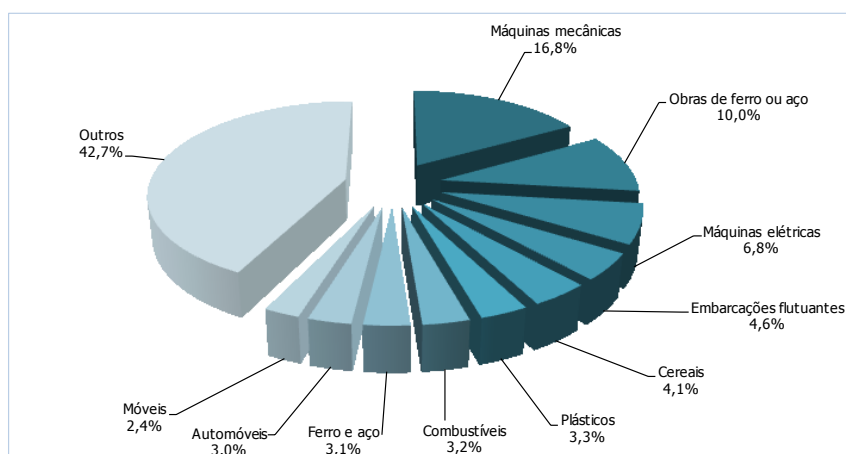


Composição das importações do Azerbaijão (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Máquinas mecânicas	1.435	16,8%
Obras de ferro ou aço	852	10,0%
Máquinas elétricas	579	6,8%
Embarcações flutuantes	388	4,6%
Cereais	345	4,1%
Plásticos	282	3,3%
Combustíveis	273	3,2%
Ferro e aço	266	3,1%
Automóveis	252	3,0%
Móveis	207	2,4%
Subtotal	4.880	57,3%
Outros	3.636	42,7%
Total	8.516	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

10 principais grupos de produtos importados



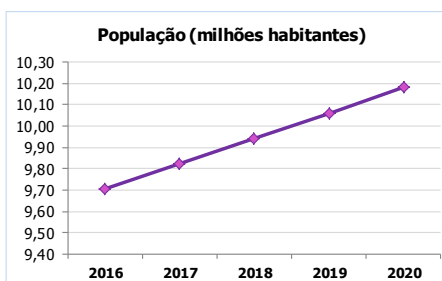
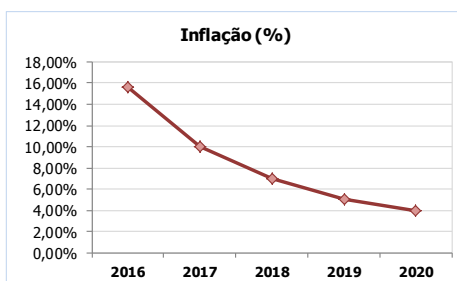
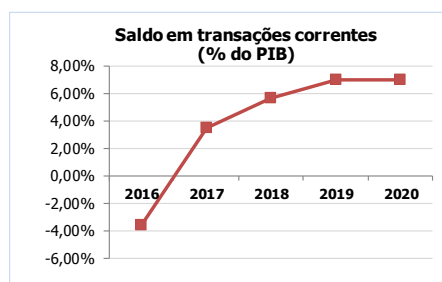
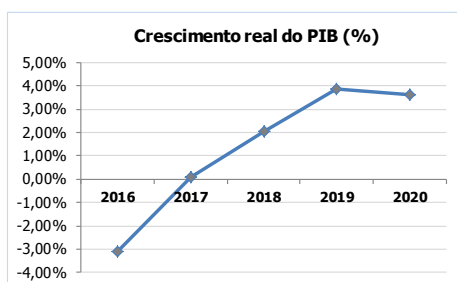
Principais indicadores socioeconômicos do Azerbaijão

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-3,10%	0,07%	2,03%	3,86%	3,62%
PIB nominal (US\$ bilhões)	37,81	40,67	45,48	47,93	50,48
PIB nominal "per capita" (US\$)	3.896	4.141	4.576	4.764	4.959
PIB PPP (US\$ bilhões)	168,66	171,81	179,28	190,24	201,00
PIB PPP "per capita" (US\$)	17.378	17.492	18.036	18.912	19.745
População (milhões habitantes)	9,71	9,82	9,94	10,06	10,18
Desemprego (%)	5,04%	5,04%	5,02%	4,98%	4,95%
Inflação (%) ⁽²⁾	15,65%	10,00%	7,00%	5,00%	4,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,61%	3,47%	5,62%	6,96%	7,02%
Dívida externa (US\$ bilhões)	14,09	17,14	17,54	18,06	18,70
Câmbio (Manat / US\$) ⁽²⁾	1,77	1,70	1,72	1,64	1,64
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	6,2%				
Indústria	49,1%				
Serviços	44,7%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



Aviso nº 241 - C. Civil.

Em 21 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

EMBAIXADA DO BRASIL EM BAKU
RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADOR SANTIAGO ALCÁZAR

O presente relatório aborda, de maneira resumida, todos os assuntos relevantes que demandaram a atenção desta Embaixada durante a minha gestão.

2. Seguem, nesse contexto, relatos sobre os temas: a) políticos; b) econômicos-comerciais; c) culturais; d) consulares; e e) administrativos.

3. A política, no Azerbaijão, ao menos durante o período a que se refere o presente relatório, foi permeada pela lógica do conflito em curso com a Armênia em torno da questão de Nagorno-Karabakh (NK) e da ocupação dos sete territórios adjacentes àquele enclave. Não é este o lugar para deter-se sobre a história do conflito. É preciso, no entanto, resgatar alguns aspectos que dão sentido àquela lógica e servem para estruturar a compreensão do contexto em que se desenvolvem as políticas interna e externa do Azerbaijão.

4. A Armênia e o Azerbaijão estiveram em guerra de fevereiro de 1988 a maio de 1994, quando foi assinado, em Bishkek, República Quirguiz, acordo provisório de cessar-fogo entre aqueles dois países, o enclave de NK e a Rússia, como representante do Grupo de Minsk. A vitória militar da Armênia na guerra resultou na morte de vinte a trinta mil azerbaijanos (cinco a seis mil armênios), cinquenta mil feridos (vinte mil armênios), setecentos cinquenta mil azerbaijanos deslocados internos (trezentos mil armênios deslocados). Não obstante a vigência do acordo de cessar-fogo, há violações diárias, de ambos os lados, na chamada linha de contato.

5. Em 1993, durante a Presidência do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), foram adotadas quatro resoluções relativas a NK que, em linhas gerais, solicitam a cessação das hostilidades, a desocupação dos territórios ocupados e o reinício das negociações para a solução do conflito no quadro do processo de paz do Grupo de Minsk da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa. Cabe registrar que as quatro resoluções do CSNU reclamam a desocupação dos seis territórios: Kalbayan, Qubadil, Jabrayil, Zungilan, Agdam, Fuzuli. Essas áreas abraçam o enclave de NK e o mantém isolado do Azerbaijão. Há ainda um sétimo território ocupado, Lachin, que é considerado pelos defensores de NK como fazendo parte do enclave. Trata-

se de território que serviria eventualmente para criação de “corredor” que permitiria tirar NK de seu total isolamento (ver mapa abaixo). As resoluções não exigem explicitamente a retirada das forças do enclave de NK, apenas solicitam à Armênia que utilize sua influência para que os armênios daquele enclave obedeçam às determinações do Conselho de Segurança.



6. As quatro resoluções do CSNU, ao singularizarem a devolução dos territórios militarmente ocupados, enfatizam o princípio de integridade territorial como único meio para a solução do conflito. Evidentemente, nesse contexto, qualquer intenção de criar eventual corredor pareceria fora de cogitação, tendo em conta a implicação lógica que se seguiria de ter de flexibilizar aquele princípio sagrado para o Azerbaijão, conforme as reiteradas garantias do Presidente Ilham Aliyev às autoridades internas de que jamais cederia sequer um centímetro de terra à inimiga Armênia.

7. A consequência imediata da sacralização do princípio de integridade territorial é a coibição prática do exercício negociador materializada na inoperância do Grupo de Minsk, paralizado em seus trabalhos, tal como o conflito “congelado” de que deve se ocupar.

8. É preciso entender nesse contexto que o princípio de integridade territorial constitui a força que aglutina a noção de “azerbaidjanibilidade”, criada a partir da independência do país. Por essa razão, toda a concepção das políticas interna e externa repousa naquele princípio sagrado que lhes dá sentido e estrutura.

9. O Presidente Ilham Aliyev elegeu-se pela terceira vez em outubro de 2013. Anteriormente, havia sido eleito em outubro de 2003 e reeleito em outubro de 2008. Pouco antes das eleições de 2013 foi adotada emenda Constitucional, pela qual elimina-se o limite de mandatos. Na prática o Presidente do Azerbaijão poderá concorrer a eleições futuras, e ser reeleito, quantas vezes seja necessário. A necessidade nesse contexto não é uma expressão retórica, mas a condição essencial para a manutenção da sacralidade do princípio de integridade territorial.

10. Em setembro de 2016, realizou-se referendo para decidir sobre nova reforma da Constituição. Cabe registrar que, tanto a adoção da emenda constitucional de 2013 acima quanto a de 2016 não foram objeto de debate. A decisão foi tomada e a sociedade foi devidamente informada sobre a necessidade das emendas. Entre as emendas, finalmente aprovadas de 2016, sublinho as seguintes cinco:

i) mandato presidencial estendido de cinco para sete anos;

ii) direito concedido ao Presidente para chamar a eleições antes do prazo fixado. Este dispositivo foi utilizado pela primeira vez em 2018, antecipando as eleições para Presidente para abril em vez de outubro, conforme o calendário normal;

iii) direito concedido ao Presidente de eliminar eleições para Presidente ou para o Legislativo em razão de estado de guerra – recorde-se que o Azerbaijão está em estado de guerra com a Armênia;

iv) eliminação da idade mínima para habilitação ao cargo de Presidente - o filho mais moço do Presidente terá 28 anos em 2025). Não é clara a razão para a adoção desta emenda, uma vez que

existem rumores de que o caçula parece ter problemas que afetariam negativamente o seu aprendizado; e

v) criação do cargo de Primeira vice-Presidente, ocupado atualmente pela Primeira Dama. Esta emenda é significativa na medida em que sugere possibilidade de mudança no tabuleiro do poder. Na estrutura de Governo do Azerbaijão existia, até 11 de abril de 2018, um Primeiro Ministro e seis vice-Primeiros Ministros. Após a reeleição de 2018, o Presidente Aliyev mudou o Primeiro Ministro, manteve dois vice-Ministros antigos e nomeou mais dois novos, reduzindo assim o número de seis para quatro. Com as mudanças, a Primeira vice-Presidente e o grupo que representa, Pascha, terão horizonte de atuação mais ampliado.

11. Para entender o alcance da ampliação desses novos atores no quadro de poder no Azerbaijão é preciso fazer pequena regressão histórica. Recentemente, o Chanceler Elmar Mammadyarov tem agregado em suas declarações às quatro resoluções do CSNU os princípios inscritos na Ata Final da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, que se realizou em Helsinque, em 1975, em plena Guerra Fria. Como se recordará, até então, a União Soviética nunca teve reconhecidas as suas fronteiras como estabelecidas com o fim da Segunda Guerra. A Conferência de Helsinque, promovida pelos soviéticos seria uma oportunidade para tanto. A Ata Final da Conferência, verdadeira obra de relojoaria da diplomacia soviética, reuniu os princípios que deveriam nortear o reconhecimento das fronteiras por meio de conceitos de segurança e cooperação na Europa. Originalmente, eram seis os princípios a serem incluídos na Ata Final: i) igualdade soberana entre os Estados; ii) abstenção de recorrer a ameaças ou ao uso da força; iii) inviolabilidade das fronteiras; iv) integridade territorial dos Estados; v) solução de controvérsias por meios pacíficos; e vi) não intervenção nos assuntos internos. Tais princípios claramente favoreceriam a União Soviética. Os EUA, cientes de que aqueles princípios apenas favoreceriam a União Soviética, condicionaram seu apoio à Ata Final mediante a inclusão dos seguintes dois princípios: vii) respeito aos direitos humanos e aos direitos fundamentais da pessoa humana; e viii) igualdade de direitos e autodeterminação dos povos.

12. As emendas norte-americanas terão parecido inofensivas para os delegados soviéticos. O princípio de respeito aos direitos humanos não produziria efeitos práticos tendo em conta que princípio anterior garante a não intromissão nos assuntos internos, reforçado pelo princípio de não

ameaça ou uso da força. De maneira semelhante, o princípio da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos ver-se-ia anulado pelos princípios de igualdade soberana, inviolabilidade de fronteiras e integridade territorial. Haveria, ademais, a possibilidade de que os princípios obedecessem a uma ordem hierárquica, tornando ainda mais complicada a aplicação dos dois últimos princípios.

13. Foi preciso o final da Guerra Fria para que o houvesse reviravolta das prioridades e o princípio de autodeterminação dos povos ganhasse prioridade sobre os de igualdade soberana, inviolabilidade de fronteiras e integridade territorial, como atestado pelo caso do Kosovo. O caso da Criméia, entretanto, parece ter restabelecido a velha hierarquia, pelo menos do ponto de vista da Rússia.

14. A menção dos princípios da Ata Final de Helsinque como possível quadro de referência para a solução do conflito em torno a NK pode ser uma tentativa de destravar o impasse e dar início a uma negociação, com a aceitação, limitada, do princípio de autodeterminação e a consequente flexibilização do princípio de integridade territorial. É possível, nesse contexto, que esteja a ganhar adeptos cada vez mais importantes nos segmentos de poder do país a tese, segundo a qual, os gastos militares não somente são excessivos, mas inúteis ante o consenso na comunidade internacional de que a solução para o conflito terá de ser negociada e assegurada por meios diplomáticos.

15. Haveria, assim, percepção de que eventual intervenção militar para retomar os territórios ocupados não viria automaticamente coroada de êxito e arriscaria, ademais, a condenação por parte da comunidade de países amigos, pacientemente construída pela diplomacia azeri. Todo o trabalho para isolar a Armênia seria desperdiçado e provavelmente desaguardaria em isolamento do Azerbaijão, numa curiosa e irônica inversão de papéis.

16. O grupo Pascha, associado à Primeira vice-Presidente, é possivelmente a força econômica mais dinâmica no Azerbaijão, com presença marcante em praticamente todos os setores. Esse grupo, de tendência pragmática, é responsável por transformar Baku em cidade com ares ocidentais, ou ao menos não-caucasianos. Não interessaria a esse grupo aventuras que possam vir a comprometer os importantes investimentos vertidos na reinvenção da cidade e na significativa mudança de hábitos e costumes, com reflexos na vida cultural, menos islâmica e mais

internacional. Para o grupo conservador, aquele atrelado à linha traçada pelo Presidente Heydar Aliyev, o fundador, os interesses dos Pachas devem ser “controlados” e não se deve permitir que tenham liberdades desimpedidas para avançar em seus projetos na medida em que possam por em risco o princípio sagrado de integridade territorial.

17. O Azerbaijão, nesse contexto, parece uma realidade de disputas clônicas em grande medida divididas entre, de um lado, os “pragmáticos”, que aceitariam flexibilizar, em tese, o princípio de integridade territorial por meio da criação de corredor que permita oxigenar o enclave de NK, que por sua vez ganharia certo grau de autonomia e, por outro, os “conservadores” de que o Azerbaijão é terra antiga pertencente aos azerbaijaneses, que não pode ser transferida a outra nação. Entre os “pragmáticos” e os “conservadores” há realidades históricas, mitos e projeção de desejos, de tal maneira enredados entre si que não parece possível saber o que é verdade e o que é narrativa.

18. Em grandes linhas, é esse o pano de fundo contra o qual se realizam as políticas interna e externa do país.

19. No plano interno, a política é dominada pelo grupo pertencente aos “conservadores”. Os “pragmáticos”, ao contrário dos “conservadores”, são jovens e ocidentalizados. Estes, estão começando a ocupar cargos do Executivo, antes reservado aos “conservadores”, sobretudo a partir da reforma que seguiu à terceira reeleição do Presidente Ilham Aliyev, em abril de 2018. Ainda não representam, no entanto, ameaça ao status quo.

20. Existem no país dezessete diários, quinze em azeri e dois em russo, bem como dois semanários, um em russo e o outro em inglês, todos com pequena tiragem. Sem exceção repetem a linha traçada pelo Governo, que é a mesma dos “conservadores”. Não há debates, nem crítica. Os críticos são processados por crimes de contrabando, evasão fiscal, tráfico de drogas. Existem vinte e oito partidos políticos, alguns apenas nominalmente da oposição, mas ainda assim sem relevância. A ausência de crítica ao Governo se pôde observar também nos meios religiosos, durante a última campanha presidencial. Com efeito, as lideranças das principais confissões religiosas (islâmicas, ortodoxas, judias e católicas) lançaram, naquela ocasião, apelo para apoiar o único candidato que, segundo eles, seria capaz de garantir a realização dos valores e dos princípios de todas as gentes. O que poderia parecer exagero é, em verdade, parte essencial da política interna orientada a promover uma concepção do país assentada em mistura de realidades e mitos que tem

por fim sacralizar a integralidade territorial para além do que poderia recomendar uma historiografia independente. Paralelamente à promoção da integralidade territorial há ainda um vetor dirigido a demonizar a Armênia, porque esta ameaça a integridade territorial. Aquele vetor funciona quase como uma operação de lavagem cerebral para a população.

21. No plano externo, o Azerbaijão procura nos foros de que faz parte, a Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa (PACE, nas siglas em inglês), por exemplo, projetar imagem positiva do país mediante aplicação da chamada “diplomacia caviar”. São constantes as acusações feitas aos parlamentares do Conselho de receber favores em troca da produção de relatórios e votos favoráveis ao Azerbaijão em todos os setores, inclusive nas questões de democracia e de direitos humanos.

22. Existem cinquenta e um embaixadores residentes, onze embaixadas representadas em nível de encarregado de negócios, dezesseis organismos internacionais e três consulados-gerais. Da América Latina, ademais de Brasil estão presentes Argentina, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México e Venezuela. De 2013 para a presente data, sete países abriram representação em Baku (Espanha, Portugal, Colômbia, México, Sudão, Peru, Costa Rica e Venezuela). A diplomacia azerbaijanesa procura atrelar, não sempre com êxito, o reconhecimento do “genocídio” de Khojaly (em verdade um massacre perpetrado pela soldadesca armênia durante a guerra dentro da lógica “olho por olho”) à instalação de novas embaixadas em Baku. Assim, por exemplo, a adoção de resoluções por parte de comissões parlamentares de alguns países latino americanos é traduzida internamente como reconhecimento oficial daqueles governos e ventilada pela imprensa local como mais uma vitória contra a Armênia.

23. O ativismo da diplomacia azeri pode ser vista pela realização de importantes eventos culturais, esportivos e políticos. Esses eventos procuram dar ao país grande visibilidade naquelas áreas. Assim, por exemplo, a realização da Eurovisão 2012 foi oportunidade para transmitir as imagens da nova Baku. A realização dos Primeiros Jogos Europeus, em 2015, seguidos da primeira corrida de Fórmula 1 nas ruas de Baku, em 2016 e dos Jogos da Solidariedade Islâmica, em 2017, contribuíram certamente para projetar as belas imagens de país e de cidade, ambas as duas idealizadas pelo grupo “pragmático”.

24. Os eventos de natureza política, de que são exemplo, as reuniões ao abrigo da Organização para a Cooperação Islâmica e o Conselho da Europa, iniciadas em 2008, resultaram, para grande

satisfação das autoridades azerbaijanesas na conformação do chamado “Processo de Baku”, que consolida a ideia de sociedade tolerante, multifacetada e aberta para o multiculturalismo. O Foro Humanitário Internacional, que se realizou em 2014, foi oportunidade para que o Senhor SGEK, Embaixador Hadil da Rocha Vianna, participasse do evento e realizasse visitas bilaterais. O Foro realizou-se novamente em 2016 e 2018. Em 2016 realizou-se sessão da Aliança das Civilizações, que contou com a participação do Senhor SGAP-I, Embaixador Fernando Simas, também foi oportunidade para encontros de natureza bilateral. Em 2018, realizou-se em Baku, reunião ministerial do Movimento dos Não-Alinhados, preparatória para a reunião de Cúpula que deverá realizar-se nesta Capital em 2019. Em 2017, realizaram-se dois eventos marcantes para a consolidação da imagem positiva do país: o Foro Mundial de Líderes Religiosos e a visita do Papa Francisco. Ambos os eventos contribuíram para realçar a convivência possível entre as religiões e para desfazer a narrativa de que o mundo islâmico seria menos tolerante do que o mundo cristão.

25. Todos os eventos acima foram oportunidade para que o Presidente, por um lado, condenasse a Armênia e, por outro, insistisse, como num contraponto, em projetar imagem do Azerbaijão como país de tolerância, aberto às oportunidades do mundo moderno, tolerante, livre e democrático, multicultural, multiconfessional, mas preparado, se preciso for, para retomar o que lhe pertence por direito.

26. Em 2017, realizou-se a visita ao Cáucaso do Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, a primeira e por essa razão, histórica. Com vistas a evitar a utilização da visita para gerar percepção desequilibrada das relações diplomáticas no Cáucaso, a Embaixada fez questão de obter garantia da Chancelaria local de que os temas que seriam tratados não incluiriam qualquer referência a assuntos polêmicos ou que pudessem ser eventualmente utilizados para tornar desequilibradas as excelentes relações bilaterais entre os dois países.

27. O encontro do Ministro Aloysio Nunes com o Presidente Ilham Aliyev, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Elmar Mammadyarov e com o Ministro da Economia Shahim Mustafayev foram positivos e decisivos para estreitar ainda mais as relações bilaterais, servindo ademais para confirmar a correção da nossa diplomacia, “sempre apoiada na valorização de uma posição equilibrada”, como disse o Presidente Aliyev, ou no elogio do MNE Mammadyarov ao Ministro Aloysio Nunes com relação a posição brasileira de sempre guiar-se pela solução pacífica das controvérsias, custe o que custar. Essas duas referências são importantes e demonstram

cabalmente o reconhecimento da capacidade de nossa diplomacia em aglutinar, influir e liderar, qualidades essenciais para destravar situações complexas e incertas como a da região do Cáucaso em geral e a de Nagorno-Karabakh de modo específico. Nesse contexto, caberia recordar carta enviada, em outubro de 2003, pelo então MNE, Vilyat Guliyev ao então Chanceler Celso Amorim, por ocasião da celebração dos dez anos do estabelecimento das relações diplomáticas, em 2003. Naquela missiva, Guliyev “propôs o adensamento das relações bilaterais e solicitou apoio do Brasil a uma solução pacífica para o conflito envolvendo Nagorno-Karabakh, o que propiciaria a integração do Sul do Cáucaso na comunidade internacional”.

28. Entre as visitas de alto nível, cabe mencionar, em novembro de 2014, a do então Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, que realizou a primeira visita de um Ministro de Estado brasileiro ao Azerbaijão. O Ministro Rebelo manteve encontro com o Ministro da Juventude e Esporte do Azerbaijão, Azad Rahimov. O primeiro Senador da República a visitar o Azerbaijão foi o Senador Cristovam Buarque que veio a Baku, em março de 2016, a convite do Parlamento local. O Senador Buarque manteve encontros, ademais daquele com o Presidente do Parlamento, Ostay Osadov, com o Chanceler Elmar Mammadyarov, com o então Ministro da Educação Mikayil Sabbarov, com o Ministro da Cultura e do Turismo, Abulfas Garayev, além de outras autoridades.

29. Entre os assuntos de natureza política que estão a merecer atenção caberia destacar que o Brasil acolhe com simpatia a pretensão do Azerbaijão de tornar-se membro da OMC, ainda que por razões diversas aquela pretensão não tenha sido realizada. Registre-se que na região do Cáucaso a Geórgia e a Armênia tornaram-se membros da Organização em 2000 e em 2003, respectivamente. Com vistas a estruturar o desenvolvimento de atividades comerciais e de investimentos, o Brasil e o Azerbaijão acordaram implementar o Memorando de Entendimento na Área de Comércio e Investimentos, assinado em 14 de dezembro de 2016, por meio da realização de primeira reunião do Grupo de Trabalho ad hoc. O lado azerbaijano teve, até o presente, dificuldade em definir as áreas de interesse que poderiam dinamizar as relações de comércio e de investimentos. É certo que aquela dificuldade decorre da escassa exposição da economia azerbaijanesa ao comércio exterior, à exceção do setor de energia. É possível que a escassa exposição ao comércio exterior, e as consequências que daí decorrem, tenha frustrado até agora a pretensão do país a ingressar na OMC. Tema igualmente importante é a estruturação do Protocolo de Consultas Políticas por meio de agenda temática e de reuniões periódicas. A ideia seria utilizar

o mecanismo para, por meio da visão diplomática azerbaijanesa, ampliar nosso horizonte de percepção e compreensão da região do Cáucaso e de suas relações com o Oriente Médio (Azerbaijão tem relações estratégicas com Israel e mantém excelentes relações com Palestina), Irã (existiriam cerca de trinta milhões de azeris naquele país), bem como com todos os países da Ásia Central (a conclusão da ferrovia Baku-Tibilisi-Kars, que acaba de ser inaugurada estreita ainda mais os laços do Azerbaijão com aqueles países).

30. Finalmente, na área política caberia fazer menção de atos e visitas de parlamentares brasileiros a Baku. Em junho de 2013, visitaram esta cidade os Deputados Néelson Pelegri, Urzeni Rocha e Cláudio Cajado, respectivamente, Presidente, vice-Presidente e membro titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Em setembro do mesmo ano foi criada, pela Câmara de Deputados, do Grupo de Amizade Brasil-Azerbaijão. Em novembro daquele ano, os Deputados Cláudio Cajado, Rodrigo Maia, Antônio Imbassahy, Leonardo Gadelha e o vereador César Maia participam como convidados do III Foro Internacional Humanitário e aproveitaram para realização de encontros com autoridades locais. Em novembro de 2016, o Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, acompanhado dos Deputados José Carlos Aleluia, Heráclito Fortes, Rogério Rosso e Rubens Bueno, realizam visita a Baku. Na ocasião o Deputado Rodrigo Maia recebeu honrarias do Presidente Ilham Aliyev e do Presidente da Assembléia Nacional, Ogtay Osadov.

31. O petróleo é a principal riqueza do Azerbaijão. A descoberta e produção de petróleo no século XIX transformaram Baku em centro industrial importante no Cáucaso. Mas foi somente após a segunda independência, em 1991, com a conclusão de acordos de produção com as multinacionais (“production sharing agreements” ou PSA), que os royalties do petróleo permitiram o rápido desenvolvimento do país. O chamado “Contrato do Século”, concluído em 1994, pelo qual ficavam estabelecidas as condições para produção e partilha das reservas estimadas em 6 bilhões de barris, e a decisão, tomada em 1998, de construir o oleoduto Baku-Tibilisi-Ceyhan (BTC) de 1.760 quilômetros, o segundo maior do mundo, tornariam operacional aquele contrato. O BTC seria inaugurado em 2006, data que marca o início do período de prosperidade do Azerbaijão. Estimam-se em US\$ 60 bilhões os investimentos no país decorrentes dos PSA.

32. Mais de 50% da economia depende diretamente do petróleo. Os setores de construção civil e de transporte dependem do setor de petróleo na medida em que são financiados com recursos daquele setor. Somados ao primeiro, os três setores respondem por aproximadamente 75% do PIB. Agricultura, 5% e Serviços 20% perfazem o restante.

33. A acentuada queda do preço do barril de petróleo (de US\$ 105 em 2013 para menos de US\$ 40 em 2016) produziu severa depressão na economia do Azerbaijão. Preocupado com as perspectivas futuras sombrias, o Governo adotou estratégia que consta do documento “Azerbaijan 2020 -Look into the Future – Concept of Development”, pelo qual procura liberar a economia de sua dependência quase exclusiva do petróleo.

34. A ideia do novo conceito de desenvolvimento, segundo aquela estratégia, seria a de utilizar os recursos provenientes do petróleo para financiamento de infraestrutura (construção civil e transporte) e tecnologias da informação, bem como apoio a setores autossustentáveis, de que seria exemplo o setor de turismo. À luz de suas limitadas reservas de petróleo, o Azerbaijão teria um tempo muito curto para redirecionar a economia e garantir o seu desenvolvimento em bases diferentes. Com efeito, segundo dados da BP, a taxa reserva/produção (*reserve-production ratio*), correspondente ao ano de 2012, seria de 21.9, o que significaria exaustão das reservas de petróleo após 2034. Ainda que essas estimativas possam ser revistas, há limite para a capacidade de alavancar o desenvolvimento a partir da exploração do petróleo. Ademais da limitação das reservas, é preciso ter em mente que o país assumiu, em decorrência da ratificação interna do Acordo Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima, compromisso de reduzir, até 2030, a emissão de gases de efeito estufa aos níveis de 1990.

35. O setor de petróleo e gás emprega apenas 1% da força laboral, ainda que o setor responda por mais de 50% do PIB do país. Por outro lado, a agricultura emprega pouco mais de 38% da força laboral, tendo em conta que aquele setor responde por apenas 5% da economia. O salário médio na agricultura era de, aproximadamente US\$ 140, em 2009, enquanto no setor do petróleo era de US\$ 1.000.

36. O setor bancário vive grande turbulência desde 2015. Dos 42 bancos, 10 fecharam e os que continuam operando não parecem merecedores de elogios. Apenas três bancos, International Bank

of Azerbaijan (IBA), Kapital e Pasha, detêm mais da metade do ativos do país. Os três são vinculados e operados por próximos à família Aliyev. O IBA, o maior dos três, passa por séria turbulência, que poderá ser avaliada pela classificação “F” conferida pela agência de risco Fitch, após vazamento de notícia de que o Governo teria transferido quase US\$ 6 bilhões para tentar salvar a instituição. A situação do IBA é tão séria que não se descarta a possibilidade de colapso do sistema bancário.

37. Recentemente realizaram-se mudanças nas equipes econômica e financeira com vistas a desfazer, paulatinamente, os compromissos que terá assumido o então jovem Ilham Aliyev para garantir a aprovação de seu nome para presidir o país, em 2003. Hoje, o Governo do Azerbaijão mantém na liderança de ministérios figuras que não se renovaram, os “conservadores”, e cujo principal mérito, segundo dizem alguns, residiria nas relações cuidadosamente entrelaçadas pelo velho Heydar Aliyev.

38. Com relação ao comércio, combustíveis representam aproximadamente 93%, das exportações totais do Azerbaijão. Frutas e hortaliças juntas representaram 1,5%, aproximadamente. Maquinárias, instrumentos de precisão, ferro, aço, tabaco e cereais representam, aproximadamente 66,6% das importações do Azerbaijão.

39. A balança comercial com o Brasil é deficitária para o Azerbaijão. Com efeito, desde 2008, a balança vem acumulando superávits que, em 2014, somavam quase US\$ 351 milhões. A aquisição, no segundo semestre de 2017, de seis E190 pela empresa aérea Buta, filiada à Azerbaijan Airlines irá acentuar ainda mais o saldo superavitário do Brasil na balança comercial com o Azerbaijão. Com efeito, ao preço de tabela de US\$ 49,8 milhões a unidade, a aquisição das seis aeronaves iria situar o nosso superavit comercial em mais de meio bilhão de dólares norte-americanos. Há interesse na compra de aviões executivos da classe Legacy para autoridades do Governo que deve ser levado em conta.

40. Produtos químicos e plásticos representam mais de 97% das exportações do Azerbaijão para o Brasil, cujo valor, em 2014, alcançou US\$ 231 mil. É de se notar que, em 2014, as exportações para o Brasil de preparados de triglicéridos dos ácidos caprílicos e cáprico, utilizados na indústria de cosméticos, somaram US\$ 228.542.000.

41. Na área cultural, a Embaixada em Baku não pode contar com recursos para a promoção de eventos. Embaixada nova, é compreensível que a prioridade seja dada a Postos que tenham estabelecidas comunidades simpáticas à cultura brasileira e às quais é natural responder e alimentar com projetos de vulto.

42. No Azerbaijão, país novíssimo, o que se pode observar é um encantamento com a descoberta própria identidade que, de certa maneira, ofusca a busca por outros horizontes. O azerbaijanês, de modo geral, não dá mostras de interessar-se por outras culturas, que ignora solenemente. A realização de eventos culturais por parte de Embaixadas que contam para tanto com recursos generosos não gera público notável. A queixa geral das embaixadas é que Baku não conta com suficiente público com interesses culturais.

43. Existem festivais de jazz e de cinema, ambos os dois promovidos por embaixadas. A principal crítica que se poderia fazer é, ademais da falta de público local, a repercussão quase nula nos meios de comunicação, que se limitam a noticiar a ocorrência do evento, sem ensaios críticos ou analíticos.

44. Evidentemente, a crítica, a análise nos diversos campos da cultura decorrem naturalmente de uma incapacidade crítica e analítica na área política, com repercussões em todas as áreas, de que são exemplo as artes, a história e os acontecimentos globais. É possível que o encantamento com a própria realidade, essencial para a promoção dos princípios e valores da “azerbaijanidade”, tal como promovida pelo Governo, atue como um freio para a experiência de outras realidades e outras culturas. É significativo, nesse contexto, a pobreza do mundo editorial, com ausência de livrarias e de vida intelectual.

45. Com escassos recursos, a Embaixada realizou uma semana de filmes brasileiros e participou, por duas vezes, de festival de cinema sobre o tema da tolerância, promovida por diversas embaixadas, bem como de festival de cinema latino-americano.

46. Na área Consular, cabe mencionar que a comunidade brasileira em Baku limita-se aos funcionários do quadro do serviço exterior e suas famílias e a aproximadamente vinte jogadores de futebol com suas famílias, três casais que trabalham na BP, um funcionário da Cruz Vermelha e a um Chef de cozinha de restaurante que serve rodízio de carnes ao estili brasileiro.

47. No tempo a que se refere o presente relatório foram celebrados na Embaixada seis casamentos. A média da renda consular situa-se em cerca de US\$ seiscentos dólares norte-americanos.

48. O número de brasileiros que visitam Baku vem aumentando a cada ano. Em 2015 foram aproximadamente 900. Em 2016, o número alcançou mais de 1.000. Os números para 2017 não estão disponíveis, mas é bem provável que sejam superiores aos do ano anterior.

49. Com relação à administração, registre-se a mudança da Residência Oficial, em novembro de 2013, para cobertura de aproximadamente quatrocentos metros quadrados, situada em bairro nobre. À época, a mudança justificou-se pelas melhores e mais dignas condições da Residência em comparação à anterior, bem como pela significativa redução no valor do aluguel, com significativa economia para os cofres públicos. É importante mencionar, no entanto, que a oferta de residências para embaixada mudou muito. Em 2013, eram pouquíssimas e muito caras. Hoje, as possibilidades são maiores, com a entrada no mercado imobiliário de prédios de alto padrão a preços razoáveis. Não seria descabido, nesse contexto, eventual mudança da Residência para novo endereço.

50. Em janeiro de 2017, a Chancelaria mudou-se para prédio de escritórios, mais representativo, maior espaço e com significativa redução no valor de aluguel de vinte e cinco por cento. A nova Chancelaria oferece melhores condições de trabalho e mais conforto para o conjunto dos funcionários, ademais de garantir melhores condições de segurança, bem como a instalação do Setor Consular em área independente do resto da Chancelaria.

51. Em abril do corrente ano, substituímos o veículo de serviço, um Toyota Rav4, ano 2009, por uma Hyundai Santa Fé. O veículo de representação, um BMW 528, ano 2009, deverá ser substituído este ano. A Embaixada já iniciou o processo de tomada de preços para repassar à SERE.

52. Todas as contas da Embaixada foram aprovadas pelo Escritório Financeiro, sem reparos. Não existem pendências financeiras ou laborais.

53. Ao finalizar o meu relatório de gestão quero deixar constância do alto grau de profissionalismo de todos os colegas do Serviço Exterior Brasileiro que aqui serviram, legítimos representantes da Casa de Rio Branco. A todos expresso gratidão pela disponibilidade e a lealdade demonstradas ao longo de todo o período em que tive a honra de servir nesta Embaixada.

54. Ao finalizar este relatório de gestão, não posso deixar de agradecer à ex-Presidente Dilma Rousseff e ao ex-Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, a indicação de meu nome para exercer o cargo que venho ocupando, e que muito me honra, no transcurso destes últimos anos.

55. Ressalto que a experiência no Azerbaijão foi altamente enriquecedora, do ponto de vista político e diplomático, na medida em que Baku é Posto de excepcional relevância de observação geopolítica, não apenas regional como internacional, por situar-se no ponto de interserção dos três espaços determinantes da mundialidade contemporânea, a saber, o mundo ex-soviético, o mundo islâmico e, de certo modo o mundo ocidental (Turquia/OTAN).”

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 40, de 2018 (Mensagem nº 264/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.*



Relator: Senador **HÉLIO JOSÉ**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

A fim de atender ao preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ nasceu em Cochabamba (Bolívia) em 1959, filho de Adalberto Tércio Lopes da Cruz e Martha Montenegro Lopes da Cruz, porém sendo brasileiro nato pelo critério de filho de pais a serviço do Brasil no exterior.

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília em 1979, iniciou sua carreira diplomática em 1986. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Mestre em Ciência Política pela *The George Washington University*, concluiu seu Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com a tese “O Brasil e a Sociedade da Informação: a construção de uma estratégia para a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação”, em 2006.

Na carreira diplomática, cumpriu com várias funções, tais como a de Assessor do Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (1993); Secretário-Executivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (1990/95); Subchefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis (2003/2005); Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais (2014/2015); Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia (2015/2017); Subchefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (2017).

No Ministério de Ciência e Tecnologia, foi Assessor Especial de Assuntos Internacionais do Ministro (1997/99); Coordenador-Geral de Programas Especiais, na Assessoria Internacional (1999/2003); Coordenador-Geral de Bens Sensíveis, no exercício da Autoridade Nacional de Bens Sensíveis (2005/2006).

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre o Azerbaijão, sua política interna e externa, bem como acerca de suas relações com o Brasil, do qual extraímos uma síntese.

Na sua grande maioria fiéis ao islã, dois terços da população do Azerbaijão são xiitas e o restante são sunitas, restando pequeno percentual de cristãos russos ortodoxos ou armênios ortodoxos. Apesar dessa característica, o País é secular, laico, sendo o seu Presidente, Ilham Aliyev, substituto de seu pai e cumprindo seu quarto mandato consecutivo. Distintamente, o atual Primeiro-Ministro, Novruz Mammadov, está no posto desde o dia 21 de abril deste ano. De língua túrquica, possui justamente na Turquia sunita grande aliado, a considerar que ambos possuem relação conflituosa com a Armênia. O Azerbaijão, no caso, em relação ao conflito de Nagorno-Karabakh, disputa o domínio de região homônima com a Armênia.



O Azerbaijão é um País do tamanho aproximado de Portugal, vizinho da Rússia, Geórgia, Irã e Armênia. Economicamente, depende em grande parte de suas vastas reservas petrolíferas e de gás no mar Cáspio.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Azerbaijão em 1993, tendo aberto sua Embaixada em Baku somente em 2009, enquanto o Azerbaijão abriu a sua em Brasília em 2012. Portanto, o convívio é recente e bastante inexplorado. A corrente de comércio bilateral com o Brasil é bastante limitada, tendo sido destaque no ano passado a venda de aeronaves da Embraer, equivalentes a US\$ 60 milhões, mas que atingirão a soma de US\$ 400 milhões.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18502.17202-81